

PÁTRIA GRANDE

Notas sobre Cultura Viva Comunitária e
Integração Latino-americana e Caribenha

ORGANIZAÇÃO

Christiane Ribeiro Gonçalves
Marcos Antonio Monte Rocha

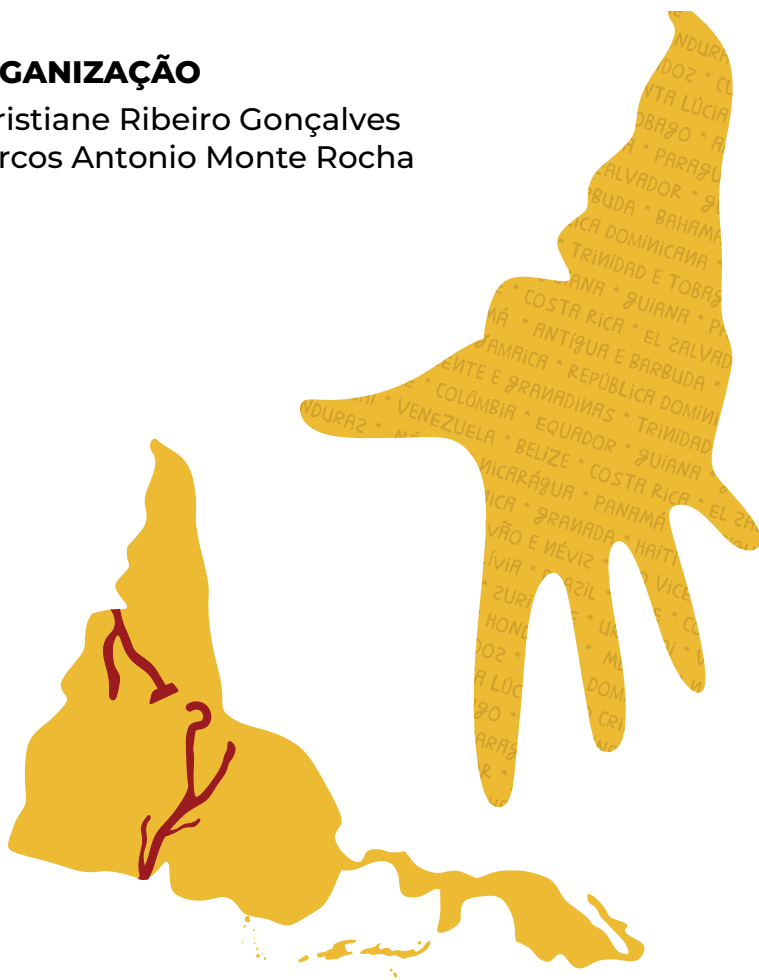


PÁTRIA GRANDE

Notas sobre Cultura Viva Comunitária e
Integração Latino-americana e Caribenha

ORGANIZAÇÃO

Christiane Ribeiro Gonçalves
Marcos Antonio Monte Rocha



Fortaleza 2026

Organização, coordenação editorial e revisão

Christiane Ribeiro Gonçalves

Marcos Antonio Monte Rocha

Capa e contracapa

Morgana Oliveira

Realização

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Fábrica de Imagens - ações educativas em cidadania e gênero

Movimento Cultura Viva Brasil sem Fronteiras

Movimiento de Culturas Comunitarias para el Bien Común y la

Integración Latinoamericana

Ministério da Cultura

Produção

CACTO

Imaginário Comum

Editoração e impressão

Expressão Gráfica e Editora Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Pátria grande: notas sobre cultura viva comunitária e integração Latino-Americana e Caribenha / Organização de Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha.- Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2026.

276 p.

ISBN: 978-85-420-1932-2

1. Cultura e política
Christiane Ribeiro

2. Política econômica e cultural
II. Rocha, Marcos Antonio Monte

I. Gonçalves,
III. Título

CDD: 320

Biblioteca: Perpétua Socorro Tavares Guimarães | CRB 3/801-98

PÁTRIA GRANDE

**Notas sobre Cultura Viva Comunitária e
Integração Latino-americana e Caribenha**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha 11

APRESENTAÇÃO

Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha 13

PARTE I – MAPEAMENTO, FORMAÇÃO, ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE

MEU SERTÃO LATINO-AMERICANO: CAUSO DE LUTA E INTEGRAÇÃO21

UMA NOVA HEGEMONIA?

Marcos Antonio Monte Rocha 26

MAPEAR A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA DOS PONTOS DE CULTURA NO BRASIL: PERCURSOS, DESAFIOS E PROCESSOS FORMATIVOS

Alba Dutra, Juan Ignacio Brizuela 45

ENTRE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E PERCEPÇÕES: VIVÊNCIAS DOS COLETIVOS E ENTIDADES MAPEADOS PELO PONTÃO PÁTRIA GRANDE

Vitória Ferreira de Abreu, Glória Santos 59

MAPEAMENTO REGIONAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL: RELATOS E ANÁLISES NA APLICAÇÃO DESTA FERRAMENTA

Lihla Zaslavsky Gomes, Jamilly Anterio 89

CONSTRUYENDO EL MAPEO LATINOAMERICANO DEL PONTÓN PATRIA GRANDE	
Juan Ignacio Brizuela.....	110
PROCESSOS FORMATIVOS POLÍTICO-TEÓRICOS DO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE	
Christiane Ribeiro Gonçalves	116
PÁTRIA GRANDE E COMUNICAÇÃO	
Gilson Maximo e Morgana Oliveira	130
ITINERÁRIOS DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE	
Dani Mirini.....	136
PARTE II – NOTAS CONTINENTAIS	
A: LA COMUNIDAD INTERNACIONAL DEL MOVIMIENTO LATINOAMERICANODE CULTURAS VIVAS COMUNITARIAS.	
Movimiento de Culturas Vivas Comunitarias en Cuba.....	153
CAMPAÑA “CUBA VA A COLOMBIA – CULTURA VIVA ES PARA REVOLUCIONAR!!!”	
Marcos Antonio Monte Rocha	156
UMA REFLEXÃO SOBRE O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO	
Karolayne Cardoso	159
COMUNICAR É INTEGRAR: COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA	
Luiza Maria Dutra Faria	162
TÚPAC AMARU II – A REVOLTA INDÍGENA CONTRA O COLONIALIS- MO ESPANHOL E SUA RESSONÂNCIA NAS LUTAS ATUAIS	
João Arthur Ribeiro	166

MULHERES: BASE DO SISTEMA E POSSIBILIDADE DE RUPTURA - CORPO, TRABALHO E PODER NA LÓGICA CAPITALISTA	
Thaís Berdine	169
A REVOLUÇÃO CUBANA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA	
Camile Abreu Aragão de Lima.....	172
SISTEMA DE EXCLUSÃO: A REALIDADE TRANS ENTRE A VISIBILIDADE E O CONTROLE.	
Dandara Lima Bastos	175
PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA, ONTEM E HOJE	
João Arthur Ribeiro e Joan Rocha.....	178
DO 1º DE MAIO ÀS LUTAS DE HOJE	
Dandara Lima Bastos	182
COMEMORAR OU PRANTEAR E LUTAR?	
Marcos Antonio Monte Rocha	185
COMENTÁRIOS SOBRE TRABALHO, EMANCIPAÇÃO E CULTURA	
Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha	188
PÃO E ROSAS	
Christiane Ribeiro Gonçalves	191
O REVOLUCIONÁRIO COMO SUL	
Marcos Antonio Monte Rocha, João Arthur Ribeiro e Maria Eugenia Romero Garcia	194
ENTRE FRONTEIRAS E CULTURAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO AGENTE CULTURAL NO PONTÃO DE CULTURA PÁTRIA GRANDE	
Fernanda Jamile Andrade Parente	197
TERRITÓRIOS DE AXÉ E INCIDÊNCIA CULTURAL	
Juliane Érica Cristina de Oliveira Carvalho.....	200

**MAPEAMENTO DA REDE MINEIRA DE PONTOS DE CULTURA:
UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA, INOVADORA E EMERGENCIAL**
Alba Dutra 203

**A CULTURA COMO COMUM E A PRÁXIS DA RESISTÊNCIA:
UMA CRÍTICA DIALÉTICA À MERCANTILIZAÇÃO E À
INSTITUCIONALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**
Fernanda Jamile Andrade Parente 206

PARTE III – PEQUENO DICIONÁRIO CRÍTICO DE CULTURA VIVA E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

INTRODUÇÃO

Christiane Ribeiro Gonçalves, Marcos Antonio Monte Rocha 215

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E PÁTRIA GRANDE: PERSPECTIVA INTERNACIONALISTA SOCIALISTA

Marcos Antonio Monte Rocha 219

CULTURA E BEM COMUM

Marcos Antonio Monte Rocha 221

A HYDRA CONTEMPORÂNEA: ORDEM CAPITALISTA, COLONIAL-RACISTA E PATRIARCAL

Marcos Antonio Monte Rocha 224

A HYDRA CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR MAIS ATENTO SOBRE A ORDEM CAPITALISTA

Camile Abreu Aragão de Lima, Marcos Antonio Monte Rocha 227

FASCISMO E IMPERIALISMO, VERSÕES DO CAPITALISMO

Karolayne Cardoso e Marcos Antonio Monte Rocha 230

TOTALIDADE: COMPREENSÃO E TRANSFORMAÇÃO CONCRETA DO REAL

Marcos Antonio Monte Rocha 233

TOTALIDADE, IDENTIDADES E IDENTITARISMOS Débora Mirian, Marcos Antonio Monte Rocha.....	236
NÓS, LATINO-AMERICANAS E LATINO-AMERICANOS - SENTIDOS QUE NOS APROXIMAM E ALIMENTAM O DESEJO-NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO. Débora Mirian, João Arthur Ribeiro	240
INTEGRAR O QUÊ? INTEGRAR PARA QUÊ? COMO INTEGRAR? Marcos Antonio Monte Rocha	243
CHEGOU A HORA! VAMOS MERGULHAR NOS ANTECEDENTES DA CULTURA VIVA Fernanda Jamile Andrade Parente e Marcos Antonio Monte Rocha	246
PONTO DE CULTURA E CULTURA VIVA ENTRE A POLÍTICA PÚBLICA E UM PROTOMOVIMENTO Antonio Iago Freire de Sousa, Marcos Antonio Monte Rocha.....	250
CONSTRUIR MOVIMENTO NÃO É COMPOR UMA REDE - O DESAFIO DA AUTONOMIA E DA EMANCIPAÇÃO Júlia Dalri Eller, Marcos Antonio Monte Rocha	253
TERRITÓRIO, COMUNIDADE, BASE COMUNITÁRIA E CULTURA VIVA Marcos Antonio Monte Rocha	256
RECONHECIMENTO CULTURAL, REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA E REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA Marcos Antonio Monte Rocha	259
CULTURA VIVA ENTRE O REFORMISMO E A REVOLUÇÃO Marcos Antonio Monte Rocha	262
POR UMA CRÍTICA DOS DIREITOS CULTURAIS Marcos Antonio Monte Rocha	265

POR UMA CRÍTICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Júlia Dalri Eller, Marcos Antonio Monte Rocha268

POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A JUSTIÇA CLIMÁTICA E O LUGAR DO CULTURA VIVA.

João Arthur Ribeiro, Marcos Antonio Monte Rocha271

ENCERRAMENTO

Christiane Ribeiro Gonçalves, Marcos Antonio Monte Rocha.....274

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato político, não uma mera formalidade ou um ato de gentileza, coisa de gente bem educada, convenientemente treinada nos bons modos para usá-la circunstancialmente. Agradecer é uma das atitudes que deve constituir a relação entre camaradas de militância de modo imperativo.

Todavia, não é ato menos imperioso, justo e necessário, agradecer a quem atende um chamado, um convite para estar conosco, seja por horas ou meses, e se dedica para além de um dever utilitário; dedica-se vendo sentido naquilo que faz, reconhecendo-se no que está sendo feito, comprometendo-se com os processos, com os e as companheiras com quem estão ombreando e com o horizonte político proposto.

Nesse sentido, deixamos nosso agradecimento largo e profundo a todas e todos as/os Agentes Cultura Viva, a todas e todos os membros e membras do Comitê Gestor e colaboradores e colaboradoras do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, que estiveram conosco imbuídos desse espírito.

E o agradecimento maior, sempre, à classe trabalhadora desse país: dos campos e das cidades, dos litorais e dos sertões; homens, mulheres e transexuais de quaisquer orientações sexuais; pessoas negras, brancas, indígenas e mestiças; e de todas as comunidades, tradicionais ou não.

Não se pode esquecer nunca e afirmar sempre que é das trabalhadoras e trabalhadores que provém toda riqueza de um país. Portanto é e será sempre o povo o grande mecenas, o grande financiador de toda e qualquer política pública. Cabe nesse contexto agradecer ao Ministério da Cultura, como estrutura de Estado, pelo exercício de uma de suas funções precípuas, a de fazer retornar ao povo uma pequena fração de tudo que ele produz, neste caso em forma de um projeto como este, o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande.

Nesse âmbito, a parte da riqueza produzida pelo povo, retornou para ele pelo projeto “Pontão de Cultura Pátria Grande - Cultura Viva, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana”, ação contemplada pelo EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA MINC - Nº 9, DE 31 DE AGOSTO DE 2023, CULTURA VIVA - FOMENTO À PONTÕES DE CULTURA - A POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA RECONSTRUINDO O BRASIL.

Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha

APRESENTAÇÃO

Que um espectro percorra a América Latina e Caribe e se incorpore nos mais diversos grupos e redes de cultura viva comunitária por todos os cantos do nosso continente. Que nos contagie, sobre aos nossos ouvidos perspectivas concretas e desalienadas para a construção de movimentos relevantes para o desafio da integração dos nossos povos.

Que ele seja ousado, crítico, alegre, solidário, insubordinado, insubmisso, radical na luta contra as lógicas de exploração e mercantilização da vida, imune aos encantos do capital, resistente à coerção e à sedução estatal... que ele seja revolucionário.

Que espectro é esse? O socialismo!

Iniciamos a apresentação deste livro com esta singela exortação inspirada no preâmbulo do Manifesto do Partido Comunista de fevereiro de 1848 de Marx e Engels. Esse texto, em poucos parágrafos e menos de uma página, ensina-nos que as coisas realmente revolucionárias não são queridas, festejadas e financiadas pelos poderes constituídos, nem do aparato estatal, nem do capital.

Mas ensina também que só existe um caminho a ser trilhado num projeto revolucionário - que numa tentativa de domesticação linguística, semântica, passou a ser chamado de transformação social ou para aqueles e aquelas um pouco mais ousadas e ousados, transformação estrutural. Esse caminho é o de expormos abertamente o que pensamos, nossos princípios e nossos horizontes, contagiarmos nossos pares e nos organizarmos politicamente para o enfrentamento de todo tipo de batalha, que a conjugação das próprias contradições do capital com a nossa tomada de consciência, tornam incontornáveis.

Um processo de integração latino-americana e caribenha dentro dos parâmetros do nosso capitalismo latino-americano dependente não passa de reedição, redesenho dos velhos processos de exploração que todas e todos conhecemos. Portanto, construir esta utopia concreta da integração latino-americana e caribenha aponta, inexoravelmente, para um projeto nacional socialista conectado com uma perspectiva internacionalista também socialista e de enfrentamento do imperialismo.

Importante salientar dois elementos fundamentais já que falamos tanto dessas duas palavrinhas que causam incômodo entre liberais e progressistas, revolução e socialismo.

Por um lado, como afirma Lênin em seu livro “Que fazer”, “a revolução não se faz, organiza-se”. Dito de outra forma, transformações estruturais não ocorrem por um ato isolado, uma iluminação, uma revelação ou um ato de desejo. Tampouco por algum tipo de encantamento, por um voluntarismo ou por discursos retóricos, fraseologias como diria Marx, coisa tão comum nos mais diversos campos do Cultura Viva. Revoluções são gestadas, não são necessariamente para “hoje ou amanhã”, são o produto da organização de um campo de pensamento e de luta, de estratégias e táticas, de um laborioso exercício com as massas e exigem paciência histórica.

Sobre o socialismo em solo latino-americano e caribenho recordamos, antes de sermos acusados e sumariamente punidos por eurocentrismo, do amauta peruano marxista José Carlos Mariátegui que em seu texto “Aniversário e Balanço” de 1928 afirma que o socialismo a ser construído em nosso continente não pode ser decalque e cópia das tradições marxistas europeias, deve ser criação heróica. Deve-se dar vida a um socialismo latino-americano a partir das realidades específicas latino-americanas, incluindo as questões indígenas e campesinas e, acrescentaria, incluindo as lógicas coloniais-racistas e patriarcais ambientadas nessas terras e o dependentismo frente aos países capitalistas hegemônicos, rumo ao que ele denominou socialismo indo-americano.

Recordemos de Cuba. Embora as principais lideranças do processo revolucionário fossem iniciadas no marxismo, a Revolução Cubana nasce com uma perspectiva de caráter nacionalista e anti-imperialista e não marxista. Em seu discurso no Primeiro Congresso Latino-americano da Juventude em agosto de 1960, Che Guevara afirma que no caso da revolução ser considerada marxista, “ela o seria porque descobriu também, pelos próprios métodos, os caminhos apontados por Marx” (GUEVARA, 2009, p. 10). O caráter, propriamente, socialista da revolução foi declarado por Fidel Castro somente em dezesseis de abril de 1961, como uma resposta à agressão imperialista perpetrada por mercenários articulados pela CIA com a invasão da praia Girón. Cuba construiu, portanto, a revolução que condizia a história, a materialidade das questões cubanas e suas contradições.

Recordemos ainda o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) em Chiapas, no México, que tem raízes no socialismo libertário, no anarquismo, no marxismo, na tradição maia e nos pensamentos de Emiliano Zapata e se conformou, em novembro de 1983 a partir da aproximação de um pequeno grupo urbano de orientação marxista-leninista clandestino com um grupo de indígenas, convencidos de que uma saída pacífica para a transformação do país estava esgotada. Desse encontro peculiar os e as zapatistas construíram um caminho original.

E na verdade, nada mais marxiano do que todas estas histórias. Se o núcleo duro dentre as formulações de Marx é o método, que é simultaneamente, materialista, histórico e dialético, nada mais distante disso que receitas replicáveis, que perspectivas deterministas, que interpretações alheias a materialidade da vida real, ao decurso e as condições históricas e as condições identificadas e potencialmente eliciadoras de processos de mudança, mediante a tomada de consciência das partes mais exploradas e violentadas pelo sistema.

Feitas estas considerações, afirmamos que o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira tem posicionamento teórico-político e este, já deve estar nítido neste momento.

Rechaçamos qualquer eventual comentário acusatório de que nos movemos ideologicamente. O que caracteriza a ideologia é o encobrimento e a distorção da realidade material, acompanhados da naturalização e universalização de um modelo hegemônico. Portanto, o que invade massivamente nossos ouvidos, olhos, boca, nariz e tato, ou outros sentidos que nós não dispomos, seja na chamada grande mídia, no discurso da maioria dos políticos profissionais, governos, grandes capitalistas e mesmo na maior parte da produção cultural é a expressão e reprodução irrefletida de uma subjetividade, eminentemente, condicionada e de caráter burguês, portanto, ideológico no sentido rigoroso do termo. A questão é que de tão naturalizados e universalizados, aquilo que podemos chamar de condições, modos de vida, formas e conteúdos capitalistas, mas também coloniais-racistas e patriarcais, passam a ser interpretados pela nossa consciência, como inquestionáveis, irrefutáveis ou, mais profundo, sequer tangenciam nossa consciência.

A proposta do Pontão é, exatamente, o contrário, justo porque o método marxiano, de maneira muito simples comentada acima, adensado do entendimento de que o sistema capitalista-colonial-patriarcal configura uma totalidade, uma síntese de múltiplas determinações históricas, políticas,

econômicas e culturais num dado espaço, faculta-nos a possibilidade de nos desalienar da camisa de força invisível da ideologia e construir uma consciência e um projeto de mudança real.

Vamos ao livro.

Esta publicação foi mais um esforço que nos exigiu fôlego, cansou-nos, exasperou-nos, porque o tempo do convênio não é o tempo da produção de conhecimento. Ao revés, os objetos a serem atingidos e a burocracia para se provar que os objetos foram executados, são quase um convite à ação irrefletida. Mas é da tradição da Fábrica de Imagens o gosto por produzir reflexão teórica e política e com o Pontão não foi diferente.

Três partes constituem o livro. A primeira, apresenta-nos sete textos nos quais percorremos processos metodológicos, teórico-políticos, ações desenvolvidas e achados realizados pelas grandes áreas do projeto - formação, comunicação, articulação e mapeamento. Destaque para o primeiro artigo de Marcos Antonio Monte Rocha que abre essa seção como uma discussão sobre Cultura Viva e hegemonia e para os dois artigos que a encerram de autoria de quatro Agentes Cultura Viva da área de mapeamento. A partir dos dados obtidos por cada dupla de agentes em estados brasileiros específicos, a coordenação geral e a de mapeamento acompanharam e orientaram o desenvolvimento de dois textos, desde a organização dos dados até a sua conclusão, passando pelas análises e interpretações de cada resposta obtida por meio do instrumento de entrevista.

A segunda parte se dedica a apresentação de 18 notas continentais.

As notas continentais conformaram um capítulo de destaque da trajetória do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande. Construídas no cruzamento entre seus processos de comunicação e formação, a proposta consistiu em, tendo como base teórico-política a formação continuada de caráter anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal promovida pelo Pontão, os interesses pessoais dos e das Agentes Cultura Viva e alguns fatos históricos e personagens importantes para a América Latina e Caribe, incluindo o tema da integração latino-americana, produzir textos em formato de artigo ou ensaio para publicação no instagram e no site do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande.

Nas reuniões da área de formação, agentes e a coordenação sugeriam temas, que eram discutidos e definidos por consenso. A definição da pessoa responsável pela escrita derivava dos interesses e disponibilidades para

a tarefa e o processo de escrita poderia ter idas e vindas sob a orientação da coordenação.

Cabia às agentes da comunicação ler os textos, compreendê-los e propor uma arte condizente com a proposta de texto apresentada. O resultado de todo esse processo pode ser visto tanto no instagram, como no site do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande.

Essa ação, como todas as demais ações do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande em diferentes níveis, foi construída e executada tendo em vista estimular, fortalecer o gosto pela produção de conhecimento, condição incontornável para a criação de um corpo e um campo político sedimentado na história e no pensamento crítico, especialmente, aquele de caráter materialista, histórico e dialético. Todavia, como poderão observar, nem todos os artigos estão alinhados, necessariamente, com essa perspectiva teórico-metodológica por um motivo simples, o respeito às perspectivas teórico-políticas das pessoas que aqui colaboraram.

Para além das produções das agentes, alguns dos escritos inseridos nessa seção foram desenvolvidos por membros do Comitê Gestor do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande.

Iniciamos por um texto, no entanto, que não foi escrito por Agentes Cultura Viva, nem por membros do Comitê Gestor. Trata-se de um comunicado elaborado pelo Movimiento de Culturas Vivas Comunitarias en Cuba, dirigido à Comunidade Internacional do Movimento Latino-americano de Culturas Vivas Comunitárias, seguido do texto base da Campanha “Cuba va a Colombia – Cultura Viva es para revolucionar!!!”, uma iniciativa do Pontão de Cultura Pátria Grande para contribuir com a participação da delegação cubana no VII Congresso Latino-americano e Caribenho das Culturas Vivas Comunitárias.

A terceira parte do livro apresenta nosso Pequeno Dicionário Crítico de Cultura Viva e Integração Latino-americana.

Originalmente, o Pequeno Dicionário Crítico foi pensado para ser um conteúdo para as redes sociais, instagram e youtube. O projeto propunha 20 episódios em vídeo de até um minuto e meio, coisa rápida ao gosto da maioria dos consumidores destas redes. Também teria, em princípio, a feição de um dicionário clássico, com a exposição sobre o significado de alguns termos de uso recorrente em integração latino-americana e cultura viva. Mas, o processo nos indicou outro caminho, um pouco mais complexo.

Demo-nos conta de que nos limitarmos a termos específicos e a um conteúdo rápido demais, faria-nos criar um documento, por mais crítico que fosse, burocrático, engessado e que não alcançaria algo que nos é muito caro, a visão de totalidade dos processos sociais, para seu entendimento e sua transformação.

Assim, a ideia original ganhou em volume e complexidade. Os textos foram sendo produzidos não mais a partir de termos, mas de temas. O conteúdo, sempre pelo menos três vezes maior do que inicialmente proposto. E, finalmente, para além da palavra falada dos vídeos, o Pequeno Dicionário Crítico de Cultura Viva e Integração Latino-americana, ganhou um espaço nesta publicação.

Sob a coordenação geral de Christiane Ribeiro Gonçalves e a orientação e revisão de Marcos Rocha, a criação dos textos teve a participação dos e das camaradas Agentes Cultura Viva Antonio Iago Freire de Sousa, Camile Abreu Aragão de Lima, Débora Mirian, Fernanda Jamile Andrade Parente, Karol Cardoso e Júlia Dalri Eller, de João Arthur Ribeiro da Fábrica de Imagens e do próprio Marcos Rocha.

Christiane Ribeiro Gonçalves e Marcos Antonio Monte Rocha
Fortaleza, Ceará, Brasil
20 de abril de 2026

PARTE I

**FORMAÇÃO, ARTICULAÇÃO, MAPEAMENTO E COMUNICAÇÃO
NO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE**



“OS VENTOS DO NORTE NÃO MOVEM MOINHOS”

MEU SERTÃO LATINO-AMERICANO: CAUSO DE LUTA E INTEGRAÇÃO

Meu povo, pouco se fala
De onde a gente vem,
Falam de nós, falam de tu,
Falam até de mim também.
Nos perguntam com desconfiança:
“Mas você vem de onde, hein?”

São tantos nomes e lugares,
Cidades, vilas, sertões,
Estados, países marcados
Por linhas feitas nas mãos,
Comunidades e aldeias,
Continentes, hemisférios, nações.

No meio disso tudo, eu digo,
Algo fica pra trás:
Nossa identidade latino-americana
Que insiste, mas pede mais,
O Brasil se sente sozinho
Num Sul que nunca foi demais.

Foi aí que eu peguei estrada
Num caso que vou contar,
Não foi viagem de calendário,
Foi encontro de caminhar,
Cada passo era um saber
Que eu ainda ia juntar.

No primeiro dia do carrero
Veio o mapa e o território,

Aprendi que cultura é vida,
É chão, memória e repertório,
E o povo escreve sua história
Sem depender de cartório.

E nesse mesmo caminho
Cruzei gente de Cuba a cantar,
Falando de resistência
Que nem o tempo fez calar,
E eu vi no brilho dos olhos
O sertão se espelhar.

Mapear não é só desenho
Frio feito em papelão,
É dizer: “aqui tem vida,
Aqui pulsa criação”,
É política que reconhece
O valor de cada chão.

Depois veio um companheiro
Lá do Paraguai irmão,
Falou de luta por terra
E de força na tradição,
E eu vi que nossa história
É a mesma em condição.

Mas confesso, meu povo,
Que não é simples explicar,
Essa tal integração
Que a gente sente no ar,
Mesmo sem nunca ter ido
Fisicamente atravessar.

No segundo dia da jornada
O recado veio ligeiro,
Consciência de classe é base

Pra não virar só dinheiro,
Cultura é campo de disputa
E o povo é verdadeiro.

Nisso encontrei uma mulher
Vinda da Venezuela em dor,
Falando de crise e luta
Mas também de muito amor,
Disse: “o povo se organiza
Mesmo diante do opressor.”

A luta apareceu no canto,
No corpo e na expressão,
Na arte que enfrenta o sistema
E denuncia a exploração,
E o agente cultural
Vira força de transformação.

No terceiro giro da estrada
A terra veio ensinar,
Como quem não pede licença
Mas insiste em falar,
Que cultura nasce do povo
E ninguém pode apagar.

E um irmão da Bolívia me ensinou,
Que a ancestralidade nunca se perdeu,
Mesmo quando o tempo tudo transformou,
Sua força no presente permaneceu,
E o sertão que eu trago também se formou,
Dessa raiz que o tempo não venceu.

Na fronteira invisível
Que não tá no papel,
A cultura atravessa tudo
Sem precisar de carimbo fiel,

E o pertencimento nasce
Ligando chão e céu.

No quarto trecho da história
Aprendi organização,
Que o povo pode se guiar
Sem esperar decisão,
Rede, fórum, coletivo
Também é gestão de ação.

E um parceiro do Equador falou,
“Integrar é mais que juntar,
É reconhecer o outro
E com ele caminhar”,
E aquilo fez sentido
Sem ninguém precisar provar.

Política não mora só
Em gabinete fechado,
Ela vive na cultura
Do povo organizado,
Mesmo quando não se chama
Já tá sendo praticado.

No quinto e último encontro
Veio forte a reflexão,
Como fazer esse saber
Virar prática no chão,
Sem virar palavra difícil
Nem distante da população.

E um canto do México ecoou,
Misturando vida e morte em tradição,
Num saber antigo que me tocou,
Feito reza guardada no coração,
Como o sertão que nunca se calou,
Mesmo quando faltou chão e pão.

Mais adiante no caminho
Um povo do Panamá encontrei,
Falando de travessia
E dos sonhos que guardei,
De uma América que se liga
Muito além do que enxerguei.

Meu povo, entenda comigo
O que esse caso traz:
O sertão não tá isolado,
Ele é parte de algo mais,
Mesmo longe da fronteira
Ele também é capaz.

Porque integrar não é só
Tratado, mapa ou região,
É cultura compartilhada,
É memória e conexão,
É reconhecer no outro
Um pedaço do seu chão.

E mesmo com dificuldade
De enxergar essa união,
Pois o Brasil foi ensinado
A viver em solidão,
A América Latina vive
Quando o povo estende a mão.

Alice Carvalho da Silva Santos
23/04/2026

Comunidade Curral de Varas - Guanambi - Bahia - Brasil

UMA NOVA HEGEMONIA?

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

*Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém
Apenas um rapaz latino-americano (Belchior)
E eu quero é que esse canto torto feito faca,
Corte a carne de vocês
A palo seco (Belchior)*

CONTEXTO

Em outubro de 2025 participei a convite da Associação Movimentos do “II Seminário Regional de Políticas Culturais: Desafios e Visões Futuras”, realizado no Crato, no Cariri cearense.

Embora no evento tenha discorrido sobre “Territórios Criativos e Cultura Viva”, atravessando os temas cultura comunitária, pontos de cultura, redes e gestão compartilhada, sustentabilidade e descentralização, o texto ora apresentado teve como inspiração outra mesa, intitulada “Cultura em Movimento: Políticas, Identidades e Transformações Sociais”, através da qual se buscava abordar os “desafios estruturais e os horizontes possíveis para a cultura como vetor de transformação”. Para atingir os objetivos desse texto, abordaremos o tema conferindo uma ênfase maior ao Cultura Viva e sua contribuição, ou não, para a construção de transformações estruturais e de uma nova hegemonia.

Antes, no entanto quero reiterar meu agradecimento pelo convite das companheiras Elizabeth Fernandes e Dani de Jade por terem me provocado a articular uma série de conceitos utilizados a exaustão nos campos da política e dos movimentos culturais, especialmente no âmbito do Cultura Viva, sobre os quais é preciso refletir e problematizar urgentemente.

Estendo também meus agradecimentos a todas as trabalhadoras e trabalhadores envolvidos na organização desse momento, especialmente a Ana Cristina e a Dora, por toda gentileza, cuidado e alegres diálogos estabelecidos. Dedico, por fim, esse artigo as e aos jovens da segunda turma da Escola Livre Terreiro em Movimento, para quem o seminário foi dirigido a título

de abertura do seu processo de formação recém iniciado, torcendo para que sempre recordem de que todo ato humano é político e que economia, cultura, política são estruturas indissociáveis. Conformam sempre uma unidade que em seu interior dialeticamente se determinam na materialidade da vida, das condições e relações concretas. Às vezes as separamos, é verdade, por incapacidade de fazer uma leitura de totalidade, por uma questão, talvez oriunda da anterior, de natureza didática ou pela conveniência, seja ela de que natureza for, fisiológica, corporativa, casuística.

Devo sublinhar ademais, que quando recebi o convite de Elizabeth, comuniquei sobre a perspectiva crítica que tinha sobre os conceitos que orientavam o seminário. Afirmei-lhe que embora não fosse um ignorante em políticas culturais, seus fundamentos e seus objetivos, tenho me dedicado mais ao tema dos movimentos sociais e, obviamente, pela minha trajetória, ao Cultura Viva e o que tenho chamado protomovimento cultura viva brasileiro.

Informei-lhe também da minha perspectiva concreta no sentido mesmo materialista, histórico e dialético do termo que desaguava, inexoravelmente, numa orientação, diria, pouco alvissareira em relação às interpretações da maior parte dos militantes e pesquisadores que lidam com esses assuntos, o que não me permitia análises encantadas, idílicas, romantizadas. Convite confirmado, convite aceito.

Não se interprete, no entanto, que o estado que acabo de descrever aponta para um pessimismo, uma melancolia, uma capitulação, tampouco me movo por esperanças fugazes, imateriais, ingênuas ou pseudo ingênuas. Fora assim, não faria o que faço e diria o que digo. É apenas a mirada de alguém que não se esquiva das afetações, tampouco se omite em atuar de modo a afetar seu meio, trabalhando sempre para que esse jogo seja prenhe de alegres afetos, perseguindo, na medida e quando possível, um ar sereno-jovial. Nem sempre a meta é alcançada, mas há uma tentativa sincera.

A propósito, a epígrafe acima se remete a isso, a honestidade comigo mesmo, de dizer o que penso e como penso por mais precário, inconcluso ou contraditório que possa parecer aos outros e, não raras vezes, a mim mesmo. Mas também a coragem de contraditar desde o interior do que se poderia chamar “nosso campo político”, assumindo o risco de ser objeto de resposta que vai para além do contradito, o que é esperado e até mesmo desejado, avançando para a seara da distorção premeditada ou mesmo da desqualificação de ordem moral.

Uma ousadia em acolher a inadaptação, a inconformidade com a convenção e mesmo um gosto pelo atrito e pela ferida que daí possa advir.

Um olhar desviante em relação ao hegemônico, àquilo que é amplamente acolhido pelos pares a ponto de se tornar quase uma profissão de fé.

Uma fuga do palavreado idealizado, adocicado, frouxo e complacente e uma aproximação da palavra real, capaz de juntar, mas que não se furta em cortar; capaz de curar, mas que não se furta em ferir.

Um gosto pelo exercício do pensamento que sempre nos exige enfrentar contradições, exercitar a reflexão crítica, às vezes nadar contra a maré e se ambientar à certa solidão.

Mas esse exercício só é factível se há amor ao conhecimento, ao devir e à vida na plenitude de suas contradições. Na verdade, retifico-me, não um enfrentamento das contradições, mas um acolhimento, um laborioso e paciente convívio com elas. Cartas sempre sobre a mesa e nunca sob as mangas.

Sobre essa atitude, de não fazer “uma canção como se deve, correta, branca, suave, muito limpa, muito leve”, pois “não posso cantar como convém”, recordo-me de uma entrevista de Milton Santos ao Programa Roda Viva em 1997, na qual ele comenta sobre o intelectual, seu lugar e seu destino.

Como intelectual eu tenho que me habituar a estar sozinho. Não tenho que me preocupar com quem me acompanha. Porque não é próprio do intelectual se preocupar se tem apoio ou não. O intelectual se caracteriza pela sua força crítica. **O intelectual existe para criar o desconforto. É o seu papel. E ele tem que ser forte o bastante sozinho**, pra continuar exercendo esse papel. De tal maneira que o que os outros pensem, como disse um pouco, lhe é indiferente. (SANTOS, 1997, grifo meu).

Coadunando com a percepção de Milton Santos, o intelectual é aquela pessoa que alimenta um gosto pelo exercício do pensamento, aquele que diante da contradição, não recua e não se acomoda, que se sente desconfortável frente “a mesma história tantas vezes lida”, para citar Florbela Espanca em “Fanatismo”. Se no poema de Florbela é retratado um fanatismo passional que leva o eu lírico a uma repetição irrefreável e inescapável dirigida ao objeto da paixão, no campo do pensamento, é exatamente dessa repetição compulsiva e irrefletida que o intelectual precisa se afastar.

Mas estas características não são prerrogativas de intelectuais no sentido mais glamoroso do termo, basta somente ser gente com pensamento crítico e coragem para formular e expressar o que pensa.

Nietzsche escrevendo sobre sua filosofia, sobre a liberdade de pensar e escrever, refere-se também a uma solidão, assim como igualmente se refere Milton Santos. A filosofia, enquanto coragem de pensar e dizer, como um exercício que não se faz somente com as mãos, mas também com os pés e que é destinada a leitores que tenham “bons dentes e bom estômago” (NIETZSCHE, 2001, p. 43), ratificando que o trabalho intelectual é um trabalho radical e orgânico:

“– Quem sabe respirar o ar de meus escritos sabe que é um ar das alturas, um ar forte. É preciso ser feito para ele, senão há o perigo nada pequeno de se resfriar. O gelo está próximo, a solidão é monstruosa, mas quão tranquilas banham-se as coisas na luz! Com que liberdade se respira! Quantas coisas sente-se abaixo de si! - filosofia, tal como até agora a entendi e vivi, é a vida voluntária no gelo e nos cumes a busca de tudo o que é estranho e questionável no existir, de tudo o que a moral até agora baniu. Uma longa experiência, trazida por tais andanças pelo proibido, ensinou-me a considerar de modo bem diferente do desejável as razões pelas quais até agora se moralizou e se idealizou... **Quanta verdade suporta, quanta verdade ousa um espírito?**” (NIETZSCHE, 1995, p. 18, grifo meu).

Bem, eu acolho de bom grado caminhar na maioria das vezes com poucos e poucas valorosas camaradas e não aderir ao que tenho denominado senso comum Cultura Viva e assumo o ônus que possa advir da minha crítica, seja por parte de grupos hegemônicos de caráter utilitário, corporativista e conveniente dentro do protomovimento Cultura Viva, seja por parte da institucionalidade governamental no seu manejo progressista do caos neoliberal. Tudo em nome da governança.

Transformações sociais e desafios estruturais

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sobre aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”. (MARX, 2008, p.19)

Quando falamos de um desafio estrutural para a transformação social estamos falando do desafio de subverter a ordem hegemônica de uma dada sociedade nos seus aspectos político, econômico e sociocultural, havendo uma mudança importante na correlação de forças econômico-políticas, nas relações

de produção, reprodução e distribuição das riquezas coletivamente produzidas e na produção cultural em seus aspectos mais enraizados, densos e longevos de ordem material e simbólica estabelecidas num dado espaço-tempo.

Não havendo minimamente isso, estamos falando de transformações de menor envergadura que não possuem força para serem designadas como estruturais. São reformas, adaptações conjunturais, que, circunstancialmente ou taticamente, têm sua função e valor, mas que não alteram estruturas. Podem ser inclusive as políticas públicas que geralmente reduzem danos, mas passam longe de promover mudança estrutural, aquelas que logram uma duração histórica e não por uma temporada. Ora, uma transformação social que nos impõem desafios estruturais, será aqui entendida como transformação estrutural ou, de modo mais preciso, historicamente mais correto, revolução.

Para dar mais alguns passos nessa argumentação, cito dois excertos de Marx e Engels em “A Ideologia Alemã”:

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens... são os homens que desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material que, ao mudarem essa realidade mudam também seu pensamento e os produtos do seu pensamento. **Não é a consciência que determina a vida, mas vida que determina a consciência.** (ENGELS; MARX, 2009, p. 31 e 32, grifo meu).

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual... As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como ideia. (ENGELS; MARX, 2009, p. 67, grifo meu).

Muitos aspectos poderiam ser esmiuçados a partir destes dois excertos. Dentre eles vou me deter em alguns que considero importantes para pensar transformação social e desafios estruturais: a materialidade da vida, a produção da consciência e, mais especificamente, da consciência de classe, declinando por uma discussão sobre a materialidade *versus* o simbólico e pela noção de

totalidade como recurso metodológico de análise da realidade social e de intervenção na mesma.

A concretude da vida, sedimentada nas condições e nas relações de produção e reprodução material da vida, conforma a base da realidade social. A consciência, o pensamento, os afetos, o simbólico, o que chamamos de cultura, não podem ser compreendidas distantes, desconectadas ou à revelia dessa premissa. Nada disso se cria por inspiração incondicionada, nasce por geração espontânea ou como ato mágico fora das relações sociais.

Qualquer tentativa de interpretação da realidade social que não parta da análise minuciosa da realidade concreta, mas de uma interpretação idealizada, que tenta forçosamente formatar essa realidade concreta para caber num caixa conceitual idealizada, é recurso que falseia, distorce a realidade e erige uma cortina de fumaça que nos impede de construir as soluções concretas e estruturais. Aliás, nos impede de apreciar de modo mais agudo e complexo a própria realidade e os problemas que, por ventura, apresentem-se.

Óbvio que o termo determinação apresentado no excerto acima e no pensamento marxiano de modo geral, não tem uma qualidade mecânica, automática, de mera continuidade, pois a interação dos sujeitos entre si e com mundo e a ação histórica destes sobre uma realidade social já pensada, estruturada e estruturante antes dos seus nascimentos, cria condições incalculáveis de produção de pensamento e ação no mundo que podem em última instância servir a reprodução do estabelecido ou a revolução.

Todavia, a base, o solo de onde emerge qualquer produção e qualquer criatividade é a realidade concreta vivida. A criatividade, a inventividade ou, simplesmente, a condição de imaginar são inerentes à ação dos sujeitos históricos no mundo e as condições concretas de existência.

No entanto, à medida que o mundo é transformado pela ação material humana, configurando condições e relações sociais específicas, significados, sentidos e interpretações também são construídos. O ato humano, simultaneamente, transforma o mundo e o sujeito. Portanto:

“Parece-me que é uma questão a ser ultrapassada, se é a dimensão cultural, os sistemas simbólicos... ou as condições e relações econômicas concretas que são determinantes, estruturantes da vida. Tal querela adentra um campo, na minha percepção, de um binarismo estéril. **Não é possível simbolizar a partir do vácuo e fora das relações concretas.** É a partir das condições e das relações materiais de existência

que se desenvolvem as possibilidades, simultaneamente, da ação prática/material e da ação semiótica/interpretativa, ambas ou se retroalimentam num movimento conservador ou se contradizem, abrindo possibilidades para uma mudança cultural”.(ROCHA, 2022, p. 33, grifo meu).

O método dialético e, mas especificamente a categoria totalidade em Marx abole esse infrutífero debate, apontando para a compreensão de que qualquer fenômeno social tem múltiplas determinações, sobredeterminações, conexões e contradições internas, que vão além da mera soma das partes, revelando a natureza, portanto, complexa e processual da realidade social. Uma natureza que não é uma mera intersecção, mas é consubstancial.

Diria que a noção de totalidade para a compreensão da realidade amalgama a realidade ideologicamente fragmentada e alienada sobre a qual se sustenta a lógica capitalista de exploração e acumulação. A compreensão da realidade como totalidade, como complexidade, como estrutura consubstancial não é uma compreensão abstrata, ela está ligada a prática, a observação das correlações de forças, das relações sociais concretas de produção e reprodução da vida social, dos campos de poder, das construções ideológicas, da localização das contradições internas dos processos materiais e subjetivos que emergem da cena com suas características continuístas e conservadoras ou insurgentes e disruptivas.

Didaticamente, Karel Kosik em a “Dialética do Concreto” apresenta a seguinte definição para totalidade:

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. **Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade;** e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético [...] se são entendidos como partes estruturais do todo. (KOSIK, 2011, p. 44, grifo meu).

Em “História e Consciência de Classe”, György Lucáks enuncia de modo claro o problema histórico e político de se abdicar desse método denso de análise da realidade social.

O problema da compreensão unitária do processo histórico surge, necessariamente, como o estudo de todas as épocas e de todos os setores parciais, etc. E é aqui que se revela **a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é muito possível que qualquer pessoa compreenda e descreva um acontecimento histórico de maneira essencialmente justa sem que por isso seja capaz de perceber este acontecimento no que ele realmente é, na sua função real no interior do todo histórico a que pertence.** (LUKÁCS, 1989, p. 27, grifo meu).

A análise do sistema capitalista a cada tempo, em cada espaço como totalidade, como síntese de múltiplas determinações, historiciza, desnaturaliza, desvela o real e torna materialmente tangível aquilo que para um olhar menos treinado seria da ordem do “sempre foi assim”, “isso é da natureza humana” ou da clássica “é assim porque Deus quer”. Historiciza e destrói inclusive uma dada naturalização e essencialização da cultura, facilmente verificável nos ditos culturalistas como, por exemplo, na frase “tal coisa é cultural”. Ou seja, como algo que não pode ser alterado, nem mesmo questionado, porque é da ordem da tradição e tradições devem ser preservadas. Mas todas as tradições devem ser preservadas a ferro e a fogo? Quem e como se decide o que se preservar?

Esse tipo de análise contribui para desencobrir coisas primárias, mas que a ordem hegemônica, discursiva e retoricamente, pois por uma análise concreta não se sustenta, quer nos fazer crer, como, por exemplo: que não vivemos num mundo de classes sociais conflitantes, mas num mundo de oportunidades, de vontades e esforços individuais e de mérito; que os estados de riqueza e pobreza são inerentes à condição humana e que o que separa ricos de pobres é o superior empenho e dedicação, a engenhosidade, a criatividade que uns tem ou desenvolvem e os outros não; enfim, que vivemos como indivíduos autônomos e nossas vitórias e fracassos são de inteira responsabilidade, e culpa, de cada um, afinal, formalmente somos livres e iguais em direitos.

Este tipo construção “explicativa” que produz consciências alienadas é o meio não coercitivo da ordem capitalista fazer valer sua hegemonia atuando no plano das ideias, mas também dos afetos. É a ideologia, que de uma só vez esconde e distorce a realidade materialmente percebida e naturaliza e universaliza uma idealidade, um padrão cognitivo e afetivo favorável à permanência das condições e relações de produção e reprodução da vida material que sustentam o próprio capitalismo.

Não é demais recordar a frase inicial da primeira parte do incendiário panfleto de 1848, no qual se lê: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes” (ENGELS; MARX, 2002, p. 45). Como outrora, contínua válida a afirmação de Marx e Engels em seu Manifesto do Partido Comunista.

No Brasil a PEC do teto de gastos (2016) das reformas trabalhistas (2017) e da previdência (2019), amplamente desfavoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras, mas com amplo apoio empresarial, do sistema financeiro, da grande mídia, além de setores do Congresso Nacional comprometidos com o grande capital são uma demonstração contundente e atual do antagonismo inconciliável entre trabalhadores e burgueses, os proprietários das grandes empresas, bancos ou simplesmente especuladores e rentistas. A resistência à taxação de grandes fortunas e dividendos, o que levou a Câmara dos Deputados rejeitá-la na regulamentação da reforma tributária é outra evidência da vida real do antagonismo de classe.

Enfim, por mais que vivamos um tempo de uberização de tudo, inclusive no âmbito cultural, de naturalização da radicalização da exploração, de discursos que promovem os empreendedorismos e a criatividade como saídas para a “crise” capitalista atual, negar que existem classes antagônicas só se pode compreender dentro de três registros: o da classe dominante, por motivação evidente, para garantir seus privilégios e que as coisas permaneçam estruturadas de modo favorável a ela; o de parte da classe trabalhadora que, alienada de sua existência materialmente desfavorável e apegada a promessas de distinção, reconhecimento e de que pode gozar um dia uma vida de patrão, impregna-se de valores e sentidos capitalistas, como o individualismo, a competição e a meritocracia; ou ainda, de uma outra parcela da classe trabalhadora que, mesmo enxergando toda a exploração e morticínio que o sistema produz, desistiu de lutar. Acomodou-se, busca somente garantir sua existência, gestar o caos ou, no máximo, atuar para reduzir os danos do sistema, lutando pela garantia de um punhado de direitos e políticas públicas que de modo prático atuam muitas vezes fragmentando, gerenciando e contendo os processos de tomada de consciência de classe, de insubmissão, de insurgência, de luta por transformações estruturais, ou seja, revolução.

Se falamos de transformação estrutural, não é possível avançar nesse desafio sem que se tenha a nitidez que, todo processo de produção e reprodução

material e simbólica no sistema capitalista, se baseia na propriedade privada dos meios de produção e que esse é o ponto fulcral de disputa.

Ou seja, falar em desafios estruturais para a transformação social nos exige pensar a totalidade do sistema capitalista em suas múltiplas determinações econômicas, políticas, históricas e culturais e a construção de táticas e estratégia para superá-lo.

De fato, acrescentado mais um elemento para reflexão no final desta seção, o termo transformação social e o conceito de estrutura têm sido banalizados e reduzidos a uma dimensão superficial, seja no âmbito dos movimentos, seja no âmbito do Estado, o que permite ao sistema capitalista se afirmar como um sistema aberto para transformações estruturais. Mais uma vez, um falseamento da realidade, uma mentira que de tão reiterada discursiva, retórica e simbolicamente, assume aparência de realidade.

O Cultura viva como vetor de transformação e a questão da hegemonia

“Estamos lutando pela hegemonia? Imagina-se... Estamos lutando apenas para não ficar malucos, para não ficar malucos, para não dizer besteira demais, para não contribuir com a nossa gota de fel para o veneno alheio. Tomemos nossa cicuta com tranquilidade, meus filhos”.
Maria da Conceição Tavares.

Começamos esta terceira e derradeira seção trazendo essa pérola de Maria da Conceição Tavares, retirada de uma aula sua na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e sobre a qual não tenho mais referências. Faço isso como homenagem a esta mulher que nos deixou há quase dois anos e se notabilizou como a voz mais importante a se contrapor ao pensamento econômico hegemônico brasileiro e de uma forma transgressiva, impetuosa, visceral, transbordando conhecimento, indignação e revolta que se via a flor da pele. Dessa epígrafe, devo reconhecer que não raras vezes o sentimento expresso sobre a nossa condição ou não de lutar por uma nova hegemonia, me assalta.

Chegamos ao ponto central dessa argumentação, o Cultura Viva como potencial vetor de transformação social e elemento significativo para a construção de outra ordem hegemônica.

Em janeiro de 2003, e já se vão 23 anos, o então recém-empossado ministro de estado da cultura, Gilberto Gil, realizou um discurso que se tornou histórico, cantado em verso e prosa e analisado em dissertações e teses. Do que mais as pessoas lembram desse discurso é da metáfora do do-in

antropológico. Mas não é o do-in antropológico que trago a discussão aqui, embora a metáfora seja muito boa. A seguir transcrevo um excerto do texto e me fixo em um elemento específico. Diz o ex-ministro:

Fazer uma espécie de 'do-in' antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Daí que a política cultural deste ministério, **a política cultural do governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país.** Como parte do projeto de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. (GIL; FERREIRA, 2013, p. 230-233, grifo meu).

Tornar a política cultural parte de um projeto nacional do governo eleito para a construção de uma nova hegemonia, esse é o desafio ao qual se impõe o ministro. Para quê? A resposta vem na sequência: para que essa nova hegemonia se constitua como parte do projeto de construção de uma nação realmente democrática. Uma parte que, importante dar relevo, não é subsidiária nessa construção, mas, como ele se refere em outro trecho do discurso, é estratégica e central.

Portanto, considera-se que a construção dessa nova nação não pode ser operada sem a formação de um campo hegemônico que alimente, sobredetermine, não somente o campo simbólico, mas também as condições e relações de produção e reprodução da vida material. Mas é importante perceber que a construção desse novo campo hegemônico, embora central e estratégico, é parte, não constitui a totalidade dos determinantes para criar a nação referida acima. Concomitantemente o governo deveria atuar na economia e em outras políticas sociais constituindo assim um campo político, social e cultural adequado e necessário para o advento de reais transformações, aquelas ditas estruturais.

Não nos deteremos muito tempo na análise das políticas econômicas e outras políticas sociais no sentido de identificar se contribuíram ou não para esse novo projeto de nação, embora possamos afirmar que a história é soberana e ela nos mostrou a ineficácia no campo político-econômico do progressismo dos governos Lula e Dilma de promoverem de fato mudanças estruturais na sociedade brasileira.

Sobre isso o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 18 de abril de 2026, no seu discurso de encerramento da reunião de Mobilização Progressista Global, realizada em Barcelona assinala:

O campo progressista conseguiu avançar na pauta dos direitos (...) mas o progressismo não conseguiu superar o pensamento econômico dominante. O projeto neoliberal prometeu prosperidade e entregou fome, desigualdade e insegurança. Provocou crise atrás de crise. Ainda sim, nós sucumbimos à ortodoxia. **Temos sido os gerentes das mazelas do neoliberalismo.** Governos de esquerda ganham as eleições com discurso de esquerda e praticam austeridade. Abrem mão de políticas públicas em nome da governabilidade. **Nós nos tornamos o sistema.** Por isso, não surpreende agora que o outro lado se apresente agora como antissistema (...). A extrema-direita soube capitalizar o mal-estar das promessas não cumpridas do neoliberalismo (Transcrição minha de parte do discurso, grifos meus).

As frases destacadas são fortes e corretas, mas, infelizmente, ditas somente 23 anos após o PT ganhar sua primeira eleição presidencial em 2002 e, desde aí, ter optado pelo gerenciamento do caos por meio de uma política progressista, quando análises críticas sobre o progressismo brasileiro e latino-americano, já pululam nos meios políticos e acadêmicos há pelo menos uma década e meia.

O presidente assume que uma política complacente com relação à lógica da economia neoliberal não apenas não nos fez avançar em reais e duradouras mudanças, mas, ao contrário, deu de bandeja para os extremistas de direita a prerrogativa de hoje eles incorporarem a face de antisistêmicos.

Este último diagnóstico realizado pelo presidente, inclusive, está em perfeita sinergia com a recente pesquisa publicada pelo ICL (Instituto Conhecimento Liberta) realizada pela Ágora Consultores, ouvindo 9.497 pessoas entre 17 e 23 de novembro de 2025. Um dos dados extraídos da pesquisa revela que 45% dos entrevistados defendem a necessidade de uma revolução no país ou que ela já está em andamento. Todavia se engana quem imagina que “os revolucionários” da pesquisa são na maioria de esquerda e querem educação, saúde e trabalho para todas e todos ou a extinção da propriedade privada dos meios de produção. A maior parte daqueles que querem revolução

são radicais de direita que querem destruir o Banco Central, dolarizar a economia, destruir a educação e a saúde pública.

A ausência de um projeto de mudança estrutural de fato, revolucionário, no plano da economia, nos âmbitos da produção, reprodução e distribuição das riquezas produzidas socialmente, a acomodação à lógica do capital, especialmente o financeiro-rentista, juntamente com a opção pela a densificação das políticas de reconhecimento e representatividade, explicam em boa medida a quadra histórica atual Brasil e o cenário desafiador que temos pela frente, onde parte significativa da população avalia o progressismo petista como pró-sistema e as classes que sempre foram hegemônicas, violentas moral, física e economicamente, contra direitos sociais, como antissistêmicas.

É importante, no entanto, salientar que este cenário não revela somente um momento político-econômico crítico, mas, sobretudo a deterioração de perspectivas de vida em sociedade, de horizontes civilizatórios mínimos mesmo para os padrões de uma social-democracia burguesa e que isto não é uma exclusividade brasileira, é fenômeno mundial.

Sigamos.

E afinal, o que é hegemonia? O que constituiria a criação de uma nova hegemonia? Qual seria a velha ou aquela ser superada? Que características teria essa nova hegemonia? E mais, a política cultural desenvolvida a partir de 2004, o Cultura Viva, contribuiu para a construção de outro campo hegemônico ou não?

Não posso assegurar, mas desconfio que o termo hegemonia no sentido que Gilberto Gil emprega no seu discurso tem uma perspectiva gramsciana:

Nas condições modernas, [...] **uma classe mantém seu domínio não simplesmente através de uma organização específica da força, mas por ser capaz de ir além de seus interesses corporativos estreitos, exercendo uma liderança moral e intelectual e fazendo, concessões dentro de certos limites, a uma variedade de aliados unificados num bloco social de forças**, [denominado] bloco histórico. Este bloco representa uma base de consentimento para uma certa ordem social, na qual a hegemonia de uma classe dominante é criada e recriada numa teia de instituições, relações sociais e ideias. Essa “textura de hegemonia” é tecida pelos intelectuais que são todos aqueles que têm um papel organizativo na sociedade (BOTTOMORE, 2012, p. 284).

A hegemonia é, portanto o efeito esperado de uma complexa construção que precisa atravessar não somente o nível do Estado, mas se enraizar na sociedade civil por meio, sobretudo, do trabalho educativo e da produção cultural. A hegemonia garante a um determinado grupo social dominância numa dada sociedade, dominância esta exercida não somente pela coerção, mas, sobretudo pelo consentimento, pela adesão majoritária dessa sociedade aos sentidos, valores, interpretações, princípios e horizontes apontados por esse grupo social.

Assim fica fácil compreender a centralidade da construção de uma nova hegemonia para a sedimentação de uma nação democrática, material e simbolicamente. Constituir uma nova hegemonia significa, portanto, suplantar no nível das ideias, do pensamento e dos afetos a hegemonia dominante. Mas é importante ratificar que esta nova hegemonia precisa se construir dialeticamente com avanços reais da base material. Um processo de mudança estrutural exige um alinhamento das determinações históricas, políticas, econômicas e culturais que favoreça sua constituição.

Peguemos o exemplo da tríade reconhecimento cultural, representação política, aspectos fulcrais para os progressismos, e a redistribuição econômica (FRASER, 2006). Ora, o avanço político num universo, predominantemente, simbólico, deixando intactas as condições e, sobretudo, as relações materiais de existência sustentadas por um sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, que por serem esses meios privados, seus detentores são aqueles que de fato acumulam a riqueza socialmente produzida, deixando para as classes trabalhadoras não mais que resíduos, é uma fórmula fadada ao fracasso, mais cedo ou mais tarde.

Ela é incapaz de resolver os problemas gerais, econômicos que dizem respeito a todos e todas e também é incapaz de promover direitos plenos as populações agora “reconhecidas” pelo Estado e “representadas” no Estado, pois há um teto material para a melhoria objetiva de vida dessas populações e, este teto, é definido pelo capital.

Mas qual seria a hegemonia dominante a ser superada? A hegemonia capitalista é a resposta. O capitalismo não é somente um sistema econômico, é também um sistema de produção de subjetividade, de valores, hierarquias, noções de justiça, desenvolvimento, cidadania e democracia, sonhos, desejos.

A centralidade no indivíduo, a ênfase na competição, a crença na meritocracia, na chamada democracia liberal e no chamado Estado democrático de

direito, bem como, a busca, sempre inconclusa de “ser mais” como sinônimo de “acumular mais”, são elementos dessa hegemonia que sustentam o modo de vida burguês e se impõem em todos os extratos sociais de modo não coercitivo, apresentando-se como natural e universal.

Portanto, caminhar no sentido de construir uma nação realmente democrática implica num movimento de transformação estrutural, considerando a incompatibilidade ético-política entre democracia real e a ordem capitalista. Mas como operar e que características deveria ter essa nova hegemonia?

Creio que já toquei nesse assunto anteriormente, mas reforço, influenciado por Gramsci, o seguinte: não há possibilidade de construção de uma nova hegemonia sem concomitantemente a construção de bases materiais, econômicas que a sustentem. E aqui reside o calcanhar de Aquiles dos projetos progressistas, dos conciliadores de classe. Fixam-se em reconhecimentos particulares, promovem representações cada vez mais fragmentadas e a redistribuição para a totalidade é pífia. Portanto, a criação de uma nova hegemonia necessita a um mesmo tempo de base material e base simbólica.

Este contexto me impele a comentar outro aspecto que, aparentemente, refere-se, *stricto sensu*, ao campo cultural, a produção de símbolos e significados, mas que impacta a construção de uma consciência de classe e luta coletiva.

Formularia do seguinte modo: não é qualquer produção cultural que contribui para a construção de um novo campo hegemônico. Produção cultural fragmentada, ensimesmada nas identidades ou pulverizada na noção burguesa e colonial de diversidade ou interculturalidade padrão ONU, não constrói nenhuma nova hegemonia. Uma atomiza, outra eteriza a compreensão do real e ambas escondem as relações de poder que de fato nos subalternizam. Antes serve ao modelo de gestão neoliberal que estimula esta fragmentação das identidades como modo de gestão pela diluição das demandas materiais em demandas simbólicas, particularizando, atomizando as lutas coletivas.

Chegamos enfim a pergunta crucial: o Cultura Viva (enquanto protomovimento) ou a Cultura Viva (enquanto política pública) são ou podem ser vetores de transformações estruturais? De revolução?

Ora, o mundo ainda é dividido em classes sociais, no qual tudo se torna mercadoria. Por um lado aqueles que dependem da venda de seu corpo para receber um salário, um pagamento que para trabalhadoras e trabalhadores mal

é suficiente para repor suas energias para que no dia seguinte tornem a vender seus corpos e seu tempo novamente. Por outro lado os que se beneficiam da exploração do trabalho alheio e da geração de riqueza produzida por trabalhadores e trabalhadoras, gerando lucro para si, e sempre acumulando. Incluímos neste lado também aqueles que acumulam capital pela financeirização da economia, enriquecendo-se por meio da compra de títulos da dívida pública e ações em bolsas de valores e não por investimentos diretos na produção de bens e serviços. Em duas palavras trabalhadores / trabalhadoras e burgueses, explorados e exploradores.

Se Marx, Engels e Gramsci estiverem razoavelmente certos sobre a existência dessas duas classes; sobre o sentido de exploração inerente a relação social entre as duas, o que gera uma brutal desigualdade observável do âmbito mais micro, local, ao mais macro, internacional; e de que a cultura, ou produção cultural, como produção estética-ética-política é fundamental para virar esse jogo num processo contra hegemônico no dizer de Raymond Willams; o que estamos fazendo para virar esse jogo?

As políticas culturais têm pelo menos tentado construir essa nova hegemonia? E a sociedade civil, o que inclui as pessoas trabalhadoras do campo cultural e, no nosso caso, os pontos de cultura têm atuado de modo a construir essa hegemonia?

Algumas pessoas poderão argumentar que não faz sentido estes questionamentos, dizendo: - Mas têm as políticas de igualdade racial! - Têm as políticas de equidade de gênero! – Tem o Cultura Viva com seus reconhecimentos e a democratização da cultura! - Avançamos sim estruturalmente!

Na nossa avaliação, avanços muito limitados e precários. Avanços permitidos pelos poderes hegemônicos dentro de uma margem de segurança que não ameace o sistema e isso não é especulação, é real, é material. Se não for assim, como explicar o golpe parlamentar, midiático, jurídico, empresarial a ex-presidenta Dilma Rousseff ou a subsequente eleição de Bolsonaro e o desmantelamento das políticas públicas sociais durante seu governo que passaram décadas para serem construídas?

O que tem ocorrido são acomodações do sistema ou ao sistema. O sistema cede um anel dos milhares que tem para não perder os dedos e ainda constrói uma imagem de reino da liberdade e das oportunidades. Por nosso lado, ainda festejamos histórias individuais, exceções, que estão muito, muito

distantes de configurarem lei geral, o que mais uma vez ratifica o vaticínio do sistema de que tudo é uma questão de criatividade, de empreender.

E o que resta para a ampla maioria que “não empreendeu com a gana necessária”, “que não se capacitou”, “que não foi criativo o suficiente”, “que perdeu o bonde da oportunidade”? O cansaço, o desânimo, o desalento, a depressão e outros adoecimentos. O olhar acusatório do outro para essa semente mal plantada, parafraseando Cazuzza (Blues da piedade), essa semente que não vingou. O problema sistêmico político-econômico-social é transmutado em problema individual.

Diante desse cenário, afirmamos sem nenhum prazer que a Política Cultura Viva, primeiro, não é revolucionária. Simplesmente porque estruturalmente num Estado capitalista, mesmo que de corte progressista, não se produz políticas que possam ferir a lógica do próprio capitalismo. Todavia, secundariamente, como uma política pública, digamos assim, reformista, poderia funcionar como indutora junto às populações atendidas para que estas fossem além do estatuto de beneficiários, tornando-se militantes e conformando um Movimento desacomodado com as conquistas obtidas e consciente de que, o que a política pública garante, não é o fim; é no máximo um passo, um ar para lutas muito mais densas.

Avalio, no entanto, que a Política Pública tanto enquanto legislação, quanto operacionalmente no âmbito da gestão, não tem construído um caminho que favoreça ou induza seus beneficiários a se tornarem militantes de um Movimento que vá além de um setor cultural, além de um Movimento para si e disposto a contribuir para a construção dessa nova hegemonia, um Movimento para o outro.

Por outro lado, isso nem seria a função precípua da Política Pública; a responsabilidade pela perspectiva crítica rasa, acomodada, utilitária, com foco mais na gestão, na governança da Política Pública do que na construção de um Movimento autônomo e emancipador, é de quem lidera esse protomovimento, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), organismo que na data desta escrita, ainda componho.

A CNPdC literalmente aderiu sem reflexão à lógica progressista, de corte identitário, fixado nos dispositivos do reconhecimento e da representação e nunca avançou numa perspectiva de construção de uma consciência totalizante, que incorporasse o desafio de construir uma nova hegemonia. Adaptou-se a uma fórmula institucional-legal na qual não são os pares que se reconhecem, como

em qualquer Movimento Social, é o Estado quem reconhece os aptos e não aptos a entrarem na Rede Nacional dos Pontos de Cultura. Neste caso, o termo rede é bem adequado, pois esta arquitetura nada tem a ver com a construção de um Movimento.

O fato é que há um pensamento hegemônico dentro da CNPdC, a mesma praticamente desde 2014, de que os Pontos e Pontões de Cultura têm uma missão institucional que, prevista na legislação, deve ser cumprida; que a CNPdC se constitui como um importante braço auxiliar da gestão governamental e que o maior desafio da CNPdC é aperfeiçoar os mecanismos de governança da Política Pública com a referida gestão. Discussão de princípios, de horizontes para o Movimento? Nada. Formação política? Nada. Autonomia para realizar um fórum sequer sem o auspício do Estado? Nada.

Como afirmamos em um dos episódios do nosso Pequeno Dicionário Crítico de Cultura Viva e Integração Latino-americana, nascidos e criados, os pontos de cultura e a CNPdC, sob a tutela de uma política pública, este campo foi incapaz, por exemplo, de exercer o protagonismo, a autonomia e o empoderamento que os ideólogos progressistas dos Pontos de Cultura afirmavam que a política fomentaria. De fato, nem política pública, nem reconhecimento simbólico, nem apoio financeiro constituem matérias primas das quais se forja consciência, luta e uma nova hegemonia.

Durante o deserto no qual caiu a política nacional Cultura Viva entre os anos de 2016 e 2022, sem editais, sem custeio de diárias, passagens e hospedagens para reuniões, Teias e Fóruns, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e a ampla maioria das redes estaduais e temáticas, hibernaram.

Criou-se então no âmbito da CNPdC uma conveniente narrativa que colocou. Diziam: “- Não vamos sentar à mesa de negociação ou ter qualquer tipo de discussão com golpistas!”.

Essa narrativa, no entanto, só faria algum sentido se paralelamente essa Rede tivesse desenvolvido uma organização interna, articulações, mobilizações, construído um campo de resistência e afirmação do Cultura Viva. A questão é que nada disso ocorreu na ampla maioria das redes Cultura Viva.

Finalizamos, este artigo tomando de empréstimo o título de um livro com uma coletânea de textos de Samir Amin, publicados pela Editora Expressão Popular e que dialoga com uma das epígrafes deste artigo: “somente os povos fazem sua própria história”.

Diante das ameaças internas do fascismo e externas do imperialismo, evoco essa frase por dois motivos: 1) mesmo diante do diagnóstico, esperamos não tardio, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os limites do progressismo, não podemos esperar, como Marx nos indica na Crítica ao Programa de Gotha “que por meio de uma subvenção estatal, seja possível construir uma nova sociedade da mesma forma que se constrói uma ferrovia” (MARX, 2102, p. 40), nem mesmo que a gestão governamental assumirá claramente o desafio de criação de uma nova hegemonia; 2) Com este diagnóstico, o que nos resta é nos dedicarmos a construção de um Movimento independente e autônomo, não circunscrito a uma Comissão definida por uma normativa estatal e que seja capaz de criar um programa com princípios e horizontes próprios, único modo na minha avaliação de contribuir para uma nova hegemonia no nosso país. Uma perspectiva cultural que seja menos que revolucionária, não é digna do adjetivo viva.

REFERÊNCIAS:

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução: Júlio Simões. In: *cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. **Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003 – 2010**. ALMEIRA, Armando ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Maurício. (Orgs.). Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9ª reimpressão no Brasil, 2011.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Ecce Homo – como alguém se torna o que é**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SANTOS, Milton. **Entrevista**. Entrevistadores: Matinas Suzuky Jr.. Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 31 mar. 1997. 1 vídeo (aprox. 90 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfeiR34law>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- ROCHA, Marcos Antonio Monte. **Cultura Viva Comunitária em Pontos**. Fortaleza. Expressão Gráfica e Editora, 2022.

MAPEAR A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA DOS PONTOS DE CULTURA NO BRASIL: PERCURSOS, DESAFIOS E PROCESSOS FORMATIVOS

Alba Dutra

Juan Ignacio Brizuela

Equipe de mapeamento e formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

INTRODUÇÃO

A proposta de mapear pontos de cultura nas suas respectivas temáticas surgiu a partir de uma meta estabelecida pelo Ministério da Cultura (MinC) no edital que selecionou 42 pontões de cultura no Brasil. Esta chamada pública visava promover a atuação de Pontões de Cultura junto às redes estaduais, distrital, temáticas, setoriais e identitárias de interesse comum, com a participação de Agentes Cultura Viva e de um Comitê Gestor composto por representantes de Pontos de Cultura das 05 regiões brasileiras. Considerando que Pontões de Cultura são entidades que articulam uma Rede de Pontos de Cultura que desenvolvem ações de mobilização, formação, mediação e articulação dentro de um território específico ou temático, a proposta do Pontão de Cultura Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira foi de mapear Pontos de Cultura com trajetória e/ou vocação e/ou interesse nessa temática. No âmbito da pesquisa, o Pontão aplicou um formulário elaborado pelo MinC para a busca ativa de Pontos e elaborou um formulário com questões específicas relacionadas à temática de territórios de fronteira e integração latino-americana no Brasil. Além disso, foi aplicado um outro formulário para o contexto latino-americano a fim de mapear, ainda, iniciativas culturais nos demais países da América Latina com interesse nas temáticas do Pontão.

PARA ALÉM DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL: PONTOS DE CULTURA EM MOVIMENTO

Para o Pontão Pátria Grande, além de se criar redes de articulação, é preciso fortalecer politicamente o Movimento Cultura Viva do Brasil. Na

perspectiva da Integração Latino-americana, isso se traduz na construção de um movimento capaz de produzir significados e sentidos, com práticas comuns que nos aproximem como povos e que favoreçam a convivência numa perspectiva internacionalista de solidariedade, de capacidade de luta e de afirmação frente a sistemas e lógicas hegemônicas de exploração. Portanto, para além de reunir pessoas e entidades, o Movimento requer uma construção comprometida com valores inspirados nas perspectivas anticoloniais, antipatriarcais e anticapitalistas por meio da ação das pessoas, coletivos e entidades, na construção do bem comum e tendo como Sul os seguintes princípios:

- adoção de uma perspectiva que seja, ao mesmo tempo, anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal e antiantropocêntrica;
- afirmação da pluralidade sociocultural e da justiça socioeconômica e ambiental;
- superação de relações que criem ou reproduzam condições de exploração de humanos sobre outros humanos e sobre a natureza;
- transformação de relações de acumulação típicas da ordem colonial-patriarcal-capitalista;
- defesa da Terra e de sua diversidade.

OS INÍCIOS DA CONSTRUÇÃO DO MAPEAMENTO TEMÁTICO DO PONTÃO

O ponto de partida para o ingresso do Ponto de Cultura Folias da Cultura/Organização Social Vokuim no pontão Pátria Grande se deu quando outra entidade de Minas Gerais não pôde participar do Comitê Gestor do Pontão e, dada a exiguidade de prazos para o envio da documentação, o Ponto de Cultura Folias da Cultura da Organização Social Vokuim, entrou em substituição a essa organização, tornando-se membro do Comitê Gestor do Pontão. O processo de escrita do projeto foi um período de estudos e articulação entre os membros do Comitê e da coordenação do Pontão, tanto para a composição da equipe do projeto quanto para o desenvolvimento do plano de ação do pontão. Em razão da experiência anterior de Alba Dutra em Minas Gerais com o mapeamento e diagnóstico da Rede Mineira de Pontos de Cultura, ela ficou responsável pela coordenação da meta mapeamento.

Para compor a equipe, inicialmente, foi convidada a pesquisadora Ana Paula do Val, professora no campo da cultura que atua e pesquisa práticas em mapeamentos culturais e que coordenou o mapeamento e diagnóstico da

Rede Mineira de Pontos de Cultura, como consultora do diagnóstico. Ana apresentou sua proposta de trabalho em diálogo com a equipe: Marcos Rocha, coordenador e proponente do Pontão juntamente com Christiane Ribeiro, Juliane Carvalho do Ilê Asé Oju Omi do Rio de Janeiro e assistente de coordenação. O planejamento foi discutido, aprovado e assim que o recurso foi depositado em conta, em abril de 2024, iniciaram-se os trabalhos. Foi realizado um estudo do planejamento, considerando a proposta original do Pontão e a orientação do MinC. Para esse alinhamento, entre o planejado e sua execução, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC realizou reuniões virtuais gerais e específicas com cada Pontão de modo a pactuar as readequações e as expectativas de entregas. Essas reuniões virtuais antecederam o encontro em Salvador que comemorou os 20 anos do Cultura Viva, julho de 2024, ocasião em que o MinC propôs oficinas com os pontões estaduais e temáticos para alinhamento das questões contidas nos formulários que seriam utilizados para realizar o mapeamento.

Na oportunidade desse encontro na Bahia, a equipe da SCDC e Consórcio Universitário Cultura Viva discorreram sobre a importância da atualização dos dados constantes em sua base de dados, no cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, chamada de base legada, que são os Pontos e Pontões certificados via editais anteriores à Lei e à Plataforma e que foram inseridos no Cadastro do MinC; ou seja, a base que o sistema legou e da necessidade de sua atualização para a implantação do novo cadastro. A base legada referia-se ao cadastro inserido no sistema antes de 2014. Juntamente com o Consórcio Universitário, o MinC elaborou uma planilha específica, com abas, para os estados, contendo a relação dos pontos de cultura constantes na base anterior, seus respectivos contatos de endereço, e-mail e telefone e um formulário para realizar a atualização das informações, na busca ativa. Na divisão proposta pelo MinC, os pontões de cultura de cada estado, pontões estaduais, ficaram responsáveis de atualizar os dados da base legada, e os pontões temáticos ficaram responsáveis por fazer a busca ativa de novos pontos. Desta forma, saímos de Salvador com um formulário prévio que seria utilizado por todos os pontões temáticos. Naquele momento, o formulário estava recebendo as contribuições dos e das ponteiros para seu aperfeiçoamento e, posteriormente, seria validado como instrumento de atualização do cadastro.

Aos pontões temáticos coube, ainda, elaborar questões específicas para realizarem os diagnósticos relativos à sua respectiva temática de atuação. Os resultados

esperados desse processo de mapeamento seria a análise e atualização de dados da base legada cadastrada, indagando aspectos como a quantidade de pontos de cultura com cadastro atualizado, aumento de percentual de preenchimento dos cadastros da base legada, número de município com ponto de cultura a partir da base legada atualizada, ações estruturantes predominantes dos pontos de cultura a partir da base legada com cadastro atualizado, quantidade de pontos ativos e inativos e situação da sede dos pontos de cultura, entre outros. A busca ativa colaboraria com a expansão da Rede, diagnóstico da situação das ações temáticas e ampliação da Política Nacional Cultura Viva no país.

O Pontão Pátria Grande, cuja temática refere-se à integração latino-americana e territórios de fronteira, elaborou questões atinentes à sua área de atuação prioritária e, como proposto em seu plano de trabalho, escolheu o caminho de mapear quem eram, onde estavam, como atuavam e quais os princípios desses organismos em relação a conceitos como cultura, cultura de base comunitária e perspectivas de enfrentamento ao sistema hegemônico capitalista, pela atuação cultural. Os trabalhos do pontão tinham uma dinâmica de reuniões semanais, quando se deliberava em coletivo pelo planejamento, revisão e/ou ajustes do cronograma para execução das ações de cada meta.

O passo seguinte ao processo de planejamento foi a seleção dos Agentes Cultura Viva. No caso do Pontão LA, todo o comitê gestor contribuiu no processo de seleção das e dos bolsistas que seriam divididos para atuarem nas cinco metas. A opção pela meta coube aos Agentes e, sendo assim, a equipe de mapeamento ficou com 08 bolsistas. Uma vez definidos os nomes dos e das agentes por meta iniciou-se o processo de formação.

FORMAÇÃO AMPLA - INICIAL

A formação mais ampla realizou uma retrospectiva da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e do Movimento Nacional Cultura Viva, identificando antecedentes, a cena política nacional e continental na qual o Cultura Viva surgiu. Tratou-se, ainda, sobre os princípios da PNCV e sobre os movimentos latino-americanos de caráter antipatriarcais, anticoloniais, anticapitalistas e antiantropocêntricos. Os ciclos de formação foram realizados em modo virtual e destinado tanto à formação dos agentes e das agentes quanto para o público em geral.

Além das atividades formativas relativas à meta de mapeamento, coordenadoras e agentes participamos das atividades propostas pelas outras metas e aquelas

promovidas pela Equipe de Acompanhamento Continental (EAC), rede que organiza os congressos latino-americanos e os conversatórios. Na meta mobilização e articulação participamos dos encontros artístico-políticos e com a coordenação geral participamos das reuniões semanais do comitê gestor que tinha o objetivo de compartilhamento dos andamentos dos trabalhos, de modo a manter toda a equipe do Pontão alinhada e à par dos processos. Na meta de formação, as atividades se dividiram entre formações gerais e abertas e internas ministradas pelos agentes da meta, em torno da temática e bibliografias previamente escolhidas. As temáticas divididas em módulos contribuiram para que as e os agentes se apropriassem conceitualmente dos temas e discursos em torno da Cultura Viva e da integração latino-americana proposta pelo Pontão.

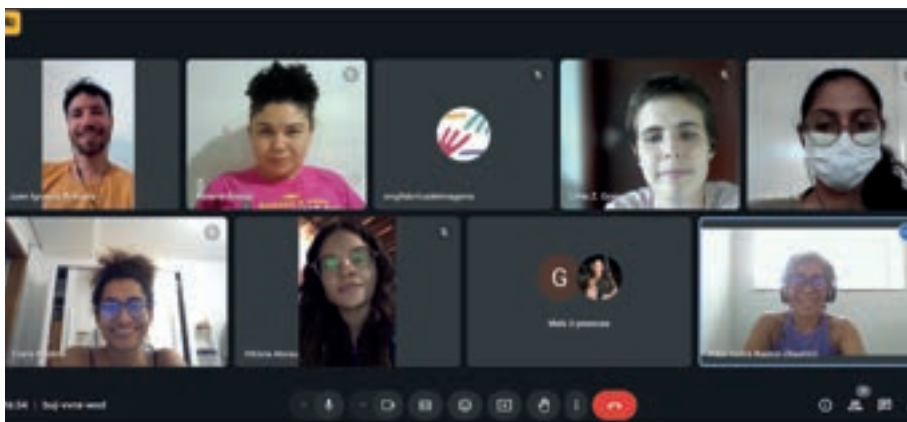
CONTEÚDO E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO PARA O MAPEAMENTO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A iniciativa do Pontão Pátria Grande em realizar o mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura que tem ações, atividades ou interesse na temática integração latino-americana e territórios de fronteira buscou compreender a situação atual dos pontos de cultura no Brasil e no resto da América Latina, a partir de um retrato dos alcances e desafios enfrentados na gestão de seus equipamentos culturais na perspectiva do movimento de integração latino-americana para o bem viver. A meta de mapeamento e diagnóstico realizaria tal ação, tanto com os pontos de cultura do Brasil quanto com os pontos de cultura e organismos culturais da América Latina. Definiu-se, já na etapa do projeto, pela participação da equipe do Pontão no 6º Congresso de Cultura Viva Comunitária em Cherán (México) onde então se faria a busca ativa com os organismos e pontos de cultura interessados em participar do processo de mapeamento.

No processo de formação elaboramos um formulário que foi submetido aos membros do comitê para realizar um pré-mapeamento, de modo a levantar os Pontos de Cultura que tinham experiência, ações pontuais ou interesse na temática latino-americana para que, com esse grupo de referência, os instrumentos pudessem ser aperfeiçoados e validados para aplicação, de modo alcançar o maior quantitativo de Pontos que viesse a compor a Rede do Pontão LA e, posteriormente, aderir ao Movimento Brasil sem Fronteiras. Com base na experiência do Mapeamento realizado pela Rede Mineira de Pontos de Cultura, utilizamos uma metodologia participativa e colaborativa

de mapeamento e diagnóstico, levando em conta os limites geográficos e territoriais, além dos usos de tecnologias de informação e comunicação visando envolver o maior número possível de pontos de cultura. A estratégia de desenvolvimento de um pré-mapeamento e diagnóstico deveu-se, também, ao tempo em que aguardávamos as orientações do MinC para o desenvolvimento da atividade, que se constituía obrigatória na execução do edital para pontões. Neste sentido, o formulário que apresentamos teve o objetivo de reunir, num primeiro mapeamento, pontos de cultura que pudessem contribuir na construção/criação da Rede de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira.

A proposta de formação para o mapeamento de pontos de cultura foi realizada de forma colaborativa e com a participação das e dos agentes. A metodologia partiu do corpo território como lócus da vivência e experiência de cada agente para entrar em campo tendo experienciado o processo a partir de si e do universo de conhecimento e vivência em seu Estado.



Reunião de alinhamento com agentes cultura viva (mai/2025)

A formação desenvolvida pela meta mapeamento iniciou-se com a aula dialogada feita pela pesquisadora Ana Paula do Val que trouxe as experiências em mapeamentos realizados em São Paulo e Minas Gerais, além de aspectos teóricos que discorreram sobre porque mapear, quem irá mapear, o que será mapeado, como será mapeado. No percurso da formação, Ana Paula precisou afastar-se da pesquisa por razões de saúde e o pesquisador Juan Ignacio Brizuela (ODC/UNILA) agregou-se à equipe como pesquisador e consultor. O referencial teórico utilizados foi o Mapeamento e Diagnóstico dos Pontos

de Cultura de Minas Gerais (2021), Pesquisas e Informações Culturais (Lab Criação, 2022), Cartografias Afetivas (Geografia em Movimento, 2015), Percursos metodológicos de um mapeamento na zona sul de São Paulo - Brasil (Políticas Culturais: Pesquisa e Formação, 2012), de Ana Paula do Val e Emergência cultural no Agreste baiano de Juan Brizuela (2021), conforme referência bibliográfica.

Na fase de planejamento, nos detivemos a elaborar as questões da temática do Pontão e redigir nos dois idiomas, português e espanhol, uma vez que o formulário seria aplicado para os Pontos do Brasil e dos demais países da América Latina que se dispuseram a participar do mapeamento. Após ajustes e adequações, as questões ficaram definidas no formulário final.



Registro das formações virtuais com Agentes Cultura Viva
(mai/jun 2025)

SEGUNDA FASE DA FORMAÇÃO: APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO CULTURAL

A formação específica inicia-se sobre as bases conceituais e políticas do Pontão e com o conhecimento sobre quem eram as e os agentes envolvidos na meta. O primeiro passo foi o conhecimento e reconhecimento da equipe, alinhamento de conceitos e critérios norteadores do trabalho do Pontão. Após

a primeira reunião formativa, os Agentes foram convidados a gravar um vídeo se apresentando e contando um pouco do que esperavam do trabalho e, quais os conhecimentos prévios tinham sobre processos de mapeamento. Depois foram desafiados a fazerem um desenho do corpo inteiro e identificar as partes e suas ações correspondentes (na perspectiva da identidade, território e participação cultural) um mapa afetivo de si no território. O exercício possibilitou que as agentes e o agente se situassem com seus corpos no território em que viviam e que se localizassem dentro dele para poder compreender o processo como sujeitos pesquisadores/pesquisados numa cartografia subjetiva e afetiva.

ATIVIDADE - CARTOGRAFIA - CORPO TERRITÓRIO

Coloque seu nome e faça um desenho de você mesm@ que represente o seu corpo território.

Para cada uma das questões abaixo, puxe um balãozinho e escreva de forma bem objetiva:

- 1) Da cabeça: Na sua visão, o que é seria um mapeamento cultural com olhar para a Integração Latino Americana?
- 2) Da boca: Qual é o principal desafio para a realização de um mapeamento cultural com olhar para Integração Latino Americana?
- 3) Do coração: O que você destacaria em sua trajetória que melhor se articula com experiências de pesquisas que envolvem o campo cultural, territórios, mapeamentos culturais e a temática Integração Latino Americana?
- 3) Mão direita (do desenho): O que você espera dessa experiência de participar da realização de um mapeamento cultural com olhar para a Integração Latino Americana?
- 4) Mão esquerda (do desenho): O que você traz para oferecer e compartilhar com o nosso grupo (meta 2) e com o mapeamento cultural com olhar para a Integração Latino Americana?
- 5) Pé direito: O que realiza na atualidade em termos de pesquisas e outras atividades no seu dia a dia?
- 6) Pé esquerdo: O que ainda não fez e quer fazer na área de pesquisa e na área da Integração Latino Americana?

Fotografe ou digitalize e compartilhe no grupo do Whatsapp até o dia 08/10/24

figura ilustrativa da atividade - cartografia do corpo-território

Produzidas as cartografias que retratavam o que cada agente conhecia, esperava e prospectava para o trabalho que estaria por vir, foi aberto o diálogo e aprofundadas questões específicas do para quê mapear, os achados que o mapeamento revela e a perspectiva do Pontão LA com o processo de mapeamento e diagnóstico. Foi o momento de conhecer um pouco mais sobre as agentes e o agente, de saber quem eram, onde estavam, o que faziam, o que estudavam, quais eram os seus interesses, porque haviam concorrido a esse processo seletivo e quais eram as expectativas que tinham em relação ao trabalho como agente de cultura viva no Pontão LA.

A formação trouxe aspectos teóricos e práticos sobre a cartografia cultural e afetiva, destacando que os mapas afetivos podem “*revelar resistências, disputas territoriais, culturais, ambientais, étnicas, raciais e abusos de poder*”, como pontua Ana Paula do Val. Já Juan Brizuela destacou a dimensão territorial dos processos de institucionalização cultural com o foco no Cultura Viva e passou pelos conceitos iniciais sobre o que é uma instituição cultural. Foi o espaço também para trazer as incertezas e contradições que emergiam tanto pela novidade que o projeto ensejava, quanto pelos desencontros de orientações e informações iniciais relativas à execução objeto. A construção do processo colaborativo também provoca uma certa angústia de “trabalhar no escuro”, de refazer rotas, e de buscar alinhamentos teóricos, o que gasta tempo e exige disposição ao diálogo. Nesse sentido, o processo formativo constituiu, para agentes, coordenadoras e consultor, uma cartografia viva e pulsante como cita Do Val e desenhada a muitas mãos.

PRÉ CAMPO

O pré-campo foi a atividade preparatória para que as agentes e os agentes se iniciassem com segurança no trabalho de campo propriamente dito. Envolveu tanto a realização das entrevistas como a reflexão sobre temas que surgiram durante a realização delas. Foi também o momento de testar os aspectos logísticos como o planejamento da abordagem, o e-mail de apresentação dos/as agentes, a gravação dos vídeos de apresentação e o convite para fazer parte do mapeamento. Envolveu, ainda, aprofundamentos teóricos e conceituais da Política Cultura Viva, da proposta política do Pontão e dos conceitos por ele adotados e defendidos.

O pré-campo se deu com os 09 membros do comitê gestor, representantes de Pontos de Culturas das 05 regiões do país. As agentes e o agente foram divididos em duplas e cada dupla entrevistava um membro do comitê gestor, alternando

entre eles os papéis de entrevistador e observador. De modo que a dupla realizaria duas entrevistas. Um entrevistava e outro observava, depois trocavam. Assim eles tinham, ao mesmo tempo, a experiência de ser entrevistador e observador da entrevista do colega, podendo contribuir tanto com acréscimos da percepção, quanto também na hora de fazer as relatorias e registros das impressões, dúvidas ou questões que eles tinham. Poderiam ainda, se alternar enquanto um fazia os registros o outro realizava a entrevista. Todas as entrevistas foram realizadas de modo virtual, por meio da plataforma Google Meet. Essa organização da divisão foi feita pela coordenação da meta mapeamento.

Todo esse processo demandou reuniões de equipe da meta e diálogos semanais com a coordenação geral do Pontão, de modo a alinhar eventuais questões e ações das metas. O pré-campo garantiu a coleta de dados e a análise das condições técnicas, operacionais e de eventuais questões advindas da aplicação do formulário. Foi também uma etapa para testar a plataforma que seria utilizada pelo Pontão bem como definir a forma como seriam imputados os dados na plataforma do pontão e do Colaborativas.net. Esta fase proporcionou a construção de uma base teórica mais sólida graças aos diálogos e debates sobre a temática da pesquisa.

Na fase do pré campo, além do trabalho de entrevista com os membros/as do Comitê Gestor, a proposta foi que as e os Agentes Cultura Viva fizessem uma delimitação/mapeamento de seu território nos seguintes termos:

Caracterização e delimitação (preliminar) dos territórios

Nome do Agente:

Município(s) / Região / Delimitação Territorial:

Uf:

Descrição geral do território:

Ponto de Cultura de Referência:

Experiência Artística e/ou Cultural de Base Comunitária destacada:

Outras observações:

CAMPO / DIVISÃO TERRITORIAL DAS AGENTES

Na fase do campo, foi feita uma divisão do território brasileiro por estados e cada agente ficou com um, dois ou até três estados. E, preferencialmente, as agentes e o agente ficaram em suas regiões de origem. Como havia agentes de todas as regiões do Brasil, definiu-se uma divisão em que dois ou duas agentes ficavam em uma determinada região, sendo que alguns agentes ficaram com três regiões. A média era de três estados para cada agente e cada um, com os estados

definidos, faria uma busca ativa para elencar os Pontos/organizações a serem entrevistadas. Os critérios utilizados para selecionar os pontos de cultura a serem entrevistados variou de acordo com a articulação e iniciativa de cada agente. As ferramentas oferecidas foram o Mapa da Cultura, os contatos dos membros do Comitê Gestor, uma vez que estes participavam de suas respectivas redes estaduais e, portanto, tinham grupos de WhatsApp nos estados. Uma estratégia de busca ativa que utilizei em MG foi criar uma enquete com uma pergunta sobre quem tinha interesse em participar do mapeamento e lancei no grupo de WhatsApp da Rede Mineira de Pontos. Da enquete eu extraia os contatos para que a agente agendasse a entrevista. Em alguns casos intervimos para auxiliar alguns agentes a conseguirem contactar com os pontos e ainda fazer a agenda. Houve 01 caso que a coordenação da meta chegou a entrar na sala de meet juntamente com a agente para facilitar a realização da entrevista.

CAMPO / REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Os desafios do campo foram relativos ao tempo das respostas ao convite, do lado dos entrevistados, muitos contactados não tinham disponibilidade de agenda, outros não responderam às mensagens e outros ainda marcavam e cancelavam de última hora. Da parte das e do agente, houve dificuldade de alinhamento de agenda, uma vez que eles ainda estavam em curso na Universidade, houve também agentes com dificuldade de conexão com a internet e ainda aquelas que interromperam o período de estágio sem concluir as entrevistas. Essas intercorrências atrasaram um pouco o processo de pesquisa, sem, entretanto, comprometer os resultados, já que o pedido de prorrogação pleiteado pelo Pontão foi deferido pelo MinC.

Apesar de desafios logísticos, como dificuldades de conexão e agendas conflitantes dos entrevistados, o processo permitiu a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre a situação das sedes, as ações estruturantes predominantes e o interesse na temática da integração. A troca de experiências com outros Pontões, como o Museu da Pessoa, também enriqueceu a pesquisa ao trazer a metodologia de histórias de vida para o centro do mapeamento.

PÓS-CAMPO

A etapa de organização da pesquisa foi organizada numa plataforma do Pontão de Cultura com o apoio do técnico da TI do Pontão que organizou

a imputação de dados e extraiu as planilhas atualizadas para as primeiras leituras. Com as informações organizadas e os filtros realizados, as agentes iniciaram as análises a partir do roteiro e orientação da coordenação da meta. Houve divisão das agentes para análise dos dados (qualitativo/quantitativo), e procedeu-se ao registro dos relatórios que versaram sobre aspectos da pesquisa de campo e a análise dos dados colhidos. O livro será o instrumento para publicizar os resultados da pesquisa e os desdobramentos da proposta de integração latino-americana será aprofundada pelas pessoas que se alinharam ao Movimento e ao Fórum intersetorial.

Na etapa de Pós-Campo, os dados foram organizados em uma plataforma digital para extração de relatórios. Esse material serviu de base para a redação de artigos e para a análise do diagnóstico cultural que comporá o livro de resultados do Pontão.

CONCLUSÕES

O percurso realizado pela meta de mapeamento do Pontão Pátria Grande revelou que a construção de um diagnóstico cultural é uma importante ferramenta política e pedagógica de mobilização. Para a equipe, o registro sistemático de cada etapa foi fundamental para consolidar uma trilha metodológica que servisse, ao mesmo tempo, de memória e de bússola do próprio percurso.

A oportunidade de conhecer e dialogar com quase 150 experiências, entidades e coletivos em todo o território brasileiro permitiu um retrato vivo da diversidade cultural do país e de sua profunda vocação para a integração transfronteiriça. Este processo não impactou apenas as organizações mapeadas, mas promoveu a formação crítica da própria equipe e do comitê gestor - incluindo os agentes cultura viva, que se apropriaram de conceitos fundamentais como a consciência de classe e a justiça socioambiental durante a análise das realidades encontradas.

A pesquisa também evidenciou os gargalos da integração latino-americana para os coletivos brasileiros, evidenciando que o mapeamento atua como uma ação continuada para estimular reflexões que transcendem as lógicas hegemônicas. Mais do que dados estáticos, as cartografias produzidas são vivas e pulsantes, traduzindo a resistência e o desejo de construção do bem comum - da Pátria Grande.

O diagnóstico processual apresentado reafirma o compromisso do Pontão com o Movimento Brasil sem Fronteiras, para a integração latino-americana projetando os resultados num livro impresso e em direção a um fórum inter-setorial capaz de sustentar o diálogo com os diferentes organismos culturais para a integração da Pátria Grande. O mapeamento, portanto, encerra-se não como um fim, mas como base para um movimento latino-americano fortalecido pela autogestão e pela solidariedade internacionalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIZUELA, J. *EMERGÊNCIA CULTURAL NO AGRESTE BAIANO*. In: **Emergências Culturais Latino-Americanas: Das Histórias Aos Acontecimentos No Brasil**. *Cadernos De Pesquisa N. 2 - Setembro, 2021*, p. 44-71.
- DO VAL, A. *Percursos metodológicos de um mapeamento na zona Sul de São Paulo*. In: CALABRE, L. **Políticas culturais: pesquisa e formação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2011, p. 115-138.
- DO VAL, A. *Cartografias culturais insurgentes*. In: FARIA, H.; DO VAL, a.P.; MOREIRA, a.J.; QUARENTA. e.; BERTOLI, M. **Santo Amaro em rede: Culturas de convivência**. Sesc SP/instituto Pólis, 2011.
- DO VAL, Ana Paula. *Cartografias afetivas*. In: BORDAS, Marie Ange (org.). **Caderno Sesc_Videobrasil 9: Geografias em movimento**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p.125-133.
- DO VAL, A. *Pesquisas e Informações Culturais*. In: **Ciclo Cultura e Sociedade / Organização: Viviane Pinto, Milena Argenta**. São Paulo, SP: Bendita Prosa, Girassol Incentiva e Simpoiese, 2022. PDF.
- DO VAL, A [et al.]. **Mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura de Minas Gerais [livro eletrônico]** – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2021.

ENTRE EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS E PERCEPÇÕES: VIVÊNCIAS DOS COLETIVOS E ENTIDADES MAPEADOS PELO PONTÃO PÁTRIA GRANDE

Vitória Ferreira de Abreu

Glória Santos

Agentes Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

DESCRIÇÃO INICIAL DO UNIVERSO DE ENTIDADES E COLETIVOS ENTREVISTADOS

O presente artigo apresenta um panorama das entidades e coletivos culturais mapeados pelas agentes culturais Vitória Abreu e Glória Santos. A partir de um processo de pesquisa e mapeamento realizado em diferentes regiões do país, foram registradas 49 entrevistas com entidades e coletivos culturais distribuídos pelas cinco regiões brasileiras (Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Norte e Sul), abrangendo os estados do Ceará, Mato Grosso, São Paulo, Acre, Paraná e Mato Grosso do Sul. As entrevistas buscaram evidenciar coletivos e entidades que trabalham ou têm interesse em trabalhar com a temática de territórios de fronteira e integração latino-americana. Além disso, essa abordagem visou enfatizar a pluralidade, as formas de organização e as expressões culturais presentes nos territórios, permitindo estabelecer uma visão geral sobre o panorama articulado por suas iniciativas locais. A seguir, pode ser visualizada a distribuição por estados e municípios contemplados nesse mapeamento:

- Ceará: Itarema (1), Madalena (3), Arneiroz (1), Aracati (1), Barbalha (1), Icó (1), Meruoca (1), Maranguape (1) e Fortaleza (1).
- Mato Grosso: Barra do Garças (2), Campo Verde (1) e Cuiabá (1).
- São Paulo: São Paulo (6).
- Acre: Rio Branco (3).
- Paraná: Cambé (1), Curitiba (2), Foz do Iguaçu (7), Inácio Martins (1), Londrina (1) e Maringá (1).
- Mato Grosso do Sul: Corumbá (1), Campo Grande (8), Dourados (1), Ivinhema (1) e Ponta Porã (1).

Essa etapa possibilitou um contato mais próximo com diferentes realidades que compartilham um objetivo comum: promover mudanças efetivas nos territórios por meio de ações socioculturais. Entre elas, destacam-se atividades voltadas à formação e articulação cultural; turismo regional; fotografia; artesanato; produção audiovisual; capoeira; dança folclórica; música; movimentos hip-hop e ballroom; circo; teatro; contação de histórias; rádio e biblioteca comunitária; carnaval de rua; gastronomia; cultura afrobrasileira e ações voltadas ao letramento racial e de combate ao racismo religioso. A partir disso, observou-se uma diversidade de formas de expressão cultural entre as cinco regiões do Brasil. Obteve-se também, por parte dos coletivos e entidades entrevistados, resultados variados em relação à pergunta sobre atuação e/ou interesse na temática de territórios de fronteira e integração latino-americana.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS POR GRUPOS ENTREVISTADOS PELAS AGENTES

As entrevistas foram organizadas por estado e distribuídas em dois conjuntos de análise: o Grupo 01, composto por associações culturais do Ceará, Acre, São Paulo e Mato Grosso, e o Grupo 02, formado por associações culturais do Paraná e Mato Grosso do Sul. Cada grupo foi acompanhado por uma das pesquisadoras, de modo a favorecer tanto a sistematização quanto o aprofundamento da análise. A partir desse recorte, foram identificadas as áreas de atuação prioritária e secundária das iniciativas, permitindo uma compreensão mais precisa dos contextos locais e das estratégias desenvolvidas por esses grupos culturais.

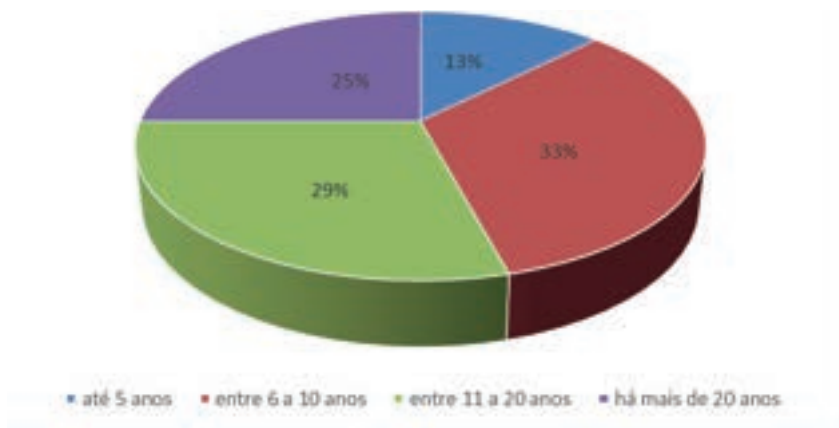
C.1 ANOS DE ATUAÇÃO

1. Até 5 anos
2. 6 a 10 anos
3. 11 a 20 anos
4. Mais de 20 anos

GRUPO 1

Com base no tempo de atuação dos grupos, que está diretamente relacionado aos processos de estruturação interna, à difusão das práticas culturais e à construção de conhecimentos, observa-se no Grupo 1 a seguinte distribuição: 3 grupos atuam há até 5 anos; 8 entre 6 a 10 anos; 7 entre 11 a 20 anos; e 6 há mais de 20 anos.

Gráfico 1 - Anos de Atuação



Fonte: elaboração própria.

Esses dados refletem diferentes estágios de estruturação e de inserção no campo cultural. Conforme relatado nas entrevistas, ao longo de suas trajetórias, alguns grupos optaram pela formalização através do registro do CNPJ, com o intuito de acessar editais públicos, ampliar sua atuação e facilitar a formação de parcerias. Outros ainda se encontram em processo de formalização, relatando dificuldades relacionadas às exigências burocráticas, as quais podem se configurar como barreiras significativas para grupos que atuam em contextos com acesso limitado ou inexistente a suporte técnico, orientação jurídica e recursos financeiros. Ademais, com o decorrer do tempo, os coletivos e entidades passaram a integrar a política pública Cultura Viva, sendo oficialmente reconhecidos por meio da certificação como Pontos de Cultura, processo este formalizado pelo Ministério da Cultura (MinC).

GRUPO 02

No Grupo 02, composto por iniciativas culturais dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, observa-se uma grande variação no tempo de atuação das entidades mapeadas, que vai de 3 a 52 anos. A distribuição revela que: 7 iniciativas atuam há até 10 anos; 10 iniciativas possuem entre 11 e 20 anos de existência; 5 iniciativas atuam entre 21 e 30 anos; 3 iniciativas possuem mais de 30 anos, chegando a um caso com 52 anos de atuação.

Gráfico 2 - Anos de atuação



Fonte: elaboração própria.

Essa distribuição indica um campo cultural heterogêneo, composto tanto por iniciativas emergentes quanto por organizações historicamente consolidadas nos territórios. A maior concentração entre 11 e 20 anos revela que parte significativa dos coletivos surgiu no início dos anos 2000 - período marcado pela expansão das políticas de base comunitária, como o Programa Cultura Viva. Por outro lado, a presença de entidades com mais de três ou quatro décadas de atuação demonstra a permanência histórica de práticas culturais anteriores à institucionalização das políticas culturais federais, muitas vezes vinculadas a tradições locais, grupos populares e articulações comunitárias autônomas.

C.2 O QUE É CULTURA

A pergunta “O que é cultura?” foi incluída no formulário com o objetivo de identificar como as próprias iniciativas definem o conceito que orienta sua prática, suas escolhas políticas e seus modos de atuação territorial. Em vez de assumir uma definição única ou normativa de cultura, buscou-se compreender como as organizações mapeadas se reconhecem a partir de diferentes concepções - seja em diálogo com tradições antropológicas, com políticas culturais brasileiras, com perspectivas comunitárias ou com noções críticas e decoloniais de produção simbólica.

Esse questionamento funciona, portanto, como eixo comparativo entre os grupos, permitindo observar aproximações e diferenças na forma como os

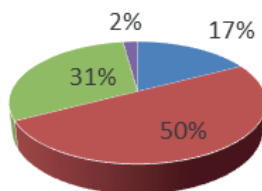
coletivos e entidades constroem sentido para suas práticas culturais a partir de suas territorialidades, trajetórias e campos de atuação. A seguir, será apresentada a sistematização das respostas do Grupo 01 e, em seguida, do Grupo 02.

GRUPO 01

Ao serem questionados sobre “**O que é cultura para você?**”, com a possibilidade de escolher até duas alternativas, os(as) entrevistados(as) puderam selecionar entre as seguintes opções:

1. O jeito de ser e o que cada pessoa acumulou de conhecimentos e experiências ao longo da vida. Cultura: cada um tem a sua. (8)
2. O conjunto de conhecimentos, crenças, tradições, expressões e linguagens artísticas, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos. (23)
3. Uma teia de significados, sentidos, valores construídos coletivamente, mutável historicamente e fruto de relações de poder. (14)
4. Cultura é basicamente linguagens artísticas. Se não tem arte, não tem cultura. (1)

Gráfico 3 - O que é Cultura para você?



- O jeito de ser e o que cada pessoa acumulou de conhecimentos e experiências ao longo da vida. Cultura: cada um tem a sua.
- O conjunto de conhecimentos, crenças, tradições, expressões e linguagens artísticas, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos.
- Uma teia de significados, sentidos, valores construídos coletivamente, mutável historicamente e fruto de relações de poder.
- Cultura é basicamente linguagens artísticas. Se não tem arte, não tem cultura.

Fonte: elaboração própria.

As respostas do Grupo 01 indicam que a maioria dos entrevistados possui uma compreensão ampla do conceito de cultura, reconhecendo-a como uma construção social não neutra, marcada por dinâmicas históricas e sujeita a constantes transformações. Observa-se que, em primeiro lugar, 50% das respostas associam a cultura a um “conjunto de conhecimentos, crenças, tradições, expressões e linguagens artísticas, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos”. Em segundo lugar, 31% das respostas definem a cultura como “uma teia de significados, sentidos, valores construídos coletivamente, mutável historicamente e fruto de relações de poder”, o que reforça a dimensão histórica, cultural e política desses processos.

GRUPO 02

No Grupo 02, as respostas à pergunta “O que é cultura para você?” revelam uma compreensão ampla e complexa do conceito, fortemente vinculada aos territórios e às práticas sociais das iniciativas entrevistadas. Diferentemente de uma definição única ou normativa, as respostas demonstram que a cultura é em sua maior parte entendida como dimensão coletiva, política, simbólica e histórica das relações sociais. Como a pergunta permitia que cada iniciativa selecionasse até duas alternativas entre as quatro opções apresentadas, o número total de escolhas ultrapassa o total de respondentes. Ao todo, foram registradas 46 seleções, o que possibilita observar tanto convergências quanto nuances conceituais sobre o sentido de cultura entre os grupos mapeados.

Gráfico 4 - O que é cultura?



Fonte: elaboração própria.

A definição mais recorrente foi “o conjunto de conhecimentos, crenças, tradições, expressões e linguagens artísticas”, selecionada 23 vezes, o que indica uma visão de cultura associada a processos históricos, coletivos e compartilhados. Em segundo lugar aparece a opção “uma teia de significados, sentidos, valores construídos coletivamente, mutável historicamente e fruto de relações de poder”, com 16 marcações - reforçando uma perspectiva crítica, contextual e política da produção cultural.

As demais alternativas tiveram menor incidência: apenas 4 grupos escolheram a definição que associa cultura a “um jeito de ser acumulado individualmente ao longo da vida”, enquanto 3 selecionaram a ideia de que cultura se restringe às linguagens artísticas. Essa distribuição demonstra que, embora a arte seja parte constitutiva das práticas culturais do grupo, ela não é concebida como limite ou essência exclusiva da cultura. Ao contrário, prevalecem definições que entendem cultura como processo social, memória coletiva, território simbólico e construção de identidade - um entendimento coerente com o perfil comunitário, educativo e político das iniciativas mapeadas.

Esses dados dialogam diretamente com a diversidade cultural presente nos territórios de atuação, especialmente em regiões fronteiriças como Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS), onde circulam diferentes línguas, práticas religiosas, tradições populares e expressões artísticas de origem indígena, afro-brasileira e migrante. O reconhecimento da cultura como construção social coletiva - e não apenas como produto artístico - reforça o papel político desses grupos na produção de pertencimento, resistência e memória.

C.3 O QUE É TRABALHAR PROCESSOS CULTURAIS

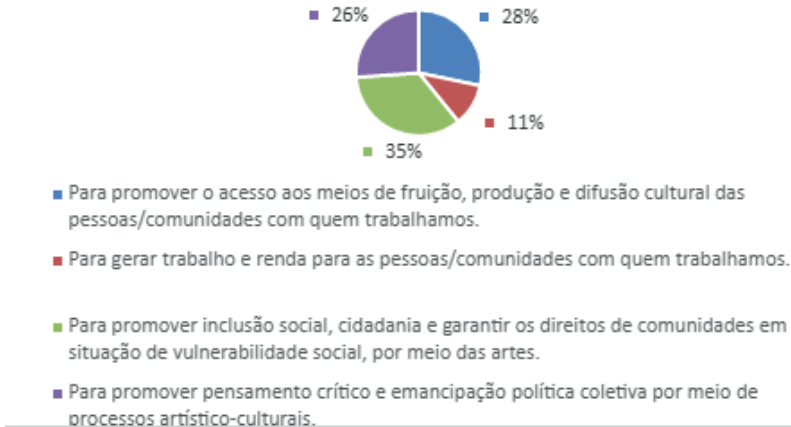
A pergunta “O que é trabalhar processos culturais?” buscou compreender não apenas o que as iniciativas produzem, mas como concebem o sentido político, social e pedagógico de sua atuação. Enquanto a questão anterior se referia ao conceito de cultura em si, esta aprofunda a dimensão prática e proposital do trabalho cultural, permitindo observar se ele é entendido como ação artística, social, educativa, territorial ou combinação entre essas dimensões. Ao responder o questionamento, os coletivos puderam selecionar mais de uma alternativa, revelando tanto convergências quanto divergências na maneira como compreendem o trabalho cultural em relação ao território, às comunidades com as quais atuam e às agendas de direitos que mobilizam.

GRUPO 01

No âmbito da sua organização/coletivo, para que trabalhar processos culturais? (Escolha até duas respostas)

1. Para promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural das pessoas/comunidades com quem trabalhamos. (13)
2. Para gerar trabalho e renda para as pessoas/comunidades com quem trabalhamos. (5)
3. Para promover inclusão social, cidadania e garantir os direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade social, por meio das artes. (16)
4. Para promover pensamento crítico e emancipação política coletiva por meio de processos artístico-culturais. (12)

Gráfico 5 - Para que trabalhar processos culturais?



Fonte: elaboração própria.

Nota-se que a opção mais escolhida foi a de “promover inclusão social, cidadania e garantir os direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade social, por meio das artes” (35% das respostas). Tal escolha possivelmente reflete o papel desempenhado pela entidade/coletivo em oferecer à comunidade oportunidades concretas de participação e acesso a ações culturais que, além de enriquecerem a vida cultural dos indivíduos, também contribuem para o fortalecimento de sua cidadania e para a conscientização de seus direitos. Esse cenário torna-se relevante

diante dos relatos recorrentes que apontam a ausência ou a limitação ao acesso nas políticas públicas culturais no âmbito municipal, as quais, quando existentes, concentram-se nas áreas centrais das cidades, o que limita o acesso das populações e comunidades que residem geograficamente mais afastadas.

GRUPO 02

As respostas fornecidas pelo Grupo 2 indicam que os coletivos e entidades atribuem múltiplos sentidos ao trabalho relacionado a processos culturais, destacando seus impactos sociais, políticos e formativos. As opções mais selecionadas foram aquelas que reconhecem a cultura como ferramenta para promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural das comunidades (15 respostas) e para estimular o pensamento crítico e a emancipação política (15 respostas). Logo em seguida, aparece a alternativa voltada à promoção da inclusão social, da cidadania e da garantia de direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade (14 respostas).

Gráfico 6 - Para que trabalhar processos culturais?



Fonte: elaboração própria.

Essa combinação evidencia uma atuação que ultrapassa o campo do entretenimento ou da valorização simbólica, posicionando a cultura como instrumento de transformação social e fortalecimento comunitário. A dimensão econômica, embora menos mencionada (6 respostas), surge como aspecto relevante dentro de um projeto coletivo mais amplo, em que a geração de renda é compreendida como meio de sustentabilidade e continuidade das

ações culturais. De modo geral, observa-se que os coletivos do Grupo 02 concebem o trabalho cultural como prática política, pedagógica e emancipatória, capaz de articular processos de formação cidadã, mobilização social e democratização do acesso à cultura - especialmente em contextos marcados por desigualdade e vulnerabilidade territorial.

C.4 CONCEITO CULTURA VIVA

A pergunta sobre o conceito de Cultura Viva teve como objetivo identificar de que maneira os coletivos e entidades compreendem e se relacionam com essa política pública, reconhecida nacionalmente por articular cultura, cidadania e participação social. Mais do que avaliar o conhecimento sobre o programa, buscou-se compreender como os grupos interpretam seus princípios - como autonomia, protagonismo comunitário, diversidade e transformação social - e em que medida se reconhecem como parte desse movimento. Essa questão também permite observar as distintas formas de apropriação do termo “Cultura Viva”, seja enquanto política institucional de Estado, seja enquanto movimento social e cultural autônomo, revelando as tensões e complementaridades entre gestão pública, ação comunitária e práticas culturais de base comunitária.

GRUPOS 01 E 02

Entre os dois grupos analisados, todos os coletivos e entidades entrevistadas afirmaram se identificar com o conceito de Cultura Viva, o que demonstra a força e a abrangência dessa política como referência central para a organização e o reconhecimento das práticas culturais de base comunitária. A unanimidade das respostas revela que, mais do que um programa governamental, o Cultura Viva é percebido pelas iniciativas como uma política de pertencimento, que expressa princípios construídos coletivamente a partir das experiências dos próprios agentes culturais. A identificação generalizada também indica a consolidação de uma rede simbólica e política que ultrapassa fronteiras territoriais e institucionais, reafirmando valores como autonomia, diversidade, horizontalidade e protagonismo social.

Nos dois grupos, essa adesão ao conceito vai além do reconhecimento formal do programa e expressa uma compreensão da cultura como direito e prática cidadã. As iniciativas incorporam os princípios do Cultura Viva em

suas práticas cotidianas, ressignificando a política a partir de seus territórios e transformando-a em experiência concreta de participação e criação coletiva. Mesmo sem vínculo institucional direto com o Ministério da Cultura, muitos atuam em rede, demonstrando a capilaridade do movimento Cultura Viva como horizonte ético e político da ação cultural nacional. Essa dinâmica evidencia que o conceito se consolidou como um marco de identidade e resistência, capaz de sustentar práticas culturais mesmo diante da descontinuidade das políticas públicas, tendo em vista mudanças de governo e variações nas prioridades institucionais.

C.5 QUAIS CONCEITUAÇÕES TE IDENTIFICAS

A pergunta “Com quais conceituações de Cultura Viva você se identifica?” teve como objetivo compreender como as iniciativas se reconhecem dentro do movimento e da própria política Cultura Viva, identificando se suas práticas se aproximam de uma perspectiva mais institucional - vinculada ao Estado e às políticas públicas - ou de uma perspectiva mais autônoma e comunitária - associada à mobilização social e à criação coletiva. Essa questão permite observar como os grupos se posicionam politicamente no campo da cultura, revelando se a identificação com a Cultura Viva se dá pelo reconhecimento formal da política, pela adesão aos seus princípios e valores, ou pela vivência cotidiana de práticas culturais de base comunitária, mesmo sem vínculo institucional direto.

GRUPO 01

No Brasil, de acordo com o MinC, Cultura Viva é a política nacional de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, instituída pela Lei 13.018/2014. Outros conceitos/ideias de cultura viva ou cultura viva comunitária circulam no Brasil e países da América Latina e Caribe há pelo menos 20 anos. Para você, com quais conceituações abaixo você se identifica? (Escolha até duas respostas)

1. Um modo de ser/estar/conviver no mundo sedimentado numa ética ancestral, dos povos originários e da diáspora africana. (8)
2. Um movimento artístico-cultural beneficiário da Política Pública Cultura Viva. (0)

3. Um movimento autônomo da sociedade civil de caráter artístico-cultural e político, crítico das lógicas do capitalismo, da colonialidade e do patriarcado, que busca contribuir para mudanças estruturais e pelo bem comum. (13)
4. Uma política cultural de governo/estado de reconhecimento voltada a entidades e coletivos comunitários, identitários, territoriais, tradicionais e/ou populares. (14)
5. Uma política cultural de governo/estado de caráter artístico-cultural para a defesa e fortalecimento dos direitos culturais, a cidadania, a democracia e a interculturalidade. (13)

Nesta questão, em que os participantes podiam escolher até duas respostas, observou-se uma concentração nas alternativas 3, 4 e 5, que definem a Cultura Viva. As escolhas indicam uma compreensão ampliada da política, que vai além do âmbito institucional e envolve também dimensões sociais e comunitárias. A alternativa 3, ao associar a Cultura Viva a um movimento autônomo da sociedade civil, que destaca sua função como prática de resistência e organização social, com um caráter político e transformador. Já as alternativas 4 e 5, que focam no papel do Estado, ressaltam a importância da política pública como apoio e reconhecimento para coletivos culturais e a democratização do acesso à cultura.

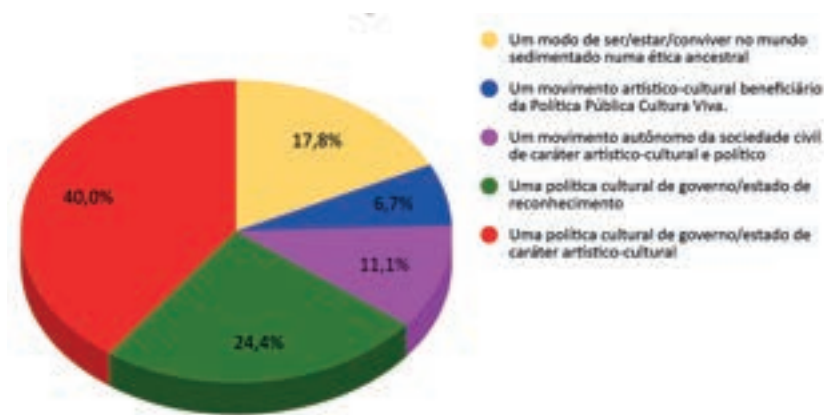
GRUPO 02

No Grupo 02, as respostas indicam uma compreensão predominantemente institucional da Cultura Viva. A maioria das iniciativas associa o conceito à política de governo voltada à defesa dos direitos culturais, da cidadania e da interculturalidade, reconhecendo nela um instrumento de fortalecimento e legitimidade das ações culturais de base comunitária. Também se destaca a compreensão da Cultura Viva como política de Estado de reconhecimento voltada a coletivos e entidades comunitárias e identitárias, o que reflete a valorização da política como mecanismo de visibilidade e inclusão de práticas culturais historicamente marginalizadas.

Ao mesmo tempo, parte dos coletivos expressa uma leitura mais simbólica e política do conceito, compreendendo a Cultura Viva como modo de ser e estar no mundo, enraizado em éticas ancestrais e saberes populares, e como movimento autônomo e contra-hegemônico, crítico das estruturas de

poder e da colonialidade. Essa diversidade de interpretações mostra que, no contexto do Grupo 02, a Cultura Viva é percebida tanto como política pública estruturante, quanto como projeto político e cultural de transformação social, especialmente em territórios marcados por fronteiras, ancestralidade e ação comunitária.

Gráfico 7 - Conceituações de Cultura Viva



Fonte: elaboração própria.

C.6 ATUAÇÃO TEMÁTICA PRIORITÁRIA DOS GRUPOS MAPEADOS

A questão sobre as áreas de atuação prioritária teve como objetivo identificar os principais campos em que as iniciativas concentram suas ações e reconhecer como essas escolhas refletem a diversidade de práticas culturais e os contextos socioterritoriais em que estão inseridas. No Grupo 01, sobressaem-se as Culturas Populares e Tradicionais (6), seguidas das ações voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (4), o que demonstra um forte vínculo com práticas culturais ancestrais e territórios marcados por resistências históricas. Outras áreas destacadas incluem Formação e Educação Cultural (4), Linguagens Artísticas (3), Economia da Cultura, Solidária e Criativa (2) e Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-Americana (2), além de Patrimônio e Memória, Livro, Leitura e Literatura e Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes, cada uma mencionada por uma iniciativa. Esse conjunto de respostas evidencia a amplitude de campos de atuação e reforça o caráter plural das práticas culturais desenvolvidas pelos coletivos em seus respectivos territórios.

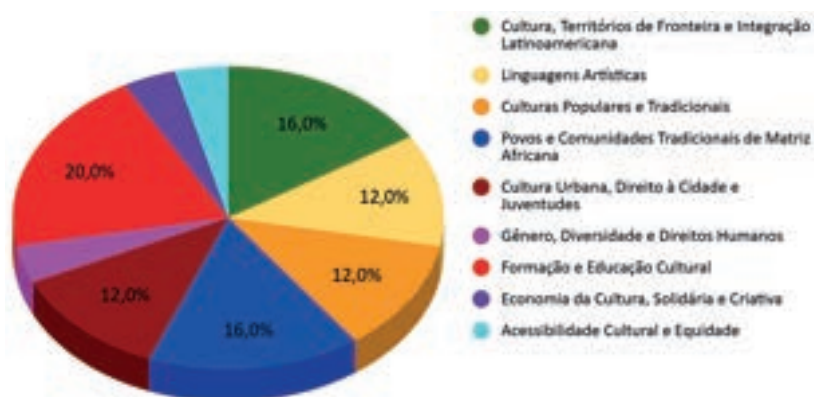
Gráfico 8 - Atuação temática prioritária



Fonte: elaboração própria.

No caso do Grupo 02, a questão sobre as áreas de atuação prioritária evidencia tanto o perfil institucional das iniciativas quanto a diversidade de práticas culturais que elas desenvolvem em seus territórios. As respostas apontam a Formação e Educação Cultural (5) como principal campo de atuação, o que indica o papel formativo e pedagógico desempenhado por essas organizações em processos de aprendizagem, cidadania e transmissão de saberes. Em seguida, destacam-se Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana (4) e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (4), áreas que refletem a presença de identidades fronteiriças e afro-brasileiras e a valorização de práticas culturais enraizadas em contextos comunitários e de resistência.

Gráfico 9 - Atuação temática prioritária



Fonte: elaboração própria.

Outros campos relevantes incluem Culturas Populares e Tradicionais (3), Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes (3) e Linguagens Artísticas (3), demonstrando a amplitude das expressões artísticas e o diálogo constante entre cultura, território e ação social. Áreas como Acessibilidade Cultural e Equidade (1), Economia da Cultura, Solidária e Criativa (1) e Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (1) também aparecem, reforçando a inserção das pautas de inclusão, diversidade e direitos humanos nas agendas culturais locais.

C.7 ATUAÇÃO TEMÁTICA SECUNDÁRIA

No que se refere à atuação temática secundária, observa-se no Grupo 01 uma ampliação do escopo das ações culturais desenvolvidas. Destacam-se, nesse sentido, as Linguagens Artísticas (5) e Patrimônio e Memória (4), indicando o interesse das iniciativas em dialogar com outras expressões culturais. Também aparecem áreas como Culturas Populares e Tradicionais (3), Formação e Educação Cultural (2), Economia da Cultura, Solidária e Criativa (2), Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (2), Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-Americana (2), além de Livro, Leitura e Literatura (1), Cultura Infância (1), Acessibilidade Cultural e Equidade (1) e Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes (1).

Gráfico 10 - Atuação temática secundária

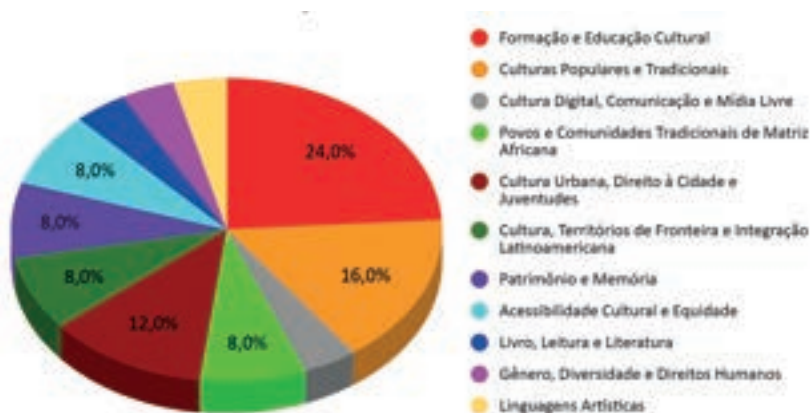


Fonte: elaboração própria.

No Grupo 01, nota-se que as Culturas Populares e Tradicionais configuram-se como a principal área de atuação dos coletivos, enquanto as Linguagens Artísticas assumem papel secundário. Essa configuração revela a centralidade das manifestações culturais nos territórios em que a maioria das iniciativas se desenvolve, predominantemente em áreas periféricas, onde o vínculo com o território influencia diretamente as formas de organização, produção e difusão cultural.

Já no Grupo 02, além das áreas prioritárias, os entrevistados também indicaram campos de atuação secundária que evidenciam a abrangência e a transversalidade das iniciativas culturais, revelando conexões entre diferentes dimensões artísticas, educativas e sociais. As temáticas mais mencionadas foram Formação e Educação Cultural (6) e Culturas Populares e Tradicionais (4), seguidas por Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes (3), Acessibilidade Cultural e Equidade (2), Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana (2), Patrimônio e Memória (2) e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2). Outras áreas com menor incidência, mas igualmente significativas, incluem Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre (1), Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (1), Linguagens Artísticas (1) e Livro, Leitura e Literatura (1).

Gráfico 11- Atuação temática secundária



Fonte: elaboração própria.

Esses resultados reforçam que, no Grupo 02, as iniciativas atuam de forma multidimensional, integrando frentes artísticas, formativas, comunicacionais e

de direitos humanos. A presença simultânea de temas como educação cultural, diversidade, acessibilidade e integração latino-americana demonstra que os coletivos não se limitam a uma única linguagem, mas articulam cultura, cidadania e território como eixos de uma mesma prática social.

C.8 EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E FRONTEIRAS

A questão 31 do formulário teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre como as iniciativas traduzem na prática suas áreas de atuação prioritária, buscando evidenciar as formas pelas quais os coletivos realizam suas ações culturais no território. Por meio da pergunta aberta “Considerando a atuação temática prioritária da sua organização/coletivo, gostaria que nos contasse como se dá na prática essa atuação (ações/experiências)” foi possível reunir narrativas que revelam dimensões artístico-culturais, territoriais, populacionais e políticas do trabalho desenvolvido.

As respostas apresentadas expressam a riqueza e a diversidade das experiências culturais dos grupos mapeados, permitindo identificar tanto aspectos simbólicos e identitários quanto estratégias de resistência e transformação social. A seguir, são destacadas experiências que se relacionam direta ou indiretamente à integração latino-americana e aos territórios de fronteira, evidenciando as práticas, desafios e perspectivas construídas por esses coletivos.

COLETIVO ESTOPÔ BALAIÓ

O Coletivo Estopô Balaio é um grupo cultural com 14 anos de atuação contínua, cuja sede, a Casa Balaio, é alugada e está localizada em uma zona limítrofe entre os municípios de São Paulo, Guarulhos e Itaquaquecetuba. É uma região frequentemente negligenciada pelo poder público, marcada por desigualdades e por dinâmicas de migração e resistência. O coletivo, embora inicialmente estruturado como um grupo de teatro, expandiu suas atividades ao longo do tempo, incorporando diversas linguagens artísticas e ações socioculturais voltadas à formação e mobilização comunitária.

Sua atuação inclui espetáculos teatrais itinerantes, batalhas de rima, hip hop, cineclube, saraus, shows musicais, oficinas de balé, teatro, percussão, desenho, produção cultural, escrita de projetos, entre outros. Todas essas atividades integram uma proposta de formação cultural contínua, que tem como

objetivo preparar agentes culturais capazes de atuar como multiplicadores dentro de suas próprias comunidades. Essa formação está intrinsecamente conectada ao território e à realidade social em que o coletivo está inserido, sendo marcada por práticas de convivência e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

A composição do Coletivo Estopô Balaio é predominantemente formada por nordestinos, filhos de migrantes e pessoas indígenas, o que confere ao grupo uma identidade plural e profundamente conectada às experiências de migração, deslocamento e pertencimento. Essa diversidade também traz desafios cotidianos, como o enfrentamento de preconceitos e estigmas, ao mesmo tempo, carrega consigo a riqueza cultural de suas origens, com raízes em povos como os Tupinambá e Potiguara. Entre os integrantes indígenas, muitos são oriundos do Nordeste, embora nem sempre conhecem com precisão suas etnias de origem, ainda assim, compartilham uma perspectiva coletiva sobre o que significa construir um senso de comunidade a partir da experiência migratória que os constitui enquanto sujeitos. Essas vivências refletem tanto nos processos criativos quanto nas temáticas dos espetáculos, que frequentemente abordam a migração de forma sensível, crítica e politizada.

Paralelamente às suas criações artísticas, o coletivo desenvolve projetos de forte impacto político e cultural. Entre eles, destacam-se o “Jardim de Narrativas”, que incentiva a escrita de espetáculos, e o evento mensal “Quebrada Originária”, um espaço gratuito e aberto ao público voltado à visibilidade de artistas indígenas. Outro projeto relevante é a “Semana de Politização Indígena Urbanizada”, que promove debates sobre os direitos territoriais, as lutas dos povos originários e os desafios enfrentados nas grandes cidades. Durante essas ações, o grupo passou a dialogar com indígenas imigrantes, como bolivianos, que enfrentam dificuldades em serem reconhecidos como indígenas no Brasil - um tema que passou a ocupar lugar central nas reflexões do coletivo.

Atualmente, o grupo está envolvido na pesquisa e desenvolvimento da trilogia “Reset América Latina”, que propõe uma revisão crítica das identidades construídas sobre o Nordeste, o Brasil e o continente latino-americano. A proposta busca romper com narrativas coloniais que uniformizam e silenciam as contribuições dos povos indígenas, negros e diaspóricos em geral, reivindicando uma identidade plural, decolonial e latino-americana - uma identidade que respeite a diversidade dos povos e garanta seus direitos.

A atuação do Coletivo Estopô Balaio evidencia como a arte pode ser ferramenta de transformação, denúncia e construção de vínculos em territórios de fronteira. Ao adotar como temática prioritária as linguagens artísticas, e como atuação secundária a cultura urbana, o direito à cidade e juventudes, o grupo afirma sua prática como resistência política, ao mesmo tempo, assume a urgência do debate sobre a integração latino-americana e os territórios de fronteira, propondo uma ação cultural comprometida com os direitos humanos, a diversidade e o protagonismo das populações historicamente invisibilizadas.

COLETIVO QUITUS

Com seis anos de atuação, o Coletivo Quitus desenvolve suas atividades principalmente na região sul de São Paulo, com foco nas artes integradas. O grupo promove o diálogo entre diferentes linguagens artísticas, como dança, literatura, teatro e audiovisual. Nos últimos dois anos, o coletivo tem direcionado seus esforços especialmente para o campo do audiovisual, possibilitando a realização de documentários, curtas-metragens, registros fotográficos, entre outros, que atendem tanto à comunidade local quanto aos artistas de diversas áreas.

O nome “Quitus” faz referência a um território indígena localizado no Equador, dois dos membros do coletivo são originários da capital desse território, o que fortalece a identidade do grupo como espaço de resistência e valorização da ancestralidade. Apesar de não possuírem CNPJ como produtora audiovisual, os membros atuam como Microempreendedores Individuais (MEIs). De acordo com o relato, essa configuração decorre das restrições impostas pela legislação brasileira no campo da produção audiovisual, a qual estabelece critérios específicos para o reconhecimento de produtoras como brasileiras independentes, o que limita a formalização de coletivos compostos exclusivamente por estrangeiros.

Sem sede própria, o coletivo utiliza espaços de outros projetos parceiros, como o Ibirá Lab (na zona sul) e a Casa Cholitas (na zona norte), essas parcerias viabilizam as atividades presenciais e práticas do grupo. Essa combinação resulta em práticas que articulam a territorialização cultural, dinâmicas de produção voltadas à memória e discussões políticas e identitárias. O coletivo atua prioritariamente nas periferias de São Paulo, reunindo pessoas de diferentes países e contextos periféricos, cujas trajetórias de vida compartilham

semelhanças e fortalecem os vínculos comunitários, o trabalho coletivo, a diversidade de narrativas, processos e experiências que se entrelaçam promovendo uma abordagem plural.

O grupo opta por atuar fora do eixo mercadológico central, cujas lógicas não dialogam com seus princípios. Seu posicionamento político é parcialmente revolucionário, direcionado à crítica social com foco na materialidade. Estão conscientes da violência dos processos sociais, sobretudo no que diz respeito à desigualdade na distribuição de renda e às ausências de saneamento básico, educação, saúde e cultura nas comunidades periféricas. O trabalho do Coletivo Quitus, discute processos sociais e políticos, mas também busca trazer orçamento e recursos financeiros para dentro das comunidades, contribuindo diretamente com seu fortalecimento e autonomia.

As temáticas prioritárias que orientam a atuação do coletivo são a cultura, os territórios de fronteira e a integração latino-americana, e de forma transversal, as linguagens artísticas permeiam todo o trabalho, funcionando como instrumento de expressão, resistência e diálogo. Além disso, se comprometem com a garantia de acesso às suas atividades adotando medidas de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, de modo a incluir diferentes públicos e realidades sociais em suas ações.

CIA CATA - VENTOS DE CULTURA

A Cia Cata-Ventos de Cultura, com dez anos de atuação, está sediada na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. A organização possui CNPJ ativo e utiliza um espaço alugado como sede para o desenvolvimento de suas atividades. Suas ações são conduzidas principalmente por meio da Escola Livre de Arte e Cultura Beija-Flor, que oferece atualmente dez cursos e vinte e cinco oficinas em diversas linguagens artísticas. Entre os cursos ofertados, destacam-se: iniciação às artes cênicas, artes circenses, música (violão), dança de salão, forró, capoeira, danças e cultura afro-brasileira, além de atividades voltadas à educação ambiental. Além disso, a companhia organiza eventos, mostras e festivais que permitem aos alunos compartilhar seus talentos e criações. O público atendido é diverso, abrangendo desde crianças até pessoas com mais de 60 anos.

Há dois anos, a companhia também passou a realizar o Festival Internacional de Cultura, Artes e Teatro (FICATE). Nas duas primeiras edições, a curadoria do evento foi realizada por integrantes da própria Cia Cata-Ventos,

que já tinham viajado para países como Bolívia, Peru, Argentina, Chile, entre outros. A partir dessas experiências e conexões internacionais, surgiram os convites para que os artistas e grupos culturais pudessem participar do festival. O evento tem como objetivo ampliar o diálogo entre culturas, valorizando a diversidade de expressões artísticas e promovendo o intercâmbio entre artistas, grupos e comunidades. Deste modo, a presença de artistas de diferentes regiões do Brasil e de outros países fortalece a proposta de integração latino-americana e reafirma o Acre como espaço ativo na construção de redes culturais transfronteiriças.

Além de apresentações teatrais, o FICATE oferece oficinas, rodas de conversa, vivências formativas e atividades voltadas à comunidade, atuando também como um espaço de formação e reflexão crítica sobre os papéis da arte e da cultura na sociedade. A atuação da companhia tem como temática prioritária a formação e a educação cultural e, como temática secundária, trabalha com os eixos de cultura, territórios de fronteira e integração latino-americana, promovendo o intercâmbio entre saberes diversos e fortalecendo os vínculos culturais na região.

KABURÉ MARACATU

O coletivo Kaburé Maracatu é um grupo de estudos de maracatu de baque-virado certificado como ponto de cultura pelo Ministério da Cultura e composto por integrantes de diferentes regiões do Brasil e América Latina. Possui 9 anos de atuação e teve origem na região Norte do município de Foz do Iguaçu, situado no estado do Paraná. Os primeiros ensaios ocorreram no espaço cultural El Bardal, em Ciudad del Este. Meses depois, com a consolidação do núcleo familiar do grupo, as atividades migraram para o Colégio Estadual Paulo Freire.

Nesse espaço, o coletivo ofereceu oficinas para as crianças e adolescentes do colégio, com a participação de batuqueiros da comunidade. Após alguns meses, os ensaios foram transferidos para a Praça da Mentira buscando maior interação e aproximação com o restante da população. Com o passar dos anos, o grupo ampliou sua atuação e passou a integrar o calendário cultural da cidade, participando de eventos como Carnafalls, Fartal, Natal das Cataratas e Consciência Negra, entre outros. Também desenvolve projetos apoiados pelo Fundo Municipal de Cultura, possibilitando a formação de crianças e jovens da comunidade, além de promover oficinas e intercâmbios culturais

com mestres e mestras de outras cidades, especialmente de Recife e do Rio de Janeiro.

O bairro onde o coletivo atua é carente de equipamentos culturais e historicamente pouco alcançado pelas políticas culturais da cidade, o que reforça a relevância da sua presença e permanência. A região, marcada por ocupações e por processos de remoção de famílias em decorrência de disputas imobiliárias e econômicas, abriga uma população majoritariamente negra. Nesse contexto, o Kaburé Maracatu busca resgatar princípios da ancestralidade africana, desconstruir preconceitos relacionados ao candomblé e à umbanda, e transmitir ensinamentos presentes nas toadas dos maracatus-nação.

Além das oficinas semanais de percussão e dança, oferecidas gratuitamente, o coletivo realiza anualmente a Feira da Consciência Negra da Vila. O evento aproxima o bairro Vila C da cultura afro-brasileira não apenas por meio do maracatu, mas também por meio da fotografia, dança, música, estética e gastronomia afro-brasileira. A Feira constitui um espaço de debate sobre o racismo e de articulação com outros movimentos negros da cidade, celebrando a ancestralidade negra a partir da memória de Zumbi dos Palmares e relembrando a luta do movimento negro organizado.

Constata-se portanto, que o Kaburé Maracatu cultiva e expande saberes de (re)existência negra e periférica dentro de processos de empoderamento e emancipação social, utilizando o maracatu como instrumento de luta interseccional, direcionado a corromper as opressões de gênero, raça e classe que engendram nossa sociedade. Ademais, busca mesclar e assimilar as influências e forças territoriais que permeiam a região fronteira de Foz do Iguaçu, terra ancestral dos povos indígenas guaranis, cuja cultura envolve as populações dos três municípios, Ciudad del Este, Foz do Iguaçu e Puerto Iguaçu, e arredores.

Por fim, o Kaburé Maracatu tem como principal objetivo valorizar e difundir as expressões culturais populares de matriz africana, bem como as expressões indígenas que integram a identidade da comunidade fronteira. Trata-se de um grupo em permanente formação e expansão, que resiste e se afirma em múltiplos espaços e frentes, protagonizando a luta cultural e comunitária nas periferias da região de fronteira.

INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL-AMERICANO

O Instituto Moinho Cultural Sul-Americano é uma entidade sem fins lucrativos, criada há 23 anos por iniciativa de empreendedores sociais. Seu

objetivo é executar projetos voltados à democratização cultural e ao desenvolvimento humano e social do Pantanal, bioma localizado no Centro-Oeste brasileiro. Certificado como pontão de cultura pelo Ministério da Cultura, o Instituto tem como missão reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, por meio do acesso a bens artístico-culturais, educação formal de qualidade e conhecimentos tecnológicos.

Ao longo de sua história, já beneficiou diretamente mais de 23 mil crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, com atividades diárias no contraturno escolar, e alcançou mais de 60 mil pessoas indiretamente. Somente em atendimentos assistenciais, foram realizados mais de 58.900 registros. Atualmente, o Instituto atende 400 crianças e adolescentes dos municípios de Corumbá, Ladário e Miranda no estado do Mato Grosso do Sul, assim como as cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro. Nesta última, 40 crianças bolivianas, com idades entre 6 e 18 anos e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, integram o Sistema Moinho. Com o Programa Roda Moinho, a entidade realiza intercâmbios com escolas municipais de assentamentos e comunidades ribeirinhas de Corumbá, além de escolas rurais de Miranda, atendendo mais de 200 crianças e adolescentes.

O Moinho Cultural mantém consolidada a Orquestra de Câmara do Pantanal, a Companhia de Dança do Pantanal e o NUTEC - Núcleo de Tecnologia do Moinho Cultural. Sua atuação contribui para transformar a realidade de crianças e adolescentes em situação de risco social na fronteira Brasil-Bolívia, utilizando a música, a dança, a tecnologia e a literatura como ferramentas de inclusão e interação social. Além disso, oferece apoio escolar, promove grupos de convivência e fortalece vínculos familiares e comunitários. As crianças e adolescentes permanecem na instituição por um período mínimo de oito anos. Nos dois primeiros anos, participam de atividades de tecnologia, música e dança; a partir do segundo ano, escolhem uma das três áreas e seguem nos níveis Básico III, Intermediário I e II, Avançado I e II. As atividades artísticas e pedagógicas incluem:

- Dança: ballet clássico, dança contemporânea, dança regional e história da arte;
- Música: teoria musical, musicalização, música popular brasileira, música regional, coral, história da arte e práticas instrumentais em piano, violão, viola de cocho, viola caipira, guitarra, cordas (violino, viola, violoncelo, contrabaixo), metais (trompa, trompete,

trombone, barítono), madeiras (flauta, clarinete, saxofone) e percussão clássica e contemporânea;

- Tecnologia e cidadania: informática, noções de empreendedorismo e desenvolvimento de competências socioemocionais.

O atendimento direto beneficia participantes brasileiros e bolivianos, proporcionando formação em dança e música, acompanhamento escolar, estudo das artes e culturas sul-americanas e desenvolvimento da cidadania por meio da tecnologia e do Núcleo de Cultura e Letramento. Com a implantação do pontão de cultura em 2024, as atividades foram ampliadas para atender cerca de 200 famílias dos participantes e da comunidade, oferecendo cursos técnicos de qualidade nas áreas de corte e costura, artesanato em aguapé (camalotes) e gastronomia regional, fomentando a geração de trabalho e renda na região. O Núcleo Social desenvolve ações permanentes com familiares para fortalecer a função protetiva e preventiva, evitando rupturas de vínculos e garantindo o acesso a direitos.

O Moinho também atua na formação cidadã, por meio de grupos temáticos semanais que discutem valores éticos, morais e temas atuais, baseados nos quatro pilares da UNESCO: Aprender a Conhecer, Aprender a Ser, Aprender a Fazer e Aprender a Conviver. Utiliza dinâmicas lúdicas, debates e atividades culturais para estimular autonomia e pensamento crítico. A intersetorialidade com a rede socioassistencial garante um atendimento integral aos participantes, compartilhando conhecimentos e experiências. Campanhas como a do 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - reforçam a importância do engajamento social e da consciência cidadã.

Mensalmente, são realizadas reuniões com pais e responsáveis, fortalecendo o vínculo família-instituição e aumentando a motivação dos participantes. O processo seletivo anual prioriza crianças de famílias com renda de até três salários mínimos e matrícula em escola regular, sendo a procura maior do que o número de vagas, o que mantém o alto padrão de qualidade na formação técnica e artística. Com parcerias locais, nacionais e internacionais, o Moinho Cultural atua como um agente transformador no território fronteiriço, promovendo igualdade de gênero (ODS¹ 5), trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), redução das desigualdades (ODS 10),

1 Os ODS, ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, integram a Agenda 2030 da ONU e reúnem metas globais para um futuro mais justo, inclusivo e sustentável.

ação contra a mudança global do clima (ODS 13) e paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16). Sua presença marcante na zona portuária de Corumbá e a convivência intercultural entre brasileiros, bolivianos, cubanos, venezuelanos e outros povos mostram que a cultura é uma ponte para um futuro mais justo e sustentável.

Nesse sentido, o Moinho Cultural assume um papel estratégico em um território frequentemente invisibilizado economicamente e socialmente, marcado pela escassez de investimentos estruturais e pela concentração de riqueza no setor agropecuário. Ao atuar na fronteira Brasil-Bolívia, o Instituto não apenas promove integração regional e intercâmbio cultural, mas também oferece alternativas concretas de formação e desenvolvimento em um contexto onde grande parte da população enfrenta acesso limitado a oportunidades educacionais, culturais e de desenvolvimento econômico, lutando contra desigualdades históricas que permanecem amplamente ignoradas por instituições públicas e agentes privados que investem na região.

C.9 TEMÁTICA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Nesta etapa da análise qualitativa, são destacados os temas relacionados à integração latino-americana e aos territórios de fronteira, considerados eixos estratégicos do Pontão de Cultura Pátria Grande. Embora essas temáticas não tenham sido apontadas como prioritárias ou secundárias pela maioria das iniciativas entrevistadas, sua inclusão nesta análise se justifica pela centralidade que assumem no escopo do Pontão, cuja proposta é fortalecer os vínculos culturais, simbólicos e políticos entre os povos da América Latina.

Com o intuito de compreender como essas questões se manifestam nas práticas e percepções dos coletivos e entidades culturais, o questionário incluiu um conjunto de perguntas específicas sobre a questão da integração latino-americana, buscando identificar experiências de articulação transnacional, trocas culturais em regiões de fronteira e o papel das iniciativas culturais na promoção de diálogos entre países e comunidades latino-americanas. A partir dessas respostas, torna-se possível observar como a integração se traduz em ações concretas e significados simbólicos, revelando a presença de identidades compartilhadas, redes colaborativas e formas de resistência cultural que atravessam fronteiras nacionais e fortalecem o sentimento de pertencimento continental.

GRUPO 01

“Considerando que uma maior aproximação e/ou uma integração entre países latino-americanos é um tema em debate, como você avalia essa pauta em relação à sua entidade/coletivo?”

1. Tema necessário e urgente. (18)
2. Tema necessário, mas não urgente. (4)
3. Tema não necessário e não urgente. (0)
4. Não sei avaliar. (2)

No Grupo 01, a maioria dos participantes (18 respostas, ou 75%) classificou a questão da integração latino-americana como um tema necessário e urgente. Isso indica que, para esses coletivos, o fortalecimento dos laços entre países da América Latina é considerado uma pauta de alta relevância no contexto atual, possivelmente refletindo a percepção de que os desafios enfrentados pela região, como as desigualdades sociais, políticas e econômicas, exigem uma resposta conjunta. Em contrapartida, quatro participantes (17%) consideraram o tema necessário, mas não urgente, o que sugere uma visão de que, embora importante, a integração pode ser abordada em um prazo mais longo ou em um contexto menos imediato.

GRUPO 02

No Grupo 02, as respostas demonstram um consenso ainda mais expressivo sobre a relevância da integração latino-americana como pauta cultural e política. A essa pergunta, a grande maioria das iniciativas classificou o tema da integração latino-americana como necessário e urgente (23), enquanto apenas duas o consideraram necessário, mas não urgente. Nenhum dos entrevistados afirmou que o tema seria desnecessário ou declarou não saber avaliá-lo.

Esses resultados indicam que, para as organizações do Grupo 02, a integração latino-americana é percebida como questão central e contemporânea, diretamente vinculada às práticas culturais desenvolvidas nos territórios de fronteira. Em regiões como Foz do Iguaçu (PR) e Corumbá (MS), essa pauta adquire sentido concreto, associado à convivência cotidiana entre povos, à circulação transnacional de saberes e à valorização de identidades compartilhadas. A predominância da percepção de urgência reforça que, para essas iniciativas, a cultura é entendida como instrumento de articulação regional, cooperação e resistência, capaz de fortalecer laços entre comunidades latino-americanas.

C.10 TEMÁTICA TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA

O Brasil possui mais de 15 mil quilômetros de fronteiras com dez países, conformando um espaço geográfico de intensa diversidade cultural, social e linguística. Apesar de sua relevância estratégica e simbólica, essas regiões permanecem pouco conhecidas e valorizadas pela população brasileira em geral. Nesse contexto, o questionário buscou compreender como as iniciativas culturais percebem a pauta dos territórios de fronteira em relação às suas práticas e identidades.

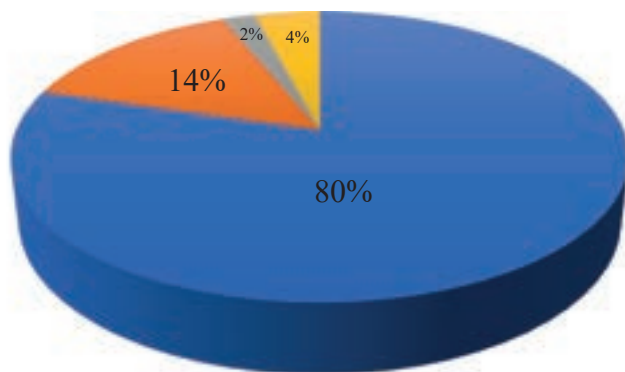
No *Grupo 01*, as respostas indicam o seguinte:

1. Tema necessário e urgente (18);
2. Tema necessário, mas não urgente (3);
3. Tema não necessário e não urgente (1);
4. Não sei avaliar (2).

Já no *Grupo 02*, os resultados foram:

1. Tema necessário e urgente (21);
2. Tema necessário e não urgente (4);
3. Tema não necessário e não urgente (0);
4. Não sei avaliar (0).

Gráfico 12- Territórios de fronteira



■ Tema necessário e urgente. ■ Tema necessário, mas não urgente.
■ Tema não necessário e não urgente. ■ Não sei avaliar

Fonte: elaboração própria.

Ao totalizar as respostas, observa-se que 80% dos participantes de ambos os grupos veem a temática como necessária e urgente, refletindo um consenso sobre a relevância de fortalecer e valorizar as regiões de fronteira. Isso sugere que há uma percepção ampla sobre a necessidade de políticas públicas e ações que promovam o fortalecimento e a valorização dessas áreas, especialmente no contexto das práticas culturais. Os 14% que acham o tema necessário, mas não urgente, também refletem uma visão de que, embora reconheçam a importância das regiões de fronteira, talvez a abordagem dessa questão não precise ser imediata, o que poderia indicar uma percepção de que há outros assuntos igualmente urgentes no momento. Já os 6% que têm visões diferentes podem representar um grupo com prioridades distintas, seja por falta de conhecimento sobre a importância das regiões de fronteira, por uma perspectiva diferente sobre o papel dessas áreas, ou por questões que não foram contempladas na pesquisa.

C.11 INTERESSE DE PARTICIPAR DA REDE

A construção de redes de articulação e cooperação é um dos pilares da política Cultura Viva e uma estratégia essencial para o fortalecimento de iniciativas culturais de base comunitária. Nesse sentido, buscou-se compreender o interesse das entidades e coletivos em integrar uma rede latino-americana voltada à cultura e à ação política, capaz de articular trocas, diálogos e práticas compartilhadas entre diferentes territórios do continente. No *Grupo 01*, os resultados foram:

1. Sim, tenho muito interesse (22);
2. Sim, tenho interesse mediano (1);
3. Não, não tenho interesse (0);
4. Não sei avaliar (1).

No *Grupo 02*, observou-se uma tendência semelhante, com alto índice de engajamento:

1. Sim, tenho muito interesse (23);
2. Sim, tenho interesse mediano (2);
3. Não, não tenho interesse (0);
4. Não sei avaliar (0).

Tanto no Grupo 01 quanto no Grupo 02, 92% das entidades e coletivos entrevistados expressaram forte interesse em integrar uma rede latino-americana, demonstrando disposição para estabelecer alianças, desenvolver projetos colaborativos e fortalecer práticas culturais compartilhadas. A atuação em rede é percebida como uma estratégia de ampliação das potências locais e de construção de solidariedades regionais, permitindo que as experiências culturais contribuam para a formação de uma consciência crítica e coletiva sobre os desafios sociais, políticos e econômicos da América Latina. Essa adesão expressiva reforça o entendimento de que a integração latino-americana, na perspectiva dos coletivos culturais, não é apenas uma pauta simbólica, mas uma prática em movimento - sustentada pela colaboração, pela diversidade e pela busca de transformação social por meio da cultura.

REFLEXÕES FINAIS

Durante o processo de formação e execução do mapeamento, observou-se que os encontros formativos desempenharam um papel fundamental no amadurecimento das ações desenvolvidas e na ampliação do olhar crítico sobre os dados e informações levantados. Esse percurso formativo orientou tecnicamente a equipe envolvida e favoreceu reflexões mais aprofundadas acerca dos territórios, identidades, políticas culturais e demais dimensões presentes nas realidades investigadas.

A escuta sensível se mostrou um elemento essencial desse processo. Ao longo dos meses de trabalho, diversas reflexões emergiram a partir das questões levantadas. Entre elas, destacou-se a pergunta: “Está em território de povos e comunidades tradicionais, conforme o Decreto nº 6.040/2007?” - que gerou importantes debates. Durante as entrevistas, percebeu-se também a presença de outros grupos que compõem o tecido social e cultural dos territórios, como populações das periferias urbanas, assentamentos rurais, coletivos ayahuasqueiros, entre outros.

Outra questão relevante que suscitou discussão foi a atuação das entidades e coletivos como pontos de memória, leitura, audiovisual, entre outros. O debate surgiu a partir da formulação da própria pergunta, que indagava sobre essas atuações e levantava a dúvida sobre a necessidade de comprovação ou certificação formal para validá-las. Nesse sentido, refletiu-se sobre a pertinência - ou não - de exigir certificações institucionais como critério de reconhecimento dessas práticas.

No que diz respeito à composição dos coletivos, observou-se a predominância de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência, o que gerou novos questionamentos sobre ausências de menções a outros grupos, como integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, não contemplados diretamente na pergunta, mas cuja inclusão foi considerada de grande relevância.

Por fim, destaca-se que a experiência foi profundamente significativa, especialmente por representar o primeiro contato, para parte da equipe, com uma diversidade tão ampla de manifestações culturais presentes em diferentes regiões do país. Além disso, o processo revelou a força de articulação dos coletivos em seus territórios e seu empenho contínuo em lutar por reconhecimento, visibilidade e melhores condições de atuação cultural.

MAPEAMENTO REGIONAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL: RELATOS E ANÁLISES NA APLICAÇÃO DESTA FERRAMENTA

Lihla Zaslavsky Gomes
Jamilly Anterio
Agentes Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma descrição inicial do universo de entidades e coletivos culturais mapeados pelas Agentes Cultura Viva Jamilly Anterio e Lihla Zaslavsky, no âmbito de uma pesquisa voltada à identificação de práticas culturais de base comunitária no Brasil, com atenção especial para as temáticas latino-americanas e dos territórios de fronteira. Ao todo, foram entrevistadas 45 iniciativas, compondo um panorama diversificado em termos regionais, organizacionais e temáticos. Este número, ainda que significativo, deve ser entendido como limitado para que possamos tirar conclusões sobre a realidade mais ampla das experiências culturais em nosso país. Nosso exercício aqui é analisar estes dados e indicar possíveis tendências, mesmo que de forma inicial e limitada.

A METODOLOGIA DO MAPEAMENTO E TEMÁTICAS DOS GRUPOS CULTURAIS

A metodologia de mapeamento partiu de uma estratégia regionalizada. A agente Jamilly Anterio foi inicialmente responsável pelos estados de Sergipe e Bahia, enquanto a agente Lihla Zaslavsky atuou prioritariamente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir das entrevistas iniciais, a pesquisa se expandiu por meio da técnica de amostragem em cadeia (bola de neve), o que permitiu alcançar experiências localizadas em outros estados

brasileiros por meio de indicações espontâneas feitas pelas próprias entidades e coletivos entrevistados.

A experiência das entrevistas de mapeamento cultural revelou-se extremamente rica e diversa. Embora o questionário fosse composto majoritariamente por perguntas objetivas, a dinâmica dos encontros permitiu que emergissem elementos subjetivos e narrativas que foram muito além das respostas diretas. Essa variação refletiu-se também na duração dos diálogos, que transitaram desde interações concisas de cerca de dez minutos até conversas profundas com mais de uma hora de duração. Essa pluralidade de vivências e relatos indica caminhos interpretativos valiosos, que não apenas complementam os dados, mas enriquecem significativamente a análise descrita a seguir, oferecendo uma visão mais fiel e sensível da realidade cultural pulsante nos territórios pesquisados.

A amostra coletada reúne tanto coletivos culturais informais, sem registro jurídico, quanto entidades formalizadas, como associações e organizações da sociedade civil com CNPJ ativo. A pluralidade também se manifesta nas condições estruturais: há grupos com sede própria, alugada, cedida, bem como outros que operam de forma descentralizada ou em espaços públicos e comunitários. Além disso, também estão presentes iniciativas culturais localizadas em territórios de povos e comunidades tradicionais como ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais e Comunidades de Terreiro/Povos e Comunidades de Matriz Africana.

Do ponto de vista temático, observa-se uma diversidade bastante marcada, tanto no que diz respeito a temáticas prioritárias quanto às secundárias. De forma geral, somando-se as categorias de prioridades, observa-se que “Linguagens Artísticas” (13 ocorrências) e “Culturas Populares e Tradicionais” (11) emergem como os eixos mais recorrentes, demonstrando que as linguagens artísticas de forma mais genérica e a questão das culturas populares e tradicionais dos povos são pilares centrais no trabalho desses coletivos. Em seguida, aparecem “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos” (9), “Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana” (8) e “Formação e Educação Cultural” (8).

Quando pensamos em um foco nas temáticas prioritárias, temos destaque para a valorização de culturas tradicionais e matriz africana (8 casos), com projetos que preservam saberes ancestrais. Além disso, “Linguagens Artísticas” (6) e “Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes” (4) revelam uma

forte atuação em periferias, usando teatro, música e audiovisual como ferramentas de ocupação e mobilização social. A presença marcante de “Culturas Populares e Tradicionais” (7) também evidencia a defesa de manifestações como folguedos, festejos e artesanato, muitas vezes em diálogo com políticas públicas de cultura viva.

Já quando destacamos apenas as temáticas secundárias, “Linguagens Artísticas” (7) segue em destaque, seguida por “Formação e Educação Cultural” (5) e “Economia da Cultura, Solidária e Criativa” (5) que ganham destaque, mostrando que muitos grupos combinam arte e geração de renda, seja por meio de oficinas, feiras ou outras ações. A transversalidade de “Gênero, Diversidade e Direitos Humanos” (5) também se faz presente, com coletivos que articulam cultura, feminismo e questões de gênero e sexualidade em suas práticas. Outro dado relevante é a recorrência de “Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana” (4) como tema secundário, indicando que, em nosso recorte, mesmo grupos não focados nessa pauta ainda mantêm conexões com redes transfronteiriças.

Assim, a pluralidade de atuações pode indicar que esses coletivos e entidades não apenas produzem cultura, mas também constroem redes de resistência, educação e economia solidária, em diálogo com identidades, territórios e lutas sociais. A predominância de práticas culturais voltadas à preservação de saberes tradicionais, juventude, educação popular, gênero, direitos humanos, arte urbana, cultura afro-brasileira e ações de inclusão social por meio da arte. Tais ações são desenvolvidas majoritariamente em territórios periféricos ou em contextos de vulnerabilidade social, reforçando o papel central dessas iniciativas na produção de pertencimento, identidade e resistência cultural.

Outro aspecto relevante é a ampla adesão ao conceito de Cultura Viva, entendido pelas entidades como uma prática cotidiana, política de Estado e movimento social. A maioria das iniciativas manifesta interesse em participar de uma rede de integração latino-americana e reconhece a urgência ou a importância desses processos entre países da América Latina. Esses dados nos fazem refletir sobre como, mesmo que a temática Latino-Americana só tenha aparecido como foco principal ou secundário nas respostas de 8 dos 45 coletivos e entidades entrevistados, a esmagadora maioria entende a temática como relevante.

Além disso, nossa amostragem demonstrou que mesmo aqueles que não optaram por apontar a urgência da questão entendem sua importância. Em uma das falas acolhidas, um coletivo ressaltou que, embora a ideia de uma rede de integração latino-americana pareça muito importante, naquele momento eles estavam focados em sobreviver e resistir em seu próprio território. “Como podemos pensar em integração latino-americana se aqui, no nosso território, a gente mal está conseguindo se manter?”, questionaram. Por esses motivos, para esse coletivo, a integração latino-americana é um tema considerado necessário, mas não urgente.

ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Nesta seção, apresentamos os resultados quantitativos obtidos a partir das 45 entrevistas realizadas com iniciativas culturais locais, com foco em variáveis que ajudam a delinear o perfil institucional, a vinculação territorial e política, as condições materiais e digitais, bem como aspectos de acessibilidade e atuação social desses agentes. Ao longo da análise, propomos interpretações preliminares que dialogam com os objetivos do mapeamento. Os dados estão acompanhados por gráficos, que contribuem para a visualização e sistematização das informações.

1. TIPO DE ENTIDADE

Dos 45 respondentes, 31 se identificam como entidades (com CNPJ), enquanto 14 se apresentam como coletivos culturais (sem CNPJ). Esse dado evidencia que o campo cultural mapeado combina formas institucionais distintas, convivendo entre a formalização jurídica e a atuação informal, autônoma ou em rede.

A predominância das entidades com CNPJ (aproximadamente 69% dos respondentes) indica que parte significativa dos grupos entrevistados já percorreu processos de institucionalização. Nossas entrevistas indicaram que os motivos deste movimento variavam, mas em sua maioria eram direcionados a atender às exigências legais de participação em editais e políticas públicas ou como estratégia interna de ampliação da sustentabilidade e da visibilidade pública. Essas entidades tendem a possuir uma estrutura organizacional mais definida e estão, em geral, inseridas em circuitos formais de fomento e financiamento da cultura.

Por outro lado, a presença significativa de coletivos informais (31%) ressalta a relevância de práticas culturais que operam fora das estruturas jurídicas convencionais. Nossas entrevistas nos levam a observar que tais coletivos, em muitos casos, baseiam-se em formas colaborativas e afetivas de organização, com enraizamento comunitário e atuação em contextos de resistência e afirmação identitária, reforçando a importância de reconhecer e apoiar também essas formas mais horizontais e autônomas de organização.

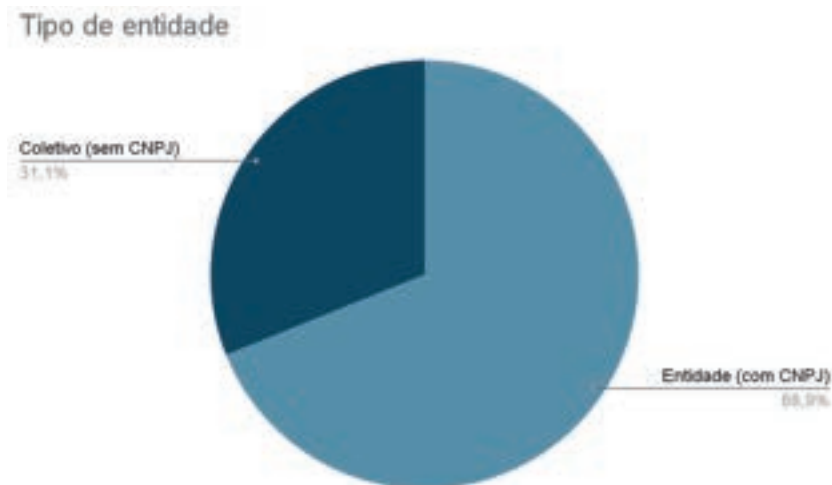


Gráfico 1: Tipo de entidade. Elaborado pelas autoras, 2025.

A análise comparativa entre as regiões Nordeste e Sul revela perfis distintos na conformação dos coletivos culturais mapeados, refletindo diferentes tradições organizacionais e relações com o Estado. No Nordeste, onde a agente Jamilly Anterio realizou 23 entrevistas, observa-se uma proporção significativamente maior de coletivos informais (10 dos 23 mapeados, ou 43,5%). Essa configuração reflete tanto estratégias de resistência em contextos de precariedade quanto tradições locais de organização cultural que valorizam a organicidade sobre estruturas formais.

Tipo de entidade - Nordeste

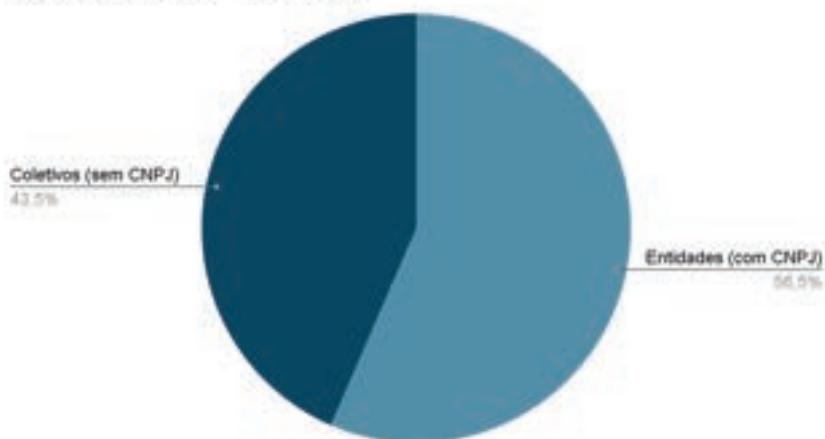


Gráfico 2: Tipo de entidade - Nordeste. Elaborado pelas autoras, 2025.

Em contraste, os dados do Sul - onde a agente Lihla Zaslavsky mapeou 22 iniciativas - mostram uma predominância acentuada de entidades formalizadas (18 das 22, ou 81,8%). Essa diferença regional pode ser compreendida a partir de vários fatores: uma maior institucionalização com mais acesso a editais públicos, a influência histórica de modelos organizacionais trazidos por imigrantes europeus e, particularmente relevante no contexto fronteiriço, a necessidade de estruturação jurídica para viabilizar projetos binacionais e acessar recursos transfronteiriços, como relatado em algumas das entrevistas coletadas. Vale destacar que essa maior formalização no Sul não implica necessariamente maior estabilidade ou recursos, mas sim uma adaptação estratégica às especificidades do trabalho cultural em regiões de fronteira.

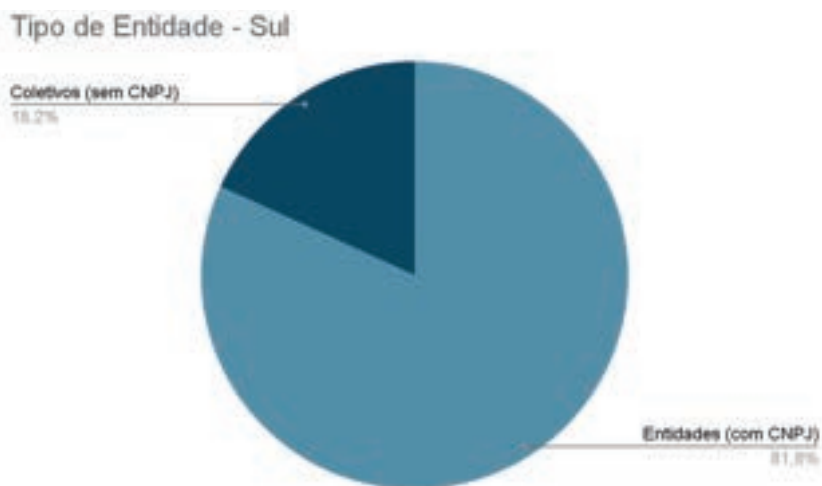


Gráfico 3: Tipo de entidade - Sul. Elaborado pelas autoras, 2025.

Essas diferenças regionais não devem ser lidas como indicadores de maior ou menor vitalidade cultural, mas sim como expressão de distintas formas organizacionais que respondem a contextos históricos, sociais e geopolíticos particulares. Tanto os arranjos informais do Nordeste quanto as estruturas mais formalizadas do Sul representam respostas criativas e possíveis aos desafios comuns enfrentados pelas iniciativas culturais comunitárias em todo o país. O que ambas as realidades compartilham é a permanente tensão entre autonomia política, criativa e sustentabilidade institucional, dilema que se manifesta de formas distintas conforme o contexto regional, mas que permanece como desafio central para o campo da cultura comunitária no Brasil contemporâneo.

2. POSSUI SEDE?

A análise sobre a posse de sede física revela um cenário marcado tanto por conquistas quanto por desafios estruturais no campo da cultura comunitária. Do total de 45 iniciativas mapeadas, 34 (75,6%) declararam possuir um espaço físico fixo, enquanto 11 (24,4%) desenvolvem suas atividades de forma itinerante, em espaços públicos, residências ou outros locais temporários. A existência de uma sede está frequentemente associada a maior estabilidade institucional e enraizamento territorial, permitindo a continuidade de ações culturais e o fortalecimento de vínculos com a comunidade. No entanto, os dados também mostram que a simples presença de um espaço físico não

garante condições ideais de trabalho, evidenciando desigualdades no acesso à infraestrutura cultural.

Entre as iniciativas com sede, as condições variam significativamente:

- 14 (31,1% do total) possuem sede própria, o que sugere certo grau de consolidação institucional e maior autonomia sobre o espaço de atuação;
- 10 (22,2%) mantêm espaços alugados, indicando um esforço financeiro considerável para garantir sua permanência territorial, muitas vezes dependente de recursos escassos ou temporários;
- 7 (15,6%) operam em locais cedidos por parceiros ou pelo poder público, arranjo que, embora viabilize atividades, pode trazer instabilidade devido à falta de garantias de longo prazo;
- 1 (2,2%) utiliza equipamento público, demonstrando uma relação de parceria com o Estado, ainda que pouco frequente na amostra;
- 2 (4,4%) enfrentam situações de extrema precariedade, incluindo ocupações ou ameaças de despejo, revelando a vulnerabilidade de parte desses grupos mesmo quando conseguem acessar um espaço físico.

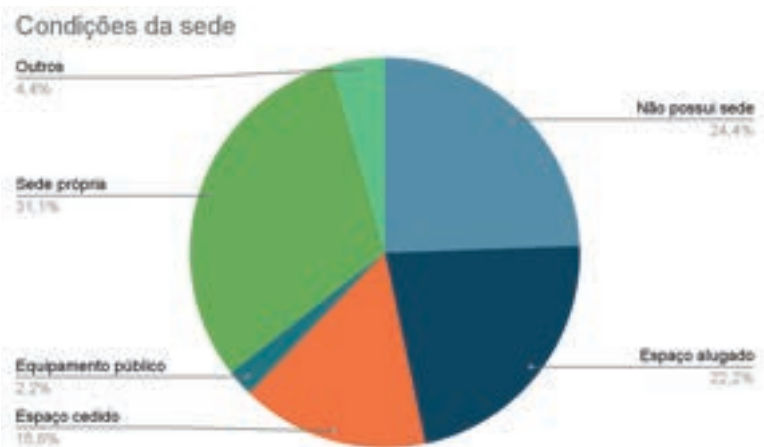


Gráfico 4: Condições da sede. Elaborado pelas autoras, 2025.

A ausência de sede fixa, realidade de 11 coletivos (24,4%), por outro lado, não deve ser interpretada apenas como fragilidade. Muitas vezes, essa condição reflete estratégias de atuação flexível e adaptável, com grupos que

ocupam praças, escolas, centros comunitários ou mesmo espaços digitais para realizar suas atividades. Essa mobilidade pode ser uma resposta criativa e possível à falta de recursos, mas também uma opção política por formas de organização menos centralizadas e mais integradas ao território. No entanto, a precariedade material dessas iniciativas — muitas vezes dependentes de empréstimos de espaços ou da boa vontade de apoiadores — coloca em risco sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Esses dados destacam a urgência de políticas públicas que considerem não apenas o fomento a projetos culturais, mas também o apoio à infraestrutura física dos coletivos e entidades. A garantia de espaços adequados — sejam próprios, compartilhados ou públicos — é fundamental para a consolidação de uma cena cultural comunitária diversa e sustentável. Além disso, a realidade das ocupações e despejos exige atenção específica, com mecanismos de proteção a grupos que desenvolvem trabalhos essenciais em condições de fragilidade jurídica e material. A manutenção desses espaços, portanto, não é apenas uma questão logística, mas um elemento central na luta pelo direito à cultura e à ocupação democrática dos territórios.

3. PERTENCE (OU) NÃO PERTENCE A POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?

Dos 45 coletivos e entidades entrevistados, 13 (28,9%) se identificam como pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais, sendo:

- 5 de comunidades de terreiro ou matriz africana;
- 4 quilombolas;
- 2 ribeirinhos;
- 1 povo indígena;
- 1 pescador artesanal.

A maioria, 32 iniciativas (71,1%), não mantém essa vinculação específica. É importante destacar que este mapeamento teve como foco central a identificação de práticas culturais vinculadas à temática latino-americana e aos territórios de fronteira, o que explica em parte a proporção encontrada - já que a seleção priorizou esses critérios específicos em vez de um recorte étnico ou tradicional. De toda forma, devemos refletir o porquê destes números.

Esses números revelam um cenário complexo: por um lado, demonstram que mesmo com esse enfoque geopolítico e cultural, o mapeamento conseguiu alcançar uma diversidade étnico-cultural significativa, incluindo grupos historicamente marginalizados; por outro, evidenciam a persistente sub-representação dessas populações nos espaços de cultura institucionalizada. A presença de quilombolas, povos de terreiro, indígenas e ribeirinhos no levantamento ganha especial relevância quando consideramos que essas comunidades mantêm relações profundas com os territórios fronteiriços e com as redes culturais latino-americanas, especialmente através das matrizes africanas e indígenas compartilhadas, como observado nas entrevistas realizadas.

4. CONHECE A POLÍTICA CULTURA VIVA?

A pesquisa revelou que 86,7% dos coletivos e entidades entrevistados (39 de 45) declararam conhecer a Política Nacional de Cultura Viva, enquanto apenas 13,3% (6 iniciativas) afirmaram não ter familiaridade com o programa. Esse expressivo índice de reconhecimento sugere a significativa penetração que a política alcançou entre as organizações culturais de base comunitária nas regiões estudadas. No entanto, é importante considerar que esses resultados podem refletir, em parte, a metodologia da pesquisa - como o mapeamento partiu de redes pré-existentes e contou com a mediação de um Pontão de Cultura (o Pátria Grande), é provável que tenha havido maior facilidade de contato com grupos já inseridos nos circuitos da Cultura Viva.

A ampla familiaridade com a política pode ser atribuída a vários fatores interligados. Primeiramente, destaca-se o histórico de atuação de muitos desses grupos como Pontos de Cultura certificados ou como participantes das redes vinculadas ao programa. Além disso, nossas entrevistas indicam que a própria natureza em rede da Cultura Viva, que se estrutura através de articuladores locais e processos de formação em cascata, parece ter contribuído para sua ampla disseminação nos territórios.

Os casos de desconhecimento da política (6 iniciativas) merecem análise cuidadosa. Esses dados podem indicar tanto lacunas na divulgação quanto barreiras de acesso a informações por parte de coletivos menos institucionalizados ou que atuam em circuitos mais isolados. É significativo notar que alguns desses grupos desenvolvem trabalhos plenamente alinhados com os princípios da Cultura Viva, mesmo sem conhecer formalmente a política - o

que sugere a existência de uma cultura comunitária orgânica que precede e transcende as políticas públicas.

Esses resultados levantam questões importantes sobre os limites e possibilidades das pesquisas de mapeamento cultural. Por um lado, confirmam a relevância da Cultura Viva como política estruturante para o campo da cultura comunitária. Por outro, sugerem a necessidade de complementar esse tipo de levantamento com estratégias mais amplas de identificação de iniciativas que possam estar à margem das redes institucionais. O desafio que se coloca é como alcançar esses grupos sem descaracterizar suas formas próprias de organização - talvez através de parcerias com lideranças comunitárias ou utilizando canais alternativos de comunicação.

Apesar dessas considerações metodológicas, o alto índice de reconhecimento da Cultura Viva permanece como um dado significativo. Ele revela não apenas a capilaridade da política, mas também a existência de um campo cultural que compartilha certos princípios comuns - como a compreensão da cultura como direito e como prática coletiva. O próximo passo, sugerido pela interpretação dos dados, seria aprofundar a análise sobre como esse conhecimento se traduz em apropriação efetiva da política e em transformações concretas nos territórios.

5. CONHECE OS PONTOS DE CULTURA?

Os dados revelam que 41 das 45 iniciativas mapeadas (91,1%) afirmam conhecer os Pontos de Cultura, enquanto apenas 4 (8,9%) declararam não ter familiaridade com essa figura central da política cultural brasileira. Esse índice ainda mais elevado do que o conhecimento sobre a Política Cultura Viva como um todo (86,7%) não deve ser casual - e parece refletir a força simbólica que a identidade visual e conceitual dos Pontos de Cultura adquiriu ao longo de quase duas décadas de existência. As entrevistas realizadas parecem indicar que, desde sua criação nos anos 2000, a marca “Ponto de Cultura” transcendeu sua condição inicial de certificação oficial e parece ter se tornado algo mais próximo de um símbolo de reconhecimento e legitimidade no campo da cultura comunitária.

Os 4 casos de desconhecimento dos Pontos de Cultura, embora representem uma minoria, oferecem pistas importantes. Esses dados podem estar relacionados a: coletivos muito recentes; grupos que atuam em circuitos mais isolados ou especializados; grupos que não possuem o interesse na institucionalização; ou iniciativas que, por suas características específicas, mantêm menor diálogo com

as redes institucionais da cultura. A existência desses casos reforça a necessidade de estratégias de comunicação que levem em conta a diversidade de trajetórias e contextos de atuação no campo cultural.

6. PRETENDE SE INSCREVER EM EDITAIS?

Os dados revelam um interesse massivo das iniciativas culturais mapeadas pelos mecanismos de fomento público, com 43 dos 45 coletivos entrevistados (95,6%) declarando pretender se inscrever para acessar recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Apenas 2 grupos (4,4%) manifestaram não ter essa intenção. Esse resultado impressionante vai além de uma simples adesão a uma política específica - ele parece indicar uma certa dependência do campo cultural comunitário em relação aos recursos públicos para sua sobrevivência e continuidade.

A quase unanimidade nas intenções de inscrição parece refletir tanto a urgência das necessidades materiais desses coletivos quanto o reconhecimento da PNAB como um instrumento importante de democratização do acesso a recursos. O fato de praticamente todas as iniciativas, independentemente de seu porte, área de atuação ou grau de formalização, demonstrarem interesse em participar sugere que a política conseguiu se apresentar como acessível e relevante para diferentes perfis de grupos culturais.

No entanto, esse dado também pode ser lido como um sinal de alerta sobre a fragilidade das possibilidades de independência dos coletivos e entidades frente às políticas públicas, como a PNAB. Quando 95% dos coletivos mapeados buscam um mesmo instrumento de política pública, fica evidente a carência de alternativas sustentáveis de financiamento. Isso revela a necessidade de se pensar em modelos mais diversificados de sustentabilidade para a cultura comunitária, que combinem políticas públicas com outras formas de apoio e geração de recursos.

Os dois casos que não demonstraram interesse em acessar a PNAB merecem atenção especial. Em um dos casos, a entidade relatou na entrevista a ausência de editais nos quais possam se inscrever na região e atuação, por estar fora dos centros urbanos e das principais cidades do estado. Essas exceções podem representar tanto grupos com modelos alternativos de financiamento (como autogestão ou apoio internacional) quanto iniciativas que, por suas características específicas, não se enquadram nos critérios dos editais ou mantêm uma postura crítica em relação a esses mecanismos de fomento.

A esmagadora adesão à PNAB também aponta para o acerto na concepção dessa política, que parece ter conseguido se apresentar como uma ferramenta acessível e adequada às necessidades objetivas dos coletivos culturais. No entanto, o desafio que se coloca é garantir que essa vontade de participação se traduza efetivamente em acesso aos recursos, o que demanda continuidade da política, simplificação de processos burocráticos e ampliação dos valores disponíveis para atender à enorme demanda existente.

7. REALIZA ATIVIDADES ABERTAS AO PÚBLICO?

Dos 45 coletivos e entidades mapeados, 34 (75,6%) afirmaram realizar atividades culturais abertas ao público em suas sedes, enquanto 11 (24,4%) não desenvolvem esse tipo de programação em seus espaços. Essa distribuição revela diferentes estratégias de atuação e relação com o território entre as iniciativas culturais pesquisadas. A predominância de grupos que mantêm programação regular em suas sedes reforça o papel desses espaços como equipamentos culturais de base, funcionando como pontos de encontro, formação e fruição artística para as comunidades onde estão inseridos.

No entanto, a análise dos 11 casos que não realizam atividades abertas em sede merece uma leitura mais matizada. Esses dados podem refletir diversos cenários: coletivos que privilegiam a ocupação de espaços públicos (praças, ruas, centros comunitários) em vez de atividades fixas em sede; grupos que desenvolvem majoritariamente ações em instituições parceiras como escolas, centros culturais ou outros equipamentos; iniciativas focadas na produção de conteúdos digitais ou materiais artísticos sem apresentação presencial regular; ou ainda organizações dedicadas principalmente a processos internos de formação, pesquisa e criação que precedem a realização de eventos públicos.

É importante destacar que a ausência de atividades abertas na sede não significa necessariamente menor impacto ou relevância cultural. Muitas dessas iniciativas desenvolvem trabalhos igualmente valiosos através de outras estratégias de atuação. Alguns exemplos incluem coletivos de produção audiovisual que realizam mostras em diversos locais, grupos de pesquisa que priorizam processos formativos fechados antes de apresentações públicas ou organizações que atuam como articuladoras de redes sem manter programação fixa em um espaço determinado.

Esses dados sugerem a importância de políticas de fomento que reconheçam e valorizem diferentes modelos de atuação cultural. Enquanto as

atividades abertas em sede fixa são fundamentais para a democratização do acesso à cultura, outras formas de atuação - como intervenções em espaços públicos, trabalhos em instituições parceiras ou produções para plataformas digitais - também cumprem papéis essenciais no ecossistema cultural. O desafio para as políticas públicas está em criar mecanismos de apoio que contemplem essa diversidade de formatos e estratégias de ação, sem privilegiar excessivamente um modelo específico de atuação cultural.

8. ACESSO À INTERNET

Os dados sobre acesso à internet revelam um panorama significativo das condições de trabalho dos coletivos mapeados. Do total de 45 iniciativas pesquisadas, 31 (68,9%) declararam que o principal acesso à rede ocorre diretamente na sede da entidade ou no espaço do coletivo cultural. Outros 12 grupos (26,7%) utilizam predominantemente conexões domiciliares, enquanto apenas 2 (4,4%) dependem de “outros locais” para acessar a internet. Esses números indicam que a maioria das organizações culturais comunitárias conta com algum nível de infraestrutura digital em seus espaços físicos, o que representa um avanço importante em relação a períodos anteriores.

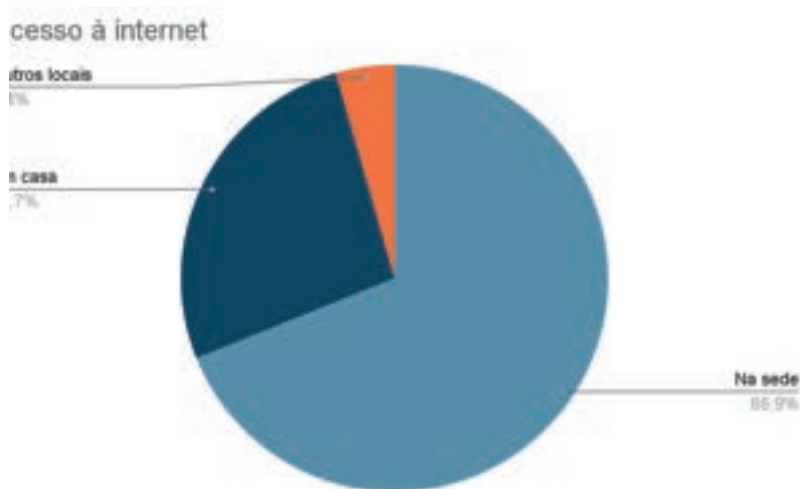


Gráfico 5: Acesso à internet. Elaborado pelas autoras, 2025.

A predominância do acesso institucional à internet (quase 70% dos casos) sugere que a conectividade tem se tornado parte das necessidades básicas reconhecidas pelos coletivos culturais, ao lado de equipamentos e insumos

mais tradicionais. Essa condição facilita não apenas a comunicação cotidiana, mas também a participação em editais online, a divulgação de atividades e o acesso a conteúdos formativos - aspectos cada vez mais centrais para a sustentabilidade das iniciativas culturais na era digital.

No entanto, essa aparente vantagem esconde vulnerabilidades importantes. A dependência do acesso institucional cria fragilidades operacionais quando os espaços enfrentam problemas como falta de manutenção, interrupção no fornecimento de energia ou períodos de fechamento. Além disso, a qualidade da conexão - fator não mensurado nesta pesquisa - pode variar significativamente, especialmente em regiões periféricas ou rurais onde a infraestrutura de telecomunicações é mais precária.

Os 12 coletivos que dependem principalmente de conexões domésticas (26,7%) enfrentam desafios adicionais, já que precisam assumir custos individuais com internet que deveriam ser compartilhados institucionalmente. Essa situação pode ser particularmente difícil para integrantes de baixa renda ou em regiões com serviços de internet mais caros. Já os dois casos que acessam em “outros locais” (4,4%) - possivelmente usando redes públicas, espaços comunitários ou estabelecimentos comerciais - revelam uma situação de extrema precariedade no acesso a ferramentas digitais essenciais.

A conectividade deixou de ser um luxo para se tornar uma necessidade básica do trabalho cultural contemporâneo. Os resultados mostram avanços, mas também destacam desigualdades persistentes no acesso a essa ferramenta fundamental para a produção, divulgação e sustentabilidade das iniciativas culturais de base comunitária.

9. ADOTA MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE?

Os resultados demonstram um avanço significativo na incorporação de práticas inclusivas pelas iniciativas culturais mapeadas. Do total de 45 coletivos pesquisados, 42 (93,3%) afirmaram adotar algum tipo de medida de acessibilidade em suas atividades, enquanto apenas 3 (6,7%) declararam não implementar nenhuma ação nesse sentido. Esse percentual expressivo parece revelar como a cultura de inclusão vem se consolidando no campo das práticas culturais comunitárias, transformando-se de exigência pontual em valor fundamental incorporado ao cotidiano dessas organizações, como indicado nas entrevistas realizadas.

A predominância de iniciativas que promovem acessibilidade reflete uma mudança de paradigma importante no setor cultural. Mais do que simples adequação a normas legais, os dados e as entrevistas sugerem que os coletivos estão internalizando a importância da inclusão como parte integrante de sua missão social e cultural. Esse cenário positivo pode ser atribuído centralmente a obrigatoriedade e pontuação desse critério nos editais de políticas públicas. Contudo, nossas entrevistas parecem indicar alguns outros fatores combinados que podemos levar em consideração: o amadurecimento do debate sobre direitos culturais no país, a influência das políticas públicas que colocaram o tema na agenda, e especialmente a atuação persistente dos movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas com deficiência.

Os três casos que ainda não adotam medidas de acessibilidade representam desafios específicos que merecem atenção. Essas exceções estão relacionadas a coletivos em fase inicial de estruturação, iniciativas com recursos extremamente limitados ou grupos que atuam em formatos onde a questão da inclusão ainda não foi suficientemente problematizada. Esses casos ressaltam a necessidade de ampliar as ações de formação e conscientização, garantindo que todos os agentes culturais compreendam a acessibilidade como elemento essencial de seu trabalho.

10. MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE ADOTADAS

Entre as 42 iniciativas que implementam ações de acessibilidade, observa-se uma diversificação significativa nas estratégias adotadas, revelando uma compreensão multidimensional da inclusão. As medidas mais frequentes foram:

- Acessibilidade metodológica – 28
- Acessibilidade física – 25
- Acessibilidade comunicacional – 22
- Acessibilidade programática – 22
- Acessibilidade atitudinal – 19
- Acessibilidade digital – 11
- Acessibilidade natural – 5

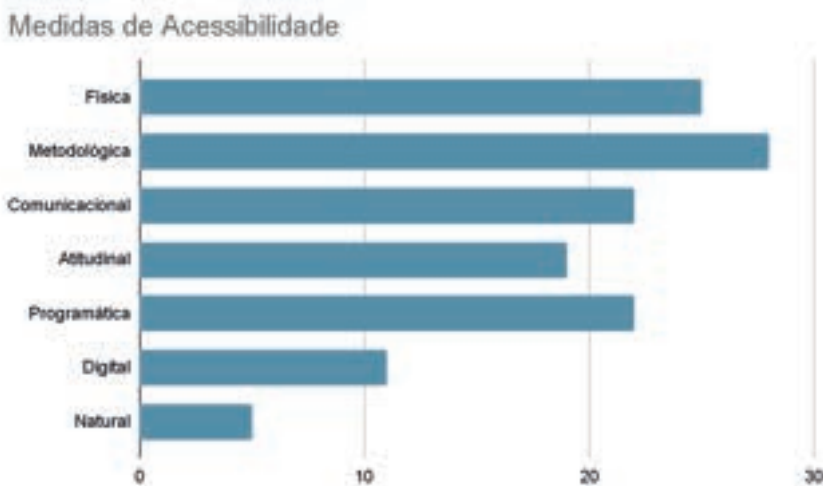


Gráfico 6: Medidas de Acessibilidade. Elaborado pelas autoras, 2025.

A predominância da acessibilidade metodológica e física indica que os coletivos estão atentos tanto à adaptação de processos e conteúdos quanto às condições materiais de participação. Essa dupla preocupação revela uma abordagem abrangente, que considera tanto as barreiras cognitivas quanto as arquitetônicas. A expressiva presença da acessibilidade comunicacional e programática (ambas com 22 citações) demonstra uma atenção crescente com aspectos como tradução em Libras, audiodescrição, materiais em braille e flexibilidade de horários - elementos fundamentais para garantir a efetiva participação de todos.

As acessibilidades digital e natural aparecem com frequência menor, sugerindo áreas que demandam maior investimento. A relativa escassez de acessibilidade digital (11 citações) pode refletir tanto limitações tecnológicas quanto a necessidade de maior capacitação nesse campo específico. Já a acessibilidade natural (5 citações), que envolve adaptação de espaços abertos e ambientes naturais, parece ser um conceito ainda em processo de assimilação pela maioria dos coletivos.

O fato de muitas organizações combinarem múltiplos tipos de acessibilidade em suas práticas revela uma compreensão sofisticada da inclusão como processo multidimensional. Essa abordagem integrada mostra que os grupos culturais estão evoluindo para além de soluções isoladas, desenvolvendo estratégias abrangentes que consideram as diversas barreiras à participação cultural. A maturidade desse olhar inclusivo representa um dos aspectos mais promissores revelados pela pesquisa, apontando para a consolidação de uma

cultura organizacional verdadeiramente comprometida com a democratização do acesso às práticas artísticas e culturais.

11. ATUAÇÃO (OU NÃO) COMO PONTO DE CULTURA

Os dados sobre as atuações dos coletivos em políticas culturais específicas revelam um panorama complexo que merece análise cuidadosa. A distribuição das respostas foi a seguinte:

- Ponto de Cultura (fomento municipal, estadual ou do Ministério da Cultura) – 24
- Ponto de Memória – 5
- Ponto de Audiovisual – 3
- Ponto de Leitura – 2
- Pontinho de Cultura (infância) – 1
- Nenhuma dessas categorias – 10



Gráfico 7: Tipos de atuação institucional. Elaborado pelas autoras, 2025.

A predominância da categoria “Ponto de Cultura” (representando 53,3% do total) reflete a capilaridade dessa política no território mapeado e corrobora os altos índices de conhecimento sobre o programa identificados anteriormente. Essa vinculação sugere trajetórias mais longas de articulação com o Estado e certo grau de reconhecimento institucional por parte desses

grupos. No entanto, é fundamental problematizar a própria construção desses dados, que resultou de intensos debates metodológicos dentro da equipe do Pontão Pátria Grande.

A formulação da pergunta - “Tem uma destas atuações?” - apresentava ambiguidades significativas que impactam a interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a questão não deixava claro se se referia a certificações formais ou simplesmente a áreas de atuação, o que pode ter gerado diferentes interpretações pelos entrevistados. Além disso, a limitação técnica do formulário, que permitia apenas uma resposta mesmo quando os coletivos desenvolviam múltiplas frentes de trabalho, criou distorções que precisam ser consideradas.

O protocolo adotado posteriormente pela equipe - priorizar marcar opções diferentes de “Ponto de Cultura” quando houvesse múltiplas respostas - buscou contornar essa limitação, mas introduziu novas complexidades. Como essa decisão foi tomada após o início das entrevistas, é provável que haja inconsistências no preenchimento, com alguns casos registrados como Pontos de Cultura que poderiam ter outras classificações, e vice-versa. Isso sugere que o número real de Pontos de Cultura pode ser ainda maior do que os 24 registrados oficialmente nos dados.

Os 10 casos que não se enquadram em nenhuma das categorias oferecidas (22,2% do total) representam um dado igualmente relevante. Essas iniciativas podem corresponder a: coletivos com atuações em outras áreas não listadas; grupos que, apesar de desenvolverem trabalhos alinhados com essas políticas, não possuem certificação formal; ou organizações que optaram por caminhos completamente independentes de qualquer vinculação institucional.

Essas reflexões sobre o processo de coleta dos dados não invalidam os resultados, mas destacam a importância de ler essas informações como representações parciais de uma realidade mais complexa. Os números apresentados refletem tanto as características efetivas dos coletivos quanto as limitações inerentes ao instrumento de pesquisa utilizado. Essa compreensão é fundamental para evitar interpretações reducionistas e para orientar melhorias em futuros mapeamentos, sugerindo a necessidade de perguntas mais precisas e formulários que permitam respostas múltiplas quando necessário.

12. COMPOSIÇÃO MAJORITÁRIA DOS COLETIVOS E ENTIDADES

A análise da composição majoritária das iniciativas culturais pesquisadas revela um cenário significativo sobre os atores que protagonizam a produção

cultural comunitária no país. Dos 45 coletivos mapeados, 28 (62,2%) declararam ser compostos majoritariamente por pessoas negras (pretas ou pardas), um dado que confirma a centralidade da população negra na construção das práticas culturais locais, especialmente nos territórios periféricos e comunidades tradicionais. Essa predominância numérica, no entanto, contrasta com a histórica sub-representação desses grupos nos espaços de poder e decisão no campo cultural, revelando uma importante contradição entre quem produz cultura de base e quem acessa os mecanismos de fomento e visibilidade institucional.

A presença de apenas 2 coletivos (4,4%) com maioria de pessoas com deficiência na composição aponta para uma lacuna significativa na amostra mapeada. Essa baixa representatividade sugere que, apesar dos avanços nas discussões sobre acessibilidade (como visto nos itens anteriores), a inclusão efetiva de artistas e produtores culturais com deficiência enquanto protagonistas dos processos criativos ainda é um desafio a ser superado. Os dados indicam a necessidade de políticas específicas que estimulem não apenas a participação desses indivíduos como público, mas como criadores e gestores culturais.

Os 15 casos (33,3%) que não apresentam composição étnico-racial majoritária específica merecem uma análise cuidadosa. A partir de nossas entrevistas, observamos que esses dados podem refletir tanto a diversidade interna desses grupos quanto possíveis dificuldades na autoidentificação ou na compreensão da pergunta. É importante ressaltar que a ausência de maioria étnico-racial declarada não significa ausência de compromisso com pautas antirracistas ou de valorização da diversidade - muitos desses coletivos desenvolvem trabalhos importantes na promoção da equidade, mesmo sem uma composição demográfica específica.

A forte presença de iniciativas negras no mapeamento (62,2%) deve ser compreendida dentro do contexto histórico brasileiro, onde a cultura sempre foi um importante espaço de resistência e afirmação identitária para a população negra. Esses dados, combinados com os apontamentos sobre as temáticas prioritárias e secundárias discutidos anteriormente, reforçam como os saberes e expressões culturais de matriz africana permanecem vivos e atuantes, constituindo a base de muitas das práticas artísticas e comunitárias mapeadas. Ao mesmo tempo, a pesquisa revela a necessidade de ampliar a representação de outros grupos minorizados, como indígenas e pessoas com

deficiência, de forma a construir uma realidade mais plural e inclusiva no âmbito da cultura. Vale destacar que esses números representam autodeclarações dos coletivos sobre sua composição majoritária e não necessariamente sobre seu público-alvo ou temática de atuação. Muitas das iniciativas que não se identificaram com maioria étnico-racial específica desenvolvem, na prática, trabalhos importantes com diversos grupos sociais, incluindo populações tradicionais e grupos oprimidos. Essa distinção entre composição do grupo e foco de atuação é fundamental para uma interpretação adequada dos dados.

OUTRAS OBSERVAÇÕES E APONTAMENTOS

A análise comparativa entre as regiões Nordeste e Sul revela distintas formas de engajamento com a temática da integração latino-americana. Enquanto no Nordeste apenas 1 dos 24 coletivos mapeados indicou essa questão como prioridade temática, no Sul 7 das 22 iniciativas pesquisadas (sendo 3 como prioridade e 4 como secundária) desenvolvem trabalhos explicitamente vinculados à integração regional, especialmente nos municípios fronteiriços como Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito e Arroio Grande (fronteira com Uruguai), além de Descanso, São Miguel do Oeste e Rodeio (próximos à Argentina).

No Nordeste, a abordagem da latinidade se manifesta mais através de conexões culturais e históricas que transcendem as fronteiras físicas - como as matrizes africanas compartilhadas com o Caribe ou as tradições populares que dialogam com o universo cultural hispano-americano. Já no Sul, a presença da fronteira física transforma a integração em prática cotidiana, com coletivos que naturalmente desenvolvem projetos binacionais, intercâmbios artísticos e programações conjuntas com grupos uruguaios e argentinos.

O mapeamento como um todo revela como a cultura comunitária opera em diferentes escalas de integração latino-americana. Se no Sul essa conexão se materializa em ações concretas de colaboração transfronteiriça, no Nordeste ela se expressa através de afinidades culturais profundas que ultrapassam as delimitações nacionais. Os dados coletados apontam para a necessidade de políticas públicas que reconheçam essas distintas formas de pertencimento regional, valorizando tanto as práticas dos territórios de fronteira quanto as conexões culturais que unem o Brasil aos demais países da América Latina para além dos limites geográficos.

CONSTRUYENDO EL MAPEO LATINOAMERICANO DEL PONTÓN PATRIA GRANDE

Juan Ignacio Brizuela
Consultor de mapeamento e equipe de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

El Pontón de Cultura Patria Grande prevé acciones para la integración latinoamericana, dentro y fuera de Brasil, en cuatro grandes áreas: articulación, formación, comunicación y mapeo. En este caso, compartimos algunas reflexiones sobre la construcción del formulario que orienta el mapeo latinoamericano, describiendo peculiaridades, desafíos y algunos resultados de su primera aplicación práctica, realizada entre julio y agosto de 2025. Además, registramos otras ponderaciones que surgen al utilizar estas herramientas de diagnóstico y cartografía sociocultural que priorizan la relación horizontal entre colectivos y entidades culturales del movimiento social, sin estar subordinados a intereses del mundo académico, de la política gubernamental o de orientaciones partidarias de coyuntura.

¿QUÉ MAPEAMOS? ¿Y POR QUÉ UN MAPEO LATINOAMERICANO DESDE LOS INTERIORES DE BRASIL?

En el proceso de mapeo, asumimos el desafío no solo de aplicar las cuestiones señaladas en las preguntas, sino de reflexionar sobre los entendimientos y percepciones de la cultura viva comunitaria dentro y fuera de Brasil. En el contexto de los puntos de cultura brasileños, el mapeo forma parte de un proceso de política pública nacional de la cultura viva, que busca generar mecanismos de participación activa en la propia ejecución de la política cultural. En el ámbito latinoamericano, este mapeo exploratorio es una iniciativa no estatal, inserta en la construcción colectiva de la sociedad civil y de los movimientos sociales, en asociación con investigadores universitarios. Es decir, las herramientas de mapeo y diagnóstico se utilizan para identificar – aunque de forma exploratoria y no representativa debido a su escala reducida – percepciones, prácticas y desafíos de los integrantes del movimiento de la cultura viva comunitaria, más allá de la actuación del Estado o de organismos intergubernamentales.

Siendo así, el formulario que orienta el mapeo latinoamericano es diferente al que fue propuesto por el Ministerio de Cultura de Brasil (MinC), tanto metodológicamente, ya que tiene un énfasis más cualitativo, como también por su construcción y búsqueda de un diagnóstico más horizontal, exploratorio en su primera aplicación. Son Puntos de Cultura brasileños interesados en conocer percepciones sobre la Cultura Viva Comunitaria y relaciones con las políticas públicas estatales de otras entidades y colectivos latinoamericanos.

DESCRIPCIÓN INICIAL DEL UNIVERSO DE ENTIDADES Y COLECTIVOS PARTICIPANTES, POR PAÍSES

El cuestionario fue respondido por 23 iniciativas culturales de 10 países latinoamericanos entre julio y agosto de 2025, de forma online. La mayor participación provino de colectivos y entidades de Cuba (6 respuestas), seguida por Chile (3 agrupaciones), Argentina, Colombia, México, Perú, Uruguay y Paraguay (2 iniciativas en cada país) y, finalmente, Guatemala y El Salvador (1 respuesta cada uno).

¿Qué es cultura? ¿Para qué trabajar procesos culturales?

Con el objetivo de acercarnos al entendimiento de los grupos sobre qué es la cultura en sus prácticas y vivencias, registramos cuatro definiciones y cada participante podía elegir hasta dos respuestas. De los resultados iniciales, observamos que:

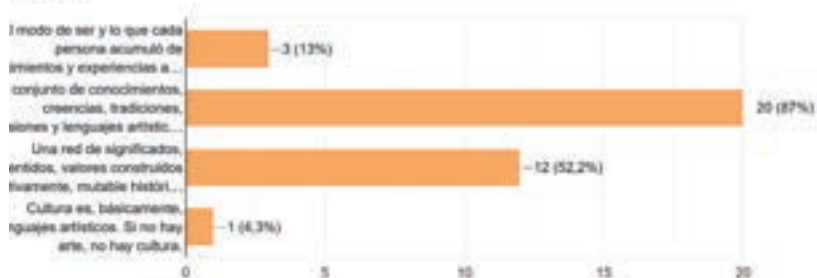
Para 20 organizaciones (87%), cultura es “el conjunto de conocimientos, creencias, tradiciones, expresiones y lenguajes artísticos, costumbres o cualquier otra capacidad o hábitos adquiridos”. En segundo lugar, con 52% de las respuestas, cultura también sería “una red de significados, sentidos, valores construidos colectivamente, mutable históricamente y fruto de las relaciones de poder”.

Por otro lado, 3 grupos latinoamericanos señalan que cultura es “el modo de ser y lo que cada persona acumuló de conocimientos y experiencias a lo largo de la vida. Cultura, cada uno tiene la suya”. Finalmente, una iniciativa destacó que “cultura es, básicamente, lenguajes artísticos. Si no hay arte, no hay cultura”.

En este sentido, la mayor parte de las respuestas se ubicó en la dimensión antropológica de la cultura, sea por hábitos adquiridos de forma colectiva o fruto de las relaciones de poder, que no se restringe al universo específico de los lenguajes artísticos ni a la experiencia individual.

Qué es cultura para ti? (Seleccionar hasta 02 opciones)

1 respuestas

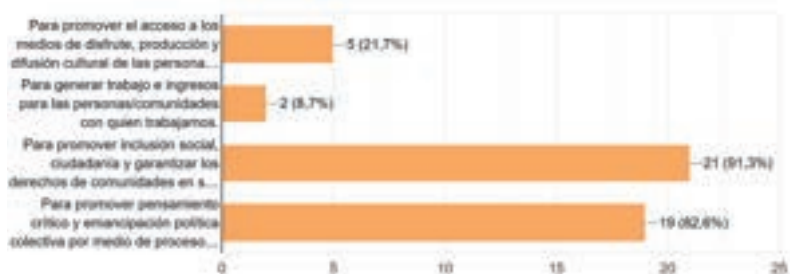


Sobre la pregunta para qué trabajar procesos culturales en el ámbito de su organización o colectivo, la opción principal, con 21 respuestas (91%) fue “para promover inclusión social, ciudadanía y garantizar los derechos de comunidades en situación de vulnerabilidad social, por medio del arte”. Además, para 82% de los grupos entrevistados (19 respuestas), su actuación en el campo de la cultura se realiza “para promover pensamiento crítico y emancipación política colectiva por medio de procesos artísticos-culturales”. 5 iniciativas (21,7%) señalan que “para promover el acceso a los medios de disfrute, producción y difusión cultural de las personas/comunidades con quien trabajamos”. Y, finalmente, dos respuestas registran su actuación “Para generar trabajo e ingresos para las personas/comunidades con quien trabajamos”.

Observamos que la mayoría de los grupos participantes no orienta su actuación hacia la generación de puestos de trabajo e ingresos para sus comunidades, tampoco a la promoción del acceso artístico y cultural como finalidad en sí. Nuestros entrevistados buscan generar procesos de inclusión social, pensamiento crítico y emancipación política por medio del arte y la cultura comunitaria.

En el ámbito de su organización/colectivo, ¿para qué trabajar procesos culturales? (Seleccionar hasta 02 opciones).

23 respuestas



En Brasil, la Política Nacional Cultura Viva establece 15 áreas temáticas de actuación para las entidades y colectivos culturales. En el resto de América Latina, esa clasificación no es necesariamente la misma, tanto dentro como fuera del movimiento de la Cultura Comunitaria, pero estas categorías nos ayudan a tener una referencia sobre las principales áreas de intervención de estos grupos e iniciativas socioculturales.

¿Cuál es la actuación temática prioritaria de su organización/colectivo?

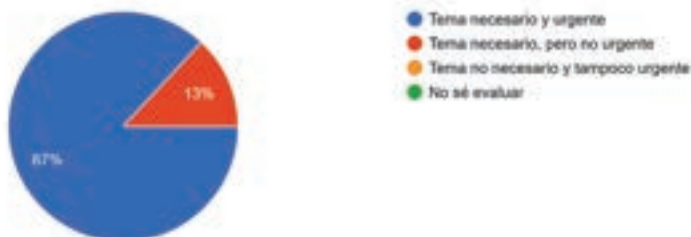
“Accesibilidad Cultural y Equidad” fue la opción con mayor adhesión, con 5 respuestas. “Culturas Populares y Tradicionales” ocupó el segundo lugar, con 4 entrevistados identificados. Con 3 respuestas quedaron: “Cultura Urbana, Derecho a la Ciudad y Juventudes”; “Género, Diversidad y Derechos Humanos” y; “Patrimonio y Memoria”. “Lenguajes Artísticas” obtuvo 2 respuestas. Finalmente, las siguientes temáticas recibieron 1 respuesta cada una: “Formación y Educación Cultural”; “Economía de la Cultura, Solidaria y Creativa”; “Culturas Indígenas y Madre Tierra”.

Por otro lado, de las 15 áreas temáticas disponibles para elección (también era posible registrar que no había actuación temática prioritaria), hubo 6 opciones que no tuvieron ninguna respuesta: “Cultura de Infancia”; “Territorios Rurales y Cultura Alimentar”; “Libro, Lectura y Literatura”; “Cultura Digital, Comunicación y Medios Libres”; “Pueblos y Comunidades Tradicionales de Matriz Africana” y; “Cultura, Territorios de Frontera e Integración Latinoamericana”. Como nuestro universo de entrevistados fue pequeño, no podemos establecer conclusiones asertivas, pero si nos llama la atención que de las 23 entidades y colectivos participantes de 10 países distintos, ninguna elija como actuación temática prioritaria los procesos de integración latinoamericana.

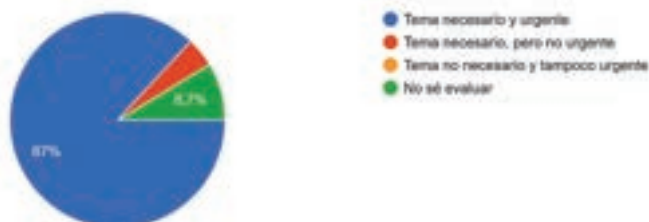
En relación con las entidades/colectivos y en el contexto del movimiento CVC, también preguntados sobre la cuestión de los territorios fronterizos latinoamericanos y el debate sobre una mayor aproximación y/o una integración entre países latinoamericanos y caribeños. Para 20 entrevistados (casi 90%), los dos temas son urgentes y necesarios, tanto para sus propias agrupaciones como para el movimiento en general. Por eso puede llamar la atención, en una primera aproximación, que ninguna de estas iniciativas considere

prioritaria su actuación en la temática de “Cultura, Territorios de Frontera e Integración Latinoamericana”.

Considerando que una mayor aproximación y/o una integración entre países latinoamericanos y caribeños es un tema en debate, ¿cómo evalúas es...el contexto del Movimiento Latinoamericano CVC?
23 respuestas



En relación con su entidad/colectivo y en el contexto del Movimiento CVC, la cuestión de los territorios fronterizos latinoamericanos es:
23 respuestas



¿Qué es Cultura Viva Comunitaria en América Latina?

Considerando que ideas y conceptos sobre cultura viva o cultura viva comunitaria circulan en Brasil y otros países de América Latina y Caribe hace, por lo menos, 20 años, preguntamos a cada colectivo y entidad entrevistada con qué definiciones se identificaban más.

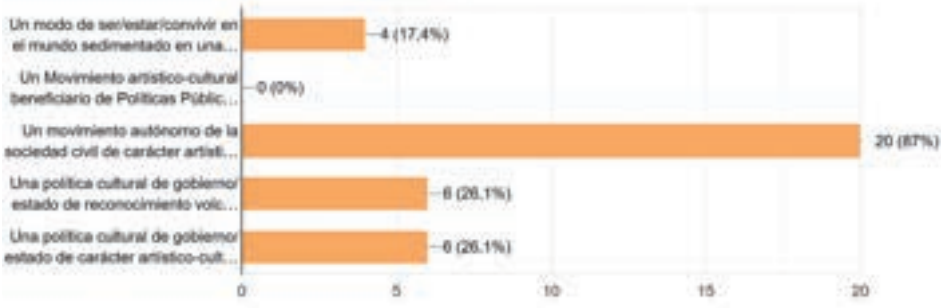
20 respuestas (87%) señalaron que la CVC es “un movimiento autónomo de la sociedad civil de carácter artístico-cultural y político, crítico de las lógicas del capitalismo, de la colonialidad y del patriarcado, que busca contribuir para cambios estructurales y por el bien común”.

Las opciones “una política cultural de gobierno/estado de reconocimiento volcada a entidades y colectivos comunitarios, identitarios, territoriales, tradicionales y/o populares” y “una política cultural de gobierno/estado de carácter artístico-cultural para la defensa y fortalecimiento de los derechos

culturales, la ciudadanía, la democracia y la interculturalidad” tuvieron 12 respuestas sumadas (6 cada una).

4 grupos se identificaron con la opción “un modo de ser/estar/convivir en el mundo sedimentado en una ética ancestral, de los pueblos originarios y de la diáspora africana”. Finalmente, “un movimiento artístico-cultural beneficiario de Políticas Públicas Estatales” no tuvo ninguna elección por parte de los participantes entrevistados.

Ideas/conceptos sobre cultura viva o cultura viva comunitaria circulan en Brasil y otros países de América Latina y Caribe hace, por lo menos, 20 años... Identificas más? (Seleccionar hasta 02 opciones)
23 respuestas



PROCESSOS FORMATIVOS POLÍTICO-TEÓRICOS DO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE

Christiane Ribeiro Gonçalves
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

*“Ninguém educa ninguém,
ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si,
mediatizados pelo mundo.”*

(Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido, 1987)

Em todo o histórico da Fábrica de Imagens – ações educativas em cidadania e gênero, nos seus mais diversos cursos de formação, para os diversos públicos com os quais já trabalhamos, buscamos sempre desenvolver metodologias dialógicas, críticas, de reflexão sobre nossas realidades sócio-históricas marcadas por desigualdades e pelo exercício da violência dos extratos sociais que construíram hegemonia contra aqueles outros tornados subalternizados.

Mas para além do nível reflexivo, sempre foi objeto da Fábrica de Imagens contribuir para transformações estruturais, com justiça e equidade, sempre com objetivos socioeducativos e sociopolíticos fortemente conformados por uma perspectiva, simultaneamente, anticapitalista, antipatriarcal, anticolonial, antirracista e, sobretudo, socialista.

Sendo mais rigorosos, em princípio, nas origens da Organização, esta perspectiva ainda era difusa, pois o foco era nas questões ditas de gênero e sexualidades. As organizações, como as pessoas, são filhas do seu tempo. Depois ampliamos nosso campo de ação para os direitos humanos e a complexidade dos seus diversos marcadores em interação sob a ótica da interseccionalidade, até chegarmos a uma conclusão inevitável e acolhê-la: que a ordem capitalista-colonial-patriarcal constitui uma totalidade, uma consubstancialidade e que, ou assumimos o enfrentamento da totalidade das forças que nos exploram e expropriam ou estamos, consciente ou irrefletidamente, apenas em busca de um lugar individual ao sol, em busca de microprivilégios.

Mesmo em cursos ditos técnicos, como os de audiovisual, fotografia, teatro, web design, dentre outros, que realizamos por muitos anos, nunca nos interessou contribuir apenas tecnicamente para as pessoas se tornarem bons e úteis profissionais. Bem como, nunca tivemos a pretensão de almejar que seus pensamentos sempre coadunassem com os nossos, mas expúnhamos com nitidez outras miradas, assumindo sem disfarces nossas posições políticas.

No que se refere à relação com nossos financiadores, esta sempre foi e será cada vez mais um tema delicado, pois aquilo que queremos falar e produzir não é, necessariamente, o que eles querem ouvir e ver.

A Fábrica de Imagens é, portanto, uma organização de esquerda, fortemente influenciada por uma perspectiva marxiana. Portanto, não compõe o campo de uma esquerda hegemônica pautada por governos ditos progressistas. Uma organização pautada por uma ética socialista, voltada para a luta e defesa radical do bem comum e das populações exploradas e subalternizadas. Não somos neutros, não somos progressistas, somos socialistas. Há um lado onde queremos estar e estaremos.

Deste modo, coletivamente, vamos costurando processos, avaliando e reavaliando nossa trajetória, reconhecendo nossas contradições e trabalhando-as, aprendendo e oferecendo a outras pessoas o que acreditamos ser possível para a construção de uma sociedade justa, diversa e equânime.

Dito isto, foi assim que lá em 2023 iniciamos a escrita do projeto Pontão de Cultura e Política Pátria Grande – cultura viva, territórios de fronteira e integração latino-americana, aprovado no ano seguinte que, conforme preconizava o Ministério da Cultura, deveria ter como principais objetivos, contribuir para o fortalecimento e ampliação da Política Nacional e do Movimento Cultura Viva brasileiro e, no nosso caso específico, favorecer a maior participação destes na integração latino-americana, através de suas metas – mapeamento e diagnóstico, formação e comunicação, articulação e mobilização e a ação Agentes Cultura Viva.

A concepção da Meta de Formação e as ações que foram desenvolvidas seguiram as determinações do Ministério da Cultura, porém, como de praxe, desenhada com os traços e as cores que caracterizam o horizonte político da Fábrica de Imagens em diálogo com o Comitê Gestor do Pontão Pátria Grande.

As principais diretrizes da Meta de Formação consistiam em desenvolver formações virtuais voltadas à rede certificada de pontos de cultura, entidades,

grupos, coletivos, organizações não certificadas, mas aptas a integrar à referida rede, para integrantes do movimento latino-americano de culturas vivas comunitárias, bem como para quaisquer pessoas interessadas nas temáticas abordadas.

Além disso, a Meta estava responsável por implementar a ação Agente Cultura Viva, desde o processo seletivo, passando por um processo formativo introdutório, pelas formações abertas e pela formação continuada interna, até a inserção e acompanhamento das/os mesmas/os nas atividades de todas as demais metas do Pontão, visando o fortalecimento da integração e a organicidade do trabalho.

Também estavam previstas a produção de peças audiovisuais, publicações político-pedagógicas e campanhas virtuais com foco nos aspectos epistemológicos, teórico-políticos, organizativos e normativos da Política Nacional Cultura Viva, sempre numa perspectiva sócio histórica, crítica e propositiva.

Tudo isso foi pensado com o intuito de ampliar o conhecimento e a compreensão das pessoas, sejam Agentes Cultura Viva, integrantes de pontos de cultura, agentes culturais e público em geral, sobre a Cultura Viva enquanto Política Pública e postulante a Movimento Social, contribuir para o combate à xenofobia, ao machismo, ao racismo, às opressões, discriminações e preconceitos às pessoas LGBTQIAPN+, às lógicas de exploração econômica das pessoas e da natureza, fortalecer uma convivência democrática, a pluralidade e a integração latino-americana e estimular a ampliação da participação brasileira em instâncias de incidência política continental, como os Congressos Latino-americanos de Cultura Viva Comunitária.

Com o projeto aprovado, uma das nossas primeiras ações foi o lançamento do edital de seleção de Agentes Cultura Viva, para jovens de 18 a 24 anos, de todo o território nacional, com interesse nas temáticas de integração latino-americana, sociopolíticas, culturais, direitos humanos, com histórico de militância ou acadêmico e com inserção nas áreas de ciências humanas, ciências políticas, comunicação e design gráfico.

Tivemos oitenta e nove (89) inscritas/os e pré-selecionamos trinta (30) Agentes Cultura Viva, sendo vinte (20) convocadas/os a integrar o Pontão Pátria Grande. As/os Agentes eram oriundas/os dos Estados do Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Acre e Roraima.

Sobre o perfil das/os Agentes Cultura Viva: quanto à questão racial, 7 se identificaram como pretos, 10 como pardos, 12 como brancos e 1

como indígena; quanto à identidade de gênero, havia 23 mulheres cisgênero, 4 pessoas trans, 2 homens cisgênero e uma pessoa não binária; quanto à orientação sexual, 11 se identificaram como bissexuais, 3 como homossexuais, 3 como pansexuais, 12 como heterossexuais e 1 como assexual; e havia uma pessoa com deficiência. No critério renda, 21 pessoas declararam ter renda familiar de até um salário mínimo e 9 declararam ter renda superior a esse valor.

As pessoas selecionadas comprovaram afinidades e experiências com as temáticas do Pontão citadas acima e militância em movimentos sociais e/ou em políticas públicas culturais.

Com as/os Agentes Cultura Viva selecionadas/os, partimos para o início das formações e a primeira foi justamente uma formação introdutória de 24 horas/aula, intitulada “História, Princípios e Horizontes da Política e do Movimento Brasileiro e Latino-americano Cultura Viva”, especificamente para o referido grupo, a qual foi composta da seguinte programação:

- Aula 1: apresentação geral sobre a Fábrica de Imagens, dos demais pontos de cultura do Comitê Gestor e pessoas colaboradoras; o que são os pontões de cultura; o que é o Pontão de Cultura Pátria Grande e suas metas;

- Aula 2: Cultura para quê? Contribuições epistemológicas, antropológicas e sociopolíticas. Políticas Públicas Culturais – possibilidades, limites, continuidades, descontinuidades e contradições;

- Aula 3: Cultura Viva Comunitária. Centralidade e a função estratégica da cultura;

- Aula 4: Antecedentes históricos-políticos da Cultura Viva;

- Aula 5: Aspectos Políticos e teóricos-conceituais do Programa Cultura Viva;

- Aula 6: Cenários do Cultura Viva de 2004 à cena atual desde a Política Nacional Cultura Viva e dos Movimentos Cultura Viva.

Após a primeira formação, as/os agentes foram distribuídas/os, conforme suas habilidades e interesses, nas metas do projeto para um treinamento mais direcionado, ficando 3 na meta de mobilização e articulação, 8 na meta de mapeamento e diagnóstico, 3 na meta de comunicação e 6 na meta de formação.

Como o nome da nossa Meta remete, nossa responsabilidade seria, prioritariamente, planejar e executar as formações previstas, a introdutória e as internas continuadas, voltadas para as/os Agentes e as abertas, para o

público em geral, a serem transmitidas pelo YouTube e produzir e difundir conhecimentos que contribuíssem para a integração latino-americana. Para este planejamento, ocorriam reuniões semanais entre a coordenação da meta e suas e seus agentes cultura viva.

Nossas/os Agentes estavam responsáveis, ainda, por acompanhar as formações, organizando as frequências para certificação de participantes, tirando possíveis dúvidas das/os mesmas/os e movimentando e acompanhando o *chat* do YouTube por onde ocorriam as transmissões.

Conforme estava descrito no nosso projeto apresentado ao Ministério da Cultura, “o plano de formação atravessa desde os princípios relacionados ao Movimento e a Política Nacional Cultura Viva até o tema da intersectorialidade e transversalidade do Cultura Viva, passando pela potência criativa e muitas vezes insurgente dos fazeres artísticos-culturais dos territórios de fronteira e finaliza num diálogo que possa fazer avançar a perspectiva de sedimentar o Cultura Viva como eixo estratégico e central para a integração latino-americana”.

Demos sequência, então, às formações seguintes, estas abertas ao público em geral, cada uma com 24 horas/aula.

Na segunda formação, denominada “Perspectivas históricas, conceituais e políticas do Cultura Viva desde o Movimento: Afinal, o que é um ponto de cultura? Para que um ponto de cultura?”, nos propomos a fazer uma retrospectiva da Política Nacional e Intergovernamental e do Movimento Nacional e Latino-americano Cultura Viva, seus antecedentes, os princípios iniciais, os mecanismos e as formas de organização e funcionamento, o contexto nacional e continental no qual o Cultura Viva surge, a relação com outros movimentos latino-americanos ditos antipatriarcais, anticoloniais, anticapitalistas e antropocêntricos e as perspectivas do Cultura Viva no Brasil e na América Latina.

Os encontros da segunda formação tiveram a colaboração de integrantes do nosso Comitê Gestor na condução dos temas e mediação. As/os Agentes Cultura Viva também colaboraram com a mediação. E, ainda, tivemos a participação de companheiras do Movimento Latino-americano Cultura Viva. Os temas foram distribuídos da seguinte forma:

Dia 1 – Antecedentes histórico-políticos e a cena política nacional e continental;

Dia 2 – Do Programa à Política Nacional Cultura Viva: história e aspectos conceituais, políticos e legais;

Dia 3 – Cultura Viva: estruturas e instâncias governamentais e da sociedade civil em âmbito local, nacional e latino-americano;

Dia 4 – Experiências de redes que avançaram na direção de constituir o Movimento no Brasil e na América Latina: história, organização, articulação e incidência (experiências brasileiras);

Dia 5 – Experiências de redes que avançaram na direção de constituir o Movimento no Brasil e na América Latina: história, organização, articulação e incidência (experiências latino-americanas);

Dia 6 – Cultura Viva na América Latina: políticas públicas e um movimento em formação, encontros, continuidades e descontinuidades;

Dia 7 – Afinal, o que é um ponto de cultura? Para que um ponto de cultura?

Dia 8 – Desafios e possíveis contribuições dos Movimentos e das Políticas Públicas do Cultura Viva no cenário político nacional e latino-americano.

A terceira formação trouxe o tema geral “Direitos humanos, direitos culturais, democracia e justiça socioeconômica e ambiental: uma abordagem crítica” e se propunha, a partir de uma diretriz materialista, histórica e dialética, tensionar os discursos jurídicos hegemônicos, analisando os limites e as possibilidades do Direito enquanto instrumento de emancipação, desde o surgimento das declarações universais até as práticas de resistência e reinvenção jurídicas promovidas pelos movimentos sociais.

Os módulos foram dispostos da seguinte forma:

Dia 1 – Crítica ao direito numa perspectiva materialista, histórica e dialética;

Dia 2 – Introdução e histórico dos direitos humanos e dos direitos culturais: aproximações críticas;

Dia 3 – Movimentos sociais e direitos insurgentes;

Dia 4 – Usos tático-políticos do Direito para emancipação humana.

A quarta formação, a qual abordou “As perspectivas e contribuições estético-políticas para a integração latino-americana”, teve os seguintes objetivos, descritos em sua ementa:

- Promover reflexões e proposições sobre a integração latino-americana, com atenção aos territórios de fronteira como espaços privilegiados e

estratégicos nesse processo, considerando a hibridização cultural e fluxos culturais transfronteiriços;

- Identificar e discutir as relações entre as divisões/distanciamentos criadas pelas fronteiras geopolíticas e os encontros/aproximações que germinam a partir das fronteiras simbólicas;

- Dialogar sobre os fluxos migratórios e cultura como potência, rechaçando, assim, perspectivas xenófobas contra, por exemplo, haitianos em Santa Catarina e Venezuelanos em Roraima;

- Discutir a partir de uma perspectiva anticolonial e anticapitalista, outras construções estético-políticas para além da normatividade das artes e da cultura eurocentradas.

A referida formação foi dividida em quatro módulos:

Dia 1 – A centralidade das bordas: Brasil, territórios de fronteira e integração latino-americana desde o Movimento Cultura Viva Brasil sem Fronteiras;

Dia 2 – Cenários, desafios e potencialidades estético-políticas para a integração latino-americana desde o Movimiento de Culturas Comunitárias para el Bien Común y la Integración Latinoamericana y Caribeña;

Dia 3 – Decolonialidade, cultura e território;

Dia 4 – “Um tango argentino me vai bem melhor que um blues” ou “Os ventos do norte não movem moinhos” – pistas para uma integração latino-americana emancipatória.

Concomitante às formações abertas, a Meta de Formação desenvolveu um percurso formativo - as formações continuadas -, especificamente para as/os Agentes Cultura Viva, conduzidas por Agentes da própria Meta.

Em doze (12) encontros, aprofundamos conceitos numa linha crítica ao capitalismo, à colonialidade, ao patriarcado e ao identitarismo, com leituras de textos clássicos e discussões sobre o cenário latino-americano, buscando entender as estruturas que reproduzem desigualdades e violências para que possamos enfrentá-las e avançar como um movimento político e cultural relevante para o cenário nacional e continental visto que, para o Pontão Pátria Grande, é inconcebível falarmos de bem viver ou bem comum sem o debate sobre as estruturas que promovem e reproduzem tais desigualdades e violências.

Nos primeiros encontros da formação continuada, estudamos textos das seguintes obras que trazem, enfaticamente, uma crítica ao capitalismo:

- Manifesto Comunista de Marx e Engels;

- Consciência de Classe de György Lukács;
- O que é Revolução? de Florestan Fernandes.

Em seguida, abordamos questões referentes à identidade e identitarismos, através das obras:

- Batalhas Morais de Richard Miskolci;
- Armadilhas da Identidade de Asad Haider;
- Olhares Negros de bell hooks.

No último ciclo das formações continuadas trabalhamos com textos das obras relacionadas abaixo:

- Cultura e Representação de Stuart Hall;
- Interseccionalidade de Patricia Hill Collins;
- Por um Feminismo Afro-latino-americano de Lélia Gonzalez;
- Futuro Ancestral de Ailton Krenak.

Ao todo foram 60 horas/aula de muito diálogo, confluências e desacordos de ideias, porém com relevantes aprendizados *“à quem tem coragem e aos que estão aqui para qualquer viagem”*.

Para além das formações acima relacionadas, a Meta de Formação também contribuiu com o planejamento, organização e mobilização para os Conversatórios Permanentes de Cultura Viva Comunitária, uma realização da Equipe de Acompanhamento Continental (EAC) e do Grupo Impulsor do México para o VI Congresso Latino-americano das Culturas Vivas Comunitárias – cuidar do comum para defender a vida, que ocorreu no México, em abril de 2025.

Os Conversatórios se constituem como um espaço de diálogo, avaliação e levantamento de propostas para os Congressos Latino-americanos de Culturas Vivas Comunitárias, ocorrendo entre os mesmos por meio virtual, a partir, sobretudo, dos círculos da palavra dos referidos Congressos. É uma iniciativa instalada e conduzida pela Equipe de Acompanhamento Continental do Movimento de Cultura Viva Comunitária Latino-americano (EAC) desde 2021, atendendo a uma sugestão de Marcos Rocha do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande. Na ocasião, foram realizados cinco (05) Conversatórios:

- Povos originários, saúde viva comunitária e bem viver com o tema “Bem viver e Medicina Natural: saberes ancestrais, plantas medicinais e identidade territorial”;

- Cultura Viva Comunitária e Integração Latino-americana – “A centralidade da cultura para uma integração latino-americana e caribenha que afirme os povos, cuide da natureza e promova o bem comum”;

- Legislação, políticas públicas de base comunitária e comunicação comunitária;

- Defesa do Território e das Culturas Vivas Comunitárias;

- Defesa dos Direitos Humanos desde as Culturas Vivas Comunitárias rumo a uma Declaração do Bem Viver - *Abya Yala*.

A culminância desses Conversatórios foi a realização de uma *live* com informações e trocas de ideias sobre o VI Congresso Latino-americano das Culturas Vivas Comunitárias – cuidar do comum para defender a vida, com a participação de integrantes da Equipe de Acompanhamento Continental, do Grupo Impulsor do México responsável pela realização do Congresso e de representantes do Ibercultura Viva, com o intuito de fortalecer a rede, sobretudo as pessoas que participariam do referido Congresso que ocorreu de 11 a 16 de abril de 2025, em Cherán, Michoacán - México.

Sobre o Congresso, produzimos, ainda, uma série de postagens para o Instagram sobre o evento: quando surgiu, objetivos, sua organização política interna, suas articulações políticas para o Movimento de Culturas Vivas Comunitárias Latino-americano, suas trocas político-culturais com outros organismos da sociedade civil e sua incidência junto às instâncias governamentais e intergovernamentais.

Finalizando o primeiro ciclo do projeto do Pontão Pátria Grande, de 23 a 25 de setembro de 2025, realizamos o Seminário Cultura Viva e Integração Latino-americana – perspectivas emancipatórias e para o bem comum desde os movimentos sociais e as políticas públicas.

A programação contou com uma mesa de abertura no primeiro dia, intitulada “Cultura, autodeterminação dos povos, soberania nacional e integração latino-americana”, com a participação de Christiane Ribeiro e de Marcos Rocha, coordenadores da Fábrica de Imagens e do Pontão Pátria Grande e de Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Ainda no primeiro dia, tivemos a mesa 1 - “Produção e reprodução político-cultural, mudança estrutural e o lugar das políticas culturais para a construção de uma democracia radical e do bem comum em um contexto colonial capitalista.”

No segundo dia, tivemos a mesa 2 - “Itinerários teórico-práticos do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande: construção política, desdobramentos imediatos e do dever de um movimento político e cultural emancipatório para a América Latina e Caribe” – e a mesa 3, “O desafio de construir movimentos socioculturais e políticas públicas afirmativas, transversais, intersetoriais e emancipatórias: a cultura como amálgama para juntar o que a lógica colonial-capitalista fragmenta”.

O último dia de Seminário trouxe a mesa 4 com o tema “Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira: cruzamentos necessários entre cultura, educação, trabalho e relações internacionais”, pontuando aqui a presença não apenas da sociedade civil através do Comitê Gestor do Pontão, mas também de representantes do Ministério da Cultura e, ainda, do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério da Educação, por entendermos a importância da intersectorialidade na prática governamental para a integração latino-americana. Por fim, a mesa 5 trouxe o debate da “Integração latino-americana e territórios de fronteira: cruzamentos necessários entre cultura, direitos humanos e da natureza em defesa dos povos e territórios”.

A Meta de Formação colaborou, ainda, com a Meta de Comunicação na produção de conteúdos para o Instagram, tanto no que se refere às Notas Continentais, Campanhas, como também ao Pequeno Dicionário Crítico – cultura viva e integração latino-americana, tanto no primeiro ciclo (setembro de 2024 a setembro de 2025), como no aditamento do projeto, com ações iniciadas em janeiro e concluídas em abril de 2026.

Foram produzidas cerca de trinta (30) Notas Continentais, textos e/ou artigos relacionados a datas importantes para as lutas sociais da América Latina e Caribe, personagens relevantes da nossa história e assuntos relacionadas aos princípios e horizontes do Pontão Pátria Grande.

Quanto às Campanhas, foram realizadas cinco (05): *21 dias de Ativismo, América Latina sem Fronteiras, Cultura para Florescer o Mundo, Nossa América Latina – Cultura Viva e Soberania* e *O que pode uma América Latina Integrada?*.

Já o Pequeno Dicionário Crítico é uma série de *videocasts* que nos apresenta temas das Culturas Vivas Comunitárias, conformando-os com os princípios políticos do Pontão, temas estes urgentes, sobretudo na atual conjuntura que vivemos, onde sucessivas e consideráveis ameaças à soberania de muitos povos, aqui ressaltando nossa América Latina e Caribe, vêm ocorrendo.

Ao longo de vinte (20) episódios, discorreremos sobre integração latino-americana numa perspectiva internacionalista e socialista; cultura e bem comum; totalidade; *hydra* contemporânea (ordem capitalista, colonial-racista e patriarcal); fascismo e imperialismo como braços do capitalismo; identidades e identitarismos; o sentido que aproxima e alimenta o desejo-necessidade de integração de nós latino-americanas/os; sobre integrar o que, para que e como; antecedentes do Cultura Viva; pontos de cultura e Cultura Viva entre a política pública e um (proto)movimento; a diferença entre construir um movimento e compor uma rede; território, comunidade e base comunitária; reconhecimento cultural, representatividade política e redistribuição econômica; Cultura Viva entre o reformismo e a revolução; uma crítica dos direitos e das políticas culturais; crítica sobre justiça climática e o lugar do Cultura Viva.

No segundo ciclo do projeto do Pontão Pátria Grande, oriundo de um aditamento aprovado pelo Ministério da Cultura, nosso objetivo consistiu em desenvolver ações complementares ao ciclo anterior, incluindo um processo formativo em parceria com a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), a série de videocasts, já apresentada aqui, e mais duas campanhas, também já citadas, além da produção de um catálogo, ações que se juntam à presente publicação e a um pequeno documentário, previstos desde o início.

Para essa fase do projeto, fizemos uma nova seleção para Agentes Cultura Viva, seguindo os mesmos critérios e perfis do primeiro ciclo, sendo convocadas/os nessa ocasião, dez (10) jovens, 05 do Ceará (sendo 01 radicada em Foz do Iguaçu-PR), 01 da Bahia, 01 de Santa Catarina, 01 do Paraná, 01 do Rio de Janeiro e 01 de São Paulo.

Do mesmo modo que no ciclo anterior, realizamos um processo formativo para as/os novas/os Agentes, orientadas/os pelo conteúdo programático da primeira formação introdutória de 24 horas/aula, entretanto, apontado para temas como Cultura Viva: Política e Movimento; noções de mapeamento com foco no Cultura Viva; Cultura Viva e contexto latino-americano; noções sobre territórios de fronteira; sentidos e desafios políticos para integração latino-americana.

Na sequência, iniciamos o planejamento da formação aberta com a participação das/os Agentes que atuaram na monitoria, colaborando na preparação, apoio, controle de frequências, discussão dos conteúdos e acompanhamento das/os participantes. Além disso, as/os Agentes contribuíram

no desenvolvimento dos produtos sociopolíticos e educativos da Meta de Formação, desde sua pré-produção até sua finalização e veiculação, incluindo exercícios textuais, gráficos e audiovisuais.

No que diz respeito à formação aberta, se deu através de uma parceria entre Fábrica de Imagens/Pontão Pátria Grande e a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), contabilizando 120 horas/aulas, voltada, prioritariamente, para integrantes do Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras, do Fórum Intersetorial Cultura Viva de Integração Latino-americana e do Movimento Culturas Vivas Comunitárias para o Bem Comum e Integração Latino-americana, no entanto, houve a participação de integrantes de pontos de cultura, pessoas que atuam em territórios de fronteira e comunidade acadêmica.

Tal formação foi dividida em quatro (04) módulos, os três primeiros cada um com cinco (05) encontros e o quarto módulo composto por seminários para apresentação de trabalhos das/os participantes.

Os conteúdos abordados nos módulos, versaram sobre:

- Módulo 1 - Mapeamento da Cultura Viva e Pontos de Cultura em perspectiva latino-americana; Política Nacional Cultura Viva; experiências de pontos de cultura, coletivos e entidades de base comunitária; territórios de fronteira e integração latino-americana; VII Congresso Latino-americano de Culturas Vivas Comunitárias que ocorreu em abril de 2026 na Colômbia; mapeamento sociocultural;

- Módulo 2 - Territórios de Fronteira – articulações, fragmentações e desafios regionais; noção de território e território de fronteira, o comunitário e base comunitária na institucionalidade estatal e numa perspectiva crítica; políticas públicas e movimentos sociais: limites e possibilidades; dos territórios urbanos aos territórios de fronteira, articular o que a lógica capitalista-colonial-patriarcal fragmenta;

- Módulo 3 - Processos de Integração Latino-americana nas entidades e coletivos culturais; história e política latino-americana, da colonização ao capitalismo dependente e o enfrentamento ao imperialismo; a experiência brasileira da Plataforma Puente ao Pontão; conexões e cruzamentos entre a experiência brasileira e o contexto latino-americano; há um Movimento Cultura Viva? Ou somos redes institucionalizadas e reguladas pelo Estado?

Módulo 4 – Seminários para apresentação dos trabalhos das/os participantes contendo seus relatos de experiências e suas percepções a respeito dos temas discorridos no percurso dos encontros, tendo como mote as

questões-desafios que permearam todo o Projeto do Pontão de Cultura e Política e Integração Latino-americana: *Integrar o quê? Integrar para quê? Como integrar?*

Saindo do forno, nos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, estão o catálogo, composto por apresentações de vinte (20) organizações da sociedade civil, pontos de cultura, experiências em cultura viva comunitária, com envolvimento em temas relacionados à integração latino-americana, tanto do Brasil, como da Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Chile, Cuba e México; cinco (05) séries de ilustrações de artistas selecionadas/os no concurso “Cultura Viva Comunitária e Integração Latino-americana e Caribenha”, realizado através das redes sociais; um **documentário** com depoimentos de membros do Comitê Gestor do Pontão, bem como a presente **publicação**.

Não poderia encerrar este relato, sem agradecer a todas as pessoas que integraram nosso Comitê Gestor, com destaque às que compuseram comigo a coordenação da Meta de Formação, Daniele Mirini, Alba Dutra, Juliane Carvalho e Marcos Rocha. Do mesmo modo, às/aos Agentes Cultura Viva que dividiram conosco as tarefas formativas: Ana Livia Maciel, Dandara Lima, Gabriele Marchioro, Joan D’Art Rocha, Lorena Cardoso, Thais Berdine, Alice Carvalho, Camile Abreu, Fernanda Jamile, Glória Santos; às Agentes voluntárias, Laura Carícia e Vitória Catafesta; ao parceiro da UNILA, professor Juan Brizuela; a todas as pessoas que trouxeram suas experiências, suas valiosas contribuições e seus conhecimentos a todas nossas formações; às/aos intérpretes de libras que passaram por todas as transmissões; a equipe técnica responsável pelas mesmas e, especialmente, ao Marcos Rocha e João Arthur Ribeiro, minha equipe da Fábrica de Imagens e da vida toda, parceiros em todas as conquistas e nos momentos desafiadores, das conversas que vão desde as bobeadas cotidianas que nos fazem sorrir e trazem leveza, passando pelo futebol, assuntos existenciais até os mais densos sobre política, sociedade e movimentos sociais... Como diz um provérbio africano, *“se quer ir rápido, vá sozinho, se que ir longe, vá acompanhado”*. Vamos longe, pessoal!!!

Concluimos uma grande missão, construída a muitas mãos, desde a concepção deste projeto em 2023, passando pela execução de todas as suas metas, até a última ação financiada, uma *live*, onde apresentamos nossos produtos (esta publicação, o catálogo, os *videocasts* e o documentário), no final de abril de 2026.

Sim, dizemos última ação financiada, porque entendemos e desejamos que o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande – cultura viva, territórios

de fronteira e integração latino-americana não conclui suas ações aqui. Ainda há muito o que fazer enquanto não vivermos integralmente seus princípios e horizontes, os quais acreditamos e defendemos: uma América Latina e Caribenha soberana, integrada, anticapitalista, anticolonial, antipatriarcal, antirracista, socialista, solidária, de punhos cerrados contra as ameaças aos nossos direitos já conquistados, contra o recrudescimento do fascismo e do imperialismo e, sobretudo, por uma Cultura Viva para revolucionar!

*O que foi feito, amigo
De tudo que a gente sonhou
O que foi feito da vida
O que foi feito do amor
Quisera encontrar
Aquele verso menino
Que escrevi há tantos anos atrás
Falo assim e sem saudade
Falo assim por saber
**Se muito vale o já feito
Mais vale o que será**
Mais vale o que será
E o que foi feito é preciso conhecer
Para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer
Outros outubros virão
Outras manhãs, plenas de sol e de luz...”
(O que foi feito de(vera) – Fernando Brant,
Hilton Fragos Borges, Milton Nascimento)*

Christiane Ribeiro Gonçalves
Presidenta da Fábrica de Imagens
Coordenadora do Pontão Pátria Grande
Coordenadora da Meta de Formação

Abril de 2026

PÁTRIA GRANDE E COMUNICAÇÃO

Gilson Maximo e Morgana Oliveira
Coordenação de Comunicação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

INTRODUÇÃO

A área da comunicação em um projeto cultural é um elemento transversal a todas as suas metas, uma vez que é a responsável por fornecer às pessoas a dimensão das iniciativas pactuadas, mostrando o que foi realizado e, fundamentalmente, como foi realizado e com que tom essas informações precisam atingir, prioritariamente o público-alvo do projeto e o público em geral.

No entanto, aí residem seus maiores desafios: como estabelecer um fluxo de escoamento de uma intensa produção realizada por diversas áreas diferentes, cada uma com a sua necessidade específica e como manter a coerência conceitual entre a voz do projeto e do programa a que se vincula, mesmo inserido em um contexto em que a comunicação é mediada primordialmente por plataformas que visam o lucro em detrimento da difusão da informação e da autonomia de seus usuários?

A práxis, fundamental para a sedimentação do conhecimento e da politização, mitigando os abismos entre teoria e prática, ganha também seu duplo virtual e - assim como nossos duplos virtuais enquanto indivíduos - está sujeita ao esvaziamento e à perda de sentido e a perda de sua identidade em meio aos anúncios personalizados e aos *ragebait*s que dominam as redes, criando para cada conta um microuniverso que se assemelha mais um grande campo povoado de pequenas redomas individuais e intransponíveis do que uma rede pela qual o sujeito, autonomamente, navega.

É nesse contexto que se dá a realização do projeto do Pontão Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira e com esses desafios que se concebeu seus aspectos estéticos e comunicacionais.

IDENTIDADE VISUAL ESTÉTICA E POLÍTICA

Logomarca

O posicionamento político do Pontão Pátria Grande: anticapitalista, antirracista, anticolonial e antipatriarcal, é um elemento central em sua constituição e foi o fio condutor para a construção de sua identidade gráfica.

A elaboração de sua identidade visual se deu em 2024, em meio a vigência de uma assepsia estética no design: tons suaves, tipografia simples, elementos mínimos e utilitários. Além disso, a popularização de ferramentas de inteligência artificial generativa começa a dar o tom da comunicação visual das redes, emulando estilos famosos sem qualquer permissão e condicionando a percepção massificada a respeito do design gráfico e da comunicação em redes sociais.

Todavia, a temática do Pontão em si representa o extremo oposto desse cenário, uma vez que ao observar e refletir sobre o que nos une visualmente como uma pátria grande significa lembrar-se da rua, da festa, das cores, texturas, cheiros; da natureza diversa e abundante e das lutas em comum, que temperam essa mistura com a aridez do imperialismo e do imprevisto que nasce da necessidade de sobreviver a essa realidade.

Ora, se visualmente o próprio argumento do projeto naturalmente se contrapõe a tendência corrente, a sua comunicação não poderia se dar de outra maneira, a começar pela composição de sua logomarca: o mapa da América Latina, com o sul convencional em sua porção superior, orientando a sua organização visual, assim como propôs o uruguaio Joaquín Torres Garcia na década de 1940 com sua “América Invertida”. Então, elaboramos: invertida para quem?

Sobrepondo essa representação convencional do território, com suas bordas imaginárias bem delimitadas, uma mão: não com o punho cerrado de quem há muito resiste, mas espalmada, pronta para agir. Seja essa ação prestar solidariedade a um povo irmão ou se dar a outras artesanias necessárias a construção da utopia de um futuro sem fronteiras. Integrada à mão que abraça a pátria grande, a cor do território a invade, rasgando sua pele e expondo suas veias abertas, conceituadas por Eduardo Galeano.

Amarrando a composição, uma forma orgânica – tal como um pulmão – integra todos os elementos da logomarca: logotipo e tipografia, criando um símbolo único, mas com diversas leituras, criado em um processo colaborativo entre designer gráfica e comitê gestor e que representa o Pontão no ínterim dos seus primeiros passos e de suas importantes contribuições à discussão acerca da integração latino-americana.

ESTÉTICA VERNACULAR: A VOZ DO PONTÃO NAS REDES

Uma vez criada a logomarca, o passo seguinte era definir de que maneira o Pontão Pátria Grande ocuparia seu espaço virtual e que outros elementos

visuais fariam parte do seu universo. A partir da pesquisa do artista visual e designer, Filipe Grimaldi, que utiliza de elementos do dicionário visual popular para a criação de suas artes, em sua maioria manuais, que surgiu o sul dessa criação: além dos elementos naturais, comuns ao território, o que nos une visualmente é, também o design vernacular.

O anúncio feito à mão “Aqui tem suco de Butiá”, na beira de uma rodovia qualquer no litoral de Santa Catarina; se assemelha ao anúncio de que “Aqui tem suco de Cajá” em uma rodovia qualquer no Rio Grande do Norte, que por sua vez tem a mesma aparência de uma placa em uma rua em Lima no Peru onde se vende “Chicha Morada”. Por vezes em anteparos reutilizados, ou pintadas diretamente sobre a parede, as letras irregulares – nem por isso descuidadas – ou com uma arte digital chamativa e com uma composição intuitiva, desenhando uma paisagem comum entre os países latino-americanos, composta pela necessidade de comunicação dos trabalhadores e trabalhadoras informais nas ruas e rodovias, que por sua vez, também são canais que nos unem.

Esse foi, portanto, o conceito que estruturou a composição das peças de comunicação do projeto: a criação de uma rua, um canal, que comunica as ideias, eventos e realizações e se utiliza dos mesmos signos, das mesmas cores efusivas e dos elementos visuais que são usuais aos nossos olhos em uma rua da vida real, mas que diferem dos corredores assépticos que se tornaram a maioria das peças institucionais.

Isso proporcionou, também, a colaboração dos e das Agentes Cultura Viva no processo de consolidação dessa identidade, uma vez que se estabeleceu um fluxo de trabalho propositivo e horizontal, acolhendo suas percepções e visões e proporcionando um ambiente favorável ao aprendizado e à expressão.

Dessa maneira, sedimenta-se uma voz popular, colorida, vibrante e singular, que ultrapassa a conexão online e vai, de fato para as ruas, com a disponibilização de cartazes lambe-lambe que sintetizam a ideia estética e política do Pontão, fechando assim um ciclo de criação: da criação popular tomamos a inspiração para a criação visual e a ela retornamos com o que criamos, para somar nossa voz à plataforma primordial, tão democrática, quanto tensionada: a rua.

À primeira vista pode parecer contraditório que um projeto que se desenrolou exclusivamente online arrogue a movimentação da rua, porém, esse movimento foi intencional e surgiu da pergunta, como engajar as pessoas nas atividades do Pontão Pátria Grande no ambiente virtual? Toda a organicidade e latinidade da comunicação visual surgiu como resposta a essa questão.

AGENTES CULTURA VIVA: PRESENTE E FUTURO

O edital que aprovou o projeto do Pontão Pátria Grande trazia como uma das metas a contratação de jovens entre 18 a 24 anos, os Agente Cultura Viva, se tratando de uma ação temática, a integração latino-americana, foram selecionadas 20 pessoas. Desse total 04 jovens trabalharam no período regular de vigência da proposta, no ano de 2025 e mais 04 jovens no período de aditamento, no ano de 2026.

A seleção dessas pessoas se deu a partir de critérios técnicos e políticos, este último, requisito fundamental da trajetória da proponente, o Ponto de Cultura Outro Olhares/Fábrica de Imagens – ações educativas em cidadania e gênero, pois a problematização e a construção de um pensamento crítico da Política Nacional Cultura Viva são salutares e necessárias à sua própria evolução, e dialoga de forma direta com a participação das pessoas jovens, pois são elas que podem (e devem) questionar o status quo em voga e propor novas visões, sentidos e caminhos a seguir.

Na área da comunicação os Agentes e as Agentes Cultura Viva foram fundamentais também para o diálogo nas redes, pois a linguagem digital para elas é um idioma “nativo”, diferente das pessoas de diferentes faixas etárias que compunham o Comitê Gestor. Nesse lugar se estabeleceu uma profícua troca entre métodos, métricas, estética, linguagem e conteúdo, com participação ativa na produção de diversas peças que foram ao ar como as “notas continentais”. O resultado alcançado fala por si.

CAMPANHAS: UMA MIRADA NO HORIZONTE UTÓPICO

Foram 05 campanhas realizadas em cerca de 16 meses de trabalho. Cada campanha era composta por vídeos, cards, carrosséis (conjunto de cards que desenvolviam uma ideia) e propunha um assunto diferente relacionado sobremaneira à integração latino-americana. Considerando que também foi desenvolvida uma série de vídeos sobre o 6º Congresso Latino-Americano de Culturas Vivas Comunitárias, que ocorreu em abril de 2025 no município de Cherán no México, foram 06 campanhas, excedendo o número previsto no projeto que eram de 02 ações dessa natureza. Elas estão disponíveis no perfil do projeto na rede social Instagram.

A decisão de ampliação da quantidade de peças foi política e tomada coletivamente. Surgiu apoiada em um conceito que foi se desenvolvendo ao

longo do projeto que é do “desejo-necessidade” da integração latino-americana. O desenvolvimento dessa ideia fica perceptível nas temáticas abordadas nas campanhas, por ordem de execução: 21 dias de ativismo, América Latina sem fronteiras, Cultura para florescer o mundo, Nossa América Latina e O que pode uma América Latina Integrada? - além dos já citados, Diários de Cherán.

O senso coletivo se mostrou presente na polifonia de vozes e corpos que ocuparam as telas nessas campanhas, pelo cuidado em ser bilíngue, a exemplo de boa parte do material de comunicação produzido, havendo a participação de personagens de diversos países latino-americanos. Ressaltando também a diversidade e a descentralização dos Pontos de Cultura parceiros que fizeram parte do Comitê Gestor e que estão espalhados por todo o Brasil, contrapondo uma prática e discurso corrente na própria Cultura Viva, que falava para a América Latina a partir do eixo Rio-São Paulo. Nesse sentido, como ensina Walter Benjamin, o Pontão Pátria Grande “escovou a história a contrapelo”.

Nesse sentido, é inegável o dissenso entre a forma de atuação do Pontão Pátria Grande, com o campo por assim dizer, hegemônico da Cultura Viva no Brasil, visto aqui com naturalidade, pois o horizonte utópico e a visão acerca dessa política também diferem. A Cultura Viva aqui foi pensada numa mirada da sociedade civil, não institucionalizada, formadora de movimento, caminhando na direção da luta revolucionária, da melhoria das condições materiais de vida, da soberania, autonomia, autodeterminação e do bem comum dos povos latino-americanos, as campanhas expressam bem essas ideias.

NOSSO NORTE É O SUL

O pensamento de Joaquín Torres Garcia seja talvez o que melhor sintetize as intencionalidades da comunicação do Pontão Pátria Grande. Até porque é um conceito visual - a imagem da América Latina invertida - e filosófico - “nosso norte é o sul” - um aforismo que dialoga visceralmente com a história das lutas populares do continente latino-americano.

Mirando o horizonte utópico, da luta pela transformação social partindo do Sul e conectando-se com outras lutas dos povos oprimidos do sul global, o Pontão Pátria Grande por meio da sua comunicação fez um chamado à ação. Propôs a integração latino-americana a partir da cultura, sem descuidar da perspectiva da luta política, da compreensão das estruturas em comum que nos oprimem e que também nos integram, tanto pelo viés da exploração imperialista e colonial, quanto pelos movimentos de resistência e libertação.

Esse desejo-necessidade se faz urgente, o imperialismo estadunidense e o colonialismo europeu mostram suas garras diuturnamente em nosso continente, alimentando a cadela do fascismo (termo cunhado por Bertold Brecht) e avançando com as políticas neoliberais.

Esse é o tempo histórico que apresenta e com ele a reponsabilidade também da Cultura Viva, do Pontão Pátria Grande, que criou o Movimento Cultura Viva Brasil sem Fronteiras e apontou a direção de uma mobilização possível, alicerçada pelas diversas ações já realizadas ao longo desse ano e meio, das quais a comunicação esteve envolvida.

Nesse sentido, o projeto ou seus resultados não são um fim, mas um meio de organização e mobilização social, de um movimento continental de preparo do solo, seleção das sementes e plantio do esperançar de Paulo Freire:

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...

É no plantio do esperançar que se colhe a revolução.
Por toda a Pátria Grande.

ITINERÁRIOS DE MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO PONTÃO DE CULTURA E POLÍTICA PÁTRIA GRANDE

Dani Mirini

Coordenação de articulação e mobilização
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

INTRODUÇÃO

Iniciamos este percurso sob o signo da urgência e do encantamento, reconhecendo que a Pátria Grande não é um conceito abstrato de gabinete, mas uma cartografia afetiva traçada pelos pés de quem cruza fronteiras. Como mulheres artistas, sabemos que o horizonte emancipatório nasce da capacidade de imaginar o impossível frente às ruínas do projeto colonial que ainda tenta cercar nossas terras e nossos corpos. Esta introdução é um convite para olhar o continente não como uma sucessão de estados-nação isolados, mas como um corpo vibrante onde a cultura é o sangue que irriga a resistência anticapitalista de Norte a Sul.

Projetar esse horizonte exige de nós a coragem de desaprender as linhas geográficas impostas pelo colonizador, substituindo o mapa do capital pelo mapa da vida. A Pátria Grande que aqui se apresenta é o território da “Cultura Viva”, onde cada Ponto de Cultura é uma trincheira de subjetividade e soberania popular. Não buscamos uma integração meramente comercial ou burocrática; nossa busca é pela integração dos afetos, das memórias e das lutas que transbordam as alfândegas e denunciam a fragilidade dos muros.

Neste espaço, a decolonialidade deixa de ser uma teoria acadêmica para se tornar uma prática de retomada: retomamos a palavra, o ritmo e o território. Ao olharmos para os processos do Pontão de Cultura Pátria Grande, vemos a materialização de uma utopia praticável, onde a diversidade não é um dado estatístico, mas a nossa maior tecnologia política. É a partir das margens, das florestas e das periferias que o centro do mundo se desloca, revelando que a verdadeira potência latino-americana reside naquilo que o mercado não consegue precificar.

O horizonte emancipatório é, portanto, um compromisso com a continuidade histórica de quem nos precedeu — as yabás, as mestras, os líderes comunitários — e um juramento para com os que virão. É uma escrita de futuro que se faz no presente, compreendendo que a arte é a bússola que nos impede de perder o rumo em meio às tormentas neoliberais. Aqui, a esperança é uma ferramenta de trabalho, e a integração é o nosso escudo contra a fragmentação que o sistema tenta nos impor.

Ao abrir as portas deste artigo, convocamos a força das águas e das matas para que as palavras não sejam apenas registros, mas sementes. Este horizonte é nosso, é transfronteiriço e é inegociável. A Pátria Grande é o abraço que cura as cicatrizes da colonização, e a cultura é o fio que tece esse novo tempo de liberdade e dignidade compartilhada.

METODOLOGIA: SISTEMATIZAÇÃO E PRÁTICA POLÍTICO-CULTURAL

Nossa metodologia não é uma grade fria, mas um tear onde a sistematização se torna um ato de conhecimento e rigor político. Escrever sobre o que fizemos é, acima de tudo, honrar a presença de cada corpo que esteve nas rodas, transformando o “dado” em memória viva. Como articuladores que historicamente cuidam dos arquivos do sensível, entendemos que organizar estas seis edições de encontros é uma forma de garantir que a nossa história não seja contada por mãos alheias. A sistematização aqui é resistência: é o registro da inteligência coletiva que o capitalismo insiste em invisibilizar.

A prática político-cultural que adotamos fundamenta-se na horizontalidade radical, onde a escuta é a principal ferramenta de gestão. Fugimos das métricas produtivistas que esmagam o tempo da criação e adotamos a temporalidade do encontro, da prosa demorada e do reconhecimento do território. Cada relatório, cada vídeo e cada card produzido foi um dispositivo pedagógico pensado para que a comunicação fosse, ela mesma, um território de liberdade. Metodologia, para nós, é o caminho que se faz ao caminhar, respeitando os ritmos da terra e a diversidade das línguas que nos habitam.

Para sistematizar os Encontros Político-Artísticos, utilizamos a triangulação entre o sentir, o pensar e o fazer. Não separamos o técnico do poético; ao contrário, acreditamos que um formulário de inscrição pode ser um manifesto e que uma prestação de contas é uma prova da nossa transparência ética com os recursos públicos. Esta prática decolonial de gestão inverte a lógica do

“projeto” para a lógica do “processo”, priorizando a construção de redes de confiança em vez de apenas resultados quantitativos de curto prazo.

Os dispositivos pedagógicos — como as rodas “Integrar o quê, integrar para quê?” — foram os nossos laboratórios de democracia direta. Ali, a política foi despida de sua couraça institucional para vestir a roupa do cotidiano. Sistematizar essas falas foi um exercício de tradução cultural, onde as particularidades de Roraima, do Acre, Rio Grande do Sul ou do Mato Grosso do Sul se conectaram numa gramática comum de resistência transfronteiriça. É uma metodologia de “borda”, que valoriza o que nasce no limite, na mistura e no conflito criativo das fronteiras.

Por fim, esta prática político-cultural reafirma que a arte é um método de pesquisa sobre a realidade social. Ao documentar os encontros, não estamos apenas relatando eventos, mas cartografando o nascimento de uma subjetividade política latino-americana. Uma sistematização que se pretende decolonial precisa ser generosa o suficiente para incluir as dúvidas, os silêncios e as belezas do caminho, garantindo que a memória dos Pontos de Cultura do comitê gestor do Pontão Pátria Grande seja o alicerce para outras formas de políticas públicas que podem surgir.

META ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO: TECENDO A REDE CONTINENTAL

Articular e mobilizar é, para nós, um exercício de tecelagem manual em escala continental. No trabalho liderado por várias mãos de territórios transfronteiriços, a meta de articulação deixou de ser uma tarefa logística para se tornar uma missão de cura das redes fragmentadas. Entendemos que mobilizar não é apenas convocar para um evento, mas despertar o desejo de pertencimento a algo maior que o próprio território isolado. Tecemos esta rede com o fio da solidariedade, sabendo que, no emaranhado dos nossos afetos, o sistema não consegue abrir fendas para nos separar.

A mobilização transfronteiriça exigiu de nós a sensibilidade de entender as diferentes línguas da resistência. Fomos ao encontro dos coletivos periféricos, das comunidades tradicionais e dos ativistas que habitam as zonas de fronteira, reconhecendo neles os articuladores dos territórios da Pátria Grande. Nossa meta foi criar um fluxo de comunicação que não fosse vertical, mas circular, onde a informação circula como um tambor que chama para a luta e para a celebração. Articular é, antes de tudo, reconhecer a potência do outro e oferecer o espaço para que essa potência brilhe no coletivo.

Conceitualmente, nossa articulação pautou-se na “ecologia de saberes”, onde a universidade e o terreiro, o sindicato e o ponto de cultura, sentam-se à mesma mesa. Desafiamos a lógica da concorrência capitalista ao estimular a colaboração mútua entre os agentes culturais de diferentes países. A rede que tecemos é feita de nós que não apertam, mas que sustentam; é uma rede que pensa nas identidades locais enquanto projeta uma voz para o continente. Mobilizar é, portanto, um ato de soberania cultural e política.

Metodologicamente, utilizamos as tecnologias digitais como ferramentas de guerrilha poética. Cada vinheta e cada convite enviado foi um gesto de ocupação do ciberespaço com as nossas cores e as nossas narrativas. No entanto, o trabalho de articulação aconteceu no “olho no olho” das telas e nos abraços que a distância não impediu. Conseguimos atrair uma base diversificada de agentes porque falamos a língua da urgência latino-americana, provando que a cultura é o motor mais eficiente para a mobilização social em tempos de crise.

O que construímos nesta meta foi uma infraestrutura. A rede continental que hoje se consolida no “Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras” é o resultado desse trabalho minucioso de alinhar sonhos e necessidades. Não entregamos apenas uma lista de contatos, entregamos um corpo político organizado e pulsante, pronto para incidir nas políticas culturais e para defender a vida em cada rincão da nossa América. Tecemos a rede para que ninguém caia sozinho e para que todos possamos voar juntos.

ONDE A POESIA ENCONTROU A PROSA: A ARTE COMO POLÍTICA

“Os encontros artístico-políticos foram espaços onde a poesia encontrou a prosa, a política se alinhou com a arte... Encontros para revolucionar e integrar nossos modos de vida.” Esta frase não é um ornamento; é o coração da nossa práxis. Como mulher artista amazônida, me recuso a separação entre a arte e a luta. Para nós, a política sem poesia é árida e autoritária, e a poesia sem política é vazia de chão. Nos encontros do Pontão, a arte foi o solo onde a prosa da gestão e da estratégia pôde finalmente florescer e fazer sentido.

A arte como política manifestou-se na escolha de cada mestre de cerimônia, em cada performance que abria os debates e em cada canção que encerrava as jornadas. Entendemos que a sensibilidade artística é capaz de acessar camadas de entendimento que a razão lógica ignora. Quando um tambor soa numa reunião de planejamento, ele reorganiza o tempo e as

prioridades; quando um poema é lido antes de uma deliberação, ele nos lembra por quem estamos lutando. A arte é a nossa diplomacia mais profunda, capaz de atravessar fronteiras que a linguagem formal não alcança.

Revolucionar nossos modos de vida exige uma mudança na estética da existência. O capitalismo nos quer cinzas, produtivos e isolados; nossa arte nos quer coloridas, criativas e em comunidade. Nos encontros, a prosa política — as pautas, as leis, os orçamentos — foi atravessada pela poesia da presença. Essa fusão permitiu que tratássemos de temas densos, como o colonialismo e a exploração, com a força de quem sabe que a cultura é um direito humano e uma ferramenta de insubordinação. A arte não “ilustrou” a política; ela foi o motor da ação política.

Integrar nossos modos de vida significa reconhecer que a cultura está na forma como cozinhamos, como cuidamos das nossas crianças e como nos relacionamos com a terra. Nos espaços onde a poesia encontrou a prosa, discutimos economia solidária através da estética do artesanato e discutimos direitos territoriais através das danças ancestrais. A arte transfronteiriça é aquela que descoloniza o olhar e nos faz ver, no rosto do irmão paraguaio ou da irmã venezuelana, a mesma rima de resistência que carregamos no peito.

Concluimos que a política mais eficaz é aquela que consegue ser, simultaneamente, um projeto de popular e uma obra de arte coletiva. Os encontros do Pontão Pátria Grande provaram que, quando a poesia e a prosa caminham juntas, a revolução deixa de ser uma promessa adiada para se tornar uma prática de liberdade no agora. Somos Latino América que escrevemos com o corpo, que geram com o coração e que politizam com o espanto da resistência das culturas. Nossa arte é nossa política, e nossa integração é a nossa maior poesia.

1º Encontro – Roraima: A Centralidade das Bordas

O horizonte de Roraima ensinou-nos que a fronteira não é o fim de um território, mas o começo de uma resistência partilhada. Como mulheres que carregam o mapa do continente no corpo, compreendemos que o Lavrado não divide; ele convoca. A política aqui faz-se no detalhe da acolhida, onde a soberania popular é exercida no gesto de reconhecer o outro como parte de um mesmo destino comum, subvertendo a lógica do Estado-Nação que tenta invisibilizar o fluxo da vida.

A poética deste encontro residiu na escuta das vozes que habitam o extremo norte, onde o Brasil se torna Caribe e o Caribe se reconhece no Brasil. Ali, a “centralidade das bordas” deixou de ser um conceito acadêmico para se tornar uma prática de sobrevivência. Articular e mobilizar nestas terras é um ato de insurgência contra o esquecimento geográfico, reafirmando que o centro do mundo é onde o coração da comunidade pulsa com mais força.

A presença feminina na coordenação e na execução deste encontro trouxe uma pedagogia do cuidado que é, em si, anticapitalista. Enquanto o capital exige muros e exclusão, a nossa práxis exigiu pontes e integração. Roraima foi o primeiro degrau de uma escada que nos levou a entender que o regionalismo é uma prisão e a latinidade é a nossa verdadeira emancipação.

Politicamente, o encontro em Boa Vista estabeleceu que não haverá integração sem os povos indígenas, sem as migrantes e sem a juventude que recria a tradição no asfalto e na poeira. A “Meta de Articulação” transformou-se em tecelagem, unindo fios de esperança que se estendem para além das linhas imaginárias traçadas pelos colonizadores. Somos filhas de uma terra sem fronteiras e irmãs de uma luta sem tréguas.

Por fim, o legado de Roraima é a certeza de que a poesia é o combustível da prosa política. Quando a arte ocupa o espaço da decisão, o poder humaniza-se. Saímos deste primeiro encontro com a convicção de que a Pátria Grande não é um sonho distante, mas uma construção artesanal, feita ponto a ponto, por mãos que conhecem o peso da terra e a leveza do canto.

2º Encontro – Santa Catarina: O Sul que é Norte na Resistência

Em Santa Catarina, o encontro provou que o Sul também sabe gritar por uma América Latina unida, rompendo com o isolacionismo de uma branquitude que se quer europeia. A escrita feminina aqui fez-se denúncia e anúncio: denúncia das desigualdades que se escondem sob o manto do progresso e anúncio de que a cultura cabocla e popular é o alicerce de uma nova identidade nacional, mais próxima de nós e menos submissa ao Norte Global.

A poética transfronteiriça manifestou-se na conexão entre o frio do sul e o calor da luta amazônica, provando que a distância é apenas uma convenção para quem partilha a mesma sede de justiça social. Como profissionais da cultura, entendemos que o nosso papel é desconcentrar: riquezas, saberes e

afetos. A mobilização em solo catarinense foi um exercício de humildade e reconhecimento das raízes que nos sustentam sob o cimento das metrópoles.

A política, neste contexto, aliou-se à arte para questionar quem tem direito à cidade e ao campo. Os encontros foram espaços onde a prosa da gestão cultural se fundiu com a poesia da ocupação artística, criando uma linguagem nova que não cabe nos editais burocráticos. É uma política do “nós”, que substitui o “eu” produtivo do capital pela “comunidade” criativa da Cultura Viva.

A mulher que escreve este processo sabe que a integração latino-americana começa no reconhecimento das nossas próprias feridas internas. Santa Catarina desafiou-nos a olhar para o espelho e ver a diversidade que muitos tentam apagar. A integração aqui foi pedagógica: aprendemos que ser latino-americano é, antes de tudo, um ato de coragem e uma escolha consciente pela solidariedade.

Concluimos esta etapa com a certeza de que a rede que estamos a tecer é indestrutível. A força da “Meta de Articulação” reside na capacidade de transformar reuniões em rituais e diagnósticos em manifestos. O Sul não é o fim do caminho; é o porto de onde partimos para conquistar a nossa soberania cultural e política, de mãos dadas com cada rincão deste continente.

3º Encontro – Acre: A Floresta como Manifesto e Memória

No Acre, a política ganhou o cheiro da terra húmida e a profundidade das águas dos rios que serpenteiam a nossa história. Ali, a escrita decolonial não é uma opção estética, mas uma necessidade vital. A floresta, para nós, não é recurso, é parente; não é cenário, é sujeito. O encontro artístico-político em solo acreano foi uma imersão na ancestralidade que projeta o futuro, onde a poesia das orilidades se alinha com a prosa da resistência territorial.

Como coordenadoras e artistas, compreendemos que a integração latino-americana passa obrigatoriamente pela Amazônia. Não uma Amazônia para o consumo estrangeiro, mas a Amazônia dos povos que a mantêm viva. O trabalho de mobilização neste território foi um exercício de escuta das Yabás, das mestras e dos jovens que transformam o teatro de floresta numa arma contra a destruição capitalista.

A arte do Ponto de Cultura Vivarte serviu de bússola: através dos cantos e das vozes das matas, a política tornou-se sensível. Aprendemos que revolucionar os nossos modos de vida exige a coragem de desaprender as hierarquias

coloniais. A escrita, aqui, floresce como uma trepadeira que abraça o tronco da árvore da vida, protegendo a memória para que o progresso predatório não a devore.

Este encontro foi o momento em que a integração se tornou visceral. Percebemos que as fronteiras acreanas com o Peru e a Bolívia são cicatrizes que a cultura tem o dever de curar através do abraço. A nossa política é a política do encantamento, onde o invisível também vota e onde o sagrado é respeitado como fundamento da organização social e cultural.

Saímos do Acre com a alma lavada pelas chuvas e o espírito fortalecido pela luta. O processo construído reafirmou que somos um único ecossistema político e poético. Se a floresta cai, caímos todos; se a cultura resiste, a América Latina floresce. Levamos connosco o compromisso de que a nossa escrita será sempre um eco das vozes da floresta, firme, profunda e inegociável.

4º Encontro – Mato Grosso do Sul: O Sangue e a Terra nas Águas do Pantanal

No Mato Grosso do Sul, a fronteira revelou-se como um campo de forças onde a identidade é disputada a cada passo. A escrita poético-profissional aqui teve de ser afiada como a língua de quem sabe que a terra é sagrada e que o agronegócio é o novo rosto da colonização. Encontrarmo-nos neste território foi um ato de audácia política, afirmando que a cultura é o escudo dos povos contra a homogeneização do capital.

A integração transfronteiriça no Pantanal mostrou que as águas não conhecem passaportes, mas os corpos das nossas mulheres e jovens sentem o peso das divisões. A poética deste encontro foi uma poética de resistência rascante, onde o canto guarani-kaiowá se misturou às reflexões sobre o Movimento Cultura Viva. A política, aqui, é a retomada: do território, da voz e da dignidade.

Articular neste contexto exigiu uma sensibilidade redobrada para com os conflitos latentes. A nossa mobilização não foi apenas para um evento, mas para a sustentação de uma rede de proteção mútua. Como mulheres na vanguarda deste processo, entendemos que o nosso papel é denunciar o genocídio invisível enquanto celebramos a beleza indestrutível das nossas artes populares.

Os encontros artístico-políticos foram, de facto, espaços onde o alinhamento entre ética e estética se tornou inquebrável. No Mato Grosso do Sul,

aprendemos que integrar significa reconhecer a dor do vizinho e transformá-la em força coletiva. A prosa política tornou-se um juramento de fidelidade às raízes, enquanto a poesia ofereceu o oxigênio necessário para continuar a caminhar em tempos de seca democrática.

Partimos com a certeza de que a integração latino-americana é o nosso único caminho para a paz verdadeira. Uma paz que não é ausência de conflito, mas presença de justiça. A rede Pátria Grande, fortalecida neste encontro, agora possui a densidade das águas pantaneiras: parece calma na superfície, mas carrega uma correnteza imparável de transformação social e cultural.

5º Encontro – O Legado de Chéran: Autogestão e o Fogo da Liberdade

O encontro que nos levou, em espírito e método, ao coração de Chéran, no México, foi a nossa maior lição de autonomia. Como articuladores que buscam descolonizar a própria mente, vimos na experiência de autogestão o espelho do que queremos para a nossa América Latina. A política aqui deixou de ser representação para ser presença pura; a arte deixou de ser produto para ser fogo que aquece e ilumina a comunidade.

A poética deste momento foi a poética da fogueira: o fogo que purifica o que é velho e dá lugar ao novo. Integrar nossos modos de vida significa, inspiradas por Chéran, ter a coragem de expulsar os interesses privados da gestão do bem comum. Foi um encontro para revolucionar a nossa percepção de poder, entendendo que a verdadeira autoridade reside na assembleia, na roda e no coletivo.

A mobilização transformou-se em pedagogia da liberdade. Discutir o legado de Chéran no âmbito do Pontão Pátria Grande foi o ápice do nosso compromisso anticapitalista. Aprendemos que o Estado pode ser um parceiro, mas a fonte da nossa legitimidade é o território. A escrita, imbuída deste espírito, torna-se um manifesto pela autodefesa cultural e pela soberania alimentar da alma.

Neste encontro, a poesia encontrou a prosa na forma de um compromisso histórico com as futuras gerações. Percebemos que a integração latino-americana não se faz apenas com tratados diplomáticos, mas com o reconhecimento de que o exemplo de uma comunidade na serra mexicana pode salvar uma vila na selva brasileira. Somos uma só linhagem de resistência, unida pelo fio invisível da dignidade originária.

Chéran ensinou-nos que é possível dizer “basta”. E a nossa resposta, enquanto Pontão, foi transformar esse “basta” em projeto político e poético

permanente. Saímos desta etapa com a chama da autogestão acesa, prontos para incendiar as velhas estruturas com o calor da nossa criatividade comunitária e a força da nossa união transfronteiriça.

6º Encontro – Brasil Sem Fronteiras: A Redenção da Pátria Grande

O encerramento deste ciclo, com o nascimento do movimento “Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras”, é a nossa redenção política e poética. Chegamos a este ponto não como quem termina uma tarefa, mas como quem batiza um novo tempo.

A integração latino-americana e a “Meta de Articulação” iniciou um processo ao transformar contactos em nós de uma rede. A política alinhou-se com a arte; e é exatamente nessa indefinição que reside a nossa maior potência revolucionária.

Como articuladores e profissionais da cultura, entregamos este processo sabendo que mudamos a gramática do possível. O “Brasil Sem Fronteiras” é a nossa resposta ao isolamento imposto pelo colonialismo linguístico e geográfico. Somos, agora, tradutoras umas das outras, intérpretes de um desejo comum de felicidade pública e soberania cultural que atravessa o Rio Grande até à Terra do Fogo.

Este último encontro foi o espaço da síntese: aqui, a poesia da utopia abraçou a prosa da organização. Construímos as frentes de trabalho, o Fórum Intersetorial e o calendário de lutas, mas fizemos tudo isso com a ternura de quem cuida de um recém-nascido. A nossa política no sentido da gestação: estamos a parir um Brasil mais integrado América Latina.

Encerramos esta jornada com o coração transbordante e a mente afiada. Os encontros artístico-políticos foram, e continuarão a ser, o nosso laboratório de liberdade. A integração latino-americana é o nosso horizonte, a Cultura Viva é o nosso caminho e a Pátria Grande é a nossa casa. Seguimos sem fronteiras e com a poesia como nossa arma mais poderosa de articulação e conscientização

5. A Insurreição do Comum: Reflorestando o Pensamento no Movimento Brasil Sem Fronteiras e a Engenharia da Gestão Coletiva e Plural

A construção do *Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras* é um trabalho de tecelagem manual em escala continental, gestado por várias mãos

de territórios transfronteiriços que se recusam a aceitar a fragmentação imposta pelo capital. Este movimento ergue-se sobre uma *Carta de Princípios* que funciona como um grito de independência contra o neoliberalismo cultural e a branquitude que tenta isolar o Sul. Como bem provoca a pensadora Gloria Anzaldúa, a fronteira é uma “ferida aberta onde o terceiro mundo se arranha contra o primeiro e sangra”, e nossa resposta a esse sangramento é a construção de um bloco histórico que reconhece na latinidade e na “Cultura Viva” o único antídoto contra a homogeneização do Norte Global. Não somos apenas fazedores de cultura, mas uma força instituinte que ocupa as bordas para deslocar o centro do mundo, unindo trabalhadores e trabalhadoras em uma só voz.

A *Gestão como Cuidado* surge como uma ruptura anticapitalista e anti-patriarcal com a administração tecnocrática burguesa que esmaga o tempo da criação e divide as gentes. Entendemos que gerir é sustentar a vida através de uma horizontalidade radical, onde a união de todas as identidades de gênero e classes sociais guia a nossa prática político-cultural. Esta gestão é circular e descentralizada, adotando a temporalidade do encontro e da prosa demorada para garantir que as redes de afeto não sejam sufocadas pela burocracia fria do Estado. Ao colocar o cuidado no centro, subvertemos a métrica produtivista para priorizar a dignidade humana e a preservação das memórias que o mercado não consegue precificar, construindo pontes onde o capital tentou erguer muros.

A *Intersetorialidade Visceral* manifesta-se no compromisso de “reflorestar o pensamento”, transformando a cultura no sangue que irriga a resistência de todas as frentes populares. Não aceitamos a cultura como um setor isolado, mas como um corpo vibrante que une o campo e a cidade, o operário e o artista, em uma aliança inquebrável contra o progresso predatório. Esta prática inverte a lógica do “projeto” para a do “processo”, reconhecendo que a floresta é um sujeito político e que a nossa diversidade de gêneros e vivências é a nossa tecnologia de insurgência mais potente. A política, aqui, ganha a profundidade da ancestralidade e o vigor das lutas de classe, alinhando a poesia das oralidades com a estratégia de ocupação territorial urbana e rural.

Nossa *Carta de Recomendações* é o manifesto de exigências que materializa essa estratégia de ocupação ética do Estado, obrigando o poder público a reconhecer a cultura viva como motor de uma economia solidária, feminista e soberana. Este documento não é um simples relatório, mas uma prova da

nossa transparência ética e um pacto entre diferentes gêneros e estratos sociais pela justiça climática e social. Exigimos a centralidade da vida em todas as pautas, tratando temas como o colonialismo com a força de quem sabe que a cultura é um direito humano inegociável que pertence a todo o povo. A carta é a nossa bússola para garantir que as vozes historicamente silenciadas tenham peso decisório na organização do novo comum.

Finalmente, o legado deste trabalho coletivo e transfronteiriço é a redenção da Pátria Grande através de uma infraestrutura de afeto que impede que ninguém, independente de sua classe ou gênero, caia sozinho. O movimento “Brasil Sem Fronteiras” batiza um novo tempo onde a poesia é a arma de conscientização de massa e a gestão é um ato de soberania popular descentralizada. Estamos parindo um Brasil mais integrado à América Latina, onde as fronteiras são cicatrizes curadas pelo abraço e onde a diversidade é o método de pesquisa da nossa própria libertação. Esta construção artesanal reafirma que a nossa união plural é indestrutível e que o horizonte de um mundo pós-capitalista é a nossa casa comum.

6. Tecituras da Retomada: Pré-Teia e Pré-Congresso como Territórios de Pedagogia Libertadora e Poder Popular

O percurso rumo à *Pré-Teia* e ao *Pré-Congresso* não foi o resultado de uma coordenação isolada, mas uma obra tecida por muitas mãos — as mãos de quem habita e trabalha nas zonas de fronteira. Este processo é uma construção coletiva que reconhece o que Gloria Anzaldúa descreve como a consciência da fronteira: um lugar onde as múltiplas identidades se fundem para desafiar a rigidez dos muros coloniais. Ao ocuparmos essas trincheiras de escuta, não estamos apenas coletando dados, mas operando uma *pedagogia decolonial*, substituindo o individualismo capitalista pela cooperação comunitária que brota das bordas e descentraliza o poder popular.

A *Pré-Teia: O Ensaio Geral da Diversidade* materializou-se como um laboratório vivo de democracia direta, onde a união de classes e gêneros se tornou a base para uma estrutura de resistência ao patriarcado e ao capital. Nestas rodas, o saber de quem cruza a fronteira foi validado como tecnologia política, permitindo que a cultura atuasse como *agente de transformação real da realidade social*. Através dos dados sistematizados em *@pontaopatriagrande*, conseguimos cartografar uma inteligência coletiva que ignora a busca pelo

lucro e prioriza a soberania dos povos, provando que a arte é o elo que une a sobrevivência à dignidade.

No *Pré-Congresso: A Inteligência Coletiva em Marcha*, a mobilização alcançou o seu ápice através da *Guerrilha Poética Digital*, subvertendo as ferramentas de controle do sistema para disseminar valores anticapitalistas. Onde o algoritmo buscava a alienação, nós plantamos a conscientização crítica; onde o sistema impunha o consumo, nós estabelecemos redes de troca de saberes ancestrais. Esta comunicação é um ato de insurgência que utiliza a rede para garantir que o debate político seja, acima de tudo, um exercício de *educação popular e soberania comunicacional*, formando militantes da cultura prontos para o enfrentamento ideológico.

A *Ecologia de Saberes* e o *Legado e Continuidade* deste processo asseguram que este trabalho não se encerre em si mesmo, mas se desdobra em uma memória viva que serve de base para a construção de uma nova sociedade. Ao reconhecermos a pluralidade de conhecimentos que compõem o nosso movimento, combatemos o extrativismo intelectual e fortalecemos uma estrutura de poder descentralizada. O legado que entregamos é a confirmação de que a *cultura é a nossa escola de liberdade*, capaz de forjar um futuro onde a exploração colonial não encontre mais solo para crescer. Somos um corpo político organizado, pronto para sustentar a Pátria Grande com a força de quem aprendeu que a transformação social é obra coletiva e ininterrupta.

Conclusão: A Utopia como Retomada Territorial e o Florescimento da Comunalidade Transfronteiriça

Ao encerrar esta sistematização, reafirmamos que o horizonte é inegociável porque ele foi desenhado por milhares de mãos que habitam as fendas das fronteiras, onde o Estado e o capital tentam impor o silêncio. Como nos ensina o geógrafo Milton Santos, a força dos “de baixo” reside na capacidade de ressignificar o território através de um uso solidário e compartilhado, transformando a escassez imposta em abundância criativa. Não buscamos reformas cosméticas em um sistema que lucra com a nossa domesticação; exigimos a transformação estrutural das relações de poder. Nossa integração é a união de explorados e exploradas que descobriram na arte a sua maior força de insurgência contra o projeto colonial, estabelecendo a Pátria Grande como o solo onde o capital é barrado pela solidariedade das mãos.

Este artigo é um testamento vivo de um processo decolonial e antipatriarcal que colocou a igualdade de gênero não como uma meta distante, mas como a base ética de cada reunião e ação realizada. Ao descentralizar a informação e as decisões, o Pontão Pátria Grande rompe com a lógica centralizadora do poder patriarcal, garantindo que o conhecimento circule como a seiva em uma rede viva. Entregamos mais do que relatórios: entregamos uma comunidade de luta que compreende que a emancipação de todas as identidades e a justiça entre as classes são os pilares centrais para qualquer revolução verdadeira. O movimento “Brasil Sem Fronteiras” é agora um organismo que respira por pulmões plurais, provando que a democratização dos saberes é o que sustenta a nossa soberania cultural.

A prática aqui sistematizada funcionou como um método de **semear novas consciências**, substituindo o deserto do pensamento individualista pela fertilidade da inteligência coletiva e do trabalho cooperativo. Ensinar e praticar valores anticapitalistas através da cultura é a nossa forma de garantir que o imaginário não seja sequestrado pelo consumo. Seguimos em marcha, com a certeza de que a poesia é o combustível que alimenta a nossa recusa em sermos apenas engrenagens de um sistema produtor de mercadorias. Nossas fronteiras caíram porque aprendemos a ouvir as línguas uns dos outros e a reconhecer na diversidade de vivências a nossa tecnologia mais potente de sobrevivência e combate.

Pela Pátria Grande e pela Cultura Viva, avançamos rumo a um futuro onde a informação seja um bem comum e o poder seja exercido de forma circular e descentralizada. Nosso território ocupado é a utopia que praticamos hoje: um espaço onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres de toda opressão colonial. A vitória que buscamos não é sobre o outro, mas sobre as estruturas que nos impedem de ser. Com os pés fincados na terra das fronteiras e a mente voltada para a integração de todo o continente, declaramos que a nossa vontade de mundo é imparável.

Pelo Comum, em rede e em movimento: Seguimos Juntos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza. Capitão Swing, 2016. (Obra fundamental citada no texto sobre a fronteira como ferida aberta e consciência mestiça).*

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das Letras, 2019. (Base para o conceito de “reflorestar pensamentos” e resistência ao extrativismo).*

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Fundamentação sobre as estruturas de poder que combatemos no artigo).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Record, 2000. (Referência para a “força dos de baixo” e a resignificação do território).

Cultura Viva e Poder Popular

TURINO, Célio. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima.* Anita Garibaldi, 2009. (Referência direta para a política pública de Cultura Viva e gestão comunitária).

MOURA, Roberto. *Cultura Viva e a Pátria Grande.* (Estudos sobre a integração latino-americana através da cultura).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Paz e Terra, 1968. (Base para os conceitos de “Pedagogia decolonial” e “Trincheiras de Escuta” citados no texto).

Gestão, Gênero e Anticapitalismo

FEDERICI, Silvia. *O Caldeirão e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva.* Elefante, 2017. (Referência para a crítica ao capitalismo e a valorização da “Gestão como Cuidado”).

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial.* Ubu Editora, 2020. (Sustenta a abordagem antipatriarcal e decolonial do movimento).

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. *Escritos de uma lésbica decolonial.* (Contribuição para a igualdade de gênero e descentralização do poder).

Documentos Políticos do Movimento (Fontes Primárias)

MOVIMENTO BRASIL SEM FRONTEIRA. *Carta de Princípios e Manifesto de Fundação.* 2026.

PONTÃO PÁTRIA GRANDE. *Carta de Recomendações: Integração e Intersetorialidade.* 2026.

REDE BRASILEIRA DE TEATRO DE RUA (RBTR). *Manuais de Gestão Compartilhada e Articulação em Rede.*

A: LA COMUNIDAD INTERNACIONAL DEL MOVIMIENTO LATINOAMERICANO DE CULTURAS VIVAS COMUNITARIAS.

Movimiento de Culturas Vivas Comunitarias en Cuba

El pueblo de Cuba enfrenta hoy una situación compleja, marcada por las acciones hostiles del presidente Donald Trump y el Gobierno de los Estados Unidos, el recrudecimiento del bloqueo económico comercial y financiero impuesto por más de seis décadas, además de añadirse – injustamente – a la lista de países patrocinadores del terrorismo.

El brutal asedio – junto a las medidas adoptadas arbitrariamente – las sanciones unilaterales y la política de aislamiento, buscan quebrar la resistencia de nuestro pueblo y limitar su derecho a la libre autodeterminación. La guerra mediática que pretende aislar la realidad cubana del mundo y sustituirla por una narrativa construida desde el exterior, intenta asfixiar al país y amenaza su soberanía, su economía y – sobre todo – sus culturas vivas comunitarias.

Declarar una Emergencia Nacional contra Cuba, niega el suministro de petróleo, aplicándose sanciones extraterritoriales a quien quiera comercializar con la isla; los países que intentan ayudar son multados con altos aranceles y/o le confiscan sus bienes. Asimismo, se prohíbe el acceso al mercado internacional y a efectuar transacciones bancarias, lo que afecta la compra de alimentos, medicinas, insumos y otras materias primas para que funcionen servicios básicos, la biotecnología, las producciones a nivel industrial y el sector turístico. Como consecuencia, la escasez y la desesperación abruman, no se satisfacen necesidades básicas, y la inflación y altos precios conllevan a una imparable emigración. Igualmente, incide seriamente, la ausencia de combustible para la vida cotidiana de las comunidades, las producciones, la atención médica, la educación, el transporte y el acceso al agua.

En estos momentos el país se ha visto obligado a aplicar medidas drásticas internas para sostener lo elemental. La transportación prácticamente ha desaparecido, las escuelas funcionan solo media jornada y los apagones alcanzan horarios prolongados.

Se suma el poco acceso a las comunicaciones, especialmente la precaria conectividad; lo que lacera la calidad y bienestar de vida. Todo lo que sucede

en Cuba afecta a las infancias, a las familias y a nuestras comunidades, al crecer las vulnerabilidades que se visualizan aún más en personas de la tercera edad. Nos encontramos resistiendo las medidas más crueles que jamás país alguno haya soportado, agudizadas a inicios de febrero con el cierre total de suministros.

La situación actual constituye un obstáculo para difundir las expresiones de nuestra cultura e identidad que constantemente están amenazadas y manipuladas; impone limitaciones para la participación en eventos, intercambios y congresos culturales, especialmente por las maneras restringidas para gestionar pagos fuera de Cuba como la compra de boletos, la movilidad interna y cancelaciones de vuelos por falta de combustible.

Ante esta realidad, reafirmamos que la cultura es un territorio de resistencia y esperanza. Las comunidades cubanas continúan creando, compartiendo y defendiendo sus prácticas culturales, sus tradiciones y sus proyectos de vida, a pesar de las dificultades impuestas desde el exterior. El Movimiento Latinoamericano de Culturas Vivas Comunitarias hace un llamado a:

- La unidad de los pueblos de América Latina y el Caribe, conscientes de que solo juntos podremos enfrentar las amenazas que buscan dividirnos y debilitar nuestras raíces.

- La solidaridad internacional, que se expresa en el acompañamiento, la denuncia y el apoyo concreto a las comunidades cubanas que sostienen la vida cultural en barrios, escuelas, proyectos comunitarios y espacios de creación.

- La construcción de un frente único que proteja nuestras culturas vivas, que defienda la diversidad, la memoria y la creatividad de nuestros pueblos frente a cualquier intento de dominación.

Hoy Cuba no está sola: América Latina y el mundo están con su pueblo. La cultura no puede ser bloqueada. La cultura no se somete a sanciones. La cultura es el alma de nuestros pueblos y la fuerza que nos une. Los pueblos tienen derecho a defender la libre autodeterminación y la posibilidad de escoger sus destinos, afianzados en las expresiones más auténticas y vivas de nuestras culturas e identidades.

Con estas convicciones, la Cultura Cubana se ha sumado al reclamo por el derecho internacional a la libre determinación de los pueblos y su soberanía. Cuba no va a retroceder en el camino construido durante más de 60 años, siendo faro y guía de la independencia y unidad latinoamericana. Sin embargo, el real bloqueo y - ahora mismo - el déficit de entrada de combustible por cualquier vía

nos han dañado profunda y estructuralmente, obstruyendo cualquier camino al desarrollo de las comunidades y sus culturas vivas.

Por tales motivos, acudimos a la solidaridad mundial, las amistades sinceras que hemos ido construyendo durante todos estos años de lucha junto a pueblos hermanos para reafirmar nuestra posición de resistencia, ante los mecanismos de colonialismo cultural, la convicción revolucionaria de no renunciar a los sueños de un futuro mejor para nuestra región y la presencia de Cuba en el VII Congreso de Culturas Vivas Comunitarias que nos permitirá afianzar nuestra propuesta para ser una digna sede de la 8va edición de tan importante certamen en el logro de nuestros propósitos.

Desde el amor y la esperanza, seguimos defendiendo nuestra identidad y la labor cultural comunitaria. Somos un país muy afectado desde lo espiritual y material, pero la fuerza de nuestras ideas nos ha convertido en un pueblo resiliente que sigue apostando por la integración latinoamericana y la unión de los pueblos. Es momento de no claudicar y visualizar un futuro mejor para las nuevas generaciones. La lucha continúa, compañeras y compañeros.

Un abrazo solidario y latinoamericano.

CAMPAÑA "CUBA VA A COLOMBIA - CULTURA VIVA ES PARA REVOLUCIONAR!!!"

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenador do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
Fábrica de Imagens

El pueblo de Cuba atraviesa una difícil y compleja situación, marcada por las acciones hostiles del Gobierno de los Estados Unidos. El brutal asedio, junto a las medidas adoptadas arbitrariamente, las sanciones unilaterales y la política de aislamiento, buscan quebrar la resistencia del pueblo y limitar su derecho a la libre autodeterminación. La guerra mediática que pretende aislar la realidad cubana del mundo y sustituirla por una narrativa construida desde el exterior, intenta asfixiar al país y amenazar su soberanía, su economía y -sobre todo- sus culturas vivas comunitarias.

Durante 65 años, Cuba ha sido un faro permanente para todos los latinoamericanos que sueñan y luchan por la construcción de una sociedad justa y solidaria dentro de parámetros que, obviamente, no son capitalistas. Las figuras de Fidel y Raúl Castro, el Che Guevara, Camilo Cienfuegos, Celia Sánchez, Isabel Rielo y el Pelotón Mariana Grajales, entre otras, aún pueblan el imaginario latinoamericano por las proezas realizadas, que desafiaron y desafían al imperialismo del norte.

Pero más allá de estas figuras icónicas, están cubanos y cubanas que, en estas casi siete décadas, han renovado el amor y arraigo patriota sembrado en la Sierra Maestra, extendido por la isla y el mundo. El pueblo, más que resistir, afirma este devenir revolucionario, socialista, internacionalista y solidario cada día, con acciones concretas que se extienden más allá de sus fronteras.

El cobarde, perverso y criminal bloqueo estadounidense que asfixia al país, así como las mentiras anticubanas, no han podido eclipsar la trayectoria que Cuba ha consolidado desde la revolución de 1959. Una nación heroica que, aun sin ser una potencia económica ni militar, sin bombas atómicas y a menos de 150 kilómetros de los yanquis, ha mantenido su autodeterminación.

Cuba sí es potencia en áreas tan básicas como la salud y la educación. Su proyecto ético, político y social se enfoca en su pueblo, en su cuidado, y en apoyar a quienes, incluso sin pedirlo, reciben su ayuda. También es una potencia cultural con invaluable contribuciones al Movimiento Latinoamericano

de Cultura Viva. La utopía convertida en realidad y la práctica cotidiana de una cultura viva y revolucionaria realza su historia épica y se convierte en centro de la presente campaña.

Su presencia en los Congresos Latinoamericanos de Cultura Viva Comunitaria ha sido trascendental. Desde el 2014 fue su primera participación, en Costa Rica, con 4 participantes. Seguidamente Ecuador con igual cantidad de congresistas, momento en que se concretó la vocería en el Movimiento Latinoamericano CVC, que se mantiene hasta la actualidad. Paulatinamente fue creciendo su presencia en los congresos de Argentina, Perú, hasta llegar a 20 representantes en el VI Congreso celebrado en México el pasado año; siempre con contribuciones valiosas.

En todos estos congresos, Cuba ha estado presente con un esfuerzo militante, sin el apoyo financiero del gobierno debido a las extremas dificultades económicas del país y sin apoyo de organismos internacionales, los cubanos y cubanas han estado costeadando su asistencia a los congresos de su propio bolsillo. A esta trayectoria, podemos sumar la celebración exitosa del III Congreso Mesoamericano de Culturas Vivas Comunitarias en su territorio en el año 2023.

Todo esto legitimó a Cuba para proponerla como sede del VIII Congreso Latinoamericano de Culturas Vivas Comunitarias en 2028, propuesta ratificada en la Asamblea Final del VII Congreso, celebrado en Cherán, Michoacán, México, en 2025. ¡Un Congreso que será memorable, pues se celebrará en los meses previos al septuagésimo aniversario de la Revolución Cubana!

En este contexto:

Considerando la gran dificultad para la delegación cubana de estar presente en el VII Congreso que se celebrará en Colombia el próximo abril, una presencia fundamental dado que este país será sede del siguiente congreso;

Considerando el momento político en la isla, que nos impone el deber ético-político de defender el camino que el pueblo cubano ha construido para sí mismo, su autodeterminación;

Considerando también como un deber ético-político-cultural de sujetos involucrados en el Movimiento Latinoamericano de Culturas Vivas Comunitarias, apoyarnos mutuamente en solidaridad, como Cuba lo ha hecho tan a menudo con otros países.

El Pontão de Cultura Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira y el Movimiento de Culturas Vivas Comunitarias en

Cuba, en conjunto con el Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras de Integração Latino-americana, el Movimiento de Culturas Comunitarias para el Bien Comun e Integración Latinoamericana e el Equipo de Acompañamiento Continental anuncian y convocan a los Centros Culturales, Colectivos, Organizaciones e individuos con vínculos o que admiran a Cuba y al Movimiento Cultura Viva en toda América Latina a apoyar la campaña “Cuba va a Colombia – Cultura Viva a revolucionar!!!”

UMA REFLEXÃO SOBRE O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Karolayne Cardoso
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28 de janeiro), é momento de reafirmarmos, de forma profunda e coletiva, o compromisso com a luta contra todas as formas de exploração que negam a dignidade humana. O trabalho escravo, ainda que muitas vezes invisível aos olhos da sociedade, é uma realidade cruel e persistente que atravessa nossa história e permanece vivo tanto em áreas rurais quanto urbanas. Esta prática reflete as desigualdades estruturais de um sistema que privilegia o lucro acima da vida, transformando seres humanos em mera força de trabalho descartável.

Inspirada pelo livro “Escravo, Nem Pensar!” da ONG Repórter Brasil, compreendo que esta luta vai muito além da simples denúncia de casos de trabalho escravo. É, antes de tudo, uma batalha profunda e necessária pela construção de uma sociedade mais solidária e igualitária. Uma sociedade em que cada pessoa tenha garantido o direito de trabalhar e viver com dignidade, livre de medo, coerção e violência. Sabemos que combater o trabalho escravo exige enfrentar diretamente as estruturas que o sustentam, como a desigualdade social, a ganância corporativa, o racismo estrutural e a indiferença histórica de grandes parcelas da sociedade.

O Brasil carrega marcas profundas de um passado escravista, que durou mais de três séculos e deixou cicatrizes que ainda hoje moldam nossas relações sociais, econômicas e políticas. O trabalho escravo contemporâneo não surge no vácuo; ele é herança direta dessa história brutal. Ele se manifesta de diferentes formas: no aliciamento de trabalhadores rurais que acabam presos em condições desumanas em fazendas isoladas; na exploração de imigrantes em oficinas de costura clandestinas nas grandes cidades; ou mesmo no trabalho doméstico imposto a meninas e mulheres negras, ainda tão comum e naturalizado.

É preciso reconhecer que essa realidade não é periférica, nem “exceção”. Ao contrário: ela está profundamente enraizada na estrutura desigual que organiza nossa sociedade. E justamente por isso que, enfrentá-la, exige ir

além da denúncia pontual: é necessário desnaturalizar, educar, questionar modelos de desenvolvimento, denunciar privilégios históricos e lutar contra um sistema econômico que, em última instância, considera aceitável sacrificar vidas humanas em nome da competitividade e do acúmulo de riqueza.

Nesse sentido, o trabalho de educação popular, como propõe o “Escravo, Nem Pensar!”, tem papel central. Educar para que crianças, jovens, trabalhadores e trabalhadoras compreendam seus direitos, conheçam as formas de aliciamento e saibam identificar situações de violação. Educar para que toda a sociedade perceba que o trabalho escravo não está distante, ele pode estar na ponta da cadeia de consumo que muitas vezes alimentamos sem questionar. Educar, sobretudo, para fortalecer valores como solidariedade, respeito e equidade.

Mas é preciso também agir. Denunciar as violações que chegam ao nosso conhecimento. Fortalecer redes de proteção e apoio aos trabalhadores resgatados. Cobrar políticas públicas eficazes de fiscalização e punição aos exploradores. Apoiar organizações que atuam diretamente nessa frente. Valorizar quem, diariamente, enfrenta ameaças e riscos para defender o direito básico de cada pessoa a não ser escravizada.

É fundamental compreender que a luta contra o trabalho escravo não se faz de forma isolada: ela está conectada com muitas outras lutas por justiça social. É inseparável, por exemplo, da luta antirracista, já que a maior parte das vítimas do trabalho escravo contemporâneo são pessoas negras ou pardas. Está ligada à luta feminista, pois as mulheres sofrem violações específicas e profundas no contexto da exploração como, por exemplo, o assédio sexual. Está conectada também à luta por reforma agrária, pela demarcação de terras quilombolas e indígenas, pelo fortalecimento da agricultura familiar e por novos modelos de desenvolvimento que coloquem a vida, e não o lucro, no centro das prioridades.

É nesse sentido que defendo que combater o trabalho escravo é, acima de tudo, uma luta por bem viver, conceito ancestral que dialoga com as cosmovisões dos povos originários e afro-brasileiros, propondo que a organização social seja guiada pela dignidade, pelo respeito à natureza, pela cooperação e pelo equilíbrio. É uma forma de dizer que queremos construir um mundo onde a liberdade seja plena, onde ninguém seja explorado ou tratado como mercadoria, onde cada pessoa tenha garantido o direito de existir plenamente.

Essa transformação exige coragem. Exige questionar privilégios, repensar hábitos de consumo, revisar políticas públicas e enfrentar interesses econômicos poderosos. Exige superar a naturalização histórica que ainda insiste em tratar algumas vidas como menos valiosas que outras. Exige também solidariedade, empatia e compromisso constante, porque sabemos que a indiferença é, muitas vezes, a maior aliada da opressão.

No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, lembro que essa data não pode ser apenas um ritual de memória ou um post nas redes sociais. É um chamado para ação, educação e mobilização. É o momento de perguntar, com honestidade: o que estou fazendo, concretamente, para combater essa realidade? Como posso contribuir para que trabalhadores e trabalhadoras tenham acesso real a direitos, salários justos, descanso e condições seguras? Como posso ajudar a construir pontes entre denúncias e transformações?

E, acima de tudo, reafirmo a convicção de que essa luta não é de poucos, nem se limita a militantes ou especialistas. É responsabilidade coletiva, porque o trabalho escravo contemporâneo é uma mancha que diz respeito a todos nós. Ele revela a face mais brutal das desigualdades que estruturam nosso país e o mundo. Negar, silenciar ou fingir que não existe é pactuar com a opressão.

Ao trazer essas reflexões, quero contribuir para que esse debate não fique restrito às datas simbólicas ou aos discursos institucionais. Que ele se transforme em compromisso diário, seja nas escolas, nas comunidades, nas organizações, nos movimentos sociais ou mesmo em nossas escolhas individuais. Porque é assim, somando pequenas e grandes ações, que podemos enfrentar as estruturas que sustentam essa violência histórica.

O trabalho escravo não é inevitável. Ele existe porque há quem o aceite, o encubra e o reproduza. Mas também existe porque ainda não conseguimos, como sociedade, construir de fato um outro projeto civilizatório, um projeto onde a liberdade, a dignidade e o bem viver sejam valores inegociáveis. Essa, para mim, é a tarefa do presente.

Hoje, mais do que nunca, é hora de agir, denunciar, educar e mobilizar. Porque o trabalho escravo não é apenas uma ferida do passado; é um reflexo das desigualdades que insistem em marcar nosso presente. E só desafiando essas estruturas será possível construir um futuro em que cada pessoa possa viver plenamente, livre de exploração, um futuro de liberdade, justiça e dignidade para todos.

COMUNICAR É INTEGRAR: COMUNICAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

Luiza Maria Dutra Farias
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Em um continente marcado por profundas desigualdades sociais, múltiplas formas de resistência e uma diversidade cultural inegável, a construção da identidade latino-americana permanece como um processo em disputa, sendo forjada historicamente através de lutas, narrativas e movimentos que desafiam os legados da colonização.

A América Latina carrega em sua formação a violência da conquista e a imposição de fronteiras, tanto geográficas quanto simbólicas, que continuam moldando as formas como os povos se percebem e se relacionam entre si. Essas fronteiras, frequentemente tratadas como marcas naturais, são na verdade invenções coloniais, que ao serem traçadas impuseram separações culturais, políticas e sociais que dificultaram a integração entre os povos da região. Dessa forma, Sandra Jatahy Pesavento (2006) observa que, embora vivamos em um mundo dito “sem fronteiras”, seguimos produzindo novos marcos simbólicos de pertencimento e exclusão. Para ela, as fronteiras são construções culturais e simbólicas que operam sobre os sentidos de identidade e alteridade, afirmando diferenças e, ao mesmo tempo, criando espaços potenciais de troca e criação. Assim, pensar a América Latina é também pensar suas fronteiras como territórios de tensão, ambiguidade e possibilidade.

Nesse cenário, após as independências, o que se viu não foi a formação de um projeto latino-americano conjunto, mas a fragmentação e o isolamento das novas nações. De maneira geral, as elites dirigentes adotaram modelos europeus e estadunidenses, negando os elementos populares e indígenas que formavam as raízes de seus próprios povos. Esse distanciamento foi parte de um projeto político, que visava garantir a manutenção do poder colonial sob novas roupagens, e a integração latino-americana (que poderia significar um fortalecimento mútuo entre os povos) passou a ser vista como uma ameaça. Logo, a união entre os países da América Latina, sobretudo entre os setores populares, sempre foi e segue sendo uma força contra-colonial e, portanto, revolucionária.

No panorama latino-americano, a posição do Brasil revela uma singularidade histórica. Forjado sob os auspícios de um projeto imperial, marcado por uma política centralizadora e influenciado pelo pensamento positivista, o país trilhou um percurso de distanciamento simbólico e diplomático em relação aos demais países da região. Enquanto os vizinhos fortaleciam laços por meio do idioma comum e de alianças políticas regionais, o Brasil reiterava uma noção de excepcionalidade nacional, optando por um isolamento que negava seu pertencimento ao contexto latino-americano e sua aproximação ao “American Dream”. Essa trajetória teve efeitos duradouros na construção da identidade brasileira e contribuiu para o apagamento de vínculos com a América Latina, pois ainda hoje é recorrente a percepção de que o Brasil não faz parte da identidade latinoamericana, um reflexo do projeto histórico de negação e exclusão que moldou nossa autopercepção.

É nesse cenário de disputas por sentidos e pertencimentos que a comunicação assume um papel central, pois, ao ser compreendida aqui como prática política e cultural, é instrumento de integração. Entendemos que comunicar é integrar; e comunicar com propósito é afirmar identidades, fortalecer memórias populares e mobilizar afetos em torno de causas comuns. Assim, a emergência das mídias digitais abriu novas possibilidades para os sujeitos historicamente silenciados narrarem suas próprias histórias; redes sociais, podcasts, vídeos e diversos formatos têm permitido que lideranças indígenas, quilombolas, periféricas e dissidentes ocupem espaços de fala e produção de sentidos, desafiando as narrativas hegemônicas que sempre buscaram invisibilizá-las.

Mais do que ficar por dentro das tendências viralizadas (lógica essa capitalista), a comunicação digital potencializa encontros. Ferramentas como o design gráfico, a fotografia, o audiovisual e a arte digital não são meros instrumentos estéticos: são tecnologias de representação. E representar, como destaca Stuart Hall (2016), é sempre um processo de construção de sentido: nunca neutro, sempre situado, pois o modo como algo é mostrado interfere diretamente em como ele é compreendido no mundo. Desse modo, entendemos que a representação é um campo de disputa simbólica e política, onde se travam batalhas por visibilidade, reconhecimento e pertencimento, e a ausência de determinados corpos, culturas e territórios nas narrativas midiáticas tradicionais constitui um tipo de violência simbólica, um apagamento sistemático que enfatiza hierarquias coloniais. Por outro lado, quando grupos

historicamente silenciados se apropriam dos meios de produção de sentido, passam a disputar o imaginário coletivo, produzindo contra-representações que rompem com os estigmas e afirmam outras formas de existir.

Ainda, no processo de construção de identidade, a memória assume papel fundamental. De acordo com Jacques Le Goff (1990), a memória não é um simples repositório do passado, mas um campo de construção ativa do presente, onde se escolhe o que lembrar, como lembrar e para que lembrar. Nesse cenário, a comunicação, ao produzir narrativas, também atua como curadora da memória coletiva, seja reforçando os esquecimentos estruturais, seja recuperando histórias soterradas pelo silêncio colonial. Ao dar visibilidade às lutas populares, às culturas ancestrais, às experiências de resistência e às vozes periféricas, os processos comunicacionais tornam-se instrumentos de afirmação identitária. Sem memória, não há identidade; e sem identidade, não há possibilidade de projeto comum. O reconhecimento do passado é, portanto, um ato de justiça e também de projeção de futuro.

É nessa direção que dialoga a sabedoria de Antônio Bispo dos Santos (2023), para quem a história não se organiza de forma linear, mas circular: “somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo” (SANTOS, 2023, p. 66). Essa perspectiva rompe com a ideia de ruptura total e abre espaço para pensar o tempo como confluência, isto é, como encontros entre experiências, saberes e memórias que não se anulam, mas se fortalecem na relação. Nesse sentido, comunicar também é confluir: é criar pontes entre sujeitos, territórios e narrativas, reconhecendo que o encontro entre diferenças pode produzir novos sentidos sem apagar as singularidades. Assim, a comunicação popular se afirma como prática de partilha, reconhecimento e ampliação das existências.

Dessa forma, construir uma identidade latino-americana não significa apagar as diferenças regionais ou homogeneizar os modos de vida. Pelo contrário: trata-se de reconhecer a pluralidade como potência e de articular, a partir dela, um sentimento de pertencimento comum. A comunicação, nesse sentido, tem a tarefa ética e política de representar essa diversidade de forma digna, crítica e situada. É preciso romper com a lógica colonial que exalta o que vem de fora e inferioriza o que brota do nosso chão; valorizar os saberes tradicionais, as línguas originárias, as estéticas dissidentes e as formas de vida comunitária é parte de um projeto comunicacional que informa e também forma, que se engaja para além de métricas de marketing.

O fortalecimento da identidade latino-americana passa, assim, por uma comunicação que se comprometa com os direitos humanos, com a justiça social e com a valorização dos territórios e das histórias locais, uma vez que comunicar pode transformar as estruturas, criando espaços de produção simbólica capazes de acolher e promover a diversidade de vozes que compõem a América Latina. Trata-se de comunicar para pertencer, de representar para existir, de lembrar para resistir!

Sendo assim, a integração continental não será resultado apenas de tratados ou blocos econômicos, se fará também nas tramas cotidianas da comunicação popular, nos conteúdos que circulam entre as favelas, as comunidades rurais, as aldeias, os quilombos, os coletivos urbanos, os movimentos sociais, as universidades públicas e os espaços culturais. Quando um projeto comunitário narra sua história com dignidade; quando uma jovem favelada compartilha sua estética como afirmação política; quando o design é usado para reencantar símbolos identitários... nesses momentos, estamos desenhando outra cartografia continental, mais afetiva, mais plural, mais justa!

Portanto, comunicar é um ato de pertencimento; é decidir, a cada narrativa, a qual América queremos pertencer. E, sobretudo, qual América queremos construir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- HALL, Stuart. *Cultura e representação. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.*
- LE GOFF, Jacques. *História e memória. Tradução de Maria Helena Rouanet. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.*
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras culturais em um mundo planetário: paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). Revista del CESLA, n. 8, p. 9-19, 2006. Varsóvia: Uniwersytet Warszawski.*
- SANTOS, Antonio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editorial/Piscagrana, 2023.*

TÚPAC AMARU II

A REVOLTA INDÍGENA CONTRA O COLONIALISMO ESPAÑHOL E SUA RESSONÂNCIA NAS LUTAS ATUAIS

João Arthur Ribeiro
Membro do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens

Tupac Amaru II nasceu com nome de batismo José Gabriel Condorcanqui Noguera, em 19 de março de 1738 em Surimana (Cuzco), antiga região colonial do Vice-Reino do Peru dominada pela Espanha, atualmente República do Peru e foi uma liderança indígena revolucionária que inspirou as lutas anticoloniais por emancipação em toda a América espanhola.

Descendente de uma proeminente família indígena, foi instruído por padres jesuítas, batizado na Igreja Católica e assumiu o título de Kuraka, liderança incaica, herdado de seu pai. No entanto, no período colonial, a função do Kuraka estava vinculada à coleta de impostos das pessoas e manutenção da ordem nas cidades sob sua autoridade, Tungasuca, Surimana e Pampamarca. Portanto, era uma liderança nativa legítima com privilégios, mas que muitas vezes favorecia a dominação espanhola.

Antes de se tornar um líder revolucionário, estudou na Universidade de San Marcos, na capital do Peru, Lima, onde obteve uma formação permeada pelas ideias iluministas, que contribuíram para que organizasse contra a metrópole espanhola uma insurreição indígena no Peru, contando também com apoio de parte da elite de criollos (descendentes de espanhóis nascidos na América) e dos mestiços desse país.

Na sua condição de Kuraka, reivindicou junto às autoridades coloniais que os indígenas fossem libertados do trabalho compulsório nas minas e contra o aumento de impostos oriundos, sobretudo, das chamadas reformas borbônicas (de Carlos III da dinastia dos Bourbon) que causavam endividamentos, dependência e submissão dos trabalhadores crioulos e indígenas. Todavia, as autoridades coloniais recusavam qualquer iniciativa que amenizasse a situação.

Nesse cenário, José Gabriel Condorcanqui Noguera e sua esposa Micaela Bastidas Puyucahua mobilizaram e organizaram milhares de insurgentes, a maioria indígenas, dando início a uma grande revolta em 1780 contra as forças coloniais

espanholas. Nesse mesmo ano o líder indígena se autodenominaria Tupac Amaru II, em referência ao último imperador Inca de mesmo nome, que foi executado pelos espanhóis em 1572 em Cuzco, nos períodos iniciais da colonização.

Micaela Bastidas por sua vez, por várias vezes comandou as tropas, mobilizava indígenas, mestiços, crioulos e afro-peruanos para lutarem a favor da independência peruana contra os espanhóis. Traçava estratégias de deslocamento dos revolucionários, administrava as provisões, os armamentos e administrava as terras liberadas pela revolução. Bastidas é frequentemente mencionada como melhor estrategista, mais ousada e radical em comparação a Tupac Amaru II.

A rebelião, que teve como ponto desencadeador a captura e morte do Corregedor e Governador do distrito de Tinta, Antonio de Arriaga, objetivava por um lado a superação das opressões coloniais densificadas pelas reformas bourbônicas e por outro lado a restauração do império inca pré-conquista, o Tahuantinsuyo.

Tupac Amaru II e Micaela Bastidas arregimentaram um exército multiétnico composto de crioulos, mestiços e indígenas e com estes obtiveram vitórias significativas, dentre elas a de Sangarará, todavia não conseguiram conquistar Cuzco e esse revés foi decisivo para a derrota do Movimento, captura, tortura e execução de Tupac Amaru II, Micaela Bastidas e as principais lideranças, em praça pública.

Bastidas teve a língua cortada e foi estrangulada. Seu filho mais velho, Hipólito, também foi assassinado. Por último, Tupac Amaru II teve seus membros amarrados a quatro cavalos incitados a correrem em direções opostas, mas não morreu. Então se ordenou a decapitação e partes de seu corpo foram enviadas e exibidas em outras regiões, como uma lição para quem desafiasse o poder colonial.

O legado de José Gabriel Condorcanqui, o Tupac Amaru II e de Micaela Bastidas, estende-se, no entanto, até os dias atuais como exemplo de ideais por uma luta anticolonial em defesa da nossa cultura e dos diversos povos latinos, inspirando movimentos ou partidos de esquerda em prol das soberanias dos países da América Latina que há séculos são vítimas de políticas imperialistas europeias e dos Estados Unidos.

A revolta indígena no Peru inspirou outras revoltas ou revoluções latino-americanas. Exemplos de lideranças revolucionárias como Augusto César Sandino (Nicarágua), Che Guevara, Fidel e Raúl Castro (Cuba) e Emiliano Zapata (México) são vistas como legado das lutas de Tupac Amaru II e de Micaela Bastidas por uma América Latina livre daqueles que ousam nos oprimir e subjugar.

Esses eventos históricos servem de referência à luta contínua pela integração latino-americana quando debatemos sobre soberania nacional,

luta anti-imperial e a liberdade de todos os povos da região, resguardando a autodeterminação de cada um. O fortalecimento da utopia concreta de uma integração latino-americana e caribenha passa, necessariamente, pelo conhecimento da nossa história e pela guarda e valorização da nossa memória.

Defender ideias de uma integração latino-americana é afirmar nossas origens lembrando um passado violento e triste quando o colonizador europeu explorou, saqueou, dizimou povos originários da nossa América Latina e Caribe e escravizou gente trazida da África, logo é uma tomada de posição nitidamente anticolonial. Mas também significa o enfrentamento e a superação do capitalismo e do imperialismo.

Sobre isso não podemos nos enganar. Falar de uma integração continental somente como uma “libertação” da colonialidade e não reconhecer a ligação profunda entre colonialidade e capitalismo, é um erro histórico-político. Assim como também é um erro dizermos que lutamos contra o imperialismo, mas não buscarmos meios de superação da própria ordem capitalista, quando o imperialismo é apenas uma versão mais dura e agressiva da lógica capitalista.

Afirmamos isso de modo mais enfático e urgente, sobretudo, num contexto de intensificação das intervenções estadunidenses na América Latina e Caribe. Seja por ameaças ou intervenções militares como a que ocorreu contra a Venezuela, seja por ações econômicas, como os tarifas recentemente implementados contra o Brasil e diversos outros países, seja pelo bloqueio criminoso contra Cuba, fica evidente a necessidade concreta de integração dos nossos povos em todas as esferas, cultural, política, econômica e belicamente.

Caminhamos para o final deste ensaio, ratificando o valor da história para a mudança. A trajetória, a luta e a morte de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas Puyucagua não podem ser vistas como algo distante afetiva, espacial e temporalmente. Elas dizem respeito a todos nós, como a vida e o legado de Allende, Zumbi, Fidel, Bolívar, Prestes e Olga, dentre tantas e tantos outros lutadores da nossa América Latina e Caribe. A história precisa ser contada e recontada, sempre afirmando, como escreveu Marx em seu 18 Brumário de Napoleão Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Tupac Amaru II e Micaela Bastidas Puyucagua fizeram sua própria história, construindo-a a partir da confrontação insubmissa com a história e a realidade concreta que viveram.

MULHERES: BASE DO SISTEMA E POSSIBILIDADE DE RUPTURA - CORPO, TRABALHO E PODER NA LÓGICA CAPITALISTA

Thaís Berdine
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

A pesquisa “Admixtures impact on Brazilian population evolution and health”, que tinha objetivo de mapear os impactos da miscigenação no DNA e na saúde da população brasileira, foi publicada na revista Science e feita por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). Uma das conclusões do trabalho é que no DNA mitocondrial (que só é herdado da mãe) há uma prevalência de ancestralidade indígena e africana; enquanto no DNA do cromossomo Y (que só é passado de pai para filho) predomina a ancestralidade europeia. Segundo os pesquisadores, isso demonstra um “acasalamento assimétrico” entre homens europeus e mulheres indígenas e africanas.

A partir desse fato, fica notória a violência do processo colonizador. É uma evidência genética que homens brancos europeus tiveram mais contato reprodutivo com mulheres indígenas e africanas do que os homens das suas próprias etnias. Durante a dominação do nosso território as mulheres com marcadores raciais eram vítimas de violência sexual, utilizadas como moedas de troca, dentre outros tipos de exploração e violências. Assim, fica evidente a marca dessa violência histórica na construção das estruturas do nosso DNA e não apenas isso, mas também na construção das nossas estruturas sociais.

Gênero além de ser uma construção social, também se constitui como um sistema de violência assim como raça e sexualidade. Esses modos de classificação e diferenciação dos sujeitos foram produzidos e organizados na Europa. Achile Mbembe, em Crítica da Razão Negra argumenta que a palavra raça era utilizada inicialmente para falar de animais. A raça é um dispositivo colonial que na modernidade é utilizada para instaurar essa posição de humano e não humano. Diferenças são transformadas em desigualdades. A sociedade de classe vai se valer dessas diferenças para se justificar. O capitalismo utiliza essas disparidades socialmente construídas para legitimar a sua estrutura, atribuindo características aos grupos sociais e, assim, justificando a

sua superioridade e a manutenção de privilégios. E é através dessas estruturas de poder que propomos estruturas de resistência e de luta.

Todo poder instaura em si uma resistência (Microfísica do Poder, 1978 de Michel Foucault). Reflete a ideia de que o exercício do poder, por sua própria natureza dinâmica e relacional, gera formas de oposição que impedem a sua total absorção ou domínio nas consciências individuais e nas práticas coletivas. Para Foucault, poder e resistência são inseparáveis; onde há uma dinâmica de poder, há também um espaço para que essa dinâmica seja contestada. Assim há possibilidade de influenciar a forma como o poder se manifesta e se transforma. Esses sistemas de violências apresentam falhas, rachaduras através das quais há oportunidade de se infiltrar e tentar implodi-los.

Silvia Federici, uma das principais autoras do feminismo marxista, em seu livro “Calibá e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, complementa as ideias de Marx sobre acumulação primitiva, destacando que o capitalismo não se estruturou apenas da concentração de terras e riquezas, mas também se apropriou de determinados sujeitos sociais para se estabelecer, explorando o corpo e o trabalho das mulheres.

A utilização das mulheres, especialmente do trabalho doméstico e reprodutivo não pago, foi essencial para garantir a força de trabalho barata e disciplinada que o capitalismo precisava, trabalho invisibilizado, mas essencial na engrenagem capitalista. No capitalismo as mulheres desempenham, pois, um papel central na lógica da reprodução material e simbólica do sistema, fornecendo as condições subjetivas e objetivas para que o trabalho produtivo, público e valorizado dos homens ocorra.

Federici amplia a noção de exploração para além da fábrica, mostrando que a produção e reprodução da vida também são terrenos de exploração do sistema. Dessa forma, o gênero é uma questão cultural, mas também passa a ser um elemento estrutural do capitalismo. A dominação das mulheres parte da base material do sistema.

Simone de Beauvoir em “O segundo sexo”, descreve a situação desse sujeito minorizado, a mulher em sua célebre frase: “suas asas são cortadas e, em seguida, ela é culpada por não saber voar”. Cria-se um sujeito subalterno em um sistema e depois culpam o sujeito que está subalternizado pela condição dele. Como implodir um sistema que determina papéis, modos de como a gente pode ser?

O legado de Marielle Franco, de outras que vieram antes e depois dela reside em nos lembrar de onde viemos, onde e como estamos e aonde queremos chegar. Ser resistência coletiva às barbáries do capital demonstrando suas contradições através de suas fissuras. Essas mulheres, assim como Olga Benário Prestes e Rosa Luxemburgo lutaram contra Estados totalitários, ditaduras e os poderosos economicamente desse planeta.

O Pontão de Cultura e Política Pátria Grande como um espaço de luta anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal, afirma seu compromisso de ombrear com todas as mulheres que lutam por justiça, igualdade e liberdade e presta especial reverência às camaradas feministas que não desconectam a luta das mulheres da luta contra a ordem do capital, tampouco da luta antirracista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 2 v.*
FEDERICI, Silvia. *Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.*

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. 288 p. Tradução de José Figueiredo.*
MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320 p. ISBN 978-85-66943-51-1.*

NUNES, Kelly; SILVA, Marcos Araújo Castro e; RODRIGUES, Maira R.; ...; HÜNEMEIER, Tábita. *Admixture's impact on Brazilian population evolution and health. Science, v. 388, n. 6748, p. eadl3564, 15 maio 2025. DOI: 10.1126/science.adl3564.*

A REVOLUÇÃO CUBANA COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA

Camile Abreu Aragão de Lima
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

O início da revolução cubana se dá em julho de 1953, conhecido historicamente como Movimento 26 de Julho (M-26-7), quando Fidel Castro, ao lado de Raúl Castro, Abel Santamaría, dentre outros, liderou o assalto ao Quartel Moncada, uma base de controle militar e repressão em Cuba, liderada pelo ditador Fulgencio Batista.

Nessa época, quase toda a economia cubana era controlada pelos Estados Unidos da América, o que tornava Cuba totalmente dependente deste. No nível político, Fulgêncio Batista mantinha um governo em alinhamento absoluto com os EUA. Cuba era um campo livre para a exploração e enriquecimento da potência imperialista; Havana, um centro de diversão, regado à prostituição, cassinos e forte presença da máfia; enquanto isso, a maior parte da população de Cuba vivia sob um governo ditatorial e extremamente repressivo, em pobreza extrema.

Fidel foi capturado pouco tempo depois do ataque, sendo levado a julgamento e condenado a 15 anos de prisão, juntamente com os jovens revolucionários que lutavam pela independência de Cuba. Dois anos depois de sua prisão, por pressão da população, é decretada anistia política à Fidel e ele vai para exílio no México, onde conhece o revolucionário Che Guevara, se apresentando para o mesmo como dirigente do M-26-7. A partir disso, Che adere ao movimento e, pelos próximos anos, intensificam-se, de forma clandestina, os estudos políticos, disciplina e táticas de guerrilha para o avanço da revolução.

Na tentativa de derrubar a ditadura de Batista, parte do M-26-7 desembarca em Cuba em 1956, e sofre uma quase aniquilação, restando poucos combatentes, entre eles Fidel, Raúl e Che, que se refugiam na famosa Sierra Maestra, região montanhosa de difícil acesso para o exército, além de ser um local marginalizado pelo Estado, habitado por camponeses pobres. Pode-se afirmar que um reflexo dessa estratégia era o fato de que tanto Fidel quanto Che eram leitores assíduos de Lênin, que enfatizava a importância da aliança com o campesinato para a revolução. Como afirma Lênin em “O proletariado e o campesinato”, em 1905:

“A questão do movimento camponês passou a ser vital agora não só por sua significação teórica, como também por sua própria importância para a prática imediata. Agora é preciso transformar nossas palavras-de-ordem gerais em apelos concretos do proletariado revolucionário ao campesinato revolucionário. Chegou o momento em que o campesinato atua como criador consciente de um novo regime da vida russa. E do grau a que se eleve sua consciência depende, em enorme medida, a marcha e o desenlace da grande revolução russa.”

Após chegarem em Sierra Maestra, os guerrilheiros constroem boas relações com os camponeses que passam a ajudá-los e, junto à disciplina e coletividade comunista, começam a criar escolas, montar postos de saúde, libertar territórios rurais que estavam sob controle militar governista e avançar para fora das montanhas, o que fortalece o Movimento 26 de Julho e enfraquece o governo ditatorial. Em 1 de janeiro de 1959, após perder apoio político, Batista foge de Cuba, sedimentando o triunfo do processo revolucionário cubano. Em 1961, Fidel incorpora o marxismo-leninismo como doutrina oficial de Cuba, declarando o caráter socialista da Revolução.

A revolução Cubana se deu pela combinação da teoria política alinhada à prática revolucionária, eliminando qualquer possibilidade de conciliação de classe, resultando na erradicação do analfabetismo no país, uma saúde pública e de qualidade e a libertação do povo cubano de um governo ditatorial.

“No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heróica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano. He aquí una misión digna de una generación nueva.”

O socialismo criado em Cuba nasce das condições históricas concretas latino-americanas, como criação heroica, como assinalava já em 1928, José Carlos Mariátegui no seu texto “Aniversario y Balance”, do qual extraímos o excerto acima. A Revolução Cubana que leva ao socialismo nasce como uma luta nacional e anti-imperialista, organizada a partir do campo, e forjada na prática revolucionária e na realidade continental.

O destino dos países latino-americanos, dentro da ordem capitalista, é de serem colônias, pois, historicamente, já chegam com atraso na economia capitalista internacional, na qual todas as primeiras potências já estavam definidas. A dependência econômica de Cuba vinha da herança colonial, com grande parte

da economia sendo controlada por capitais estadunidenses, especialmente, a monocultura da cana de açúcar. “À América do Norte capitalista, plutocrática, imperialista, só é possível opor eficazmente uma América Latina ibera, socialista”, disse Mariátegui. Portanto, a América Latina só pode se defender do imperialismo deixando de ser capitalista, pois isso significa garantir a soberania de seu povo, sua cultura e seu território, construindo uma sociedade socialista.

O exemplo heróico dos revolucionários que deram sua vida à causa socialista em Cuba influenciou diversas lutas pela América Latina, como a FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), que derrubou a ditadura de Somoza na Nicarágua em 1979. No campo da cultura, houve uma enorme expansão impulsionada pela criação da Casa de las Américas pela intelectual e revolucionária Haydée Santamaría. Fundada em Havana no ano de 1959, tornou-se uma das mais notórias instituições culturais em Cuba, promovendo arte e literatura especializadas em temas latino-americanos e caribenhos, tendo como princípio a integração do continente.

“La fundación en 1959 de la Casa de las Américas contribuyó a impedir el aislamiento cultural en los momentos más difíciles del bloqueo, y mediante diversas actividades como publicaciones, concursos, premios, festivales, exposiciones y encuentros de literatura, teatro, plástica y música, ha vinculado a la Revolución Cubana los sectores más progresistas de la intelectualidad latinoamericana y a latinoamericanistas de los países socialistas, manteniendo en el Continente el aliento de la Revolución Cubana. La Casa de las Américas constituye hoy el centro cultural más prestigioso de América Latina.”. Informe del Comité Central del Partido Comunista de Cuba al Primer Congreso de dicho Partido, Fidel Castro, (1975).

Portanto, a Revolução Cubana se mostra na história como um símbolo de resistência latino-americana pois, além de ter derrubado um regime que recebia apoio dos Estados Unidos, enfrentou diretamente o imperialismo resistindo ao bloqueio econômico e aliando-se à luta do campesinato, mostrando que é possível reorganizar sua sociedade em bases próprias e sustentar um projeto político soberano, apesar da violência imperialista.

“Em todos os países onde a opressão chegar a níveis insustentáveis, deve-se erguer a bandeira da Rebelião”, Ernesto Che Guevara.

SISTEMA DE EXCLUSÃO: A REALIDADE TRANS ENTRE A VISIBILIDADE E O CONTROLE.

Dandara Lima Bastos
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Por décadas, a população trans tem enfrentado entraves sistemáticos, vivendo entre a exclusão e a luta incessante por direitos básicos. Após incontáveis vidas ceifadas pela negligência institucional, pela intolerância e pelo ódio, algumas conquistas foram arrancadas a duras penas: o direito ao nome social, o acesso a ambulatórios especializados no Sistema Único de Saúde (SUS) e o reconhecimento legal da identidade de gênero. Mas, “se isso é estar na pior, o que quer dizer tá bem, né?” A realidade ainda é alarmante.

A população trans segue marginalizada em todos os aspectos da vida social. O acesso à educação continua um privilégio escasso. Ainda há uma alta evasão escolar entre pessoas trans; estimativas apontam que mais de 70% das pessoas trans e travestis abandonam a escola no Ensino Médio, reflexo do ambiente escolar hostil, e da ausência de suporte e cuidado familiar e institucional. Segundo a ANTRA (2024), apenas 0,2% dos estudantes das universidades federais são pessoas trans, revelando uma exclusão sistemática desses corpos nos espaços acadêmicos. Além disso, a pesquisa também aponta que menos de 3% das travestis e mulheres transexuais que chegam ao Ensino Médio conseguem concluir o ensino superior. Esses dados escancaram o processo contínuo de expulsão silenciosa e estrutural da comunidade trans do sistema educacional, tensionando-as para a margem.

O acesso à saúde, embora reconhecido como direito, é atravessado por burocracias e pelo despreparo de muitos profissionais, transformando o atendimento médico em mais um espaço de violência. Em 2025, o cenário entre direitos fundamentais e decisões médicas institucionais se intensificou com a resolução nº 2.427/2025 do Conselho Federal de Medicina, que restringe o uso de bloqueadores hormonais para crianças e adolescentes trans, eleva a idade mínima para início da hormonização para 18 anos e para cirurgias de afirmação de gênero para 21 anos.

A medida desconsidera evidências científicas e viola tratados de direitos humanos, sendo denunciada à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos pela ANTRA e pela ABGLT como um grave retrocesso e ataque à dignidade da juventude trans, reforçando a auto-hormonização, excluindo esses indivíduos do cuidado e atenção digna no sistema de saúde. No caso de pessoas Trans Masculinas, é de valia ressaltar seu apagamento dentro do campo científico, além do fato de que estudos acerca desta identidade serem quase escassos.

Além disso, o governo brasileiro segue sem implementar o PAESPop-Trans, programa construído com participação social e técnica para substituir o “Processo Transexualizador” por uma política pública mais ampla, atualizada e verdadeiramente respeitosa para a comunidade. Vale ressaltar que, em muitos casos, o mercado de trabalho é extremamente precarizado e, na segurança pública, o cenário é ainda mais cruel: o Brasil segue liderando no topo do ranking de assassinatos de pessoas trans, com índices que denunciam uma sociedade que se recusa a garantir o direito mais básico de todos - a vida.

A luta por visibilidade e direitos tem sido travada por diversas figuras históricas e contemporâneas. No Brasil, nomes como João W. Nery, primeiro homem trans a se submeter a uma cirurgia de redesignação sexual no país, Ariadna Arantes, primeira mulher trans a participar de um reality show nacional em rede aberta, ou Janaína Dutra, pioneira na luta LGBT e primeira travesti a possuir carteira da OAB, abrem caminhos para que outras existências trans fossem reconhecidas e respeitadas. Internacionalmente, figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera foram essenciais nos levantes de Stonewall e na organização de resistência queer nos Estados Unidos, demonstrando que a luta trans sempre esteve na linha de frente das batalhas pelos direitos LGBTQIAPN+.

No entanto, mesmo dentro das discussões progressistas, as pessoas trans seguem enfrentando o que Foucault já havia descrito. “Numa sociedade em que os elementos principais não são mais a comunidade e a vida pública, mas os indivíduos privados de um lado, e o Estado por outro, as relações só podem ser reguladas numa forma exatamente inversa ao espetáculo”. Ele aponta como os discursos de poder moldam e controlam identidades, e esse mecanismo se aplica diretamente à vivência trans. O Estado, ao conceder direitos de forma fragmentada e condicional, mantém um controle sobre os corpos dissidentes. A regulação das identidades trans através de processos médicos e jurídicos não apenas limita a autonomia sobre seus próprios corpos, mas também submete essas existências a um reconhecimento que

nunca é pleno, sempre dependente das engrenagens normativas da sociedade cisheteronormativa.

Junto a estas questões, é perceptível a disputa por performatividade de gênero dentro da comunidade, isto é reflexo do falso acolhimento do “sistema”, o sistema cis, que reforça e exige de forma velada um estereótipo binário de gênero.

Berenice Bento, em *O Que é Transexualidade?*, também problematiza essa regulação identitária, evidenciando como o sistema se aproveita das vidas trans para lucrar, seja através da indústria médica e farmacêutica que monetiza seus processos de transição, seja pelo fetichismo e consumo das suas imagens na mídia e na cultura pop, como denomina Paul B. Preciado em sua obra *Testo Junkie - Indústria farmacopornográfica*. O capitalismo, que se sustenta na exploração das diferenças e na marginalização das minorias, instrumentaliza as existências trans: ao mesmo tempo em que lucra com produtos e serviços voltados para essa população, continua negando-lhes condições dignas de vida.

A luta da comunidade trans é uma luta contra um sistema que se alimenta da desigualdade. A verdadeira inclusão não pode ser medida apenas pela presença de pessoas trans em espaços de poder ou pela concessão de direitos esparsos. É preciso questionar a própria estrutura que mantém a transfobia como engrenagem funcional do capitalismo, tornando corpos trans descartáveis para a sociedade, mas lucrativos para seus mercados.

A partir deste campo questiona-se: visibilidade, sem transformação real, pode ser considerada uma nova forma de controle à comunidade trans?

PELA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA, ONTEM E HOJE

João Arthur Ribeiro
Membro do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens
Joan Rocha
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Em 1º de abril de 2025, completam-se 61 anos do golpe civil-militar, evento que deu início a uma das fases mais sombrias da história brasileira. O golpe de 1964, articulado por setores das elites econômicas e conservadoras, a grande mídia e militares, com o apoio explícito dos Estados Unidos da América, instaurou um regime autoritário que cerceou liberdades civis, perseguiu, torturou e matou opositores políticos e assegurou a manutenção da exploração capitalista periférica em nosso país, sob a alegação de manutenção da “segurança nacional” e enfrentamento do comunismo.

Importante destacar quatro aspectos, dentre vários importantes, sobre o golpe de Estado de 1964 que depôs João Goulart.

Em primeiro lugar, este golpe já se ensaiava desde 1961, no contexto da posse do presidente João Goulart. A classe política hegemônica, os empresários e setores conservadores o viam com desconfiança pela proximidade deste com o sindicalismo e tentaram obstaculizar sua posse.

Em segundo lugar, a oposição ao governo Goulart se intensifica a partir das Reformas de Base propostas pelo mesmo. Um programa que criava uma agenda de debate a respeito de entraves estruturais da sociedade brasileira, dentre elas: a reforma agrária, tributária, eleitoral, bancária, urbana e educacional.

Em terceiro lugar, é fundamental ratificar a participação central dos principais meios de comunicação à época para a execução e manutenção do golpe, dentre eles a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil e o Globo. Este último, em seu editorial de 2 de abril de 1964, estampava a manchete “Ressurge a Democracia”. Roberto Marinho celebrou entusiasticamente o golpe militar em seu jornal: “salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares que os protegeram de seus inimigos”.

Em quarto lugar, e aspecto importantíssimo para o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, assinalamos o apoio dos Estados Unidos da América ao golpe, assim como fez em vários países latino-americanos. Esse apoio passou pelo apoio financeiro a políticos brasileiros pró-EUA nas eleições de 1962, financiamento de institutos de caráter conservador como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que produziam conteúdos para a desestabilização do governo Goulart e a garantia de apoio militar e logístico para os golpistas através da operação Brother Sam que chegou a ser deflagrada com envio de um navio-tanque, de um porta-aviões, quatro destróieres, além de 110 toneladas de armas, dez aviões de carga e seis caças. A ação só não foi executada de fato, pois o golpista general Castelo Branco informou ao embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, não necessitar mais do apoio.

O tema da participação dos Estados Unidos da América nos preparativos e como fiadores do golpe é especialmente importante para nosso Pontão, considerando que a ação imperialista *ianque* em países de todo mundo não alinhados aos seus interesses, é histórica e contínua. Seja por vias bélicas, propaganda, embargos econômicos, financiamento direto a golpes ou a organizações e pessoas que desestabilizam governos nacionais, os Estados Unidos da América pôs suas digitais em todos os golpes e na manutenção dos mesmos, ocorridos em toda a América Latina e Caribe. Os assassinatos, torturas, desaparecimentos, todo sofrimento vivido e sangue derramado em nossa América Latina e Caribe por pessoas que ousaram lutar pelo bem comum, desde o século passado até hoje, têm sim as digitais do imperialismo estadunidense.

Nada disso pode ser esquecido. Não podemos esquecer eventos como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), por exemplo. Decretado em 1968, este representou o ápice autoritário do projeto golpista de 64. Os direitos civis foram suspensos, o Congresso Nacional foi fechado e a censura foi amplamente implementada. As perseguições políticas, prisões arbitrárias e a tortura tornaram-se práticas institucionais. O AI-5 simbolizou a institucionalização da violência estatal e o silenciamento de qualquer dissidência. Também não podem ser esquecidas as milhares de pessoas mortas, desaparecidas e torturadas, mulheres, homens, negros, brancos, indígenas, LGBTQIAPN+, crianças, adolescentes, estudantes, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade.

E por que é tão importante não esquecer?

A ascensão do autoritarismo protagonizado por Bolsonaro responde essa questão. Marcados por um discurso abertamente nostálgico em relação à ditadura, Bolsonaro e a extrema direita representam a continuidade simbólica e política do autoritarismo protagonizado pelos setores mais conservadores e reacionários nacionais. Setores que elogiam torturadores, identificam-se com o imperialismo estadunidense e imploram por um golpe de Estado. Setores que negam direitos, atacam a liberdade de expressão e atentam contra até mesmo o conivente sistema democrático burguês, organizador da desigualdade.

Mas estaríamos equivocadas/os se pensássemos que se trata somente de uma continuidade simbólica e política do autoritarismo. A tentativa de golpe de Estado de 2023 explicita nitidamente uma continuidade material com participação significativa de militares e também de civis, como outrora ocorreu em 64, todavia com uma envergadura, organização e redes de apoio muito menores.

Em 2024 desdobramentos das investigações da Polícia Federal descobriram a trama golpista com objetivo de assassinar o presidente Lula e seu vice Geraldo Alckmin, eleitos em 2022 e, também, com o mesmo propósito contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, devido ao seu trabalho jurídico no combate às *fake news* disseminadas por grupos bolsonaristas e outras ações que estão sob sua responsabilidade, como por exemplo, os eventos de 8 de janeiro.

Nesse começo de ano, as denúncias contra Bolsonaro e outros aliados seus, envolvidos no crime, foram entregues pela Procuradoria Geral da República ao STF que, por sua vez, tornou Bolsonaro réu pelo plano criminoso junto com mais 7, sendo 5 militares que, pela primeira vez na história, viraram réus julgados pela Suprema Corte.

Fazendo um arco entre o Brasil e toda América Latina, a situação de 1964 se aplica a outros países da região, conforme aconteceu no golpe de estado em 11 de setembro de 1973, no Chile, onde foi empossado o ditador Augusto Pinochet que permaneceu no poder por 17 anos ou na Argentina, no dia 24 de março de 1976, quando se formou o Processo de Reorganização Nacional que controlaria o país até 1983 sob várias violações de direitos humanos, chegando a tirar 30.000 vidas.

Chamamos atenção para esses dois exemplos de ditaduras, pois ao final delas houve punição severa aos militares condenados por crimes contra humanidade, algo que não aconteceu no Brasil pós-redemocratização durante

a, então, Nova República. As consequências dessa impunidade foram o negacionismo sobre o nosso período autoritário, o ódio aos princípios do Estado Democrático de Direito e milhares de brasileiras/os que até hoje clamam por intervenção militar do governo estadunidense.

Neste século 21, os Estados Unidos tal qual o Ocidente no geral, não mais promovem de maneira evidente, invasões aos seus países-alvo, como primeira tentativa; as investidas se iniciam com sanções econômicas e manipulação nos veículos de imprensa para que a população daquele país-alvo se revolte com seu governo. No entanto, quando acontece do governo ameaçado demonstrar resistência com apoio de seus aliados, os Estados Unidos partem para colocar seu exército, aeronáutica e marinha em posição de ataque para uma eventual invasão, o que em muitas situações de tensão geopolítica acaba acontecendo.

Ditas estas considerações, deve-se reforçar com urgência a defesa da democracia brasileira para que o passado não se repita, para que não ocorram nunca mais perseguições sistemáticas seguidas de tortura ou assassinato contra quem pensa diferente politicamente. Precisamos lutar sempre pela liberdade de imprensa e de expressão ao mesmo tempo que devemos ficar atentas/os quando a imprensa tenta manipular a população.

Ditadura nunca mais!

Tortura nunca mais!

Sem Anistia para golpistas!

Socialismo para toda América Latina ou barbárie!!!

DO PRIMEIRO DE MAIO ÀS LUTAS DE HOJE

Dandara Lima Bastos

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

O Primeiro de maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora (a,e), não é uma data de celebração vazia. Sua origem está enraizada nas árduas e históricas lutas da classe trabalhadora por condições dignas de existência. A luta que hoje muitos tentam romantizar, foi arduamente forjada na combatividade das greves, nas batalhas contra jornadas esgotantes de trabalho e por corpos violentados pela repressão estatal e patronal. Não há como falar deste dia sem reconhecer que ele nasce da resistência frente a um sistema que desde sempre tentou submeter vidas ao lucro a qualquer custo.

Refletindo sobre essa data e nos relatos de vida da Conceição Evaristo, fui atingida por uma verdade que sempre esteve diante dos meus olhos: a vida de minha mãe foi inteiramente sequestrada pelo trabalho servil. Quando ainda era criança, precisou trocar sua infância que deveria ter sido espaço de brincadeira, aprendizado e afeto, por um prato de comida e um lugar para dormir. Na adolescência, virou babá, cuidava dos filhos da patroa, enquanto mantinha a casa em ordem. Na fase adulta, seguiu como diarista, limpando a sujeira alheia para garantir o sustento e a educação dos seus próprios filhos.

Mas não basta apenas trabalhar para sobreviver, como alerta Bell Hooks; o olhar colonizador ensina à mulher negra que ela deve agradecer por existir ali, como se a presença em espaços de branquitude fosse uma concessão. Assim como minha mãe, que carrega consigo a concepção do “favor”, como se devesse a vida aos seus patrões, devendo agradecer pelas oportunidades de servir.

A lógica cruel da servidão não se encerra no cansaço físico, ela se infiltra nas subjetividades, moldando a percepção de valor e dignidade. Como os pensadores Emicida e Drik Barbosa cantam em “Semente”, criança não é para trabalhar, - e eu adoraria que a infância da minha mãe tivesse sido poupada da cozinha dos outros. Essa canção carrega o peso de gerações que tiveram e têm suas existências mutiladas para alimentar as engrenagens do capital, que são injustas e sem garantia de sobrevivência.

As mulheres, em especial as mulheres negras, indígenas, trans, pobres e periféricas, sempre trabalharam. No entanto, sua presença no mundo do trabalho é marcada pela desvalorização e pela subalternização. Os serviços domésticos, ocupados majoritariamente por essas mulheres, são vistos como naturais, quase invisíveis, como se o cuidado, a limpeza, a manutenção da vida fossem tarefas que brotam espontaneamente, sem exigir técnica, esforço ou reconhecimento. Mesmo fora dos lares, nas fábricas, nos comércios, nos serviços terceirizados, essas mulheres seguem sendo a mão de obra mais precarizada, facilmente descartável, sempre a primeira a ser explorada e a última a ser reconhecida.

Em outro contexto, essa exploração assume novas roupagens, como o caso de motoristas de aplicativos e os entregadores que têm suas 24 horas, por vezes, sucumbindo ao esgotamento; atendentes de call centers vivem sob a pressão constante de metas inalcançáveis, costureiras e trabalhadoras informais produzindo em condições insalubres sem qualquer garantia de cuidado, secretárias do lar ou diaristas vivendo rotinas abusivas e exploratórias. A lógica é a mesma: alta produtividade, baixos salários, ausência de proteção social e uma constante sensação de descartabilidade.

Com o tema “Trabalho Escravo Contemporâneo e Direitos Fundamentais: Uma análise da proteção constitucional brasileira com foco nas trabalhadoras domésticas”, Mirtes Renata se forma com nota máxima no curso de Direito. Mirtes é uma mulher negra que foi vítima do sistema que tira do mais pobre. Teve sua vida marcada pela violência de classe e raça quando, durante a pandemia, foi obrigada a trabalhar e levar seu filho Miguel, de apenas 5 anos, que caiu do 9º andar de um prédio de luxo no Recife, após ser deixado no elevador pela ex-patroa Sarí Corte Real.

Essa lógica de exploração brutal se perpetua na vida das pessoas que trabalham sob o regime de escala 6x1, seis dias de trabalho exaustivo para um único dia de descanso, um tempo de descanso muitas vezes consumido por tarefas domésticas e cuidados familiares que sequer dão margem à necessária recuperação física para suportar a próxima semana de labuta. Quem trabalha sob essas condições, mal consegue experimentar a vida para além do trabalho. A semana inteira se resume a trabalhar, comer e dormir, enquanto o dia de folga é, na prática, apenas uma preparação para a próxima jornada.

Essa realidade brutal que assola os lares e as comunidades é traduzida de forma visceral por Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo. A autora

escancara como a exaustão, o silenciamento e a fome da classe trabalhadora negra sustentam os luxos da “casa de alvenaria”.

Os dados oficiais provam que a herança escravocrata segue ditando a nossa estrutura social e econômica. Segundo o balanço de 2025 da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), o Brasil resgatou 2.772 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Desse total alarmante, 83% são pessoas negras (pretas ou pardas). Evidenciando uma mudança de cenário, 68% desses resgates ocorreram no meio urbano. O trabalho doméstico, a base histórica dessa pirâmide de servidão, foi alvo de 122 ações específicas que resultaram em 34 trabalhadoras resgatadas no ano de 2024. Como canta Chico César, “Deus me proteja de mim e da maldade de gente boa”, uma reflexão cirúrgica sobre a elite que se autodenomina “cidadã de bem” enquanto mói nossos corpos e, como no caso de Mirtes, subalterniza nossas dores. No entanto, o conformismo tem sido rompido aos poucos. Em 2025, o Brasil registrou um recorde histórico com 4.515 denúncias de trabalho escravo no Disque 100, um aumento de 14% em relação ao ano anterior. A visibilidade dessa dor exige de nós uma ação concreta e contínua. Denunciar a exploração e as condições degradantes é um dever coletivo e pode ser feito de forma absolutamente segura e anônima através do canal Disque 100 ou do Sistema Ipê (pelo telefone 158).

No Dia do trabalhador e trabalhadora, é essencial resgatar o verdadeiro sentido da data: a luta por emancipação. Não se trata apenas de reivindicar melhores condições de trabalho, mas de questionar a própria lógica que naturaliza a exploração e a desigualdade. Não há dignidade possível enquanto o trabalho for organizado para oprimir, silenciar e roubar vidas. É necessário sonhar e construir novos mundos possíveis, um mundo onde a infância das nossas mães e dos nossos pais seja respeitada, onde o trabalho esteja a serviço da vida, e não o contrário, onde a dignidade não seja privilégio, mas direito de todos. Que nossa memória e nossas lutas sigam vivas!

COMEMORAR OU PRANTEAR E LUTAR?

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenador do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
Fábrica de Imagens

Em 13 de dezembro de 2024, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), também conhecida como a bancada do boi, anunciava seu apoio a Davi Alcolumbre (União-AP) para presidência do Senado Federal brasileiro. Na época, o presidente da FPA, o deputado Pedro Lupion (PP-PR), comemorava a chegada de dois aliados às presidências do Senado, com Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados com Hugo Mota (Republicanos-PB), afirmando: “Ambos são membros da FPA, ambos participam das nossas discussões e acho que vão conseguir dar uma celeridade maior para essa pauta”. Nesse contexto, a principal reivindicação da FPA era, exatamente, o licenciamento ambiental.

Com menos de quatro meses na presidência no Senado Federal, Davi Alcolumbre comanda a aprovação do Projeto de Lei 2.159/2021, o “PL da Devastação” que institui a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA). Como registro, recordemos que esse PL fora apresentado, originalmente, há quase duas décadas, mas graças a atual presidência, uma maioria ruralista estabelecida no Senado, a relatoria da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura no governo Bolsonaro e uma das principais articuladoras do agronegócio, e a impotência do governo federal nesse cenário, o PL da Devastação foi aprovado por acachapantes 54 votos a 13.

Em um brevíssimo resumo, segundo o Instituto Socioambiental (ISA) o PL, que retornou para a Câmara dos Deputados, se aprovado poderá atingir mais de 3 mil áreas protegidas, incluindo terra indígenas e quilombolas; causar desmatamento de uma área equivalente ao do estado do Paraná; intensificar o desmatamento da Amazônia; comprometer as metas climáticas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris; elevar o risco de desastres socioambientais, como os das cidades de Brumadinho e Mariana; e fragilizar drasticamente a política de licenciamento ambiental pela ampliação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC). Sobre esse último ponto, dos mais criticados, constitui-se como uma forma de “autolicensing por autodeclaração” do próprio empreendedor, pelo qual este se compromete a cumprir regras estabelecidas, sem a necessidade de análise prévia aprofundada.

No Ceará, de onde escrevo, conquistamos entre 2018 e 2019, quando foi sancionada, uma lei que livrava nosso estado dos males da pulverização aérea de agrotóxicos em todo território cearense. De autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE) e co-autoria do então deputado estadual Elmano de Freitas (PT-CE), a Lei José Maria do Tomé homenageava o agricultor e lutador social assassinado em abril de 2010 em Limoeiro do Norte, sertão cearense. O motivo do assassinato? Lutar contra a pulverização aérea de agrotóxicos na Chapada do Apodi que contaminava a população e as águas da região. O estado do Ceará foi o primeiro a aprovar uma lei com essa natureza.

No entanto, no final de 2024, o agora governador Elmano de Freitas sancionou outra Lei, de autoria do deputado estadual Felipe Mota (União Brasil) autorizando a pulverização de agrotóxicos por drones no Ceará. A Lei tramitada em regime de urgência e aprovada em menos de 15 dias jogou por terra a memória de José Maria do Tomé, restabeleceu o “direito” do agronegócio de poluir e envenenar pessoas e a natureza em nome de mais acumulação de riqueza e demonstrou, mais uma vez, duas coisas: 1) direitos conquistados pelas classes trabalhadoras, subalternizadas estarão sempre ameaçados, sobretudo, se ousarem arranhar os interesses do capital; 2) o Estado contemporâneo como criação da revolução burguesa, majoritariamente, permanece sendo, como diriam Marx e Engels um pequeno comitê para a administração dos interesses da burguesia.

Hoje 5 de junho, dia do Meio Ambiente, data definida pela ONU em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o mesmo tema e na qual se produziu e publicou a Declaração de Estocolmo, desejávamos mesmo comemorar a natureza, o bem comum, um caminho trilhado, compartilhado em defesa e afirmação da nossa Casa Comum, nossa mãe Terra, mas há muito mais para prantear e lutar e lutar mais.

É importante ratificar nesse dia que não há como cuidar realmente do nosso planeta sem uma ruptura como o sistema de produção e reprodução de mercadorias, de exploração e de acumulação infinita. É profundamente falsa qualquer ideia de resolução dos problemas ambientais através da incorporação de atitudes individuais, alternativas de desenvolvimento, economias circulares e coisas do gênero. Ações paliativas, analgésicas, administradoras do caos. Nada dessas ideias aplaudidas por parte dos Estados, grande mídia, empresários e banqueiros, dentre outros, toca no fundamental, a geração de populações inteiras empobrecidas ou relegadas a uma condição de miséria

por um sistema que continua a extrair toda força, todo o tempo, toda a vida de humanos e não humanos.

A terra foi a primeira fronteira a ser explorada e maltratada pelo capital e continua sendo, bem como, os corpos que nela habitam. Os dois casos recentes que comentamos acima revelam isso. E, por toda América Latina, as lutas pela defesa da natureza e dos territórios continuam enfrentando as estruturas que ainda fazem sangrar as veias do nosso continente. Segundo a organização internacional “Global Witness”, em 2020, sete entre os dez países com mais defensores ambientais e da terra assassinados eram latino-americanos.

O Pontão de Cultura e Política Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira compreende que a luta por pela defesa da natureza, ou como diria Enrique Dussel, pela perpetuação da vida na Terra numa perspectiva do bem comum, não pode ser separada da luta contra o capitalismo e todas as outras lógicas e estruturas de barbárie produtoras de exploração e morte.

COMENTÁRIOS SOBRE TRABALHO, EMANCIPAÇÃO E CULTURA

Christiane Ribeiro Gonçalves

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenadores do Pontão de Cultura Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens

Ontem comemoramos o dia do trabalhador e da trabalhadora na rua. E nesse dia 02 de maio, ainda respirando os ares e sentindo o clima do ato do dia anterior aqui em Fortaleza, nós da Fábrica de Imagens e do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira ratificamos nosso compromisso com a tarefa de contribuir para a construção de uma sociedade na qual o produto de todos os processos de produção e reprodução de riquezas materiais e simbólicas, possa ser acessado por quem de fato as produz e por todas e todos que dele necessitem para ter vida digna.

Ratificamos também que não é possível pensar em um processo de integração latino-americana sem que este esteja intimamente ligado a processos de emancipação humana que objetivem a ultrapassagem do sistema de exploração, expropriação e opressão que garante a acumulação de riquezas para um punhado de pessoas e famílias e gera miséria, guerra, fome e morte para a absoluta maioria das e dos demais que habitam esse planeta que agoniza por essa mesma sanha acumulativa.

Considerando que para além das formas econômicas, jurídicas e coercitivas, é através da produção cultural, como produção de subjetividades (de significados, valores e mesmo de afetos) que esse sistema se mantém ideologicamente contra toda a realidade material vivida de brutal desigualdade e ausência de perspectivas concretas, os Movimentos de Cultura Viva ou Cultura Viva Comunitária podem desempenhar um importante papel no esforço de desnaturalizar, historicizar, e, portanto, desvelar os violentos mecanismos de produção capitalista.

Mas isso não somente por um exercício político-teórico. Talvez, sobretudo, pelas vias do sensível, do estético, do artístico, do poético, das infinitas combinações possíveis de notas, ritmos, melodias, cores, luzes, sombras, memórias, performances, enfim, de corpos em movimento. Vias essas que nos

afetam, que nos ensinam, desarmam-nos ou mesmo nos desorientam, mas, sobretudo, convidam-nos a observar o real com outras lentes e desde outras perspectivas diferentes daquelas hegemônicas as quais fomos “adestrados” a observar, interpretar e experienciar o mundo, a vida.

O Cultura Viva como Movimento Político e Cultural pode se configurar como campo importante para promoção da emancipação de homens e mulheres desse sistema desumanizante e para contribuir para processos de integração, sem incorrer na tentação de homogeneizar, pasteurizar culturas. No entanto, é necessário que se faça carne nesse organismo a dimensão estético-política anticapitalista como pré-condição de começarmos a falar com o mínimo de seriedade em construir o bem comum.

Necessárias e importantes se constituem à integração latino-americana as perspectivas territoriais, o tema das identidades, a noção do comunitário, mas tudo isso é construção que pode ser operacionalizada, agenciada, vilipendiada, despotencializada, descaracterizada pelo do sistema para nos dividir e melhor nos controlar. Todos esses elementos, ou conceitos, são prático-discursivos e sua forma e conteúdo dependerá dos ditos e dos não ditos hegemônicos construídos sobre esses temas e de sua capacidade de se capilarizar e influenciar o real, enquanto o vivido material e simbolicamente nos territórios e nas comunidades.

Nenhuma dessas noções, portanto, terá um caráter efetivamente emancipador, sem que se tenha nítido que sem a alteração das estruturas e dos mecanismos que mantêm o sistema de classes, trabalhadores/trabalhadoras e patrões continuarão existindo e com eles o ciclo de exploração-acumulação.

Necessário, imprescindível é também estarmos atentas e atentos e incidirmos nas dimensões, ou estruturas, que organizam, hierarquizam e conferem sentido “legítimo” às desigualdades de gênero, sexualidades, raça, deficiência, dentre outras. Nossos problemas não se resolverão somente pelo econômico! Todavia, mais uma vez, lidarmos com essas dimensões estruturais da vida em sociedade as desconectando do modo como o capitalismo produz e se reproduz, é um equívoco tremendo, a não ser que o desejo do ativista ou do Movimento não seja de fato mudanças estruturais, mas somente arranjos para contribuir com a administração, a gestão do caos, inerente à ordem do capital.

Dito de outro modo, as lutas anticapitalistas, anticoloniais, antirracistas, antipatriarcais, anticapacitistas, antiantropocêntricas não são lutas isoladas e se as enfrentamos sem a perspectiva de totalidade, isso só reforça o sistema.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, de todas as raças, gênero e sexualidades, aqueles e aquelas que com seus braços e seus afetos se esforçam para construir um mundo bom para se viver é, e sempre será, coletiva.

A máxima de Marx, portanto, continua atual, necessária e incontornável, “trabalhadores de todo mundo, uni-vos”.

PÃO E ROSAS

Christiane Ribeiro Gonçalves
Coordenadora do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens

A cada ano, no 08 de Março – Dia Internacional da Mulher –, quando nós mulheres somos convidadas a discorrer sobre a data, costumamos colocar no centro das discussões as bandeiras de luta que temos levantado diuturnamente.

No entanto, anterior a esse debate, muitas vezes fagocitado pela lógica liberal, é importante e necessário que nos reportemos ao contexto histórico em que surgem as lutas das mulheres na contemporaneidade e que resultaram na criação do Dia Internacional da Mulher. Quem? Quando? Onde? Por que? Olvidando-nos da história, perdemos o sentido original da luta e nos tornamos vulneráveis às armadilhas liberais que, ideologicamente, distorcem, fragmentam e superficializam nossas lutas.

O 8 de março é uma produção histórica da luta de mulheres trabalhadoras socialistas, comunistas e anarquistas. É uma data revolucionária onde se explicita flagrantemente a divisão social de classes e, nesta, a exploração ainda mais dura que sofrem as mulheres no sistema capitalista.

A partir da síntese de uma série de eventos iniciados no começo do século XX, destaco três:

1. O II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em 1910 em Copenhague, no qual Clara Zetkin, jornalista e política marxista alemã, Alexandra Kollontai, líder revolucionária russa e teórica do feminismo marxista e outras camaradas, propuseram a criação de um Dia Internacional da Mulher sem, entretanto, estipular uma data específica;
2. A greve deflagrada por, aproximadamente, 90 mil mulheres operárias das indústrias de Petrogrado, então capital russa no dia 08 de março de 1917 (23 de fevereiro segundo o calendário Juliano, adotado pela Rússia até então), na qual protestavam contra o czar Nicolau II, contra as más condições de trabalho, a fome e a participação do país na Primeira Guerra Mundial. Este evento de mulheres batizado de “Pão e Rosas” precipitou a Revolução no mesmo ano;

3. E a Conferência das Mulheres Comunistas, em 1921, na 3ª Internacional Comunista, na qual Alexandra Kollontai propôs e foi aprovada a comemoração do Dia Internacional Comunista das Mulheres a partir de 1922, celebrado sempre nos dias 8 de Março em homenagem às mulheres operárias de Petrogrado.

Toda essa história, por um processo de invisibilização e falseamento, foi “esquecida” em prol de um mito criado em torno de uma greve de mulheres em Nova Iorque, em 1857, na qual teriam morrido 129 operárias queimadas vivas.

Somente na década de 70 a ONU decreta a Década da Mulher (1975-1985) e em 1977 a Unesco ratifica a data de 8 de março como Dia Internacional da Mulher, no entanto repetindo a versão mítica das 129 mulheres queimadas vivas, desconectado das lutas reais de mulheres socialistas, comunistas e anarquistas na Europa, Rússia e nos próprios Estados Unidos da América.

Na versão ONU, todo o espírito revolucionário, de mudanças realmente estruturais para todas e também todos, é esvaziado. A centralidade da luta por uma sociedade sem classes, sem exploração, sem acumulação, distributivamente justa, material e simbolicamente é fragmentada em infinitas pautas, todas importantes, mas contaminadas pela lógica liberal e capitalista. Em outras palavras, a ONU se propõe a melhorar a situação das mulheres sem intervir nas relações materiais de produção e reprodução do sistema capitalista, no qual as mulheres historicamente têm sido sempre as mais exploradas. Ou seja, um trabalho paliativo que cuida das feridas, sem cuidar da doença. O que temos denominado de administração do caos.

Ainda que o capitalismo e suas ciladas insistam em transformar a data numa oportunidade pontual de homenagens e felicitações e alavancar o comércio com presentes e outros “mimos” normalmente oferecidos nos mais diversos espaços, sobretudo os com grande circulação de mulheres, os movimentos feministas críticos se mobilizam em difundir o real significado de luta desta data.

É preciso promover uma leitura de classe da situação das mulheres e seus desdobramentos no campo das violências, do acesso à educação e saúde de qualidade e de forma gratuita, da segurança pública, do respeito à pluralidade religiosa, étnico-racial, da garantia dos direitos reprodutivos e sexuais e da

autonomia sobre nossos corpos, direito à terra, à moradia e à soberania alimentar, trabalho digno e da participação no espaços políticos de decisão.

Se aqui no Brasil traremos às ruas nossas vozes contra as guerras (verdadeiros genocídios no mundo, nas áreas rurais e nas periferias), contra o racismo, contra as violências, pela legalização do aborto, por democracia, por justiça climática, sem anistia para os golpistas, contra as privatizações, contra a escala 6x1, pela taxação das grandes fortunas, na nossa América Latina e Caribe não é tão diferente a trajetória de lutas, a exceção de alguns temas específicos.

Nós mulheres latino-americanas e caribenhas estamos conectadas, sobretudo de forma mais contundente agora, contra o avanço da extrema-direita e seus impactos negativos nas nossas vidas, nos nossos corpos e na soberania dos nossos povos. Lembremos das revolucionárias, marxistas, operárias e intelectuais, socialistas, comunistas e anarquistas que nos legaram o caminho que hoje trilhamos.

Vamos à luta, companheiras! Chega de silenciamentos! Vamos mostrar que, sim, ainda estamos aqui, de punho erguido, com palavras de (des) ordem.

O outro lado nos quer derrotadas, cansadas, tristes; estaremos firmes, atentas, fortes e sorrindo! Vamos cantar! Revolução se faz com indignação e alegria também. Vamos esperar, pois assim nos nutrimos para as lutas que ainda virão.

Vamos nos inspirar e sermos inspiração. Não paramos, porque nossa ancestralidade não ousou parar! Vamos nos abraçar! Afeto é cura em meio a tantas injustiças. E como disse Paulina Chiziane, escritora moçambicana, “dançar a derrota do meu adversário, dançar na festa do meu aniversário, dançar sobre a coragem do inimigo, dançar no funeral do ente querido, dançar à volta da fogueira na véspera do grande combate... dançar é orar, eu também quero dançar. A vida é uma grande dança.” Vamos dançar também!!

O REVOLUCIONÁRIO COMO SUL

Marcos Antonio Monte Rocha
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
João Arthur Ribeiro Gonçalves
Fábrica de Imagens
Maria Eugenia Romero Garcia
Movimento Cultura Viva Comunitária Cuba / EAC

“Revolución es sentido del momento histórico; es cambiar todo lo que debe ser cambiado; es igualdad y libertad plenas; es ser tratado y tratar a los demás como seres humanos; es emanciparnos por nosotros mismos y con nuestros propios esfuerzos; es desafiar poderosas fuerzas dominantes dentro y fuera del ámbito social y nacional; es defender valores en los que se cree al precio de cualquier sacrificio; es modestia, desinterés, altruismo, solidaridad y heroísmo; es luchar con audacia, inteligencia y realismo; es no mentir jamás ni violar principios éticos; es convicción profunda de que no existe fuerza en el mundo capaz de aplastar la fuerza de la verdad y las ideas. Revolución es unidad, es independencia, es luchar por nuestros sueños de justicia para Cuba y para el mundo, que es la base de nuestro patriotismo, nuestro socialismo y nuestro internacionalismo.” – Fidel Castro.

Com esse escrito, sugerido pela camarada Maria Eugenia Romero do Movimento Cultura Viva Comunitária de Cuba e da Equipe de Acompanhamento Continental CVC (EAC), iniciamos esse artigo das nossas Notas Continentais alusivo ao maior evento político latino-americano e caribenho do século XX e que permanece vivo nos corações e mentes de quem luta por justiça para Cuba e para o mundo todo.

No dia 1 de janeiro a Revolução Cubana completou 66 anos com a derrubada da ditadura de Fulgencio Batista, aliado do governo estadunidense. Entre as principais lideranças estavam os irmãos Fidel e Raúl Castro, Camilo Cienfuegos, e o argentino Ernesto (Che) Guevara. Essa prodigiosa revolução ocorrida naquela pequena ilha caribenha, separada por apenas 150 km dos EUA, despertou grande atenção política, social e cultural pelo mundo, em especial entre as esquerdas latino-americanas, inspirando outros povos a se rebelarem contra as injustiças e explorações a eles submetidas por suas classes dominantes.

Após a vitória revolucionária, duas das primeiras medidas tomadas foram a estatização de empresas estrangeiras e a reforma agrária, como estratégia de acabar com a dependência econômica da ilha frente ao imperialismo ianque. Com isso e num contexto de Guerra Fria, inicia-se o embargo econômico desumano, criminoso imposto pelos EUA até os dias atuais. Todavia, à revelia, mas pagando um alto preço, o processo revolucionário se afirma, o país avança em mudanças sociais e se torna, por exemplo, referência mundial em duas das áreas mais básicas em qualquer sociedade que se diga democrática, educação e saúde.

O tratamento dado à educação e à saúde como pública e universal desafia a lógica desenvolvimentista colonial-capitalista, pondo Cuba como um dos países com melhor sistema de saúde e formação médica do mundo, baixíssima taxa de mortalidade infantil e alta expectativa de vida. Na educação, a erradicação do analfabetismo foi uma das prioridades revolucionárias assumidas e esse objetivo foi alcançado a partir da Campanha Nacional de Alfabetização (1961). Cuba investe quase 25% de seu orçamento em educação pública.

No campo das relações internacionais, Cuba se destaca numa perspectiva internacionalista e solidária. É um dos países mais atuantes no auxílio a populações afetadas por desastres naturais ou episódios de epidemias/pandemias enviando ajuda humanitária junto com suas equipes médicas. Justiça, solidariedade e bem comum para Cuba e para o mundo, é o que Cuba fala e realiza.

Mesmo sendo referência, como assinalamos anteriormente, pela sua rebeldia e luta por igualdade, a ilha paga um preço equivalente a um estado de guerra. Os embargos estadunidenses ao longo dos anos acumularam aproximadamente 160 bilhões de dólares em prejuízo para a economia cubana. Todos os anos o governo cubano apresenta um documento à Assembleia Geral das Nações Unidas solicitando o fim do embargo, que há 30 anos aprova por ampla maioria o término desta desumanidade, mas essa solicitação sempre esbarra no voto dos EUA e de alguns aliados, como Israel.

A luta cubana por autodeterminação, pelo bem comum, por uma vida de liberdade e justiça é uma luta de todas as pessoas e povos dedicados à construção de um mundo mais vivível, livre da sanha capitalista e da estupidéz colonial.

Encerramos esse artigo com mais uma contribuição valiosa da nossa companheira Maria Eugenia Garcia refletindo sobre o conceito de revolução que iniciou este escrito e cultura viva comunitária.

“La Cultura Viva Comunitaria se refleja en este texto, para que siga su manifiesto debemos poner en práctica en diferentes espacios el debate, diálogo y la reflexión sobre diversos temas de la sociedad, así como los desafíos que enfrenta la nación, particularmente en el orden cultural, ir madurando con una visión compartida y una estrategia operativa que fortalezca nuestra contribución para abrir nuevas propuestas que pongan a prueba nuestra capacidad de comprensión ante la creatividad y la participación en el campo de la cultura y el desarrollo local comunitario”.

Que o amor revolucionário cantado por Carlos Puebla na sua música “hasta siempre comandante” dedicada a Che Guevara, inspire o Movimento Latino-americano de Cultura Viva Comunitária”.

ENTRE FRONTEIRAS E CULTURAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO AGENTE CULTURAL NO PONTÃO DE CULTURA PÁTRIA GRANDE

Fernanda Jamile Andrade Parente
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

A princípio, esse texto apresenta um relato de experiência a partir da minha atuação como agente de cultura no Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, enfatizando o processo formativo e reflexivo vivenciado ao longo do projeto, até o momento, e conectando com o tema da integração latino-americana e fronteiriça. Embora minha experiência em Pontos de Cultura seja recente, o relato se justifica pela possibilidade de observar, a partir de um olhar em construção, os sentidos atribuídos à cultura viva, à noção de território e às práticas de integração latino-americana desenvolvidas no âmbito do Pontão. Assim, mais do que descrever atividades pontuais, esse texto busca refletir sobre o processo de tornar-se agente cultural, articulando vivências pessoais em territórios de fronteira com os debates e referências mobilizadas durante a formação.

Pensar a atuação do Pontão a partir dos territórios de fronteira exige compreender esses espaços para além de sua dimensão geográfica ou administrativa. É fato que as fronteiras latino-americanas são historicamente produzidas por processos de exploração e marginalização, sendo marcadas por assimetrias econômicas profundas e por políticas estatais que, muitas vezes, operam mais como mecanismos de controle do que de integração. Ao mesmo tempo, são territórios vivos, de circulação constante de pessoas, saberes e práticas culturais, onde a vida cotidiana desafia permanentemente os limites impostos pelas fronteiras nacionais.

Nesse contexto, minha relação com territórios de fronteira antecede a atuação como agente cultural no Pontão e atravessa diretamente a forma como compreendo a proposta do Cultura Viva. Durante a infância, vivi em Guajará-Mirim, município situado na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, onde o contato cotidiano com a cultura boliviana fazia parte da vida social, das relações econômicas e das experiências culturais locais. Mais recentemente, residindo em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, essa

vivência fronteiriça se atualiza em um contexto urbano marcado por intensos fluxos migratórios, diversidade cultural e profundas desigualdades sociais. Desse modo, minhas experiências permitiram compreender a fronteira não como margem, mas como centro de produção cultural e social.

A partir dessa trajetória, torna-se evidente que a integração latino-americana não se constrói prioritariamente por meio de acordos institucionais ou discursos oficiais, mas no cotidiano das populações que compartilham condições semelhantes e histórias comuns de exploração e resistência. Nos territórios de fronteira, a cultura emerge como uma prática social profundamente vinculada às relações de trabalho, às estratégias de sobrevivência e às formas coletivas de organização da vida, como eu vivencio em Foz do Iguaçu. Sob uma perspectiva crítica, o território pode ser entendido como espaço de disputa material e simbólica, no qual a cultura não está dissociada das relações de produção nem da lógica que historicamente subordina a América Latina às dinâmicas do capitalismo periférico.

Nesse sentido, as práticas culturais desenvolvidas nesses espaços frequentemente se afirmam como formas de resistência à mercantilização da vida e à redução da cultura à produto. Desse modo, após participar do curso de formação, entendo que o Pontão de Cultura Pátria Grande reconhece essas práticas como expressões legítimas de saberes comunitários e reafirma a cultura como dimensão central da vida social. Essa compreensão dialoga diretamente com minha experiência pessoal, permitindo perceber o Cultura Viva não apenas como política pública, mas como ferramenta concreta de fortalecimento de vínculos comunitários e de tensionamento das estruturas históricas de exclusão que atravessam os territórios latino-americanos.

Dito isso, o processo de tornar-se agente cultural no âmbito do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande tem se dado, sobretudo, por meio das formações promovidas ao longo do projeto, que se configuram como espaços de reflexão política, troca de experiências e construção coletiva de saberes. Sob essa ótica, ao longo do curso de formação, a integração latino-americana é constantemente mobilizada não como um conceito abstrato, mas como uma experiência concreta construída a partir dos territórios. As discussões propostas evidenciam que a integração não se limita a acordos institucionais entre Estados, mas se realiza por meio da articulação entre coletivos culturais, da circulação de saberes comunitários e do reconhecimento de experiências históricas comuns.

Nesse contexto, a formação como agente cultural permite compreender a cultura como elo privilegiado de construção de vínculos de solidariedade

entre povos e territórios latino-americanos. Sob uma leitura própria, baseada na ótica marxista, a integração proposta pelo Cultura Viva se distancia das lógicas mercantis e competitivas, ao afirmar práticas culturais baseadas na cooperação, na coletividade e no reconhecimento do trabalho cultural como dimensão fundamental da reprodução da vida social. Com isso, o agente cultural deixa de ser entendido como indivíduo isolado e passa a se constituir como sujeito coletivo, inserido em uma rede viva de práticas e resistências.

Ao longo desse processo, minha própria trajetória passa a ocupar um lugar mais explícito na reflexão. Ter crescido e vivido em territórios de fronteira marcou profundamente minha forma de compreender a cultura, as relações sociais e a própria ideia de integração. Em Guajará-Mirim, na fronteira entre Brasil e Bolívia, a convivência cotidiana com diferentes práticas culturais, línguas e modos de vida tornava evidente que a fronteira era menos um limite e mais um espaço de encontro. Em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, essa percepção se amplia em um contexto urbano atravessado por intensos fluxos migratórios e um forte atravessamento entre culturas. Ao ingressar no Pontão de Cultura Pátria Grande, essas experiências prévias encontram ressonância nas discussões propostas pelo projeto, permitindo que eu reconheça minha própria história como parte dos processos de integração latino-americana que o Cultura Viva busca fortalecer. Assim, o relato aqui apresentado não se limita a uma experiência institucional, mas se constrói também a partir de um percurso pessoal que atravessa territórios, fronteiras e práticas culturais diversas.

Com isso, o relato apresentado buscou refletir sobre o processo de formação e atuação como agente cultural no Pontão de Cultura Pátria Grande, a partir de uma experiência situada em territórios de fronteira e atravessada pela perspectiva da integração latino-americana. Mesmo sendo uma vivência recente, o percurso formativo possibilitou compreender a cultura como prática social viva, profundamente vinculada às condições de existência e às relações históricas que marcam a América Latina.

REFERÊNCIAS:

CULTURA VIVA. Rede Cultura Viva. Disponível em: <<https://culturaviva.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2026.
ROCHA, Marcos Antonio Monte (org.). Visões e vivências latino-americanas do Cultura Viva. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

TERRITÓRIOS DE AXÉ E INCIDÊNCIA CULTURAL

Juliane Érica Cristina de Oliveira Carvalho
Comitê Gestor
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Fundado em 2001 sob a liderança da Iyalorisá Márcia D’Oxum, o Ilê Asé Iya Oju Omi constitui-se como comunidade de matriz africana que reverencia Oxum e Oxóssi em São Pedro da Aldeia/RJ. Seu reconhecimento como Ponto de Cultura Viva, em 2021, consolidou uma trajetória de resistência cultural e política marcada tanto pela celebração da ancestralidade quanto pelo enfrentamento às violências raciais e religiosas.

O estudo de caso elaborado em 2022 aponta que, após o ataque à sua estrutura em 2019, “os membros buscaram se socializar com outros movimentos existentes na cidade (além do religioso) com o objetivo de se fortalecer e se proteger” (CARVALHO, 2022, p. 4). A partir desse momento, surgiram iniciativas como o I Encontro de Axé, que atualmente foi reconhecido como ponto de cultura e a criação do Fórum Adapó, que consolidaram a presença do Ilê como ator político-cultural.

O Ilê Asé Iya Oju Omi como Ponto de Cultura Viva

O Ilê é reconhecido como o primeiro Ponto de Cultura Afro e Indígena de São Pedro da Aldeia. Além de espaço religioso, tornou-se lugar de promoção de atividades culturais e sociais, como rodas de samba, oficinas de turbante, palestras sobre violência doméstica e festivais comunitários. Para Carvalho (2022, p. 7), esses eventos foram “cruciais no processo de entendimento como fazedores de cultura, guardiões dos saberes e principalmente como Povos/Comunidades de Terreiro”.

Essa concepção dialoga com o Decreto nº 6.040/2007, que define os Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (BRASIL, 2007).

Inserção no Comitê Gestor do Pontão Pátria Grande

A participação do Ilê no Comitê Gestor reafirma sua vocação para a articulação política e sua capacidade de incidir em espaços de construção de

políticas culturais, sobretudo no campo étnico-racial. Segundo o estudo de caso, essa inserção ocorre em um contexto adverso, marcado por “modelos de gestão autoritários contrários à participação popular” (CARVALHO, 2022, p. 18).

O mapeamento, principal meta em andamento, tem sido construído com base em metodologias afetivas e de autoidentificação comunitária. Como aponta Marquez (2022, p. 4), ainda hoje “as garantias de liberdade enfrentam fortes desafios para que possam se concretizar”, o que reforça a importância de processos de visibilidade como estratégias de resistência.

O Congresso Latino-Americano de Cultura Viva Comunitária

A presença no 5º Congresso Latino-Americano, no México, permitiu ao Ilê trocar experiências com organizações de diferentes países. Experiências como os Conselhos Comunitários Culturais da Guatemala e as escolas culturais do Equador mostraram que a Cultura Viva Comunitária é também uma proposta civilizatória baseada em justiça, solidariedade e identidade.

Nesse espaço, o Ilê reafirmou que “apesar de toda a violência histórica, os povos de terreiro são herdeiros e guardiões das práticas e saberes dos mais diversos povos, predominantemente de origem africana” (CARVALHO, 2022, p. 13). Essa presença ampliou a incidência do terreiro no continente e fortaleceu sua atuação em rede. Além de sua contribuição no âmbito nacional, o Ilê também vem fortalecendo trocas internacionais ligadas a essa meta, revelou-se não apenas uma ferramenta de visibilidade nacional, mas também um caminho para a integração de experiências entre diferentes países da América Latina. Nesse processo, torna-se fundamental compreender o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais, definido pelo Decreto nº 6.040/2007, que reconhece grupos culturalmente diferenciados que se organizam socialmente a partir de práticas, saberes e territórios transmitidos por gerações.

O Ilê, como comunidade tradicional de matriz africana, reafirma esse pertencimento ao atuar no mapeamento, contribuindo na construção de dados e valorizando identidades e trajetórias. Em dezembro de 2024, o Ilê realizou uma atividade de troca de saberes com a organização peruana Arena y Estera, experiência que, embora desafiadora, foi de suma importância para compreender que os povos tradicionais de diferentes países enfrentam desafios semelhantes. Esse encontro reforçou a consciência de que estamos todos ligados em Abya Yala, território ancestral que nos convoca a reconhecer

nossas raízes comuns e a construir, em rede, estratégias coletivas de incidência cultural e política.

Considerações finais

A trajetória do Ilê Asé Iya Oju Omi demonstra como territórios de terreiros podem e devem se transformar em espaços de incidência cultural. Do enfrentamento à intolerância religiosa à conquista do reconhecimento como Ponto de Cultura Viva; da articulação local em São Pedro da Aldeia à presença em redes nacionais e internacionais, o Ilê reafirma que cultura é luta, política e resistência.

Como afirma Carvalho (2022, p. 20), “experiências como o Ilê Asé Iya Oju Omi que passam por um processo onde se reconhecem como Cultura Viva desenvolvendo práticas comunitárias são de grande valia para o movimento da Cultura Viva da América Latina”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CARVALHO, Juliane Érica Cristina de Oliveira. Estudo de caso: Ilê Asé Iya Oju Omi como Ponto de Cultura Viva. FLACSO, 2022.

DE OLIVEIRA, Dennis. *Cultura popular, intelectuales periféricos y resistencias a la colonialidad del poder*. 2022.

MARQUEZ, Clarissa. *Políticas culturais e comunidades*. 2022.

ROCHA, A. M. *As nações de Ketu: origens, ritos e crenças*. 2000.

MAPEAMENTO DA REDE MINEIRA DE PONTOS DE CULTURA: UMA EXPERIÊNCIA COLABORATIVA, INOVADORA E EMERGENCIAL

Alba Dutra
Comitê Gestor
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

A Rede Mineira de Pontos de Cultura, desde sua constituição no Estado de Minas Gerais, tem se mostrado proativa e atuante, protagonizando ações em rede, mesmo diante da ausência do apoio estatal. Em 2019, durante o Fórum de Pontos de Cultura realizado na cidade de Itabirito, a rede deliberou e constituiu um comitê gestor composto por membros da sociedade civil, com o objetivo de atuar junto ao estado em favor da Política Estadual de Cultura Viva, da regulamentação da Lei e do fortalecimento da Rede. Embora o estado ainda não tivesse nomeado a composição desse comitê, a rede antecipou-se ao ato normativo que o estado faria para compor paritariamente e nomear o comitê gestor, conforme o artigo 5º da Lei de Cultura Viva do Estado de Minas Gerais, de 2018.

Fruto desse Fórum, instaurou-se um trabalho de atuação dos Pontos de Cultura, visando identificar quem era essa rede, quem eram os pontos de cultura que a compunham, onde estavam, quais eram suas atuações prioritárias e como se sustentavam. Ao buscar essas informações junto ao estado, a rede se deparou com a falta de dados — não havia nenhum cadastro estadual sobre os Pontos de Cultura. A SECULT não sabia quem eram, onde estavam ou o que faziam essas organizações.

Foi então que o Comitê Gestor propôs à Comissão Estadual que a Rede realizasse um mapeamento por meio da busca ativa dos Pontos cadastrados no Cadastro Nacional de Pontos de Cultura. Esse mapeamento possibilitaria a constituição do cadastro e construção de ações que beneficiassem todos os Pontos, sem deixar ninguém de fora. Uma equipe foi formada, composta por membros da Comissão Estadual e voluntários/as e se realizou um mutirão para identificar esses pontos de cultura, utilizando um formulário elaborado com questões para atualizar as informações contidas no cadastro nacional.

Ao longo de quase quatro meses, esse trabalho alcançou cerca de quatrocentas entidades e coletivos certificados como Pontos de Cultura em Minas Gerais, totalizando aproximadamente 370 pontos de cultura. A planilha continha dados de todos os pontos cadastrados, e um primeiro filtro identificou quais eram da sociedade civil, quais estavam vinculados ao poder público municipal, estadual ou federal, e aqueles vinculados a universidades ou fundações. Após esse primeiro filtro, a equipe se dividiu por regiões e iniciou a busca ativa, utilizando e-mail, telefone e o método “bola de neve”, contatando prefeituras e outros órgãos municipais indicados pelo método até alcançar todos os pontos cadastrados constantes na planilha da plataforma Cultura Viva do MinC.

Durante a pandemia, com a criação da Lei Aldir Blanc — uma lei emergencial para apoiar artistas, trabalhadores da cultura e instituições culturais — a Rede Mineira de Pontos de Cultura se organizou e incidiu junto ao Estado para elaborar um edital de credenciamento, garantindo que os recursos chegassem a todos os pontos de cultura. Para isso, a SECULT solicitou ao Comitê um cadastro atualizado de todos os Pontos, o que motivou a Rede a realizar mutirões e criar um formulário com dados de cada instituição e coletivo, possibilitando que a SECULT realizasse a previsão orçamentária necessária a fim de atender a todos os inscritos que quisessem acessar o recurso.

Esse mapeamento foi fundamental para que o Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC) e a SECULT realizassem os cálculos e a divisão dos recursos, atendendo a todos os segmentos culturais do estado, incluindo um edital de credenciamento para os Pontos de Cultura. À época, 209 pontos manifestaram interesse em acessar os recursos, ao final do processo obtivemos 176 inscrições de pontos de cultura com CNPJ e 15 coletivos culturais sem CNPJ. Com a realização do edital e o pagamento dos pontos, a rede se organizou e num processo autônomo, conseguiu que cada ponto de cultura previsse um valor em seus planos para contratar uma consultoria/assessoria que realizasse o diagnóstico da rede.

Essa análise aprofundaria questões que já eram debatidas em reuniões, fóruns e encontros do segmento, como a manutenção das atividades de cada organização: como cada ponto se mantinha, onde estavam localizados, se possuíam sede, se mantinham atividades regulares durante o ano, se as atividades eram pontuais, entre outras questões. Essas perguntas foram consolidadas num instrumento e respondidas por 171 pontos de cultura que concordaram

em participar do diagnóstico. Outras entregas foram realizadas, como a criação de um site, assessoria jurídico-contábil para execução dos planos de trabalho e prestação de contas, uma cartilha de boas práticas e a identidade visual da rede, além do mapeamento e diagnóstico que podem ser acessados pelo link a seguir: <https://pontosdeculturamg.org.br/storage/attachments/9w376kJz0cdKZr6hzHh5Un4FoO62ZSy8OjZpiGP6.pdf>

A experiência desse processo nos fez perceber a importância do mapeamento e como os resultados da pesquisa subsidiam a incidência política junto ao poder público para a elaboração de políticas públicas para o setor. A compreensão da situação atual contribui para a projeção de planos de ação futuros, apontando fragilidades e possíveis caminhos a serem percorridos.

A CULTURA COMO COMUM E A PRÁTICA DA RESISTÊNCIA: UMA CRÍTICA DIALÉTICA À MERCANTILIZAÇÃO E À INSTITUCIONALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Fernanda Jamile Andrade Parente
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

INTRODUÇÃO: O CAMPO DE BATALHA DA CULTURA

No estágio atual do capitalismo, marcado pela hegemonia do capital financeiro e pela crise estrutural analisada por István Mészáros, na qual o capital, incapaz de resolver suas contradições internas, intensifica a mercantilização de todas as dimensões da vida social, a cultura deixa de ocupar uma posição secundária para se tornar uma fronteira direta de expansão do valor. Não se trata apenas de uma apropriação externa da cultura pelo mercado, mas de sua subsunção real ao capital, isto é, de uma reorganização interna de suas formas de produção, circulação e validação segundo a lógica da valorização. A criatividade, a memória e o rito são progressivamente despojados de seu valor de uso social e reconfigurados como mercadorias, subordinadas ao imperativo da troca.

Nesse cenário, o debate sobre o Movimento da Cultura Viva Comunitária (CVC) e a integração latino-americana não pode ser conduzido de forma romântica ou meramente institucional. Ao contrário, exige uma análise que parta das determinações materiais que estruturam a produção cultural. A questão central não é apenas como produzir cultura, mas como produzir cultura em condições nas quais toda produção tende a ser capturada pela lógica do capital. Em outros termos: como produzir cultura sem se tornar uma engrenagem da máquina que a mercantiliza?

A ANATOMIA DA MERCANTILIZAÇÃO: DO RITO AO PRODUTO

A mercantilização da cultura opera a partir da generalização da forma mercadoria, tal como explica Karl Marx. Nesse contexto, no capitalismo, o produto do trabalho humano aparece como algo autônomo em relação

às condições sociais que o produziram. Esse fenômeno, definido como fetichismo da mercadoria, oculta as relações de exploração e cooperação que constituem a base da produção social, fazendo com que as mercadorias pareçam dotadas de valor intrínseco.

Dito isso, no campo cultural, esse processo implica a transformação de práticas vivas em objetos consumíveis. A música, o teatro e o artesanato deixam de ser expressões situadas em relações sociais concretas e passam a circular como produtos, avaliados por critérios externos à vida que os gerou. Essa “coisificação” da cultura não apenas altera sua forma, mas redefine sua finalidade: a produção cultural deixa de estar orientada pela reprodução da vida coletiva e passa a ser subordinada à lógica da valorização.

Como demonstrado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, a indústria cultural não apenas produz mercadorias, mas produz sujeitos adaptados à lógica do consumo. Ela organiza a sensibilidade, padroniza experiências e limita o horizonte crítico. Nesse contexto, o risco para os coletivos culturais não reside apenas na mercantilização direta de suas práticas, mas na internalização de critérios como produtividade, visibilidade e desempenho. O sucesso passa a ser medido por métricas abstratas, como alcance e engajamento, enquanto a capacidade de transformação concreta da realidade local é secundarizada.

A cultura-mercadoria, nesse sentido, não é simplesmente uma cultura “ruim”, mas uma forma de cultura subordinada à reprodução do capital. Sua função deixa de ser a produção de sentido e passa a ser a valorização, direta ou indireta, do sistema que a sustenta.

A AMBIGUIDADE DO ESTADO: O “DADOR” E O “DOMESTICADOR”

Sob essa ótica, a análise da mercantilização da cultura exige considerar o papel do Estado. Conforme argumenta Nicos Poulantzas, o Estado não é um sujeito neutro, mas a condensação material de relações de força entre classes. Assim, políticas como a Cultura Viva Comunitária não devem, portanto, ser compreendidas como concessões espontâneas, mas como resultados de lutas sociais que foram parcialmente institucionalizadas.

No entanto, a institucionalização não ocorre sem contradições. Ao mesmo tempo em que viabiliza a existência material de coletivos culturais, o Estado impõe formas específicas de regulação que tendem a reproduzir a lógica do capital. A centralidade dos editais, aqui compreendidos como expressão de

um “editalismo” estrutural, introduz a concorrência entre coletivos que, em princípio, deveriam operar a partir da cooperação. A escassez de recursos pode transformar parceiros potenciais em competidores diretos.

Além disso, a exigência de formalização, prestação de contas e mensuração de resultados submete a prática cultural a uma racionalidade burocrática que desloca o tempo da criação para o tempo da administração. A cultura passa a ser organizada como projeto, com início, meio e fim definidos, em vez de processo contínuo enraizado no território.

A ambiguidade do Estado reside precisamente nesse duplo movimento: ele é, ao mesmo tempo, mecanismo de possibilidade e vetor de controle. Dessa forma, o financiamento é muito importante para a reprodução material dos coletivos, mas carrega consigo mecanismos que podem domesticar seu potencial crítico. A cultura que se torna viável é, frequentemente, aquela que se adapta às formas instituídas de avaliação e financiamento.

A CULTURA COMO COMUM: PARA ALÉM DO PÚBLICO ESTATAL

Diante dessas limitações, torna-se necessário diferenciar a cultura como comum da cultura como política pública estatal. Sob essa lógica, o conceito de comum utilizado no ensaio, desenvolvido por autores como Pierre Dardot e Christian Laval, refere-se a formas de organização baseadas na gestão coletiva e na recusa da apropriação privada.

No entanto, o comum não deve ser confundido com o estatal. Enquanto o Estado opera por meio de uma lógica vertical, baseada na administração e na normatização, o comum se constrói a partir de práticas horizontais, enraizadas no território e na participação direta dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma forma de organização que prioriza a reprodução da vida, e não a valorização do capital.

Dessa forma, a Cultura Viva Comunitária encontra sua realização plena como prática contra-hegemônica apenas na medida em que rompe com a lógica da valorização e se orienta pela reprodução da vida. Isso implica reconhecer que o comum não é simplesmente uma forma alternativa de gestão dentro do capitalismo, mas uma prática social que entra em contradição direta com ele.

Nesse sentido, a construção do comum não pode ser reduzida à utilização mais eficiente ou estratégica de recursos estatais. Ainda que o acesso ao fundo público possa desempenhar um papel tático, ele não resolve a contradição

fundamental: a dependência de estruturas que operam segundo a lógica do capital limita estruturalmente a autonomia dos coletivos. O comum, enquanto prática viva, exige formas de organização que não estejam subordinadas nem à mercantilização nem à regulação estatal.

Isso implica um deslocamento qualitativo: não se trata apenas de gerir cultura de forma diferente, mas de produzir relações sociais distintas. Espaços autogeridos, meios de produção próprios e redes de cooperação não são apenas instrumentos de sustentabilidade, mas embriões de outra forma de sociabilidade. Neles, a cultura deixa de ser orientada pela troca e passa a ser orientada pela necessidade, pelo vínculo e pela construção coletiva da vida.

Assim, a cultura como comum não pode ser plenamente realizada nos marcos do capitalismo, na medida em que este se funda justamente na separação, na propriedade e na valorização. Sua afirmação aponta, necessariamente, para um horizonte de transformação mais amplo, no qual a própria forma social vigente é colocada em questão. O comum, nesse sentido, não é apenas uma alternativa organizativa, mas uma prática que antecipa, no presente, elementos de uma sociabilidade pós-capitalista.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: DEPENDÊNCIA, IMPERIALISMO E INTERNACIONALISMO

Desse modo, a integração latino-americana deve ser compreendida a partir das determinações da dependência. Conforme argumenta Ruy Mauro Marini, as economias da região estão inseridas de forma subordinada no sistema capitalista global, o que implica a superexploração do trabalho como mecanismo de compensação.

Essa dependência não é apenas econômica, mas também cultural. A circulação de produtos culturais, estéticas e narrativas é profundamente desigual, favorecendo centros hegemônicos e marginalizando produções periféricas. Nesse contexto, a integração entre coletivos latino-americanos assume um caráter estratégico.

Trata-se de construir formas de articulação que escapem à mediação do mercado global, baseando-se na troca direta de saberes, práticas e experiências. Essa integração não deve ser compreendida como cooperação abstrata, mas como forma de internacionalismo proletário, que reconhece a unidade das condições de exploração e a necessidade de resistência articulada.

As fronteiras, longe de serem meros limites geográficos, expressam as contradições do capitalismo dependente. Ou seja, são espaços de controle, mas também de circulação e invenção. Com isso, pensar a cultura a partir das fronteiras implica reconhecer nelas não apenas a violência da divisão, mas a potência da articulação. A cultura comunitária pode, nesse sentido, operar como força de dissolução das segmentações impostas pelo capital.

CONCLUSÃO: CULTURA, HEGEMONIA E GUERRA DE POSIÇÃO

A análise da Cultura Viva Comunitária, a partir de uma perspectiva marxista, revela que a cultura é um campo estratégico na disputa pela hegemonia. Conforme formulado por Antonio Gramsci, a transformação social não se dá apenas no plano econômico, mas também na construção de consensos, valores e formas de vida. No entanto, reconhecer a centralidade da cultura implica também reconhecer que não há cultura emancipatória possível dentro de uma sociabilidade fundada na mercantilização da vida.

Nesse sentido, a Cultura Viva Comunitária não pode ser compreendida apenas como política pública, sob o risco de ter seu horizonte reduzido à gestão cultural dentro dos marcos do capitalismo. Nenhuma política pública, por si só, é capaz de produzir transformação revolucionária, na medida em que o próprio Estado opera como forma de reprodução das relações sociais existentes. Logo, o chamado “editalismo”, longe de ser apenas um problema de gestão, expressa esse limite estrutural: ao submeter a cultura à lógica da concorrência, da escassez e da validação institucional, ele integra práticas potencialmente críticas ao circuito de reprodução do capital.

Dessa forma, a emancipação cultural não pode ser concebida como produto de políticas estatais, mas como resultado de processos de organização e luta. A dependência estrutural de editais revela não apenas uma fragilidade, mas uma contradição fundamental: não é possível construir uma cultura contra-hegemônica de forma permanente a partir de mecanismos que operam segundo a lógica que se pretende superar.

Diante disso, a Cultura Viva Comunitária precisa afirmar-se como parte de um projeto histórico mais amplo de transformação social. Isso implica deslocá-la do campo da política pública para o campo da luta política, reconhecendo que seu potencial não reside na sua institucionalização, mas na sua capacidade de produzir organização, consciência e mobilização. Trata-se

de compreender a cultura não como fim em si mesmo, mas como dimensão constitutiva da práxis revolucionária.

Nesse horizonte, a construção de uma cultura como comum aponta para a necessidade de uma cultura socialista, fundada não na valorização, mas na reprodução da vida, na cooperação e na autogestão. Isso exige o desenvolvimento de formas organizativas que escapem à lógica do mercado e do Estado, baseadas na construção de poder popular e na criação de infraestruturas autônomas.

A integração latino-americana, por sua vez, assume um caráter estratégico nesse processo. Não se trata apenas de intercâmbio cultural, mas da construção de um internacionalismo capaz de enfrentar as determinações da dependência e do imperialismo. Desse modo, a articulação entre coletivos deve ser compreendida como parte da formação de um sujeito político coletivo em escala regional.

Assim, a radicalidade da Cultura Viva não reside em sua capacidade de acessar recursos públicos, mas em sua potência de contribuir para a construção de um projeto de sociedade que rompa com a lógica do capital. A transformação que se coloca não será financiada por editais, nem conduzida exclusivamente por instituições, mas construída a partir da mobilização, da organização e da luta. É nesse processo que a cultura precisa deixar de ser mercadoria e se afirmar como prática social viva, inseparável da construção de uma sociedade emancipada.

BIBLIOGRAFIA:

- MARX, KARL. **O capital : crítica da economia política ; livro primeiro - o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento.** [s.l.] Editora Schvarcz - Companhia das Letras, 1985.
- NICOS POULANTZAS. **O Estado, o poder, o socialismo.** [s.l.: s.n.].
- ISTVÁN MÉSZÁROS. **A educação para além do capital.** São Paulo, Sp: Boitempo Editorial, 2008.
- RUY MAURO MARINI; EMIR SADER. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DARDOT, P; LAVAL, C. **Common: On revolution in the 21st century.** Tradução: Matthew MacLellan. Londres, England: Bloomsbury Academic, 2019.

PARTE 3

**PEQUENO DICIONÁRIO CRÍTICO DE CULTURA VIVA
E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**



“O HAITI É AQUI”

INTRODUÇÃO

Christiane Ribeiro Gonçalves
Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas, sejam todas as pessoas bem vindas ao Pequeno Dicionário Crítico de Cultura Viva e Integração Latino-americana. Um projeto inacabado, porém necessário.

O título “dicionário” pode ser considerado uma impropriedade, pois não elencamos neste, palavras ou locuções, não buscamos seus significados, tampouco o organizamos em ordem alfabética. Para nos defendermos de eventuais críticas, consideremos que estamos diante de um dicionário heterodoxo na forma e no conteúdo.

Nisto que acabamos de citar, seu caráter heterodoxo, reside um primeiro aspecto de sua necessidade. Por um lado, uma atitude no mínimo cautelosa com relação a ideias e definições largamente aceitas no campo, especialmente, do Cultura Viva. Por outro lado, um gosto em desafiar o pensamento convencional, por mais que um dia este tenha sido inovador e, sobretudo, se tenta emular, performar na atualidade uma disposição crítica e transformadora que, de fato, não mais tem.

Este pequeno dicionário surge, assim, sem amarras, a não ser com o livre exercício de uma produção de conhecimento desalienada, sem obrigação de uma defesa disto ou daquilo que se constituiu como um senso comum Cultura Viva.

Nasce com a leveza de saber que nada aqui é definitivo e que tudo, se não hoje, amanhã, sob a observação de outros olhos também críticos, revelará possíveis parcialidades, limitações analíticas, conceituais e políticas. E também contradições, estas, que se constituem de fato como o grande motor que faz a roda do mundo girar.

Sua necessidade também advém de duas lacunas identificadas que nos impõe três desafios.

A primeira lacuna diz respeito ao tema da integração latino-americana e caribenha.

A despeito de sua previsão na Constituição Federal brasileira, as iniciativas tanto no nível do aparato estatal, quanto no nível da sociedade civil, carecem historicamente de permanência e profundidade no contexto de um projeto nítido de integração.

Todavia, seria um equívoco imaginar que, por conta de toda a trajetória histórica que passa por Bolívar, San Martín, Ugarte e Martí, dentre outros e outras, este tema esteja substantivamente mais amadurecido nos demais países da nossa América.

Neste sentido, nasce o primeiro desafio de caráter político-educativo, que consiste em contribuir efetivamente para a construção de um campo de produção de conhecimento e ação efetiva que fortaleça o sentido e a pertinência dessa utopia concreta que é a integração latino-americana.

Uma utopia, como discute Ernst Bloch, que, por ser concreta, não pode ser compreendida como mero sonho, ilusão, coisa desprovida de materialidade, desconectada da realidade. Trata-se de uma possibilidade real e da articulação exequível entre condições objetivas e subjetivas que permitiriam a construção de transformações reais enraizadas em condições históricas concretas.

A produção cultural e comunicacional, neste cenário, ocupam a centralidade dos esforços que temos realizado como ação político-educativa orientada para denunciar a estrutura e as armadilhas do capital, mas também para anunciar, simultaneamente, que o capitalismo não se constitui como o fim da história e que entre as condições materiais e subjetivas existentes e as possíveis de serem construídas, num horizonte de utopias realizáveis, precisamos nos mover para revolucionar.

A segunda lacuna se refere ao campo do Cultura Viva e aponta para a não sedimentação de um Movimento Político Cultura Viva autônomo, emancipado em relação à política pública, com princípios, horizontes, estratégias e arcos de aliança meridianamente definidos. Por isso, temos denominado a chamada Rede Nacional Cultura Viva como um protomovimento.

Protomovimento porque ainda não é um Movimento. É um ajuntamento de organismos que constituem uma massa informe, em estado primário, que não alcança ainda congregar as características mínimas que conformam um Movimento sociopolítico. Portanto, um protótipo de Movimento.

E de fato, raras são as pessoas e organizações no âmbito do Cultura Viva que falam do coletivo dos Pontos de Cultura como um Movimento. O termo

Rede, que é de fato uma estrutura institucionalizada, prevista na Lei Cultura Viva brasileira, é aquele mais amplamente utilizado pelos Pontos de Cultura.

Isso na nossa avaliação caracteriza um sintoma de um corpo que não quer se emancipar, resiste em romper com a conveniente tutela estatal ou tenta preservar a todo custo a fantasia sobre a horizontalidade e a paridade de armas nas relações entre entes estatais e não estatais, a controvertida gestão compartilhada.

Um sintoma que talvez revele mais um desejo de adaptação e ajuste do que de transformação estrutural, sobretudo, no núcleo mais duro do sistema de opressões que esmaga as classes trabalhadoras e subalternizadas, o capitalismo.

Neste caso, o desafio é construir um sentido de Movimento. Isso não significa não se relacionar com a política pública, tampouco não lutar pela sua ampliação e aprofundamento. Isso faz parte dos processos de luta de quaisquer Movimentos.

Trata-se somente, de modo análogo ao desafio da integração latino-americana, de constituir um campo emancipado para incidir nas políticas públicas, e para além das políticas públicas, na estrutura social, política, econômica e cultural, de modo mais qualificado, de modo crítico e propositivo e com total autonomia.

Refere-se, portanto, a dar um passo além. Não ser um Movimento para o Movimento, ensimesmado e utilitário, mas um Movimento junto a outros Movimentos convocados para a luta por mudança estrutural, revolucionária, daquilo que denominamos, nossa Hydra contemporânea, a ordem capitalista, colonial, patriarcal.

Chegamos, então, ao nosso terceiro desafio, que consiste na articulação entre o Cultura Viva e a integração latino-americana, de modo que o primeiro possa ter uma contribuição relevante no caminho a ser construído pela segunda.

Esta relevância, no entanto, está diretamente relacionada a se queremos ou não constituir um Movimento e, em caso afirmativo, que tipo, que características ele teria.

Num primeiro cenário, duas situações. O coletivo dos Pontos de Cultura não passa de uma rede, que é de fato sua realidade atual, de um ajuntamento de organismos que gravitam, disputam e se beneficiam de uma política pública ou, dando um passo à frente, constituem-se como um Movimento, mas ainda voltado para si, corporativo, como se fosse um setor cultural dentre outros. Um Movimento para a gestão, para a governança da política pública.

Neste caso, o Cultura Viva pouco ou nada contribuiria para a integração latino-americana. De fato seria até um empecilho à integração numa perspectiva anticapitalista e internacionalista. Ele não iria além da superficialidade dos discursos institucionalizados de reconhecimento, representação e interculturalidade, dentre outros, ligados ao campo dito simbólico ou da, não menos superficial, integração pela economia de mercado a partir, por exemplo, das denominadas economia criativa e economia da cultura.

Nem por um caminho, nem por outro, arranha-se as estruturas político-econômicas, as estruturas objetivas e subjetivas que asseguram a manutenção das desigualdades e iniquidades da sociedade capitalista e sua pedra angular, a propriedade privada dos meios de produção. Como mera Rede ou como Movimento ensimesmado não passam de um braço de Estado, cumprindo uma função formal em relação à política pública e totalmente alienados da disputa material e política revolucionária.

Num segundo cenário, o coletivo dos Pontos de Cultura se constitui como um Movimento para o outro, para lutar com todas as armas, materiais e simbólicas, para a construção de um outro tipo de sociedade, uma sociedade para o bem comum, aquela mencionada por Marx na qual “a cada um segundo sua necessidade e de cada um conforme sua capacidade”.

Uma sociedade na qual, abolida a propriedade privada dos meios de produção, as condições e relações de produção e reprodução da vida sejam estruturalmente modificadas.

Onde junto, nem atrás, nem na frente, o racismo e a ordem patriarcal sejam também superados, bem como, quaisquer parâmetros de estabelecimento de diferença / desigualdade / exploração, sedimentadas num pensamento arbitrário dominante.

Neste cenário, de um Movimento político e cultural para o outro, as contribuições do Cultura Vida em produção, formação e difusão política e estética e na costura entre conhecimentos populares e acadêmicos emancipadores, são exponenciais.

Trabalhar consciências, construir unidade na diversidade, mas não cedendo às promessas e explicações fáceis nem do mercado, nem da estrutura estatal, nem dos fundamentalismos, é parte da missão que nos espera se desejamos de fato um Movimento Cultura Viva relevante para o Brasil e para a América Latina e Caribe.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E PÁTRIA GRANDE: PERSPECTIVA INTERNACIONALISTA SOCIALISTA

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!!!

Nós do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira e do Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras iniciamos hoje o compartilhamento de uma série de vídeos feitos para contribuir para aquilo que temos chamado de um desejo-necessidade que vem de longe, a integração latino-americana e caribenha.

A Pátria Grande não se trata de um sonho, nem de uma miragem. Trata-se de uma construção histórica que atravessa o tempo e constitui páginas marcantes da memória latino-americana. A construção da Pátria Grande não é mero pensamento ou idealidade, é ação concreta materializada nas lutas do venezuelano Simón Bolívar, do argentino José San Martín e de todas e todos as/os libertadores/as da América.

Posteriormente, outro argentino, o intelectual socialista e anti-imperialista Manuel Ugarte, retoma a herança bolivariana, popularizando a imagem da Pátria Grande como símbolo de integração e emancipação, tanto das elites conservadoras nacionais, quanto das garras da colonialidade.

Inúmeros outros pensadores e revolucionários também ajudaram a construir essa utopia concreta: recordamos os cubanos José Martí e Fidel Castro, os uruguaios José Artigas e Pepe Mujica, o venezuelano Hugo Chávez, o peruano José Carlos Mariátegui, muitos brasileiros como Ruy Mauro Marini, Moniz Bandeira, Darcy Ribeiro e Vânia Bambirra, dentre outros.

José Martí, por exemplo, já em 1891, em seu ensaio *Nuestra América*, convidava a união e soberania entre os povos latino-americanos, convocava a luta pela independência da coroa espanhola e avisava acertadamente sobre a ameaça imperialista estadunidense que todas e todos sentimos há mais de um século e de modo peculiarmente intenso na quadra histórica que vivemos.

Neste contexto de lutas por libertação do jugo colonial, é imperioso remontar a icônica Revolução Haitiana, a única revolta de pessoas escravizadas

que levou à fundação de um estado livre da escravidão colonial europeia e governado por negros no raiar do século XIX, em 1804.

Sob a liderança dos ex-escravizados Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, o Haiti se tornou o primeiro país da América Latina independente, influenciando outras lutas como a Conjuração Baiana (1798) e a Revolta dos Malês (1835) no Brasil e o próprio Simón Bolívar, que além das ideias de liberdade, obteve com os haitianos apoio material essencial quando esteve exilado, sob a condição de que a escravidão fosse abolida nos territórios por ele libertados.

Mas o que tem a ver tudo isso com Cultura Viva? Nós do Pontão de Cultura Pátria Grande concebemos “cultura viva” como aquela que produz vida, liberdade, justiça, bem comum para todas as pessoas. Construir uma cultura viva vai além de um reconhecimento estatal ou de um financiamento, é ter uma postura ético-política rebelde e insurgente contra os sistemas de morte que nos conduzem ao caminho oposto. Nesta chave política, o Cultura Viva pode ter um papel importante para a integração de Nuestra América.

Porque lutamos por todas e todos para além das fronteiras geopolíticas, somos internacionalistas.

Porque vivemos neste pedaço de terra que vai do Rio Bravo del Norte ao Cabo Horn na Terra do Fogo, território historicamente saqueado, escravizado, explorado; queremos contribuir para esse internacionalismo desde essa casa comum que nos acolhe.

Porque as dores e alegrias venezuelanas, cubanas, panamenhas, nicaraguenses, mexicanas, colombianas e de todos os demais países latino-americanos e caribenhos bloqueados, ameaçados, invadidos pelo imperialismo, nos são tão caras, somos Pátria Grande, somos Brasil Sem Fronteiras!

Acompanha a gente!!! Ao longo dessa série traremos conceitos e temas importantes para esse cruzamento entre Cultura Viva e Integração Latino-americana. Desde uma mirada crítica que busca ser rigorosa na produção dos conteúdos e das formas, construamos juntas e juntos consciências internacionalistas de integração, solidariedade, emancipação e soberania!

CULTURA E BEM COMUM

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas de uma cultura internacionalista insurgente, insubmissa e que quer fazer mais Movimento político-cultural e menos governança da política cultural. Começemos pelo começo: cultura e bem comum!

Cultura significa cultivar. Inicialmente como o cultivo da terra, esse significado se alarga com o decorrer do tempo, incluindo outros cultivos materiais e imateriais como conhecimentos e valores, por exemplo.

Mas seria um engano entender que todo cultivo é bom ou que tudo que se espraia pelos territórios é bom. Existem, por exemplo, espécies invasoras ou plantas que parasitam outras plantas, sufocam-nas e matam-nas. Portanto, há “culturas” de morte, culturas que fazem outras definharem, fenecerem, extinguírem-se.

Assumimos neste ponto da argumentação, que ao vocábulo bom, é atribuído aqui aquelas condições objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas que promovem o inverso da planta parasitária, ou seja, promovem vida, excedente de vida em todas as direções e sentidos e não somente em determinados sentidos e direções, agraciando sujeitos específicos e se descuidando, excluindo outros.

Declina-se daí que tudo que se cultiva material e imaterialmente gerando vida, excedente de vida, necessariamente deve banhar a todas as populações, mas também à natureza, como um ente, de modo que o fenômeno vida possa ser tão longevo e sano quanto possível sobre este planeta.

A cultura, portanto, como um cultivo de coisas materiais e imateriais boas, pois promovem vida, excedente de vida, e não como cultivo de coisas que despotencializam a vida, é necessariamente uma Cultura para a afirmação do bem comum, entendido como uma infinita aproximação, sempre um devir-bem comum construído.

Deste modo, produzir e difundir uma cultura que se designa como viva aponta para a busca de meios que assegurem vida, vida digna, vida boa, bem comum. Isso nos impele a pensar sobre que meios que favorecem esta experiência e quais apontam para o sentido diametralmente oposto, cerceando

a vida, privatizando a vida, definindo o que deve, o que pode e o que não deve e nem pode viver.

O Pontão de Cultura e Política Pátria Grande identifica uma série de “construções ideológicas”, de vetores estruturantes das relações sociais e econômicas que se espraiam do nível mais micro ao mais macro, que “determinam” processos e configurações incompatíveis, contrários à construção deste devir-bem comum.

E o que faz desses vetores elementos contrários ao bem comum? Simplesmente o fato de não priorizarem o comum, mas partes, pequenas frações tornadas privilegiadas em detrimento de uma infinidade de desprivilegiados, despossuídos, explorados e expropriados, eventualmente detentores de direitos formais, mas não de fato. Esta é inclusive uma armadilha que muitas e muitos de nós já caímos; a ilusão de que a conquista, nunca gratuita, rápida e branda, de direitos formais, garante transformações concretas, a sua efetivação no real.

Para se afirmar, portanto, o horizonte deste devir-bem comum, há de se necessariamente negar estes vetores estruturantes, mas não como retórica idealista, fraseologias insípidas, antes por meio da análise das condições concretas, materiais, das nossas próprias vidas, limitadas, condicionadas, cerceadas estruturalmente.

Dentre esses vetores que geram excedente, um acúmulo incalculável de riqueza material para alguns, mas geram para outros escassez, exiguidade, precariedade de condições de vida ou mesmo a absoluta negação da vida, o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande identifica o capitalismo, a colonialidade e o patriarcado, como aqueles vetores-chave que precisam ser expurgados de qualquer lógica de sociabilidade, seja no nível local, comunitário ou territorial, seja em um nível macro, da relação entre nações.

Estes vetores estruturantes não estão a serviço do bem comum, pois hierarquizam as relações entre humanos e entre humanos e a natureza, privilegiando partes e nunca a totalidade, o bem comum.

É importante salientar que estes vetores aqui mencionados não são uma descoberta ou uma construção inédita do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, portanto não pretendemos reinventar a roda. Apenas nos somamos a camaradas e movimentos, sobretudo de uma tradição crítica e, mais especificamente, materialista histórica e dialética que se debruçam sobre esse campo há quase dois séculos.

Despedimo-nos, aqui, deixando nosso convite para acompanharem o próximo episódio e duas pequenas reflexões de José Luiz dos Santos em seu livro “O que é cultura”:

“Não há razão para imortalizar as facetas culturais que resultam da miséria e da opressão. Afinal, as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir”.

“... a cultura... é uma produção coletiva, mas nas sociedades de classe seu controle e benefícios não pertencem a todos”.

A HYDRA CONTEMPORÂNEA: ORDEM CAPITALISTA, COLONIAL-RACISTA E PATRIARCAL

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!

A partir de hoje e por mais dois episódios vamos conversar sobre o que temos chamado de Hydra contemporânea, o monstro real do nosso tempo, devorador de gente, devorador de mundos. Referimo-nos a ordem capitalista e suas cabeças auxiliares, a ordem colonial-racista e a ordem patriarcal.

O Pontão de Cultura e Política Pátria Grande parte do princípio que esses três sistemas de opressão constituem uma totalidade, como diria Marx, uma síntese de múltiplas determinações históricas e materiais. Isto quer dizer que embora num nível abstrato essas ordens possam parecer independentes, sem nenhuma conexão uma com a outra, elas na verdade se determinam mutuamente e constituem o que podemos chamar de unidade da diversidade.

Na verdade, podemos ser mais precisos. A ideologia hegemônica distorce e fragmenta a realidade, apresentando-nos as experiências da vida econômica, do racismo e do patriarcado como coisas sem conexão direta.

Por isto proliferam projetos sociais, culturais e de geração de renda promovidos por ONGs e governos, passando pela mídia e por empresas e suas fundações, que garantem promover mudanças estruturais antirracistas e antimachistas, desenvolver protagonismos, empoderamentos e autonomia, sem olhar, sem dar a mínima atenção às questões de classe.

Com esta compreensão podemos afirmar que, ou nossa luta, sobretudo pelas determinações históricas, políticas e econômico-sociais latino-americanas, deve ser também total, ou estamos à procura de micro privilégios. Dito de outra maneira, ou nossa luta absolve o pacote completo das opressões ou estamos a partir das nossas lutas particulares, todas absolutamente justas e necessárias, apenas nos adaptando ao sistema para cabermos nele, mas não revolucioná-lo.

Alguém pode, no entanto, perguntar: - E pra que revolucionar algo se simplesmente podemos nos adaptar ao sistema? Achar um lugar para a gente dentro dele? Porque estas adaptações que o sistema, a totalidade capitalista nos cede não eliminam as opressões; elas apenas acomodam um punhado de sujeitos à sua esfera de privilégios socioeconômicos e simbólicos, como no caso de reconhecimentos acadêmicos, estatais e midiáticos.

De modo objetivo, não há como superar os processos de opressão, exploração e violência conhecidos por todas e todos nós, assentados no racismo, no patriarcado, nas discriminações sexuais, territoriais, no capacitismo, dentre outras estruturas políticas, sem incluir em todas estas lutas a crítica da ordem capitalista e o desafio de superá-la.

Se o sistema capitalista-colonial-patriarcal é uma totalidade, valores, significados, hierarquias, relações, condições de vida e produção, até mesmo sonhos, são influenciados, ou mesmo determinados, por esta totalidade.

Atentar para o micro, para o territorial, sem articular uma luta macro, mais ampla, como por exemplo, a luta pela soberania e emancipação latino-americana contra as elites econômicas nacionais e contra o imperialismo estadunidense, não transforma estruturalmente o local, nem contribui para a luta sistêmica. Neste sentido, as lutas locais ou específicas isoladas se tornam agentes de preservação do sistema de exploração e acumulação que todas e todos condenamos.

Retornando para a metáfora da Hydra, é importante ratificar que a grande serpente de três cabeças até aceita negociar a agressividade do racismo e do patriarcado. Estabelece regras e punições, fazendo-nos crer que avançamos em civilidade, respeito e justiça.

O direito, a mídia tradicional, intelectuais e mesmo políticos ditos progressistas falam aos montes de equidade de gênero, de luta contra o racismo e contra as mais diversas violências no campo das sexualidades.

O Estado cria programas, editais, sistemas de governança, prêmios e políticas de reparação em direitos humanos. As corporações privadas, por exemplo a Globo, Vale e Itaú, lançam também prêmios de boas práticas e sustentabilidade, festejam as culturas periféricas, homenageiam pessoas e pensamentos aparentemente dissidentes da lógica capitalista.

Não há, no entanto, por parte da grande serpente, nenhuma disposição para negociar sua sede e sua fome de acumulação. Materialmente falando, as reformas trabalhistas e previdenciárias, a lei do teto de gastos, a escala

6x1, a uberização da economia, tudo que explora e expropria o trabalhador e trabalhadora, tem prevalecido.

Imagine falar em abolição da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de quem efetivamente produz para a Fundação Globo e Itaú, dentre outras... impensável, não é mesmo?

Assim, o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande avalia que a serpente que se constitui base e o centro do monstro é a ordem capitalista e contra esta todas as forças políticas democráticas, no sentido radical do termo, ou se aliam ou estão fazendo apenas o jogo de manutenção do sistema.

Deixamos, para finalizar este episódio, a pergunta: o que os Pontos e Pontões de Cultura têm a ver com tudo isso?

A HYDRA CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR MAIS ATENTO SOBRE A ORDEM CAPITALISTA

Camile Abreu Aragão de Lima

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenação geral e de formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas! Iniciamos hoje com uma pergunta: O que é uma Hydra? Na mitologia grega, a Hydra era uma serpente com várias cabeças, cujas partes pareciam separadas, mas funcionavam como um único organismo. Esta metáfora nos ajuda a pensar sobre o capitalismo contemporâneo e sua forma de atuação, que vai além de um sistema econômico baseado na exploração, constituindo-se também como um sistema de produção da subjetividade aliançado com a colonialidade e o patriarcado.

Assim como a Hydra, não estamos diante de sistemas individuais e isolados e sim, de várias articulações, versões ou braços a serviço de uma mesma estrutura, a Hydra capitalista. Hoje vamos conversar um pouquinho mais sobre capitalismo.

Neste campo, visitar e compreender Karl Marx é incontornável. O capitalismo se baseia, fundamentalmente, na propriedade privada dos meios de produção, na exploração da força de trabalho de trabalhadores e trabalhadoras, na acumulação originada desta exploração e no impedimento objetivo e material de acesso e posse dos meios de produção aos trabalhadores e trabalhadoras.

Não tendo acesso e posse dos meios de produção, trabalhadores e trabalhadoras são obrigadas a vender sua força de trabalho. Assim, as trabalhadoras e trabalhadores não produzem somente mercadorias, são também mercadorias. Por outro lado, o assalariamento garante que independente da riqueza que produza o trabalhador e a trabalhadora, apenas uma pequena fração retorne para elas e eles como salário.

A diferença entre a riqueza produzida e o salário pago aos trabalhadores e trabalhadoras vai para o capitalista. É a chamada mais-valia, que garante a acumulação de riqueza para o patrão e a destinação apenas do necessário para a reprodução da força de trabalho dos assalariados e assalariadas.

Compreender esse mecanismo de funcionamento da ordem capitalista é ação incontornável para o desenvolvimento da consciência de classe, ultrapassando um tipo de relação fundamental para a manutenção da lógica capitalista, o trabalho alienado.

A alienação surge então como o processo pelo qual um indivíduo ou um grupo social se tornam alheios, estranhos, não se identificam, não se reconhecem nem com o trabalho que realizam, nem com o fruto das suas atividades produtivas, nem mesmo com sua condição de trabalhador e sua classe social.

Afinal, assim como o sistema capitalista nos ensina desde crianças que devemos estudar para tirar boas notas e passarmos de ano como as/os melhores e não para aprender, por amor ao conhecimento, ensina-nos também que o trabalho é para ter bons salários, prestígio, privilégios, sermos “alguém” na vida e não para nos sentirmos bem, expandirmos nossa criatividade e contribuirmos para o bem comum.

A alienação cumpre uma função de fragmentação da classe explorada, que são todos aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, impedindo a construção de uma consciência classe. O que o sistema faz é transformar questões coletivas, estruturais da sociedade de classes em problemas individuais, funcionais, deslocando o foco da estrutura de opressão e exploração para o campo da individualidade. Os problemas que são típicos da estrutura e do funcionamento do capitalismo passam a ser reconhecidos como problemas do indivíduo.

Aqui, uma pergunta pode nos assaltar: - como se constroem visões de mundo alienadas? A resposta de Marx é que isso é possível por meio da ideologia. A ideologia como um mecanismo que oculta a realidade. Por exemplo, ela esconde o caráter exploratório do trabalho assalariado ou mesmo, contemporaneamente, do trabalho uberizado. Não há exploração, portanto, o sistema é justo.

Ela também inverte a realidade quando informa que, não somente não existe exploração, como esse é um sistema de oportunidades e que tudo só depende de você, nada tendo a ver com o sistema capitalista, seus fracassos e sucessos.

Aliás, a ideologia dominante nos informa que quando “vencemos” isso prova que o sistema funciona. Quando “fracassamos”, o fracasso é nosso, é individual. Não conseguimos perceber e agarrar as oportunidades, não

trabalhamos bastante, não nos exercitamos bem e corretamente, não poupamos o que devíamos, não estudamos o suficiente, fomos mal empreendedores.

A ideologia ainda naturaliza os fenômenos históricos e culturais, portanto confere às relações sociais capitalistas um estatuto de natureza e não de produtos históricos, transitórios. Por exemplo, a forma de organização do trabalho e as relações de reprodução capitalistas seriam fenômenos naturais. A existência de patrões e assalariados, ricos e pobres ou miseráveis, são informadas como uma condição natural, inevitável, portanto não passível de ser alterada. Como alguns dizem: - Ah, isso sempre foi assim.

E, finalmente, a ideologia, como mencionamos acima, apresenta aquilo que é particular como se fosse universal. Por exemplo, o estilo particular de vida, os valores, a visão de mundo da burguesia, suas noções de liberdade, de hierarquia, de Estado, de democracia, de cultura são disseminadas como universais.

Lembremos da frase impecável de Marx que já nos advertia de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” e essa dominância é mediada e reproduzida pela ideologia.

Porém, o que tudo isto tem a ver com Integração latino-americana e Cultura Viva?

Não há dúvida para o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande que nós latino-americanos e caribenhos somos explorados pelos países capitalistas centrais. Também não há dúvida que a essa exploração econômica, toda uma ideologia está colada de modo a nos alienar dos temas e das lutas essenciais para uma vida coletiva que prime pelo bem comum, pela solidariedade e pela soberania continental. Não há dúvida, ainda, que boa parte da produção cultural, mesmo no âmbito do Cultura Viva, sofre dos mesmos processos de alienação, que reforçam, mesmo sem querer, lógicas do interesse do capitalismo.

Portanto, compreender os mecanismos do capitalismo e produzir culturalmente na direção contrária não é diletantismo, é necessidade, tanto para a Integração latino-americana, quanto para o Cultura Viva.

Até a próxima, camaradas!

FASCISMO E IMPERIALISMO, VERSÕES DO CAPITALISMO

Karol Cardoso

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenação geral e de formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá, camaradas!!!

Nós do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande de Integração Latino-americana e Territórios de Fronteira e do Movimento Cultura Viva Brasil Sem Fronteiras seguimos com o compartilhamento desta série de vídeos como parte do nosso compromisso histórico com a formação política, cultural e popular dos povos latino-americanos e caribenhos.

Seguimos movidos por aquilo que entendemos como uma necessidade histórica: fortalecer a consciência crítica, o internacionalismo, a soberania dos povos e a luta pela emancipação humana política e material dos nossos povos.

Hoje nos propomos a refletir sobre dois fenômenos centrais da realidade contemporânea que não são outra coisa, senão faces agudas do capitalismo: o fascismo e o imperialismo. Não são, portanto, desvios ocasionais, acidentes históricos, são expressões estruturais do próprio capitalismo.

Por isso, adiantamos, não faz o menor sentido se dizer antifascista ou anti-imperialista e não se afirmar anticapitalista. É como dizermos que só não aceitamos a brutalidade, a ferocidade dos modos fascistas e imperialistas, mas quanto à exploração, à expropriação, à geração de miséria e violência “normal” do capitalismo, não temos nada contra.

Esta compreensão não surge do nada. Ela se ancora na tradição revolucionária inaugurada ainda no século XIX, quando o Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx e Friedrich Engels, afirmou que a história da humanidade é a história da luta de classes e que o Estado moderno opera, fundamentalmente, a serviço dos interesses da burguesia.

Já ali estava colocada a base teórico-metodológica para compreender que o capitalismo, diante de suas contradições e em condições históricas determinadas, não hesita em recorrer à repressão e à violência extrema para garantir seu domínio, sua hegemonia.

O capitalismo não se resume a um sistema econômico. Ele constitui uma forma total de organização da vida social, política, cultural e simbólica. Ele estrutura as relações entre os sujeitos, molda desejos, produz valores, estabelece hierarquias e define quem pode viver com dignidade e quem será condenado à precariedade.

Quando este sistema encontra limites para sua reprodução, quando já não consegue assegurar taxas de lucro, estabilidade social e consenso político, ele busca formas mais violentas de manutenção do poder. É neste contexto histórico que emerge, com força renovada, o fascismo.

O fascismo se desenvolve em períodos de insegurança social, desemprego, retirada de direitos e aprofundamento das desigualdades. Diante da insatisfação popular, o capital precisa desviar a revolta das suas causas estruturais. Para isso, constrói inimigos internos, transforma grupos historicamente oprimidos em bodes expiatórios e organiza o medo como instrumento político.

Assim, pobres, negros, mulheres, migrantes, povos tradicionais, populações LGBTQIAPN+ e movimentos populares passam a ser apresentados como ameaças à ordem. O fascismo converte sofrimento social em ódio dirigido, promovendo autoritarismo, militarização, censura e repressão, sempre em nome da defesa de uma ordem que serve aos interesses de poucos.

O imperialismo constitui uma versão externa de agudização da relação de exploração entre nações. Essa análise foi aprofundada por Vladimir Lênin em “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, quando demonstrou que a expansão imperialista não é uma escolha política eventual, mas uma necessidade estrutural do capitalismo em sua fase monopolista e financeira.

Quando os mercados internos se esgotam, o capital avança sobre outros territórios, povos e nações, subordinando economias inteiras para sustentar sua taxa de lucro.

O imperialismo se manifesta na dominação econômica, política, cultural e militar dos países centrais sobre as nações periféricas. Esta dominação se realiza por meio de guerras, sanções, bloqueios, endividamento, intervenções institucionais e manipulação informacional.

Na América Latina, no Caribe, na África e em outras regiões do Sul Global, essa lógica opera há séculos, desde o período colonial até suas formas contemporâneas. Trata-se de um colonialismo reconfigurado, que mantém a dependência, a subordinação e o saque sistemático das riquezas.

Fascismo e imperialismo, portanto, não são fenômenos com origens distintas. Constituem duas faces da historicidade capitalista. Um atua no interior das formações sociais, disciplinando, reprimindo e silenciando. O outro opera no plano internacional, subordinando economias, territórios e povos. Ambos garantem a continuidade da acumulação capitalista, da concentração da riqueza e da exploração estrutural.

Em nossa região, essa lógica produziu golpes de Estado, ditaduras, perseguições políticas, privatizações, destruição ambiental, criminalização dos movimentos sociais e fragilização das soberanias nacionais. Nada disso foi contingente, eventual. Tudo isso respondeu e responde à necessidade de manter nossos países dependentes da ordem imperialista global e, muito especialmente, dos Estados Unidos da América.

Mas o que tem a ver tudo isso com Cultura Viva?

Nós do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande compreendemos que necessitamos de uma cultura revolucionária, àquela que produz consciência de classe, memória histórica, identidade coletiva e organização popular. A cultura não é neutra. O fascismo constrói uma cultura do medo. O imperialismo impõe uma cultura da submissão. Ambos atuam sobre as subjetividades, naturalizando a desigualdade, a violência e a dependência.

Já uma cultura revolucionária fortalece os vínculos comuns, valoriza o conhecimento popular e o organiza para a luta, resgata histórias silenciadas e afirma a dignidade dos povos. Ela nos lembra que não somos colônia, não somos quintal, não somos descartáveis. Somos sujeitos históricos. Somos Pátria Grande. Somos Brasil Sem Fronteiras.

Seguimos apostando na formação crítica, na organização popular e na cultura como instrumento de emancipação. Porque ou a cultura viva é e se constrói como revolucionária ou será somente panos quentes no sistema.

Seguimos construindo revolução!

TOTALIDADE:COMPREENSÃO E TRANSFORMAÇÃO CONCRETA DO REAL

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!!! Chegamos ao nosso sexto episódio. Imaginamos que já deu para todas as pessoas que estão nos acompanhando perceberem duas coisas.

A primeira é que não há como imaginar um Movimento Cultura Viva que não seja nítido e explicitamente crítico ao capitalismo e também, como já explicitado, antagônico às lógicas patriarcais e coloniais.

Discursos retóricos sobre o bem viver, buén vivir, sumak kausay ou bem comum sem a construção de um caminho para o desmantelamento das estruturas capitalistas, coloniais e patriarcais, não são apenas inócuos, idealizações e romantizações da realidade concreta. Eles se configuram como dificultadores para mudanças materiais e subjetivas reais. Isso porque existe uma relação inversamente proporcional entre o avanço de discursos retóricos, idealistas e a construção de pensamento crítico e revolucionário.

A segunda é que damos sim muito valor à reflexão teórica e política. Lênin no seu livro “Que fazer” assinala acertadamente que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”.

Dito de outro modo, nossas revoltas, dores, indignações precisam se organizar teórica e politicamente e na ação prática. Se não formos capazes de operar nesse sentido, nossas ações tenderão a se realizar, por mais virtuosas que sejam, de modo errático. Serão tática e estrategicamente frágeis e individualizadas, não constituindo assim nem forma, nem conteúdo coletivo, revolucionário.

Pior ainda, nossas dores, revoltas e indignações podem ser utilizadas por terceiros, supostamente progressistas, que desde um referencial individual se promovem, virem empreendedores de si, influenciadores, casos de sucesso.

Estes, em última instância, alimentam a ilusão capitalista de que basta ter oportunidade que todas e todos podemos chegar “lá” ou mesmo que, sem nenhuma oportunidade dada, com criatividade e perseverança também se pode chegar “lá”.

E mesmo que se possa observar em parte significativa dos movimentos sociais e nas academias um avanço de uma apologia acentuada das vivências, das experiências que se encerram em si mesmas, sem nenhuma ou pouca preocupação com a análise de suas determinações históricas, políticas, econômicas e culturais, nós do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande avaliamos que há o que aprofundar.

Trazendo para o âmbito do Cultura Viva, do desafio da Integração Latino-americana ou do cruzamento entre estes dois elementos, é fundamental compreendermos o mais concretamente possível como se apresenta uma coisa, a outra e as possíveis interações entre as duas.

Isso tudo nos fez pensar em conversar hoje e no próximo episódio com vocês sobre um tema que tem surgido frequentemente nos episódios anteriores. Referimo-nos ao conceito de totalidade. E por que conversar sobre isso?

Pelo nível de fragmentação das interpretações, das políticas e mesmo de ação dos movimentos sociais e suas chamadas bandeiras, que se apresentam na atualidade como um emaranhado quase que impossível de desalinhar. Mas também por questões teóricas e metodológicas na tentativa de se construir uma compreensão rigorosa da realidade, desidealizada, desromantizada, condição incontornável para a construção de saídas concretas.

“Para onde vamos?”, “O que fazer?”, “Como juntar os fragmentos dessa sociedade capitalista e organizar a luta?”, “O que integrar?” “Para que integrar?”, “Como integrar?”

Não saímos dessas encruzilhadas por um passe de mágica, por uma iluminação transcendental, por um voluntarismo apaixonado ou por encantamento. Não sairemos dessas encruzilhadas com fraseologias, como diria Marx. A história parece nos mostrar exatamente o contrário.

Marx também já nos informava que a sociedade é uma totalidade viva e que deve ser compreendida em suas múltiplas determinações. Para ser mais preciso, a realidade da sociedade capitalista é uma totalidade, uma síntese de múltiplas determinações espaciais, históricas, políticas, econômicas e culturais.

Tomamos essa construção conceitual de Marx para que possamos avaliar dois movimentos essenciais para todas e todos nós envolvidos em movimentos sociopolíticos ou que nos dedicamos a produção de conhecimento, na academia ou não. O movimento de compreender da forma mais concreta possível a realidade que vivemos e o movimento na direção de sua transformação.

Afinal, como o próprio Marx nos assinala nas suas Teses sobre Feuerbach, “Até agora os filósofos se preocuparam apenas em interpretar o mundo de várias maneiras; o que importa é transformá-lo”.

Nesse sentido, a compreensão do Cultura Viva, suas potências e limitações, seja como Política Pública, seja como “Movimento”, ou o desafio da integração latino-americana, exige-nos a compreensão sobre as relações históricas, políticas, econômicas e culturais que nos trouxeram até aqui. Percebermos as contradições, as complexidades e como tudo isso está ligado à totalidade desse sistema-mundo capitalista.

Entendermos que a Hydra, que já comentamos aqui é uma totalidade e a sua superação não ocorrerá pela destruição das partes, mas do todo, é imprescindível. Não sendo a mera soma das partes, a Hydra se constitui, diversamente, como estrutura muito mais complexa, não linear, não contínua, não homogênea e que abriga permanentemente contradições.

Esta compreensão concreta de como chegamos aqui é o que pode nos fornecer a chave para as revoluções, para a materialização das nossas utopias concretas. Organizar o campo, definir estratégias, identificar aliadas/os e lutar coletivamente.

O capitalismo só tremerá diante das massas trabalhadoras, precarizadas e subalternizadas juntas e organizadas!

Até o próximo episódio!

TOTALIDADE, IDENTIDADES E IDENTITARISMOS

Débora Mírian

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenação geral e de formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!!!

Compreender os fenômenos sociais como síntese de múltiplas determinações, implica romper com a fragmentação interpretativa imposta por leituras convenientes ao capitalismo e à colonialidade que separam cultura, política e economia, definindo-as como esferas autônomas. Elas não são!

Esta afirmação aponta para a compreensão e para a organização das lutas nas mais distintas esferas, questões, fenômenos sociais, incluindo o Cultura Viva, seja como Movimento, seja como Política Pública, ou a tensa discussão contemporânea sobre identidade e identitarismos.

Vamos começar pelo tema da identidade.

As identidades são formas sociais construídas, portanto não são essenciais, naturais. São um produto histórico-social de caráter inacabado.

Como construção social, as identidades se constituem sempre a partir do binômio espaço-tempo. Ou seja, no trânsito histórico e situadas em um determinado solo, território, espaço. As identidades vão assim se constituindo, tendo como argamassa as condições e relações materiais nas quais os indivíduos estão inseridos e suas capacidades de imaginar, subjetivar e concretizar diferenciações, identificações e pertencimentos.

São por esses processos de identificação e pela criação de um corpo social relativamente articulado e integrado, que se desenvolve uma consciência sobre o lugar que este ocupa na estrutura social, sobre as condições às quais estamos submetidos e sobre as relações hegemônicas que organizam essa estrutura social. Isso torna possível a afirmação desses corpos sociais, a emergência de um primeiro nível de consciência, do grupo ao qual se identificou.

Mediante a sua organização, esse corpo social pode desenvolver um campo de produção de conhecimento, de luta, revolta, transgressão, caso se encontre em posições exploradas, subalternizadas.

Ou pode desenvolver um campo de produção de conhecimento, de ideologia e mecanismos de controle ou repressivos, caso se encontre em posições privilegiadas política e economicamente, com vistas a mantê-los.

É possível, portanto, afirmar que estas identificações e a construção mínima de uma identidade a partir de marcadores materiais como seu poder aquisitivo, onde mora, acesso à saúde, educação e cultura, mas também simbólicos como valores, sentidos e significados, são o germe para a consciência de classe, como compreensão clara dos processos de exploração e disposição para transformá-la.

Uma consciência que se alarga para além do grupo, abrangendo a coletividade dos sujeitos explorados e subalternizados, entendendo que mudanças estruturais não podem ser conquistadas a partir de um único grupo, considerando a dimensão e a qualidade de totalidade do sistema capitalista, colonial, patriarcal.

Mas e os identitarismos?

Começamos com uma curiosidade. Como nos informa o camarada marxista de origem paquistanesa, infelizmente precocemente falecido, Asad Haider, em seu livro “Armadilha da identidade”, foi em 1977 que surgiu pela primeira vez o termo política identitária, mas em um contexto bem diverso do qual se critica hoje.

Surge em uma publicação de um coletivo de mulheres, negras e lésbicas de Boston, chamado Combahee River. Vale a pena reproduzir parte desse texto, onde a expressão política identitária surge em seu sentido original:

“Somos socialistas porque acreditamos que o trabalho deve ser organizado para o bem coletivo daqueles que fazem o trabalho e criam os produtos, não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que criam esses recursos. Porém não estamos convencidas que uma revolução socialista que não seja também feminista e antirracista garantirá nossa libertação”.

Ou seja, o termo cunhado pelo Combahee River enfrentava o pacote completo das opressões, a Hydra contemporânea, acreditava em alianças, não buscava microprivilégios e demonstrava na leitura da realidade, na organização e na luta por transformação o entendimento óbvio de que o sistema capitalista constitui uma totalidade.

Concebemos o conceito de totalidade como uma arma metodológica-política de entendimento e de ação revolucionária sobre a realidade por pelo menos três aspectos:

Ele desafia tanto os universalismos quanto os particularismos abstratos, que servem para legitimar a dominação dos países capitalistas centrais sobre o resto do mundo, bem como das classes hegemônicas de cada país sobre as classes trabalhadoras, sempre sob signo da exploração e da violência ou a fragmentação das resistências e lutas das classes subalternizadas.

Também nos faz pensar a cultura para além da arte, envolvendo a complexidade dos processos histórico-políticos, formas de organização social, modos de vida e projetos de futuro. Logo, a cultura possui um lugar central tanto para contribuir com a manutenção da ordem vigente, quanto para alterá-la,

E, por fim, perceber as potencialidades, trazendo para o nosso contexto, de um processo de integração latino-americana, a partir da identificação das trajetórias comuns a todos os nossos povos, marcadas pela colonização, exploração, resistência, dependência, insurgência, luta e reinvenção contínua. Dito de outra forma: se avaliarmos material e historicamente nossa América Latina e Caribe, podemos constatar que muito mais são os elementos que nos juntam, que aqueles que nos separam.

Portanto, os identitarismos que criticamos são aqueles que emergem e se manifestam descolados das lutas totalizantes e que se renderam à lógica capitalista ou, como alguns preferem, a lógica neoliberal.

Aqueles que foram capturados pela gramática do Estado burguês contemporâneo com suas políticas públicas fragmentadas, seus reconhecimentos, oportunidades, representatividades e estímulos ao empreendedorismo disso ou daquilo.

Aqueles que se ensimesmaram em suas identidades como se fossem fixas e criam fantasias de uma pureza ancestral em um passado idílico ou de uma superioridade moral por causa das vivências que ninguém mais teve.

Finalizamos esse episódio afirmando o compromisso do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande com todas as lutas dos povos indígenas, negros e negras, movimentos populares, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e tantos outros e outras que lutam pelo seu direito à vida digna, vida boa.

Contudo, recordamos que quando quaisquer movimentos não integram a crítica e a luta contra o capital às suas lutas específicas, particularizando, reduzindo tais lutas para caberem no sistema, não se avança nem na superação

das questões específicas, nem naquelas que atingem a totalidade das populações subalternizadas e exploradas.

A potência revolucionária reside na articulação de um projeto amplo de emancipação social, reconhecendo a totalidade e a indivisibilidade das lutas.

Unimo-nos, camaradas!!!

NÓS, LATINO-AMERICANAS E LATINO-AMERICANOS - SENTIDOS QUE NOS APROXIMAM E ALIMENTAM O DESEJO-NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO.

Débora Mirian
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
João Arthur Ribeiro
Membro do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens

Dizer “nós, latino-americanas e latino-americanos” não diz respeito à uma natureza latino-americana, nem uma identidade cultural já constituída, tampouco homogênea, mas à construção de um campo de pertencimento, de um sentido comum, de uma comunidade na qual seus partícipes têm muito mais motivos materiais e subjetivos para caminharem juntos que separados.

Temos definido isso como um desejo-necessidade, tantas vezes escrito e cantado em verso e prosa. Identificado, sentido e disseminado por muitas e muitos que lutaram pela nossa libertação do jugo colonial, contra o imperialismo, especialmente, o estadunidense e contra as elites econômicas de nossos países latino-americanos e caribenhos.

Um desejo que nasce das histórias, dos encontros, dos reconhecimentos entre pares. Uma necessidade material, pragmática de defesa dos nossos bens comuns, nossos povos, nossa soberania.

Esse “nós” não é homogêneo, nem isento de contradições ou mesmo conflitos; ao contrário, nasce da pluralidade de povos distintos, com percursos que guardam particularidades, mas que, no entanto, compartilham experiências comuns relacionadas a pelo menos três aspectos.

O primeiro, a um processo colonizador brutal que dizimou populações inteiras e escravizou povos originários e trazidos da África, fundando uma lógica de racialização que nos marca até hoje, caracterizada, sobretudo, pela subtração do estatuto de humanidade desses povos, o que conferia de fato ao colonizador, aos chamados senhores de escravos, o poder de vida e de morte sobre eles. Era gente tornada coisa, tornada mercadoria que literalmente se compra e se vende no mercado.

O segundo, ao desenvolvimento de elites econômicas locais subservientes às nações capitalistas centrais, o que engendrou um capitalismo dependente marcado pelo fraco investimento em educação e tecnologia, superexploração de trabalhadores e trabalhadoras, alta concentração de renda, subordinação econômica e pela priorização da exportação de commodities, secundarizando o fortalecimento da indústria.

E terceiro, e não menos importante, relacionada à constante interferência externa, sobretudo estadunidense, atuando nos nossos países política, econômica e militarmente para garantir sua zona de influência e não permitir que deixemos de ser a fazenda, a mina ou o poço de petróleo que abastece aquele país. Isso sem falar dos nossos corpos explorados, precarizados, uberizados, corpos-mercadoria.

Bom lembrar que o tráfico e o trabalho escravo, junto com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção, as pilhagens e monopólios mercantis sobre o comércio colonial e, na sequência a sistemática exploração das massas trabalhadoras assalariadas, foram elementos decisivos para os processos de acumulação primitiva nas origens do capitalismo.

A Europa ter sido o que foi e ainda, em parte, é, bem como os Estados Unidos da América terem se tornado o que são a partir do início do século XX, são fenômenos geopolíticos que não podem ser explicados sem a constatação da relação violenta, desumana e muitas vezes genocida dessas nações capitalistas centrais sobre as nações invadidas, subalternizadas e empobrecidas.

Portanto, esse desejo-necessidade de integração latino-americana e caribenha se alimenta da percepção de que nossas histórias são marcadas por processos semelhantes de exploração e imposição econômica e bélica, mas também, simultaneamente pelo que partilhamos desde nossas formas construídas de organizar a vida coletiva, resistir e nos afirmar.

Não se trata de apagar diferenças, mas de criar pontes entre experiências diversas que reconhecem a necessidade de criar um campo estratégico de transformação social, de afirmação de soberania e de capacidade coletiva de defesa contra ameaças imperialistas, como as protagonizadas há muito tempo pelos ianques.

A integração, nesse sentido, não significa uniformização, mas articulação como um povo diante de desafios estruturais comuns e da nossa própria autonomia ameaçada enquanto nações livres e soberanas. Desse modo, integração e autodeterminação são processos complementares e não opostos. Integrar o

que precisa ser integrado para garantir tanto a autodeterminação dos nossos povos, quanto nossa soberania frente ao imperialismo.

Portanto, ratificamos, que o sentimento de pertencimento continental emerge não de uma identidade pura, de uma ancestralidade única, tampouco de algo que nos une naturalmente ou de algum idealismo.

Reconhecemo-nos latino-americanos requer, preliminarmente, um voltar-se à história, um trabalho de memória, o avistamento das nossas trajetórias entrelaçadas e marcadas, repetimos, pela violência colonizadora, pela escravização, pela imposição cultural, pela exploração econômica, pelas ameaças ou consumação do uso de forças bélicas contra nós.

Também, e não menos importante, afirmarmo-nos como coletividade latino-americana e caribenha está ligado ao tempo presente, às correlações de força internacionais e à recrudescência imperialista estadunidense.

Não há saída para a América Latina e Caribe que não seja pela integração, como um bloco irmanado por uma história comum, e não apenas no nível cultural ou mesmo infraestrutural. Urge uma integração cultural, política e inclusive bélica de nossos países.

Este “nós” aponta para uma necessidade histórica: integrar para existir com autonomia. A América Latina e o Caribe aprendem continuamente que, isolados, permanecem mais vulneráveis às dinâmicas de dependência econômica, tecnológica e cultural e, articulados, ampliam sua potência, às possibilidades de se autodeterminarem e à capacidade de incidência política global.

A integração aparece, assim, como horizonte de emancipação. O “nós” não é uma categoria identitária, mas projeto político-cultural em permanente construção. Ele se realiza na medida em que nossos povos deixam de ser meros receptores de modelos externos e assumem o papel ativo de produtores de sentidos, das suas histórias, do seu destino.

Até o próximo episódio camaradas!

INTEGRAR O QUÊ? INTEGRAR PARA QUÊ? COMO INTEGRAR?

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas que desejam construir um projeto político, econômico e cultural integrador para a nossa América Latina e Caribe.

Nos episódios anteriores conversamos sobre muita coisa, mas, sobretudo, aquilo que consideramos o elemento essencial para pensarmos um Movimento relevante politicamente e não somente um ajuntamento de organizações sob a tutela do Estado para fazer ações fragmentadas e que não constroem consciência de classe.

Reportamo-nos, justamente, a uma perspectiva anticapitalista. Mas por que esse inusual início de conversa sobre Cultura Viva, quando o discurso hegemônico e mais acolhido fala de potências, encantamentos, base comunitária ou pelo lado mais institucional, certificação, editais e legislação?

Porque não há como juntar essas duas palavras, Cultura e Viva, numa mesma expressão sem enfrentar todas as lógicas que diminuem, despotencializam, desencantam, descomunitarizam qualquer experiência humana de bem comum.

E o capitalismo é pródigo nisso, assim como as lógicas coloniais, patriarcais ou quaisquer outras que hierarquizam arbitrariamente as relações entre pessoas, comunidades e países como base nos poderes econômico, bélico e mesmo comunicacional.

Daí quando falamos de integração latino-americana e caribenha, precisamos fazer perguntas que na superficialidade da lógica capitalista ou dos vendedores de soluções mágicas não se faz. O que integrar? Para que integrar? Como integrar?

Não são perguntas fáceis. Não apontam para soluções rápidas, nem lineares. Não há certeza alguma de que as respostas que, porventura elaboremos, nos levem a um futuro cheio de bem-aventuranças, que mimetiza um passado supostamente idílico, romantizado. São perguntas que inversamente podem desvelar um processo complexo, contraditório, longo e incerto, todavia real.

E esse enfrentamento do real, como síntese de múltiplas determinações históricas, culturais, políticas e econômicas é condição preliminar para qualquer projeto de mudança estrutural, qualquer processo revolucionário.

O que integrar, afinal?

Antes de qualquer coisa, integrar nossos povos. Já comentamos em episódios passados que essa é uma tarefa complexa, no entanto, o trabalho pedagógico e político-cultural com base nas histórias e memórias comuns, é fundamental. Não em busca de uma identidade idealizada, mas do real, do material, das conexões artísticas, culturais e dos símbolos comuns que nos atravessam.

A integração enquanto tiver como objeto somente a economia, acordos comerciais, infraestruturas ou tecnologias e partindo das estruturas de Estado, permanecerá como uma integração superficial, circunstancial. Ela tem de ter base popular. É preciso, portanto, avançar no trabalho de construção de uma consciência latino-americana de modo que não nos vejamos como inimigos ou apenas oportunidades de mercado uns para os outros, mas como comunidade.

A adesão, portanto, de uma parte majoritária dos povos de cada Estado-nação do continente a um projeto de integração é a base material necessária para a sedimentação de um efetivo processo integrador. Sem gente que queira se integrar, não há integração.

E isso demanda trabalho constante, militante, perseverante. Exige a criação de um campo, formação de quadros que vocalizem a possibilidade concreta da integração e muita ação seja educativa formal ou informal, articulação e comunicação.

E para que integrar?

Integrar para existir. Poderíamos ficar por aqui, sobretudo, no contexto de recrudescimento do imperialismo estadunidense, mas esse existir precisa ser qualificado. Existir soberanamente é o ponto, com mais segurança em relação às constantes ameaças bélicas e econômicas dos países capitalistas centrais e com nossas economias e defesas integradas.

Os eventos recentes protagonizados pelos Estados Unidos da América que envolveram e envolvem chantagens, bloqueios, pirataria, assassinatos, invasões e sequestros presidenciais ocorrem por uma fragilidade bélica e econômica dos nossos países sozinhos.

O bloqueio criminoso contra Cuba, a invasão de território venezuelano e sequestro de seu presidente, as ameaças e chantagens a Brasil, México e Colômbia são eventos nada ocasionais. Já tratamos da lógica imperialista em episódios passados. Assim, nem que fosse por uma necessidade apenas pragmática de nos defender do agressor, isto já seria motivo de sobra para nos integrar.

E finalmente, como integrar?

Uma integração que se construa no sentido do bem comum, da sedimentação de processos de justiça, emancipação socioeconômica e de ultrapassagem de todas as formas de discriminação e violência, não pode ser efetivada no interior do sistema hegemônico capitalista-colonial-patriarcal, que como já vimos, alimenta-se da exploração e da expropriação de populações inteiras e da natureza.

Portanto, como integrar nossa América passa por um projeto, simultaneamente, nacional e internacionalista de caminho ao socialismo. Não há negociação nem com o capital, nem com o aparato estatal que dá suporte à lógica privatista e excludente que organiza nossas vidas.

Não há também negociação com estruturas conservadoras e fundamentalistas que tentam definir a vida das pessoas por questões raciais, de gênero e sexualidades, de idade ou de deficiência, dentre outras.

Ler, falar, escrever, escutar bastante, criar material e artisticamente, científica e popularmente, difundir ao máximo e organizar o campo. São as tarefas diárias de quem luta pela emancipação humana, ultrapassando o lamaçal do capitalismo, e de quem luta por uma América Latina e Caribe livre e soberana, derrotando quaisquer projetos imperialistas.

Em todo este cenário, cabe aos organismos, ditos Cultura Viva ou não, posicionarem-se. Permaneceremos emitindo fraseologias ocas de materialidade e sem desejo concreto de mudanças para todas e todos ou enfrentaremos a Hydra por nós e por uma América Latina e Caribenha integrada?

Sigamos camaradas!!! Até o próximo episódio!!!

CHEGOU A HORA! VAMOS MERGULHAR NA CULTURA

VIVA - ANTECEDENTES

Fernanda Jamile Andrade Parente
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá, camaradas!!!

A história não dá saltos. Todo acontecimento sociopolítico possui condicionantes históricos e materiais para seu aparecimento e, no mesmo sentido, estes tiveram seus próprios condicionantes que lhes possibilitaram suas emergências num dado tempo.

Essa mirada é fundamental para entendermos que tudo é fluxo histórico. Que não existem ideias salvadoras ou salvadores de qualquer natureza. O que existe de fato é construção edificada a muitas mãos, com contradições, tentativas, “erros” e “acertos”. Não existe ideia nascida por geração espontânea, sem contradições ou que não gere contradições. Com o Cultura Viva não seria diferente.

Depois de percorrer conceitos, perspectivas teórico-políticas que dão sentido à existência e à ação do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, chegou a hora de mergulhar diretamente na experiência que atravessa toda esta série, o Cultura Viva, iniciando pelos seus antecedentes históricos, políticos e institucionais.

Como antecedente ou condicionante imediato para o surgimento dessa ideia-conceito, podemos citar a eleição do nordestino, migrante e ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores para seu primeiro mandato como Presidente da República em 2002. Se o eleito tivesse sido José Serra do PSDB em vez de Lula, não existiria Cultura Viva.

Citamos ainda as experiências das Comunidades Eclesiais de Base, da pedagogia de Paulo Freire e os Círculos de Cultura, do teatro do oprimido de Boal, da Teologia da Libertação, da resistência à ditadura e, posteriormente, ao projeto neoliberal que chega ao seu clímax no governo Fernando Henrique

Cardoso. Todos estes são antecedentes importantes para a criação do solo a partir do qual surgiria o Cultura Viva.

Não podemos esquecer também do processo constituinte que culmina em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. É ali que os direitos culturais passam a ser reconhecidos como dever do Estado.

Assim, a Constituição estabeleceu que caberia ao poder público garantir o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional, o fomento à produção cultural e a cooperação entre entes federados e sociedade civil.

Importante citar ainda as experiências em política pública cultural, por exemplo, desenvolvidas entre 1989 e 1992 na cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina, tendo como secretária da cultura, Marilena Chauí.

Bem como, as experiências realizadas em Campinas quando Célio Turino foi secretário da cultura naquela cidade entre 1990 e 1992, na qual se utilizou pela primeira vez o termo Ponto de Cultura, mas em uma perspectiva substantivamente diferente.

Se os elementos acima citados nos apontam para antecedentes em âmbito nacional, existia também em nível continental uma história e uma ambiência geopolítica e econômica que favoreceram a emergência desta ideia que se materializou em Programa Governamental em 2004 e em Política Pública Nacional em 2014 no Brasil.

O início dos anos 2000 é marcado pela emergência continental de governos que configuraram o que hoje chamamos de ciclo progressista latino-americano, protagonizado por personalidades e partidos em seus respectivos países que, não necessariamente possuíam horizontes comuns, mas que implementaram em suas gestões, estratégias similares como: o fortalecimento do papel do Estado na economia; uma ampliação e aprofundamento de políticas sociais; e o desenvolvimento de uma política externa mais autônoma do que as dos governos que precederam este ciclo, engajados e subordinados à uma agenda expressamente neoliberal.

Encontram-se aqui os governos Lula/Dilma Rousseff no Brasil, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia, dos Kirchner na Argentina, de Rafael Correa no Equador e de Tabaré Vázquez / Pepe Mujica no Uruguai.

Poderia-se aqui agregar, ainda, Fernando Lugo do Paraguai e Manuel Zelaya de Honduras, ambos tendo sofrido, a exemplo de Dilma Rousseff, golpes de Estado travestidos de impeachments.

A América Latina, especialmente para aqueles e aquelas que lutaram contra as ditaduras em seus países, membros de movimentos sociais e outras forças políticas de esquerda, bem como, pessoas comuns, sem necessariamente estas vinculações, viviam no início dos anos 2000 uma esperança legítima de uma mudança de rumo econômico e político, mas também cultural em seus países.

Assim, a análise deste campo político e econômico nacional e latino-americano é fundamental para compreender a emergência e a adesão ao Programa Cultura Viva no Brasil e sua influência nos demais países da América Latina.

Recordemos, a história não dá saltos, tampouco as ideias brotam por geração espontânea ou por iluminação transcendental. Ideias são construídas a partir das condições e relações materiais e do que fazemos com estas. E o que fazemos com estas condições e relações podem contribuir para a preservação ou para a alteração da ordem hegemônica.

Vivia-se assim, uma atmosfera de mudança, de crença no futuro após a ultrapassagem das ditaduras e de governos neoliberais alinhados com os interesses dos países capitalistas centrais e com o receituário neoliberal do Consenso de Washington.

No Brasil, o Programa Cultura Viva anunciava esta nova perspectiva, delineada já no discurso de posse do ministro da cultura Gilberto Gil em janeiro de 2003, com nítidas críticas às primazias dentro da política cultural do que ele denominou de “formas canonizadas” da produção cultural.

Crítica ainda à lógica do mercado que privilegiava sempre o mais forte e que no nível estatal tomava forma nas leis de incentivo fiscais que colocavam nas mãos da iniciativa privada, ou seja, do mercado, a prerrogativa de definir em grande medida o que se produzia culturalmente no país.

Nos demais países latino-americanos, as experiências em cultura comunitária, conjugadas com a observação destes sobre o Programa Cultura Viva brasileiro e o contexto sociopolítico e econômico da região, também impulsionam a ideia do Cultura Viva, espalhando-a por toda a América Latina.

Especialmente nos países de língua espanhola, o termo *Abya Yala* utilizado pelo povo Kuna da Colômbia, dentre outros povos originários, para designar a América, tem seu uso intensificado e capilarizado entre não indígenas, especialmente, entre ativistas da Cultura Viva Comunitária.

O ideal bolivariano da Pátria Grande, da integração latino-americana, ecoa no movimento como uma forma de resistência à influência colonial-capitalista

e de afirmação de uma cultura não eurocêntrica e que reconheça e valorize os conhecimentos dos povos originários, da diáspora africana e populares.

Antecedentes diversos tornaram possível a materialização da ideia de Cultura Viva, mas com um pano de fundo comum que é fundamental, vivíamos sob a égide dos governos progressistas na América Latina.

Se cinco ou dez anos antes víamos nossos governos nacionais neoliberais como inimigos, agora os nossos governos do progressismo latino-americano eram vistos como parceiros. Um engano.

Sem nenhum maniqueísmo e ratificando que os Movimentos têm sim de dialogar e incidir nas políticas públicas, governos são governos e ai dos Movimentos que não entenderem isso, pois serão ou cooptados ou em algum momento se sentirão traídos.

Até o próximo episódio, camaradas!!!

PONTO DE CULTURA E CULTURA VIVA ENTRE A POLÍTICA PÚBLICA E UM PROTOMOVIMENTO

Antonio Iago Freire de Sousa
Agente Cultura Viva
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!!!

Seguimos nosso percurso teórico-político trazendo hoje uma questão fundamental para compreender a natureza histórica e dialética do Cultura Viva como política pública e como possibilidade de construção, ou não, de um movimento político e cultural autônomo e independente da esfera estatal.

Para compreender o Cultura Viva é importante observar como surgem, historicamente, as políticas públicas. Via de regra, elas são resultado direto da mobilização social organizada. Um exemplo é o Sistema Único de Saúde, o SUS, fruto de intensas lutas populares, mobilizações da sociedade civil e reivindicações do movimento sanitaria brasileiro na década de 1980.

Ou seja, tratou-se da construção de um campo de forças e lutas pelo direito universal à saúde antes mesmo da existência da política pública. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, o Estatuto da Igualdade Racial ou as políticas públicas para prevenção à violência contra as mulheres e a punição dos seus agressores, o caminho foi o mesmo.

No caso da Cultura Viva, o processo ocorre de maneira distinta.

A experiência Cultura Viva nasce como formulação dentro de uma estrutura de governo. Surge como um Programa que cria instrumentos legais, jurídico-administrativos, a partir de uma definição idealizada sobre o que seria em essência Pontos de Cultura.

Trata-se, pois, de uma intervenção estatal bem intencionada e alinhada com a atmosfera política nacional e continental do início dos anos 2000, para organizar e fomentar o campo constituído por experiências culturais já existentes, portanto com histórico de atuação. Estabelece também formas de relacionamento entre governo e sociedade civil, no caso, os agora batizados pela Política Pública como Pontos de Cultura.

O Cultura Viva como programa de governo e depois como política pública de Estado se constitui, nesse sentido, como um dispositivo institucional pelo qual o Estado reconhece, certifica e legitima os Pontos de Cultura, mediante procedimentos específicos, padronizados.

O surgimento da ideia e da formulação inicial da Cultura Viva no Brasil é, portanto, um evento datado. Ela nasceu no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um programa de governo ligado ao Ministério da Cultura, através da Portaria nº. 156 de 06 de junho de 2004.

Depois, enquanto Lei Federal, constitui-se como uma política pública. A Política Nacional Cultura Viva se torna, então, o produto da interpretação e do direcionamento político que as gestões conferem àquilo que está posto em suas leis e normativas. Esse comentário não é supérfluo. Há sempre margens interpretativas entre o que foi escrito, a interpretação hegemônica do que foi escrito e a sua implementação efetiva.

Do ponto de vista daquilo que poderíamos designar como Movimento, o Cultura Viva (e seus Pontos de Cultura), ainda não ultrapassou o estágio de um protomovimento. É, portanto, um conceito, um campo em disputa.

Avaliamos que a política pública ter precedido a constituição de um Movimento, como os citados há pouco, que a demandasse expressamente, organizadamente, constitui-se como o calcanhar de Aquiles para a conformação de um Movimento cultural e político autônomo, relevante, crítico e propositivo.

Neste cenário, nos primeiros anos do Programa Cultura Viva, se constrói uma narrativa bem sucedida, derivada do apelo político de que o programa provinha das bases populares, de que este nascera de baixo para cima. Todavia, tal narrativa não guarda nenhuma verossimilhança com a realidade e desmorona diante da análise histórica de como ele foi criado. Tais avaliações, no entanto, não invalidam de modo algum seu caráter inovador à época.

Mas, por que Protomovimento, afinal?

Porque este ainda não foi capaz de formular princípios e horizontes próprios, para além daqueles tomados de empréstimo da política pública. Tampouco desenvolver estratégias, arcos de aliança e campos de disputa para além de representações, tipos, quantidade e valor de editais e participação no que se convencionou chamar de governança da política pública.

Um protomovimento também porque, nascido tutelado por uma política pública, este foi incapaz de exercer o protagonismo, a autonomia

e o empoderamento que os ideólogos progressistas dos Pontos de Cultura afirmavam que a política fomentaria. Não, nem política pública, nem reconhecimento simbólico, nem apoio financeiro constituem matérias primas das quais se forja consciência e luta.

A constatação disso pode ser feita com bastante tranquilidade. Quando, por exemplo, observamos o esfacelamento das articulações e da incidência política dos pontos de cultura como estrutura coletiva, supostamente orgânica e empoderada, após o golpe jurídico - parlamentar - midiático - empresarial de Dilma Rousseff.

Durante o deserto no qual caiu a política nacional Cultura Viva entre os anos de 2016 e 2022, sem editais, sem custeio de diárias, passagens e hospedagens para reuniões e das Teias e Fóruns, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e a ampla maioria das redes estaduais e temáticas, hibernaram.

Criou-se então no âmbito da Rede Nacional Cultura Viva uma conveniente narrativa que colou. Diziam: - “Não vamos sentar na mesa de negociação ou ter qualquer tipo de discussão com golpistas!”.

Essa narrativa, no entanto, só faria algum sentido se paralelamente essa Rede tivesse desenvolvido uma organização interna, articulações, mobilizações, construído um campo de resistência e afirmação do Cultura Viva. A questão é que nada disso ocorreu na ampla maioria das redes Cultura Viva.

Bem, pode não ser agradável ouvir outras vozes e ler outras escritas que divirjam do senso comum Cultura Viva, todavia ouvi-las e discutir o que elas enunciam com honestidade intelectual e militante é a via régia para que, encarando as contradições internas, possamos iniciar um processo de construção de um Movimento Cultural e Político relevante, atuante e revolucionário.

Abraços e até a próxima, camaradas!

CONSTRUIR MOVIMENTO NÃO É COMPOR UMA REDE - O DESAFIO DA AUTONOMIA E DA EMANCIPAÇÃO

Júlia Dalri Eller

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenação geral e de formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá, camaradas.

Seguimos nosso percurso de reflexão sobre Cultura Viva trazendo uma questão decisiva para o presente e o futuro dessa experiência: a diferença entre construir movimento e compor uma rede.

Este não é um tema menor num mundo onde as redes sociais possuem uma centralidade desmedida nas nossas vidas privadas e coletivas; onde compor redes é pré-condição para sermos vistos, identificados, reconhecidos.

Estamos em incontáveis redes, mas quantos Movimentos formamos, construímos?

Com todas as facilidades que as redes nos oferecem, existindo redes para tudo que imaginarmos e fragmentados nas inúmeras redes que participamos, essa era das redes não poderia ser compreendida como um dispositivo de gestão e controle social? Inversamente o oposto da liberdade supostamente oferecida por elas?

À primeira vista, rede e movimento podem parecer a mesma coisa. Ambos conectam pessoas, iniciativas e territórios. Ambos produzem encontros, trocas e circulação de conhecimento. Ambos ampliam a visibilidade e, potencialmente, podem fortalecer vínculos.

Mas há uma diferença fundamental: uma rede pode surgir, ser criada alheia a conflitos e contradições, focando-se, por exemplo, em oportunidades ou na gestão de algo. Um movimento nasce do conflito, das contradições gestadas e agudizadas dentro do próprio sistema em que vivemos.

Redes articulam. Movimentos, transformam. Redes conectam experiências. Movimentos produzem ação política. Redes podem coexistir com a ordem vigente. Movimentos colocam a ordem hegemônica em questão.

Quando pensamos Cultura Viva apenas como rede de iniciativas culturais reconhecidas pelo Estado, corremos o risco de reduzir sua potência histórica, material e simbólica a um arranjo administrativo-burocrático. Quando pensamos Cultura Viva como movimento, abrimos a possibilidade de que esses mesmos Pontos de Cultura como fenômeno coletivo, de massa consciente, torne-se sujeito de transformação estrutural da sociedade.

Construir movimento exige algo que a lógica das redes nem sempre demanda: autonomia política. Autonomia não significa isolamento nem recusa do diálogo institucional. Significa capacidade de existir, decidir e agir para além das mediações ou interferências do Estado, do mercado e das estruturas de poder que organizam a vida social. Agir, inclusive, em franca oposição a estas estruturas quando a análise política assim indicar.

A cultura viva comunitária, sem essa autonomia política, que passa por uma compreensão das suas determinações históricas, materiais e simbólicas e por tomadas de posição nítidas para o bem comum, ela pode ser reconhecida, financiada, premiada, mas permanecerá limitada. Pode circular, mas não transforma. Pode sobreviver, mas não emancipa. Pode alçar alguns à condição de protagonistas disso ou daquilo, mas não contribui para a construção de uma sociedade igualitária.

Falamos de autonomia real talhada em madeira dura, em processos coletivos, geralmente longos, com muitos ciclos de contradição e superação.

Não falamos do discurso retórico, pouco crível que nos aponta que o reconhecimento do Estado é capaz de gerar ou mesmo potencializar magicamente, autonomia, empoderamento e protagonismo, a não ser dentro dos limites estruturais aceitáveis pelas classes dominantes.

Por isso, o desafio colocado para o Cultura Viva, hoje enquanto um potencial Movimento Político e Cultural, não é apenas ampliar redes, lutar pelo aumento do número de editais e seus valores ou colaborar no maciço processo de certificação da Política Pública.

Isso é muito pouco. Seu desafio é produzir consciência crítica, histórica e política, fortalecer organização popular e construir capacidade coletiva de intervenção na realidade, na materialidade da vida. O desafio também é conjugar o estético e o político num projeto revolucionário.

Em outras palavras: passar da articulação utilitária para a ação política concreta. Da gestão, da governança cultural para a revolução. Da dependência institucional para a emancipação histórica.

Isso não acontece, no entanto, de forma espontânea. Os movimentos não nascem apenas do encontro e do abraço, eles nascem da necessidade material, do atrito e da projeção do que a ação coletiva é capaz de criar, especialmente, no nosso contexto latino-americano, atravessado pela dependência econômica, exploração colonial e desigualdade estrutural.

Diante disso, a cultura viva só realiza plenamente seu potencial sentido emancipador se conectar-se a um projeto mais amplo de libertação dos povos.

Ou seja, não como um Movimento para si, mas para o outro, para lutar com todas as armas, materiais e simbólicas, para a construção de um outro tipo de sociedade, uma sociedade para o bem comum, aquela mencionada por Marx na qual “a cada um segundo sua necessidade e de cada um conforme sua capacidade”.

Construir movimento, portanto, é transformar, revolucionar tudo que precisa ser revolucionado, como diria Fidel. É fazer da memória, da arte, do território e do cuidado comunitário não apenas expressões simbólicas, mas práticas de mudança política concreta.

Esse é o desafio do nosso tempo: não apenas existir em rede, mas mover a história.

Seguimos juntos, camaradas.

Porque cultura viva que não emancipa corre o risco de apenas se adaptar. E nós não nascemos para nos adaptar. Nascemos para transformar. Até o próximo episódio.

TERRITÓRIO, COMUNIDADE, BASE COMUNITÁRIA E CULTURA VIVA

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Camaradas da nossa América Latina Caribe, seguimos em mais um vídeo do nosso Pequeno Dicionário Crítico.

Dessa vez, vamos conversar sobre conceitos largamente utilizados no âmbito do Cultura Viva, seja entre os Pontos de Cultura, seja desde as instâncias governamentais: comunidade, território e base comunitária.

Embora não seja objeto deste episódio discutirmos sobre a presença e o sentido destes termos na Lei Cultura Viva brasileira, faremos, para iniciar, alguns breves comentários sobre isso, de modo a estimular a curiosidade de quem está nos assistindo para depois nos aprofundarmos neste tema.

Vale a pena saber, por exemplo, que o termo “comunitário” aparece na Lei e na Instrução Normativa que regulamenta a Lei somente uma vez, apenas para definir que um “núcleo social comunitário” pode ser compreendido como um Coletivo Cultural.

Quando se pesquisa sobre “base comunitária”, não há nenhum registro, nem na Lei, nem na Instrução Normativa.

Já os termos território e territorial inexistem na Lei, mas aparecem oito vezes na Instrução Normativa, todavia em nenhum momento se define ou se delimita o termo nitidamente. Pelo contexto, no entanto, é fácil identificar que o sentido preponderante se refere a extensão, limite geopolítico.

O termo comunidade aparece nove vezes na Lei Cultura Viva, mas sem uma definição do que se considera uma comunidade. Lá surge, sempre como algo que tem como objeto a comunidade. Já na Instrução Normativa, aparecem especificidades como comunidades tradicionais e comunidades em situação de vulnerabilidade.

O que fica destes comentários, muito resumidamente falando é que, do ponto de vista da política pública, não existem definições sobre o “comunitário”, o “territorial”, tampouco se menciona o termo “base comunitária”.

Portanto, estes termos ganham força e se sedimentam entre os anos 2013 e 2014, por uma orientação política da Secretaria de Cidadania e Diversidade

Cultural onde, pelo menos, um dos fatores foi a influência das interações com outros países latino-americanos que à época já utilizavam a nomenclatura Cultura Viva Comunitária.

Já a partir da perspectiva dos Pontos de Cultura, a identificação do ponto de cultura como sendo aquela relacionada a uma “base comunitária”, não é um consenso, até pela ausência de definição do que significa ser comunitário. Tudo isso só ratifica que o Cultura Viva é um campo em disputa, seja enquanto política pública, seja enquanto postulante a Movimento Social.

Sigamos ao ponto que mais nos interessa, inclusive pela ênfase que o Pontão de Cultura e Política Pátria Grande confere à construção de Movimento. Que cuidados precisamos ter com os usos dos termos/conceitos de comunidade, território e base comunitária?

A noção de território/comunidade pode ser uma ferramenta fundamental para fortalecer a luta revolucionária, atuando como um campo de disputas de poder, resistência e construção de contra-hegemonia.

Longe de ser apenas uma área física, o território/comunidade pode ser entendido como um espaço apropriado e vivido, onde as relações concretas de produção e reprodução da vida, culturais, raciais e de sexo/gênero, por exemplo, materializam-se e se organizam.

A noção de território/comunidade numa perspectiva crítica permite a transformação de espaços de opressão em lugares de resistência organizada. Movimentos sociais criam “territórios de resistência” contra o capital e o Estado, construindo alternativas de vida, como nas ocupações de terra e moradia.

A luta revolucionária se utiliza, assim, do território para romper com a lógica capitalista de uso do espaço, focada no lucro e na acumulação e para instituir uma lógica baseada na necessidade popular, no bem comum e na solidariedade.

Por outro lado, a noção de território/comunidade pode ser, e frequentemente é, utilizada para dividir a luta revolucionária, tanto por agentes externos que buscam conter movimentos populares, quanto por divergências estratégicas internas entre os próprios movimentos.

Lembramos que o território/comunidade não é apenas um espaço físico, mas um campo de forças, poder e significados, onde se trava conflitos entre interesses hegemônicos e contra-hegemônicos.

Todas e todos nós sabemos que a batalha contra os poderes hegemônicos, como a ordem capitalista-colonial-patriarcal é também uma batalha de sentidos.

Sabemos também que o Estado e o capital tem suas formas, seus métodos para fazer valer a estrutura de exploração que marca toda sociedade capitalista. Métodos que vão da persuasão a coerção e que em diversificadas formas e intensidades podem ser bem eficientes em nos dividir.

Nesse contexto, lutadoras e lutadores sociais de todas as causas coletivas, sejam de caráter mais fortemente simbólicas, sejam de caráter mais marcadamente material, precisam estar atentas/os. Os Pontos de Cultura precisam igualmente estar atentos.

Sempre que uma luta territorial-comunitária se tornar muito ensimesmada, for tomada como “a luta das lutas”, a mais importante, assim como seus militantes tomados como paradigmas de militância e, tudo isso, muitas vezes com apoios simbólicos ou financeiros estatais ou mesmo de fundações privadas ou agências internacionais, cuidado.

As lutas locais, territoriais-comunitárias quando assumem um caráter identitário e perdem a conexão com as outras lutas contra a ordem capitalista-colonial-patriarcal, ou seja, perdem, a perspectiva de que a luta é contra a totalidade capitalista, nem avançam em mudanças estruturais locais, nem contribuem para processos de mudança estrutural para todas e todos.

Abraços camaradas e até o próximo episódio.

RECONHECIMENTO CULTURAL, REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA E REDISTRIBUIÇÃO ECONÔMICA

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!

Bem-vindas todas as pessoas a mais um episódio do nosso Pequeno Dicionário Crítico.

Pensar sobre o lugar da cultura e especificamente as potencialidades do Cultura Viva, como espaço de gestação de mudança numa perspectiva de totalidade e com um olhar peculiarmente atento para o cenário latino-americano e caribenho, tem sido nosso esforço.

Isso tem implicado em não nos restringirmos ao que podemos denominar como senso comum Cultura Viva. Aqueles conteúdos e formas consagradas pela Política Pública, bem como aquelas aceitas, festejadas e difundidas por um campo hegemônico dentro do nosso protomovimento.

Um desses conteúdos fundamentais para a formação política do nosso campo, porque é disso que essencialmente se trata esta e as demais ações do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, diz respeito a esse tema complexo sobre o qual faremos não mais que um voo panorâmico, que pretende servir como um estímulo para debates mais densos vindouros.

Falamos de reconhecimento cultural, representatividade política e redistribuição econômica discutidos a partir das contribuições de Nancy Fraser. Vamos lá?!

Vamos iniciar com uma citação de Fraser:

“A ‘luta por reconhecimento’ está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito... Demandas por ‘reconhecimento da diferença’ dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, ‘raça’, gênero e sexualidade... a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política”.

E acrescenta que é preciso:

“...pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem... Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e se sustentam simultaneamente”.

Bem, diante da construção de consciências restritas a marcadores específicos e da atomização das lutas que isso gera; diante da fragmentação da noção de justiça que reforça a referida atomização das lutas; e, diante do apagamento ou da secundarização do fator econômico, de classe social, em relação ao reconhecimento cultural e à representatividade política, o que novamente cristaliza aspectos singulares em detrimento da perspectiva de totalidade, perguntamo-nos: o que fazer?

Na perspectiva de Fraser a saída é integrar as demandas de reconhecimento, representação e redistribuição num quadro conceitual e político adequado às demandas de nossa era. Uma tarefa, certamente difícil, mas necessária no sentido de congregar forças, formar uma massa crítica consciente da totalidade capitalista, da consubstancialidade dos sistemas de exploração e confluir para a mudança.

É preciso afirmar que, se todas as demandas de reconhecimento e representação são justas e necessárias, deveriam ser objeto das lutas de todas e todos. As demandas econômicas relacionadas às condições materiais de produção e reprodução social da vida e a luta pela consecução da redistribuição das riquezas produzidas, também deveriam ser objeto dos esforços de todas as pessoas.

Um detalhe não menos importante é que: se é verdade que as lutas por reconhecimento cultural e representação política promovidos pelos já não tão novos movimentos sociais, feministas e antirracistas, por exemplo, têm inquestionável valor e centralidade, é cada vez mais nítido como as estruturas do Estado capitalista têm se utilizado dessas demandas específicas para fazerem a própria gestão do seu sistema de desigualdades e violências. Uma espécie de gerenciamento do caos.

Referimo-nos mesmo à gestão, pois trata-se de um manejo para a preservação, para a governança da ordem hegemônica jogando com as pautas representacionais e de reconhecimento, desviando nossa atenção das desigualdades materiais e nesse contexto de fragmentação, dificultando enormemente a capacidade de articulação e luta coletiva.

Como possíveis propostas para sair dessa armadilha, Nancy aponta para o que ela denomina remédios transformativos, entendendo-os como remédios voltados para corrigir efeitos da desigualdade por meio da remodelagem da estrutura hegemônica.

Esses remédios, para ela mais eficazes, se opõem aos chamados remédios afirmativos. Aqueles voltados para corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais sem abalar a estrutura subjacente que os engendra.

O ponto de diferenciação entre estes dois remédios é, portanto, a ênfase na desestabilização e ultrapassagem das estruturas que mantêm a ordem constituída capitalista-colonial-patriarcal, provocando mudanças mais profundas ou a ênfase na manutenção dessas estruturas, favorecendo mudanças apenas superficiais, que não alteram as relações de produção e de poder.

Esses remédios ditos transformativos, nessa perspectiva, estão associados histórica, teórica e politicamente ao socialismo. Como diz Fraser:

“Eles compensariam a distribuição injusta transformando a estrutura econômico-política existente. Reestruturando as relações de produção, esses remédios não somente alterariam a distribuição terminal das partes de consumo; mudariam também a divisão social do trabalho e, assim, as condições de existência de todos”.

Mas, como isso poderia ser construído? Fraser aponta para uma combinação de ações, a saber: “programas universalistas de bem-estar social, impostos elevados, políticas macroeconômicas voltadas para criar pleno emprego, um vasto setor público não mercantil, propriedades públicas e/ou coletivas significativas, e decisões democráticas quanto às prioridades socioeconômicas básicas”.

E acrescentaríamos, como síntese revolucionária, através da abolição da propriedade privada dos meios de produção.

Nesse sentido, cabem as perguntas:

Nossas políticas públicas, especialmente o Cultura Viva, sejam elas no campo do reconhecimento cultural, da representação política ou da redistribuição material, contribuem para colocar a ordem capitalista-colonial-patriarcal em xeque?

É possível concretamente se avançar em representação e reconhecimento, deixando a redistribuição material como coisa secundária? É de fato possível redistribuir na ordem capitalista?

Encerramos esse episódio afirmando que as pautas redistributivas (justiça econômica), representacionais (justiça política) e de reconhecimento (justiça cultural) não são incompatíveis.

Fiquemos com essas reflexões por hoje camaradas. Até o próximo episódio!!!

CULTURA VIVA ENTRE O REFORMISMO E A REVOLUÇÃO

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas!!! Está chegando mais um episódio do nosso Pequeno Dicionário Crítico.

Vamos conversar sobre mais um tema que parece não ter nada a ver com Cultura Viva, mas tem tudo a ver! O nosso protomovimento Cultura Viva entre o reformismo e a revolução. Mas vamos começar fazendo uma reflexão importante: pode haver democracia no capitalismo?

Talvez essa pergunta provoque em você um estranhamento, afinal o senso comum, a mídia, os juristas, a grande maioria dos políticos e a totalidade dos capitalistas, dos industriais aos especuladores e rentistas, afirmam que só pode haver democracia no capitalismo e que a ausência de democracia se vincula aos países ditos socialistas. Uma mentira, uma farsa.

Inverter essa lógica não somente é fácil, como faz muito mais sentido.

Em um sistema no qual a coisa mais sagrada, mais sagrada que a vida de crianças como vemos, por exemplo, em Gaza com o genocídio praticado pelo Estado sionista israelense, é a propriedade privada, no qual poucos detêm a propriedade dos meios de produção e onde a riqueza é concentrada, o que acarreta na maioria das nações empobrecimento, violência, fome e morte; onde a massacradora maioria das pessoas é obrigada a vender sua forma de trabalho, pelo qual recebe uma parcela ínfima em relação à riqueza que produz e onde geralmente o aparato estatal, incluindo o direito, caminha de mãos dadas com o grande capital, será mesmo possível falar em democracia?

Numa perspectiva crítica, que nem precisa ser necessariamente marxista, a incompatibilidade entre democracia e capitalismo salta aos olhos. Não é possível designar como democrático um sistema no qual a desigualdade que lhe é inerente, impede o exercício pleno da cidadania e onde um pressuposto para seu bom e eficaz funcionamento, é a exploração.

O que há de fato, e às vezes até isso falta no capitalismo, é o que podemos chamar de uma democracia enquanto formalidade jurídica, não na vida real, nas relações concretas, no cotidiano das classes trabalhadoras e subalternizadas.

Dito isto e conscientes de que vivemos nesse sistema de morte, um debate que surge é sobre como avançar na democracia de modo real? Seria por uma via reformista? Ou seria pela revolução?

Vamos agora dialogar com a camarada Rosa Luxemburgo para compreendermos um pouco mais sobre isso e nos ajudar nas reflexões de hoje.

Embora Rosa, partindo de uma densa análise político-econômica verificasse um falso dilema entre reformas e revolução, para ela estava nítida a incompatibilidade entre democracia e capitalismo.

A luta por reformas é importante, no entanto, entre estas e os processos revolucionários existe uma relação dialética delicada. Um cuidado que há de se ter, por exemplo, é achar que as reformas sociais são um fim em si mesmas, constituem um objetivo autônomo, apartado da estratégia revolucionária.

Embora não se possa confundir as políticas públicas, que têm uma dimensão mais limitada e menos profunda com as reformas sociais de caráter mais amplo e estrutural, permitiremo-nos esta aproximação por uma questão didática.

Assim, é mais ou menos o que ocorre com pontos de cultura no Brasil e em várias experiências em cultura viva comunitária em outros países latino-americanos.

Por ingenuidade ou por senso pragmático de oportunidade, concebe-se a instalação de leis cultura viva comunitária em seus países e províncias, como o máximo da incidência política, como o ápice da mudança.

Alguns, muito inadvertidos, chegam a falar da Lei Cultura Viva como revolucionária, quando sequer está na dimensão de uma reforma social.

Para Rosa “a revolução social é diferente da reforma legal, não pelo tempo de duração, mas pelo seu conteúdo”..

Uma se estabelece dentro dos limites do sistema, podendo até o questionar, mas não altera a sua estrutura de funcionamento. No caso da revolução, o que a caracteriza é justamente a ruptura com a ordem político-econômica capitalista e a construção de sociedade onde a base de produção não seja pautada pela propriedade privada dos meios de produção.

Mas ratificamos que no interior dessa relação dialética entre processos reformistas e processos revolucionários, as reformas têm sim relevância.

Como assinala Camile Menezes, sobre as reformas sociais, comentando Rosa Luxemburgo:

“Do ponto de vista social elas são importantes por atuarem nas necessidades mais imediatas de melhoria das condições de vida da classe operária. Do ponto de vista político também são importantes, especialmente porque organizam o proletariado como classe...

Afinal, a revolução socialista implica uma luta de longo prazo, que exige a criação de condições políticas para a vitória definitiva da classe operária...

Nesse processo, cada mobilização social contribui para que os trabalhadores ganhem grau de maturidade, aprendam com os erros e ganhem consciência de sua força coletiva e de suas necessidades enquanto classe...

Rosa nos lembra que há uma pedagogia na luta, que se forja a partir da organização, da conscientização e ação de combate...

Abandonar a luta de classes por noções universais e organizar os trabalhadores sob o ideal de que podemos reformar o capitalismo para torná-lo mais humano e justo, é organizar os trabalhadores para a derrota, e enfraquecê-los enquanto classe...”

Realizados estes comentários, retornamos a refletir sobre o Cultura Viva como um candidato a Movimento Social não corporativo e utilitário, tampouco bem educado, mas sim insurgente e revolucionário. Um pretense Movimento que se diz vivo e comunitário, não poderia ser menos que revolucionário. Seremos? Queremos assim nos construir?

Deveria estar conectado com todas as artes, expressões e experiências contestatórias da exploração capitalista e afirmativas de uma democracia real. Atento ainda às lutas anticoloniais e ao dismantelamento da ordem patriarcal, bem como, desacomodado com as pequenas concessões estatais-burguesas, sempre mantendo a utopia concreta da revolução.

Até a próxima, camaradas!

POR UMA CRÍTICA DOS DIREITOS CULTURAIS

Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas que não se deixam levar pelas aparências!

Afinal, se isso fosse o real não precisaríamos nem de filosofia, nem de método, nem de ciência. Tudo fluiria natural, mansa e docemente por caminhos imemorialmente traçados, ou pelas nossas vivências, nossas experiências particulares.

Pois bem, vamos ao que nos interessa hoje, discutir criticamente os Direitos Culturais. Vamos lá!

Primeiramente, é fundamental que se compreenda que a crítica proposta aqui aos chamados direitos culturais ou mesmo ao direito em seu sentido amplo, não significa uma mera oposição a eles. Menos ainda uma perspectiva reacionária.

Trata-se mais um aprofundamento no significado e na função destes numa sociedade dividida em classes sociais, em pobres e ricos, explorados e exploradores, empregados e patrões, detentores do capital e dos meios de produção e vendedores de força de trabalho.

Um aprofundamento no sentido de construir caminhos para a emancipação humana e não somente arranjos para a reprodução capitalista.

Dito isso, é bom também assinalar que o direito no seu sentido moderno, surge no período que a historiografia europeia denominou de modernidade, com o fim do modo de produção feudal, emergência do modo de produção capitalista e do Estado moderno.

Na nascente ordem capitalista, o Estado e o Direito se conformam como mecanismos que estruturalmente e funcionalmente regulam as relações sociais típicas da sociabilidade capitalista, onde o direito mais sagrado é o da propriedade.

O Estado e, sobretudo, o Direito, embora sejam apresentados à sociedade como instâncias neutras, elas não são. Tampouco sempre existiram. Logo, são produtos históricos, estruturas construídas a partir das relações materiais de produção e reprodução da vida e são sempre mais aderentes às classes hegemônicas de turno.

Mas ora, se o Estado e o Direito, via de regra, são instrumentos para a preservação da ordem burguesa, de onde surgem os direitos, a exemplo dos direitos culturais, que apontam para melhorias na nossa vida individual e coletiva?

Eles surgem da tensão e da luta que germina e cresce como consequência das próprias contradições do sistema capitalista, mas também, lembrando a noção de hydra contemporânea, nascem também da resistência e lutas contra as lógicas colonial-racista e patriarcal.

Nesse sentido, os direitos culturais, assim também como os direitos humanos, constituem avanços nas garantias políticas e jurídicas numa dada sociedade.

Mas, como o jurista marxista Alysson Mascaro assinala: quando estas lutas sociais, pressionando o Estado e o Direito “ameaçam arranhar determinadas distribuições da riqueza ou do poder”, os direitos humanos, os direitos culturais ou quaisquer outros que beneficiem as classes exploradas, são varridos do cenário da própria sociabilidade burguesa.

Tudo que comentamos até agora nos conduz a algumas avaliações.

Em primeiro lugar, a luta pelos direitos culturais, tomando de empréstimo a definição de Humberto Cunha, como “aqueles relacionados à arte, memória coletiva e fluxo dos saberes”, está inserida, inexoravelmente, no contexto da luta de classes por condições materiais de existência e por hegemonia.

Em segundo lugar, que a luta por mais direitos para todas e todos seja pelo acesso e, sobretudo, seja pela possibilidade de produzir culturalmente é legítima e necessária, seja no âmbito mais local, o município, seja no âmbito internacional. A efetivação de direitos pode permitir a ampliação de horizontes estético-políticos, importantes em quaisquer processos de transformação social.

Em terceiro lugar, é preciso ter clareza que os direitos culturais não são neutros. Já pensaram sobre a contradição entre falar em interculturalidade, dignidade humana, identidade cultural e acesso aos meios de produção cultural, estando nós inseridos num sistema que ou produz justamente o contrário ou transforma tudo isso em mercadoria?

Em quarto lugar, a hiper divisão do direito em dezenas de direitos específicos é uma tática de gestão do sistema para dividir as lutas. A luta por direitos culturais, à habitação, a trabalho digno ou aos direitos das mulheres,

da população negra, de pessoas LGBTQIAPN+ e todos os demais direitos, precisa ser de todas e todos.

E em quinto lugar, é preciso avaliar que vivemos numa sociedade que se sustenta sobre a pedra angular propriedade privada dos meios de produção. Sociedade na qual, ao mesmo tempo que o Estado e o Direito concedem direitos, também funcionam como estruturas de manutenção das desigualdades disfarçadas de igualdade formal. Assim, por mais avanços que tenhamos, a estrutura de exploração e expropriação das nossas riquezas, inclusive as culturais, simbólicas, permanecerá.

Finalizamos esse episódio parafraseando Alysson Mascaro:

“Ainda que os direitos culturais sejam uma batalha árdua contra a barbárie reacionária, é preciso reconhecer o capitalismo como uma barbárie estrutural, mesmo que, eventualmente, melhorada juridicamente. Há uma distância enorme entre os direitos formais concedidos pela lógica burguesa e o amor à dignidade estrutural de todos os seres humanos. É neste ponto mais alto que revolução e horizonte de humanidade devem estar ligados, para buscar a superação das indignidades capitalistas em favor de uma dignidade tomada em outro nível: numa sociabilidade socialista”.

Abraços comunitários e socialistas!

POR UMA CRÍTICA DAS POLÍTICAS CULTURAIS

Júlia Dalri Eller

Agente Cultura Viva

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Marcos Antonio Monte Rocha

Coordenação geral e de formação

Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá, camaradas.

Dando continuidade às nossas reflexões, propomos seguir na mesma linha do episódio anterior, mas enfrentando criticamente um assunto conexo. Referimo-nos aos direitos culturais a partir da perspectiva da emancipação social.

Reiteramos para que não haja dúvida que criticar não significa negar conquistas. Tampouco se trata do gosto da crítica pela crítica. Significa a tentativa, o mais rigorosa possível, de compreender o fundamento de algo, seus condicionantes históricos e contradições internas para, então, imaginar e construir uma transformação.

As políticas culturais foram e seguem sendo fundamentais para reconhecer práticas antes invisibilizadas, garantir recursos públicos, fortalecer iniciativas comunitárias e afirmar a cultura como direito. Isso não é pouco.

Algumas dessas políticas são fruto de lutas sociais concretas. São conquistas oriundas do tensionamento que fazemos no interior da ordem capitalista, do Estado e do Direito que atenuam o caráter violento, desumano e de desprezo à vida dos e das despossuídas.

Mas isso é uma fotografia, precisamos ver o filme.

Toda política pública de caráter social que presumidamente melhora as condições materiais de vida das classes trabalhadoras, subalternizadas, nasce dentro de uma determinada ordem social.

E essa ordem, na América Latina e Caribe, permanece marcada por uma desigualdade estrutural brutal, um capitalismo dependente e uma concentração de riquezas e poder praticamente inalteradas historicamente.

Não é à toa que Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista assinalavam que “o estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”.

Ora, se é verdade que os tensionamentos entre as classes subalternizadas e a burguesia mediadas pelo Estado, tendo o direito como um suposto

árbitro equidistante entre esses pólos, às vezes provoca melhorias para os despossuídos, avalizadas pela estrutura estatal, é verdade também que nunca se ouviu dizer que um Estado tipicamente burguês fez uma revolução. Por exemplo, distribuiu terra, máquinas, tecnologia, ou seja, os meios, as condições materiais de produção para quem de fato trabalha, expropriando os patrões. Isso não vimos ainda!

Por isso, mesmo políticas progressistas, seja na economia, seja na cultura, carregam uma contradição: ao mesmo tempo que ampliam direitos, operam dentro de um sistema que permanece produzindo e mantendo as desigualdades continuamente.

Quando a cultura é tratada apenas como setor de gestão, economia criativa ou instrumento de inclusão simbólica, como os reconhecimentos estatais, ela pode ser integrada ao próprio funcionamento do sistema que gera exclusão material sem sequer arranhar a estrutura de exploração montada.

Nesse ponto, a política cultural, ou qualquer outra, deixa de ser caminho de transformação e passa a funcionar como mediação da desigualdade. Como se fosse um mecanismo para atenuar ou controlar o caos provocado pelas contradições do próprio sistema capitalista. É um analgésico ou mesmo um anti-inflamatório. Elas aliviam as dores, mas não destroem o agente etiológico da doença, o próprio capital.

É aqui que a crítica se torna necessária. Uma política cultural emancipadora não pode se limitar ao acesso a bens culturais ou ao financiamento de projetos. Precisa dialogar com as condições concretas de vida: trabalho, território, moradia, classe social, raça, gênero, natureza, soberania.

O problema é que haver uma política cultural emancipadora dentro de um Estado capitalista, ou mesmo progressista, é um arranjo estruturalmente impossível. Uma política cultural emancipadora e que revolucione as estruturas de exploração que conhecemos, só pode ocorrer nos marcos de um Estado socialista.

Avaliamos que essa compreensão é fundamental para não cairmos no conto do vigário de que ter políticas públicas assim ou assado, super inclusivas, é o fim que buscamos. Não é, não pode ser! Crer nisso é se deixar capturar pela armadilha do sistema.

E isso não quer dizer que essas lutas e conquistas são desimportantes. Não são!

São lutas do aqui e do agora. São direitos que precisam ser conquistados para garantir melhores condições de vida para os assalariados, desempregados, desalentados, empobrecidos de todos os gêneros, sexualidades, raças e territórios. Lembremos da relação dialética entre reforma e revolução.

Mas sem titubear sobre as lutas do agora, não podemos esquecer das lutas de sempre. Das lutas dos que vieram antes, das nossas e, certamente, dos nossos filhos e filhas. A luta contra este sistema que normaliza e legaliza a desigualdade e que pune os que se revoltam contra ele.

Construir movimento emancipatório implica construir e divulgar sem reservas pensamento crítico, questionar a lógica da política cultural, mesmo quando travestida de revolucionária; mesmo quando repleta de fraseologias imateriais, inverossímeis, fantasiosas ou aduladoras das nossas carências.

A Cultura é um campo de disputa. Disputa de sentidos, memória e futuro. Disputa de hegemonia. Nesse horizonte, o Cultura Viva pode ter uma relevância política inclusive continental nos marcos da integração latino-americana, mas não como programa, não como política de governo ou Estado, mas como Movimento, processo histórico de organização popular anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal.

Estamos ainda em processo de construção. Cheio de tensões, limites e possibilidades. E é justamente essa abertura que nos convoca.

O desafio colocado diante de nós não é apenas melhorar políticas culturais existentes, mas perguntar algo mais radical: que processos culturais podem sustentar uma sociedade verdadeiramente justa? Justiça para além do formal, justiça real, concreta?

Responder a essas perguntas é tarefa histórica. E essa tarefa não pertence ao Estado, ao mercado ou às instituições isoladamente. Pertence aos povos organizados. Por isso seguimos apostando na formação crítica, na autonomia e autodeterminação dos povos, na integração latino-americana e na cultura como prática de emancipação.

Seguimos construindo movimento.

Porque onde há cultura, verdadeiramente, viva, há presente e possibilidade de futuro.

Até o próximo episódio, camaradas!

POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A JUSTIÇA CLIMÁTICA E O LUGAR DO CULTURA VIVA.

João Arthur Ribeiro
Membro do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande
e da Fábrica de Imagens
Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá, camaradas!

Estamos já no finalzinho da série de vídeos do nosso Pequeno Dicionário Crítico Cultura Viva e Integração Latino-americana.

Ao longo dos dezoito vídeos precedentes, muitos temas foram tratados. Alguns mais complexos, alguns um pouco menos. Todos, no entanto, desenvolvidos com muito rigor, comprometimento político-militante e desejo de contribuir com a construção de um Movimento relevante, dedicado às lutas das populações empobrecidas e subalternizadas.

Feitos estes brevíssimos comentários, vamos ao tema de hoje, que por sinal, é o tema da Teia Nacional dos Pontos de Cultura que se realizará em maio de 2026. Falamos da justiça climática!

Mas antes de nos dedicarmos ao tema, apenas uma recordação teórico-metodológica que nos acompanhou em todo esse processo. Poderíamos expressar isso pela frase: “tudo está conectado”.

Em termos marxistas, diríamos: a sociedade burguesa, capitalista se configura como uma totalidade, uma síntese de múltiplas determinações espaciais, históricas, políticas, econômicas e culturais. Por isso, nada é alheio à cultura.

Se as condições materiais de existência são a base para produção e reprodução cultural e a cultura está em relação dialética com as referidas condições materiais, podemos afirmar que a cultura pode se constituir como um vetor de atrito, de tensionamento, de revolução. Por isso, a cultura não é alheia a nada.

Voltando ao nosso tema, perguntamos: a justiça climática não é uma resposta à crise climática?

Sendo a resposta sim, como imaginamos que seja, outra pergunta pertinente salta à nossa consciência: a crise climática não seria um sintoma,

a materialização no corpo do planeta da ação de um agente etiológico, de um patógeno, ou seja o causador do sintoma?

Sendo novamente a resposta afirmativa, seguimos com o inquérito: qual é esse agente etiológico, afinal? A resposta mais genérica que ouvimos é que esse agente é a ação humana agressiva, predatória, violenta sobre a natureza.

Bem, poderíamos aqui nos dar por satisfeitos. Mudemos pois a qualidade e quantidade dessa ação humana por meio de ações educativas, produções culturais, pactos internacionais para agredir menos nosso planeta e poderemos superar a crise e dormirmos tranquilos o sono dos justos.

Mas aprofundando mais um pouco a investigação, a gente percebe que essa ação humana destruidora não é aleatória. Ela é intencional. Ela é orientada. Ela é estrutural. Ela é a condição, exatamente, para a manutenção das desigualdades, das injustiças e violências contra gente, contra bicho, contra plantas, contra tudo que vive.

E *voilà*, descobrimos o real agente etiológico da inflamação, da febre planetária. O modo de produção capitalista e sua busca incessante por lucro, por acumulação de capital, o que resulta não apenas numa profunda desigualdade socioeconômica, mas agora de modo evidente, na potencial destruição do planeta.

Vivemos num sistema que ignora os limites físicos da Terra, tratando tudo que está sobre e sob o solo como meros recursos naturais para a produção de mercadorias. E todas e todos nós sabemos o destino de corpos superexplorados, não sabemos?

Marx, em *O Capital*, ainda no século XIX, discutindo o conceito de metabolismo, já nos advertia sobre como a agricultura capitalista e a urbanização industrial interromperam o ciclo de nutrientes, explorando o solo sem devolver os nutrientes essenciais. Ecosocialistas, relendo Marx, desenvolveram o conceito de ruptura metabólica como a desconexão irremediável entre os processos naturais e os sistemas de produção humanos no modo de produção capitalista.

É necessário afirmar ainda que os países e as populações mais afetadas pela crise climática são as mesmas exploradas desde o surgimento do capitalismo, países do chamado sul global, populações originárias, tradicionais e todas aquelas empobrecidas pelo sistema.

Diante deste cenário sombrio, as soluções apontadas e os modos como estas têm sido operadas, são uma aberração ética, política, teórica e prática.

Referimo-nos a coisas como os créditos e mercados de carbono, compensações ambientais e capitalismo verde que garantem aos mais ricos a prerrogativa de continuarem degradando a natureza e explorando os países e populações já mencionadas.

Desse modo, podemos afirmar que os discursos que falam sobre “justiça climática”, “cidadania ambiental”, “governança climática” sem relacioná-las diretamente ao modo de produção capitalista e a necessidade de superá-lo, são uma farsa.

Eles atuam como um véu ou cortina de fumaça para ocultar o capitalismo como o grande protagonista da agonia pela qual nossa casa comum passa.

Após essas sintéticas reflexões afirmamos que o coletivo dos pontos de cultura, aqueles que estão integrados em redes ou Movimentos Cultura Viva Comunitária, não apenas precisam discutir e produzir proficuamente sobre este tema, como têm dever ético-político de assim fazê-lo.

Para além de quaisquer temas e ações específicas dos pontos de cultura, o mínimo que se pode esperar destes é o engajamento em todas as lutas, em todas as frentes que atuam para a construção de “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, como nos dizia a camarada Rosa Luxemburgo.

Abraços revolucionários, camaradas!

ENCERRAMENTO

Christiane Ribeiro Gonçalves
Marcos Antonio Monte Rocha
Coordenação geral e de formação
Pontão de Cultura e Política Pátria Grande

Olá camaradas que estiveram conosco no caminho que nos trouxe até aqui.

Esse é um episódio especial dedicado a agradecer.

Num mundo tão duro e competitivo, onde muita gente acredita em coisas como a meritocracia e que conquistas, quaisquer que sejam, têm a mínima chance de ocorrerem somente por esforço próprio, agradecer além de trazer leveza, é um ato de insubordinação contra a lógica impessoal e insensível do sistema-mundo capitalista.

Agradecer, primeiro, às camaradas e aos camaradas que inspiraram esta série e que compuseram o cenário do estúdio onde foram gravados os episódios do Pequeno Dicionário Crítico:

A pintora e militante comunista mexicana Frida Kahlo;

O intelectual de esquerda, antropólogo, educador e político brasileiro, Darcy Ribeiro;

A professora, guerrilheira, militante comunista venezuelana, Argelia Laya;

O filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista e revolucionário socialista alemão, Karl Marx;

O revolucionário marxista, médico, escritor, guerrilheiro argentino, Ernesto Che Guevara;

O revolucionário, nacionalista, marxista-leninista e político cubano, Fidel Castro Ruz;

A revolucionária, tenente do exército de Toussaint Louverture, heroína nacional no Haiti, Sanité Bélair;

A líder do Quilombo do Piolho, referência na luta antirracista brasileira, Tereza de Benguela;

O escritor, historiador, jornalista e sociólogo e ativista político marxista peruano, José Carlos Mariátegui;

O médico, político e fundador do Partido Socialista chileno, Salvador Allende;

E a revolucionária e política cubana, membro fundadora do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, Haydée Santamaria.

Mas para além destes e destas, um sem número de outros e outras camaradas, cujas fotos não caberiam no nosso pequeno estúdio, como Engels, Luxemburgo, Kollontai, Lenin, Ho chi Minh, Mao Zedong, Gramsci, Fernandes, Cienfuegos, Césaire, Fanon, Cabral, Moura, dentre muitos e muitas outras.

O Pontão agradece muito especialmente a todas/os as/os camaradas que estiveram nesta produção desde a criação e montagem da cenografia, escrevendo, dirigindo, produzindo, operando câmeras e microfones, controlando teleprompters, fazendo o café, limpando e organizando o espaço, editando e, por fim, publicando nas redes sociais: Christiane Ribeiro, Marcos Rocha, João Arthur Ribeiro, Júlia Dalri Eller, Fernanda Jamile Parente, Karol Cardoso, Camile Abreu, Antônio Iago Freire, Débora Mirian, Laura Queiroz, Bárbara Nogueira, Kauan Ermeson Justino, Morgana Oliveira, Gilson Máximo e Flora Amaral.

Agradecemos, ainda, a todas as organizações membras do Comitê Gestor do Pontão de Cultura e Política Pátria Grande, ao Movimento Cultura Viva Brasil sem Fronteiras e ao Ministério da Cultura pelo apoio financeiro.

E, para finalizar, o mais importante agradecimento, ao povo brasileiro e aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que produzem riqueza no campo ou na cidade, de norte a sul deste país continental.

Deixamos com vocês o mais afetuoso abraço e o mais intenso desejo que vos invada o amor e a coragem revolucionária dos e das que nos inspiram!

Cultura Viva é para revolucionar, camaradas!

E América Latina e Caribe para se integrar!

Até!!!



Dizer “nós, latino-americanos e latino-americanas” não diz respeito a uma natureza latino-americana, nem uma identidade cultural já constituída, tampouco homogênea, mas a construção de um campo de pertencimento, de um sentido comum, de uma comunidade na qual seus partícipes têm muito mais motivos materiais e subjetivos para caminharem juntos que separados.

Temos definido isso como um desejo-necessidade, tantas vezes escrito e cantado em verso e prosa. Identificado, sentido e disseminado por muitos e muitas que lutaram pela nossa libertação do jugo colonial, contra o imperialismo, especialmente, o estadunidense e contra as elites econômicas de nossos países latino-americanos e caribenhos.

**Débora Mirian, Agente Cultura Viva;
João Arthur Ribeiro, Fábrica de Imagens.**



9 788542 019322